Organizadores

Elizandro Maurício Brick

Eduarda Boing Pinheiro

Felipe Ramos Lima

Fernanda Stoeberl

Kátia da Costa Leite

Juliana Rezende Torres

SEMEANDO GIRASSÓIS: estudos engajados com as populações do campo das águas das florestas e da periferia

Florianópolis, primavera de 2025

Créditos

ÍNDICE

A EMERGÊNCIA DO PROJETO SEMEANDO GIRASSÓIS: ESTUDOS ENGAJADOS COM OS POVOS DO CAMPO E PERIFERIAS - APRESENTAÇÃO

Elizandro Maurício Brick

Eduarda Boing Pinheiro

Felipe Ramos Lima

PREFÁCIO

PARTE 1

CAPÍTULO 1 - RESISTÊNCIA DO QUILOMBO VIDAL MARTINS EM FLORIANÓPOLIS

Ana Paula Arnold Machado
Eduarda Boing Pinheiro
Marcos Aurélio Espíndola
Marjana Valim

CAPÍTULO 2 - DESAFIOS À ATIVIDADE DA PESCA ARTESANAL NA PRAIA DO JOÃO PAULO E SACO GRANDE

Maria Cristina Joenck Freire
Eduarda Boing Pinheiro
Carolina Silva Ledic
Jose Lauro Severiano da Silva
Felipe Ramos Lima

CAPÍTULO 3 - DESAFIOS À GERAÇÃO DE RENDA LAKLÃNO–XOKLENG/SANTA CATARINA

Yannick Monteiro Silves Frederico
Luis Fernando Oliveira
Nata Adão Alves Neto Gakran

CAPÍTULO 4 - O DILEMA DAS MOSCAS NA VILA JUNCKES, SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Dulcemar Emília Borges
Eduarda Boing Pinheiro
Francisco Carlos Alves Simões
Isair de Almeida Moraes
Kátia da Costa Leite

CAPÍTULO 5 - LEVANTAMENTO DE SITUAÇÕES SIGNIFICATIVAS ACERCA DA JUVENTUDE NO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO (SC)

Fernanda Stoeberl

CAPÍTULO 6 - VOZES DE RESISTÊNCIA: SITUAÇÕES DE INJUSTIÇA AMBIENTAL NARRADAS PELOS PESCADORES ARTESANAIS DA COSTEIRA DO PIRAJUBAÉ, EM FLORIANÓPOLIS (SC)

Inara Fonseca
Morgani Guzzo

CAPÍTULO 7 - VIDAL RAMOS NO CENTRO DO DEBATE: UMA PROPOSTA DE ATUAÇÃO ALICERÇADA NOS ANSEIOS DA COMUNIDADE COM BASE NA RECICLAGEM

Eduarda Boing Pinheiro

PARTE 2

CAPÍTULO 8 - A MONITORIA COMO EXPERIÊNCIA DOCENTE-DISCENTE DE ACOLHIMENTO: NARRATIVA CRÍTICA-SENSÍVEL DE UMA VIVÊNCIA NA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DA UFSC DURANTE A SUSPENSÃO DAS AULAS PRESENCIAIS

Adriana Angelita da Conceição
Eduardo Felipe Perini

CAPÍTULO 9 - TURMA GIRASSOL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE COORDENAÇÃO DE TURMA A PARTIR DE UMA METODOLOGIA PARTICIPATIVA

Sílvio Domingos Mendes da Silva

CAPÍTULO 10 - DIÁLOGO DE SABERES E ENSINO DE CIÊNCIAS: UM HORIZONTE A SER COMUNICATIVAMENTE CONSTRUÍDO
Eduarda Boing Pinheiro

CAPÍTULO 11 - A EQUIPE WIKI E O LIVRO SEMEANDO GIRASSÓIS: CONTRIBUIÇÕES À PRODUÇÃO E À DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO SOB O TRABALHO COLETIVO EDIFICANDO DESENLACES DE CONSCIÊNCIA
Xochilt Ibarra Goulart
Yannick Monteiro Silves Frederico
Felipe Ramos Lima

CAPÍTULO 12 - A INICIATIVA DO ESPAÇO ECOQUILOMBO NO MORRO DO QUILOMBO EM FLORIANÓPOLIS COMO SITUAÇÃO SIGNIFICATIVA DA REALIDADE LOCAL
Juliana Rezende Torres

POSFÁCIO

PREFÁCIO

O curso de EduCampo busca ofertar formação de educadores do campo que privilegie tanto a dialogicidade quanto a problematização, sendo firmada, sobretudo, pelo diálogo entre conhecimentos científicos e conhecimentos tradicionais, oriundos de práticas socioculturais de mulheres e homens do campo. E a partir disso, reafirma-se a luta e a resistência do Movimento Nacional de Educação do Campo, que se constitui pela parceria entre Movimentos Sociais, Universidade, Institutos Federais e Secretarias Municipais de Educação.

O presente livro é uma contribuição nesse sentido, representativo do compromisso político de educadores e educandos atuantes no curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A coletânea de artigos contidos no livro *Semeando girassóis: estudos engajados com as populações do campo e da periferia*, integram reflexões produzidas a partir do trabalho docente interdisciplinar em disciplinas ofertadas no curso de LEdoC que foram realizadas junto com a turma Girassol-UFSC, em parceria com colaboradores do Prosa - Núcleo de Pesquisas em Educação e Tecnologia Ético-Crítica.

Em seu escopo apresenta reflexões sobre um dos desafios da Educação do Campo, que é organizar o trabalho educativo a partir da realidade concreta em que educandos do curso estão inseridos. Logo, interpreto que o livro é uma manifestação de resistência à desvalorização da educação de modo geral, que se impõe majoritariamente aos sujeitos do campo, sejam eles agricultores familiares, indígenas ou quilombolas, e ainda aqueles sujeitos que residem nas periferias das cidades.

São artigos inspiradores e com temáticas instigantes para formação permanente de educadores do campo e da cidade, nos apresentando trilhas práxicas entre o ensino e realidade da vida. Fundamentado no legado de Paulo Freire, o livro agrega um conjunto de experiências práticas que visam responder as contradições sociais impostas aos sujeitos do campo e da periferia no Estado de Santa Catarina. Trazendo importantes contribuições e/ou reflexões para o avanço da compreensão da lógica acerca do processo formativo organizado pelo viés ético-crítico, o que envolveu conhecer a realidade para assim poder transformá-la, a partir da organização dos

conhecimentos necessários, os autores realizaram a construção do inédito viável anunciado por Paulo Freire.

O livro que aqui convido a leitura é, portanto, uma ferramenta da práxis, elaborada com o rigor e urgência que nosso tempo exige.

Glaucia de Sousa Moreno
Florianópolis, agosto de 2023.

APRESENTAÇÃO - A EMERGÊNCIA DO PROJETO SEMEANDO GIRASSÓIS: ESTUDOS ENGAJADOS COM OS POVOS DO CAMPO E PERIFERIAS

Elizandro Maurício Brick
Professor do Programa de Pós Graduação em Educação Científica e Tecnológica e da Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Santa Catarina
elizandro.m.b@ufsc.br

Eduarda Boing Pinheiro
Professor do Programa de Pós Graduação em Educação Científica e Tecnológica e da Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Santa Catarina
elizandro.m.b@ufsc.br

Felipe Ramos Lima
Professor do Programa de Pós Graduação em Educação Científica e Tecnológica e da Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Santa Catarina
elizandro.m.b@ufsc.br

Resumo
As terras que atualmente abrigam o Parque Estadual do Rio Vermelho são, na verdade, território da comunidade quilombola Vidal Martins. Atualmente, os trâmites estão se encaminhando para a resolução desse caso, o qual se iniciou na década de 1960, quando se acreditou que o "reflorestamento" com pinus, utilizando a mão de obra da comunidade e de presidiários, poderia ser uma boa proposta de lucro obtido com terras de outrem, com a justificação da necessidade de proteção ambiental. Por um tempo, a comunidade permaneceu vivendo no território, mas, posteriormente, foi expulsa de suas terras e realocada em um espaço indigno. Mais de 40 anos depois, a situação se mantém, e o povo luta por suas terras. A luta do quilombo Vidal Martins reverbera na fala da comunidade e nos noticiários (por vezes tendenciosos e enganosos). Além disso, é comum notar as cicatrizes deixadas pelo racismo, que antes era escrachado e que atualmente se esconde por trás de ações e discursos disfarçados. Tendo em vista a luta desse povo por suas terras e a realidade que se coloca, pensamos em uma possibilidade de diálogo com a comunidade, enaltecendo a hipocrisia da expulsão de um povo de suas terras para a plantação de pinus, que é uma vegetação invasora e que pode ocasionar problemas ambientais para a região.

Palavras-Chave: Quilombo Vidal Martins; Pinus; Território Quilombola.

1. O contexto em que surge o projeto

Santa Catarina, a Europa Brasileira? Além de agricultores familiares (colonos), há outros povos do campo, das águas e das florestas em SC? Vencida essa dificuldade inicial de reconhecer a existência do Outro, no nosso caso buscando parametrizar a organização dá turma Girassol do curso de Licenciatura em Educação do Campo a partir da escuta e do reconhecimento da história dos estudantes (em meio a pandemia) (Nota de rodapé: superando em alguma medida outros momentos em que se

explicitava que o curso era voltado para agricultores (no estereótipo dos colonos), que em Florianópolis não existiam povos do Campo, enquanto estudantes indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e de comunidades periféricas entravam e, não à toa, evadia do curso). Quando o curso enxerga essas pessoas, a partir de suas histórias, e há uma intencionalidade que se busca colocar em prática de promover o protagonismo dessas pessoas em seu contexto, outras questões surgem, tais como: Como são os seus contextos? Quais são as situações de opressão que vivenciam nesses contextos?

Ao falar sobre os desafios teóricos e práticos da efetivação da Educação do Campo, não podemos perder de vista de se trata de uma política pública que surge como um movimento de combate ao real estado das coisas, ao alijamento das populações do campo em toda sua diversidade (nota de rodapé) ao acesso a educação escolar de qualidade, concebida desde suas especificidades/demandas.

(MOLINA, 2011, p. 104) – questão enfatizada também por Frigotto (2011) ao tratar da relação entre sociedade e educação escolar a partir de uma análise histórica sobre a conjuntura sócio-política do Brasil. O autor lança mão dessa análise conjuntural para compreender as raízes históricas da criminalização dos movimentos sociais no nosso país. É nesse escopo que Frigotto (2011) contextualiza a Educação do Campo como uma luta contra-hegemônica por uma sociedade mais justa, equitativa e emancipadora que contribua para o desenvolvimento do país[1].

Frigotto (2011) destaca ainda que a Educação do Campo, dada suas origens e principalmente as experiências nos assentamentos e acampamentos do MST, está vinculada a práticas pedagógicas que "(...) não começa na escola, mas na sociedade, e volta para a sociedade. Sendo a escola um espaço fundamental na relação entre o saber produzido nas diferentes práticas sociais e o conhecimento científico" (FRIGOTTO, 2011, p. 36).

[1] Sobre esse aspecto, Frigotto (2011) enaltece que, em todos países desenvolvidos, houve reforma agrária e nos lembra uma das conclusões dos trabalhos de Celso Furtado sobre o subdesenvolvimento não se constituir como uma etapa do desenvolvimento, mas sim como um produto construído pela nossa sociedade.

Nesse sentido, Caldart (2011) enfatiza que as práticas de Educação do Campo contribuem para retomar debates fundamentais sobre qual formação pretendemos a partir das demandas concretas da realidade do campo.

O curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) da UFSC alocado no Centro de Ciências da Educação (CED) tem como objetivo formar educadores "(...) aptos a fazer a gestão de processos educativos e a desenvolver estratégias pedagógicas que visem a formação de sujeitos humanos autônomos e criativos capazes de produzir soluções para questões inerentes à sua realidade (...)" (UFSC, s.d., p. 2). Especificamente relacionado à área que habilita a formação a ser propiciada pelo curso, visa:

> A formação por área do conhecimento, nas escolas do campo de educação fundamental e médio, especificamente, em Ciências da Natureza e Matemática e Ciências Agrárias;
>
> A relação entre o ensino das Ciências da Natureza e da Matemática e o contexto (físico, geográfico, cultural e econômico) do campo brasileiro, especificamente suas configurações na região Sul do país. (UFSC, s.d., p.2).

A matriz curricular do curso foi desenvolvida a partir da "compreensão de que a produção do conhecimento sobre situações reais, e por consequência situações complexas, se faz integrando diferentes campos de estudos (História, Sociologia, Antropologia, Geografia, Psicologia, Biologia, Zoologia, Botânica, Matemática, Química, Física)" (HANFF; CEOLIN; BRICK, 2013, p. 5).

Ao tratar dos princípios políticos e pedagógicos que perpassam a formação de professores por área do conhecimento, Britto (2011) destaca alguns desafios enfrentados ao atuar na LEdoC da UFSC.

Explicita que o exercício da docência tem exigido intensa dedicação nas atividades de ensino, extensão e pesquisa, por se tratar de um curso novo na UFSC, mas também pelos condicionamentos da formação em campos do conhecimento específico dos docentes e "com olhar marcado pelo contexto urbano" (BRITTO, 2011, p. 168). Dessa forma, destaca como principais desafios que se está enfrentando no curso: 1) "a realização de práticas pedagógicas menos fragmentadas [no sentido de] romper

os limites entre os componentes curriculares [do curso]" (BRITTO, 2011. p.169); 2) a realização de um planejamento coletivo – que considere os sujeitos concretos, muitas vezes com limitações nas suas formações básicas – e as limitações da própria formação inicial.

As propostas de ação do presente projeto, articuladas com as ações de Ensino e Extensão realizadas no âmbito do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, tem como eixo principal propiciar contexto de estudos e cultivo de vínculos com comunidades locais do campo, tendo como inspiração o processo de "investigação temática" (FREIRE, 2005), compreendendo essa empreitada como enfrentamento dos desafios à área de Ensino de Ciências, a partir das demandas colocadas pela Educação do Campo de promoção de estudos engajados com as lutas dos povos do campo pelo direitos dos quais foram historicamente alijados.

Com essa proposta, buscamos contribuir indicando condições de possibilidades de potencializar, dentre outros, os seguintes objetivos do curso de LEdoC:

> - Promover a relação entre o ensino das ciências da natureza e da matemática e o contexto (físico, geográfico, cultural e econômico) do campo brasileiro, especificamente suas configurações na região Sul do país;
> - Promover a relação entre o ensino e o trabalho, na direção de uma formação que tenha como suporte às formas atuais de produção da vida e que propicie condições técnicas para a intervenção no espaço rural;
> - Promover formação para a problematização e intervenção no campo, com base nos princípios e técnicas agroecológicas, visando a sustentabilidade. (UFSC, s.d.,. p. 2).

Visamos como meta de médio e longo prazo, a partir da integração com o trabalho do coletivo de professores do curso e do aprofundamento teórico a ser realizado, contribuindo com os seguintes objetivos do curso:

> - A articulação com os movimentos e organizações sociais locais que têm mobilizado pessoas e grupos e buscado alternativas coletivas para a vida no campo na atualidade;

> - A ampliação da capacidade analítica, metodológica e de atuação dos educadores na relação com a complexidade e diversidade do espaço rural;
> - O estreitamento de laços na comunidade de origem, entre professores, educadores, técnicos, lideranças de movimentos sociais organizados;
> - A construção de alternativas de organização do trabalho escolar e pedagógico que permitam a expansão da educação básica no e do campo, com a rapidez e a qualidade exigida pela dinâmica social em que seus sujeitos se inserem e pela histórica desigualdade que sofrem;
> - O estímulo no interior da UFSC de ações articuladas de pesquisa e de extensão voltadas para demandas dos povos do campo. (UFSC, sem data. p. 2).

Os estudos engajados com populações do campo/periferia se trata de uma ação transversal relacionada diretamente com a vontade de estabelecimento de vínculos perenes de integrantes do grupo com as lutas dos contextos locais que serão estudados. A ação se realiza principalmente como desdobramento de atividade integrada entre duas disciplinas que se encerraram em maio de 2021, são elas EDC 1409 - Fundamentos de Física, sob minha responsabilidade e com o apoio fundamental dos estagiários docentes xxxxxxxxxxx e EDC 1410 - Fundamentos de Química, sob responsabilidade da professora Katia Costa. Essa atividade com a Turma Girassol, em junho de 2021. No âmbito dessas disciplinas os aspectos que já foram iniciados os estudos são:

- As lutas da comunidade remanescente quilombola do Quilombo Vidal Martins, localizado no município de Florianópolis;
- A iniciativa “EcoQuilombo” realizada no Morro do Quilombo em Florianópolis;
- As lutas da Associação dos Pescadores Profissionais, Artesanais e Amadores da Praia do João Paulo e Saco Grande - APPAAJOP, em Florianópolis;
- Os desafio da geração de renda para os jovens do Povo Laklãnõ - Xokleng TI Ibirama - SC;
- Problema das moscas para de agricultores familiares em São Pedro de Alcântara - SC;

- Impactos do clima na produção agrícola do Assentamento Vitória da Conquista, em Fraiburgo - SC;

Além disso, serão retomados estudos sobre o Distrito de Volta Grande, em Rio Negrinho (STOEBERL, BRICK, 2021), sobre Vidal Ramos e sobre a Comunidade pesqueira da RESEX, na costeira do Pirajubaé, em Florianópolis. O projeto integrará ações de ensino da Graduação em Educação do Campo, estágios de docência e ações de pesquisa do Programa de Pós Graduação em Educação Científica e Tecnológica, bem como projetos desenvolvidos por parceiros como a UFSCar-Sorocaba e os projeto Artes de Pesca.

Atividade integrada que é parte deste livro também inspirou o planejamento e continuidade dos estudos aqui desenvolvidos na disciplina EDC 1423 - Fundamentos da Ciência da Natureza e Matemática I.

5. METODOLOGIA

Segue uma descrição mais detalhada da metodologia de trabalho que constitui-se de cinco fases, sendo elas: 1) definição de grupo, contexto local e povos do campo envolvidos; 2) definição das situações significativas; 3)) estudo da situação significativa identificada - caracterização da dimensão natural da situação a ser estudada; 4) aprofundamento conceitual em ciências da natureza e matemática; 5) comunicação dos achados tendo em vista o público alvo.

Fase 1: definição de grupos, contexto local e povos do campo* envolvidos

As principais atividades que incorporam essa fase são: a) definição de grupos de trabalho com no mínimo 2 pessoas e no máximo 3 pessoas (o professor estará com vocês como terceiro ou quarto integrante do grupo); b) definição do contexto local (pode ser um bairro/comunidade a critério do grupo, desde que participem desse contexto povos do campo); c) caracterização sucinta do/os povo/os do campo que

constituem aquela realidade local (considerar a definição do decreto como um ponto de partida, mas não precisa se restringir apenas àquela definição).

Fase 2: definição das situações significativas

Essa fase é constituída pelas seguintes atividades: a)levantamento exploratório de possíveis situações significativas do ponto de vista dos povos do campo (por exemplo: problemas, conflitos e percepções fatalistas ou culpabilização de terceiros podem ajudar a identificar essas situações); b) apreciação pelo grupo (que inclui o professor) de cada uma das situações levantadas considerando os seguintes critérios:

i - Se tratam de situações significativas para a população local (Significativo aqui se refere ao que é reconhecido pela população como um problema seja como objeto de conflito, como situações que não teriam solução ou nas quais há um ambiente de culpabilização que desmobiliza o coletivo)

ii - A população local fala sobre essa situação? Como explica a situação? Quais soluções são propostas?

iii - Há fontes secundárias sobre a situação (notícias de jornal, estudos)?

Além de c) Identificação de registros sobre a situação escolhida (fotos, gravações em áudio ou vídeo, jornais locais, trabalhos acadêmicos sobre a situação ou a comunidade local) e produção desses registros (principalmente no caso de não ser localizada fontes existentes).

Fase 3: estudo preliminar da situação significativa identificada

Essa fase tem como objetivo identificar aspectos do ponto de vista natural para aprofundamento, caracterização como um sistema físico-químico-biológico etc.

Dentre as principais atividades sugeridas destaca-se: a) leitura minuciosa de fontes primárias e secundárias sobre a situação significativa (buscando identificar aspectos chaves a ser aprofundados); b) caracterização dos aspectos chaves; c) levantamento de referências pelo coletivo e seleção de referências para estudo dos aspectos chave.

Fase 4: aprofundamento conceitual

As principais atividades sugeridas nessa fase são: a) planejamento do estudo dos aspectos chave da situação significativa a partir das referências selecionadas (divisão de tarefas, dinâmica de socialização interna, planejamento da sistematização dos estudos etc.); b) socialização e debates internos acerca dos estudos realizados; c) sistematização dos resultados dos estudos.

Fase 5: comunicação dos achados tendo em vista o público alvo

São sugeridas as seguintes atividades nessa fase: a) planejamento de estratégias de socialização do resultado dos estudos (Para quem socializar? O que exatamente socializar? Por qual veículo? Quais produtos?); b) organização da produção e publicação das comunicações.

Todas as fases ocorrerão a partir de reuniões e demais formas de trocas síncronas realizadas remotamente, assim como trocas assíncronas por meio de plataformas como o Google Drive, Whatsapp, Moodle e demais que sejam já usadas pelos participantes.

Resultados esperados e produtos previstos

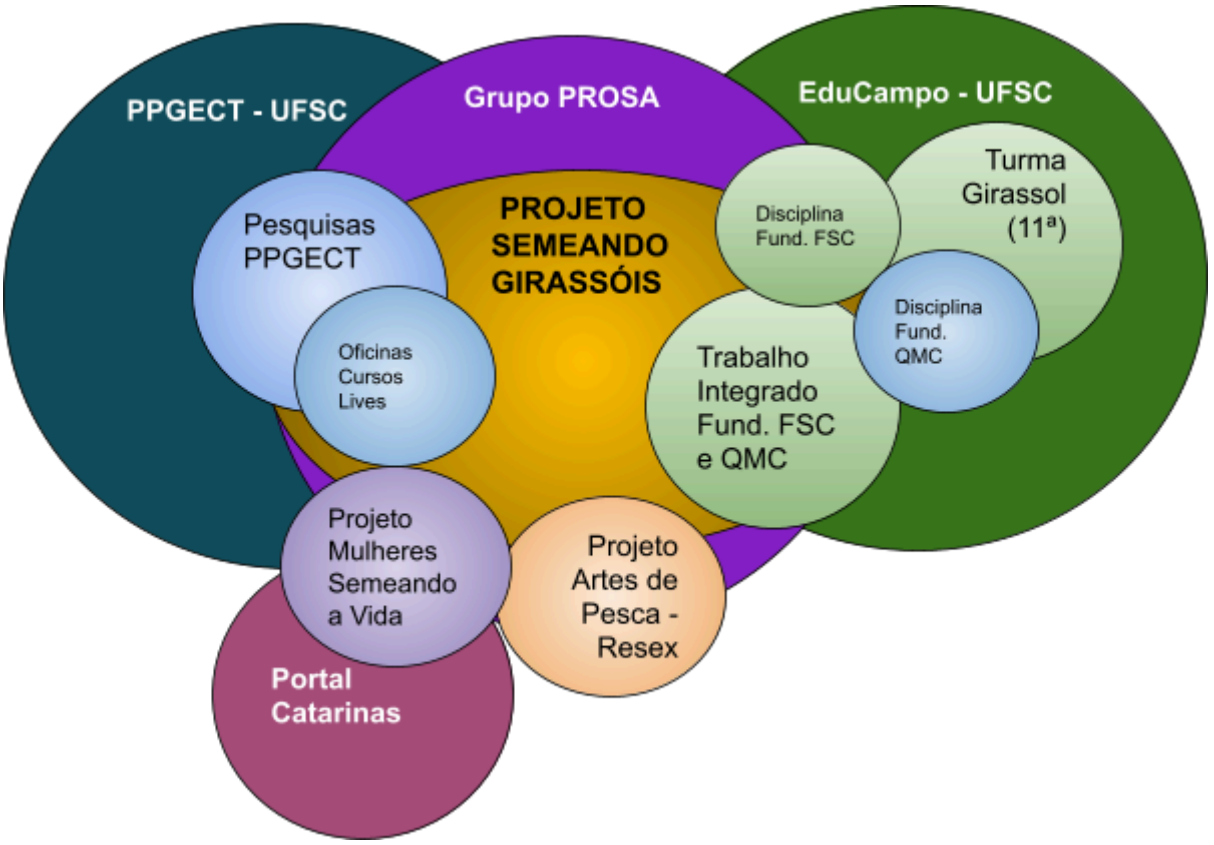
Compreendemos que o principal resultado desse projeto diz respeito às formações propiciadas a todos os participantes ao longo de sua execução. Como atividades mediadoras dessas formações estão previstos processos de produção de dois livros digitais, integrantes de números da série Vozes do Campo (vide livro número 1 e número 2 da série), assim como peças gráficas específicas circuladas em rede social (canais de vídeo e podcast ou instagran do grupo prosa, tais como o seguinte exemplo https://www.instagram.com/lqpn_qmc/).

6.1 Livro digital 1: "Semeando Girassóis: estudos engajados com situações significativas dos povos do campo/periferias". Volume 1.

A fonte principal da publicação são as sistematização dos registros do trabalho integrado das componentes curriculares Fundamentos de Física EDC 1409 e Fundamentos de Química EDC 1410 ofertados na segunda fase do Cursos de Licenciatura em Educação do Campo da UFSC, para a 11ª turma: Turma Girassol.

Haverá capítulos relacionados com estudos sobre Volta Grande - Rio Negrinho, sobre Vidal Ramos e sobre a Comunidade pesqueira da RESEX-FNL.

Além disso também serão acrescidos capítulos relacionados à reflexões sobre os estudos/pesquisas sobre assuntos tais como wikipédia, técnica de produção audiovisual, protagonismo da juventude do campo, desafios do diálogo entre conhecimentos populares/tradicionais e a química, educação ambiental e processos de investigação temática em estudos engajados com os povos do campo/periferia.



-

-

(TEXTO EM CONSTRUÇÃO)

-
- Descrição do Projeto

EDC1409 (20202) - Fundamentos Física.
Ementa
Conceitos básicos de Física – equilíbrio e energia – mobilizados na Educação Básica para a compreensão da Terra como um sistema, considerando o contexto e a realidade das escolas do campo e as possibilidades de interações com as outras áreas do saber.

Exemplos de estudos engajados com a tranformação dá realidade injusta dos povos do campo e periferia
Guiné Bissau - 1979-80
Santa Rosa de Lima - 2014
Major Vieira - 2015
Especialização LEDOCs - 2016

Felipe Ramos Lima, licenciado em física e mestrando do PPGECT. Eduarda Boing Pinheiro, licenciada em Química e mestranda do PPGECT.
Juliana Rezende Torres, da área de Ensino de Biologia e Educação Ambiental, Professora da UFSCar-Sorocaba e na ocasição pós-doutoranda no PPGECT.

Kátia da Costa Leite, licenciada em Educação do Campo Área de Ciências da Natureza e Matemática, professora da componente curricular EDC xxxx - Fundamentos de Química e também doutoranda do PPGECT.

Fernanda Stoeberl, licenciada em Educação do Campo Área de Ciências da Natureza e Matemática, mestranda do PPGECT.

EDC 1409- Fundamentos de Química…

- Reflexões:
    - Por que Povos do campo e periferia?

entenderemos como sujeitos do campo:

"os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural" (BRASIL, 2010 - disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm>)

- Por que "Estudos Engajados"? Universidade e as Realidades Locais… Universal e Particular…
- Não há processo educativo que não seja político, que não seja intencional… a universidade sozinha não é suficiente (não consegue/dá conta) de gestar os sonhos coletivos que podem se tornar realidade… se por prática intelectual estejamos compreendendo a reflexão profunda, que não confunde aparencia e essesncia (ver citação Marx) há prática intelectual nas comunidades locais (fora dá universidade), assim como nem sempre há na universidade (diferença entre pratica intelectual e acadêmica.. - Ouriques e Rampineli —- burocracia - Tragtenberg). Antes de afirmar que as comunidades e povos do campo e periferia sozinhas não poderiam fazer frente às pressões desumanizadoras do sistema de totalidade vigente, o que evidenciaria a ignorância dá universidade em relação a praticas de resistência das comunidades do campo e periferia,

preferimos nos perguntar no Grupo Prosa, não como retórica, mas como como problematização no sentido freireano: como a universidade pode com a comunidade identificar as manifestações concretas de desumanização da totalidade vigente (pseudocrocreticidade)? Como podem as atividades da universidade se orientar para, junto com os povos do campo e periferia, realizar analise crítica e transformadora dá realidade vigente (orientada à superação das situações concretas de desumanização de cada realidade local, exigindo assim também a superação na universidade da cultura assistencialista, bancária - principalmente nas atividades de extensão e ensino - e contemplativista)? Não nos resta dúvida de que a universidade pode xxxxxx, inclusive a UFSC segundo o seu PDI, Universidade como instituições vocacionada a produção de conhecimento rigoroso e cultural numa perspectiva humanizadora (Exemplo da Barbara Karine… denúncia invisíbilizações - racistas… Dos trabalhos xxxxx)

Reconhecer as potencialidades da universidade em relação a construção do conhecimento……. como parte de um processo de tran
O projeto

FASE 1 - DEFINIÇÃO DE GRUPOS, CONTEXTO LOCAL E POVOS DO CAMPO* ENVOLVIDOS (até 25/02)

Principais atividades:
Definir grupos com no mínimo 2 pessoas e no máximo 3 pessoas (o professor estará com vocês como terceiro ou quarta integrante do grupo);
Definição do contexto local (pode ser um bairro/comunidade a critério do grupo, desde que participem desse contexto povos do campo);
Caracterização sucinta do/os povo/os do campo que constituem aquela realidade local (considerar a definição do decreto como um ponto de partida, mas não precisa se restringir apenas àquela definição).

FASE 2 - DEFINIÇÃO DAS SITUAÇÕES SIGNIFICATIVAS (sugestão de data limite para concluir a fase: 02/03)

Principais atividades sugeridas:
Levantamento exploratório de possíveis situações significativas do ponto de vista dos povos do campo (por exemplo: problemas, conflitos e percepções fatalistas ou culpabilização de terceiros podem ajudar a identificar essas situações);

Apreciação pelo grupo (que inclui o professor) de cada uma das situações levantadas considerando os seguintes critérios:
a) Se tratam de situações significativas para a população local (Significativo aqui se refere ao que é reconhecido pela população como um problema seja como objeto de conflito, como situações que não teriam solução ou nas quais há um ambiente de culpabilização que desmobiliza o coletivo)
b) A população local fala sobre essa situação? Como explica a situação? Quais soluções são propostas?
c) Há fontes secundárias sobre a situação (notícias de jornal, estudos)?
Identificação registros sobre a situação escolhida (fotos, gravações em audio ou vídeo, jornais locais, trabalhos acadêmicos sobre a situação ou a comunidade local) e produção desses registros (principalmente no caso de não ser localizada fontes existentes)

FASE 3 - ESTUDO DA SITUAÇÃO SIGNIFICATIVA IDENTIFICADA - buscando identificar aspectos do ponto de vista natural para aprofundamento - caracterização como um sistema físico. (sugestão de data limite para concluir a fase: 09/03)

Principais atividades sugeridas:
Leitura minuciosa de fontes primárias e secundárias sobre a situação significativa (buscando identificar aspectos chaves a ser aprofundado);
Caracterização dos aspectos chaves
Levantamento de referências coletivo e seleção de referências para estudo dos aspectos chave.

FASE 4 - APROFUNDAMENTO CONCEITUAL (sugestão de data limite para concluir a fase: 23/03)

Principais atividades sugeridas:

Planejamento do estudo dos aspectos chave da situação significativa a partir das referências selecionadas (divisão de tarefas, dinâmica de socialização interna, planejamento da sistematização dos estudos etc.);

Socialização e debates internos acerca dos estudos realizados

Sistematização do resultado dos estudos

FASE 5 - COMUNICAÇÃO DOS ACHADOS TENDO EM VISTA O PÚBLICO ALVO (sugestão de data limite para concluir a fase: 01/04)

Principais atividades sugeridas:

Planejamento de estratégias de socialização do resultado dos estudos (Para quem socializar? O que exatamente socializar? Por qual veículo? Quais produtos?)

Organização da produção e publicação das comunicações

CRONOGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO PRINCIPAL DA DISCIPLINA FUNDAMENTOS DE FÍSICA					
	Semana 1 01-05/03	Semana 2 08-12/03	Semana 3 15-19/03	Semana 4 22-26/03	Semana 5 29-02/04
1. GRUPOS, CONTEXTO LOCAL E POVOS DO CAMPO* ENVOLVIDOS					
2. CARACTERIZAÇÃO DAS SITUAÇÕES SIGNIFICATIVAS					
3. ESTUDO EXPLORATÓRIO DA SITUAÇÃO SIGNIFICATIVA IDENTIFICADA					
4. APROFUNDAMENTO CONCEITUAL					
5. COMUNICAÇÃO DOS ACHADOS TENDO EM VISTA O PÚBLICO ALVO					

Projeto de Extensão: Semeando girassóis: estudos engajados com situações significativas para os povos do campo/periferias.

Palavras-chave: Diálogo de saberes, Interdisciplinaridade, Estudo da Realidade.

Período de atividade: 01/06/2021 - 31/12/2022

TÍTULO

- COMO CONCEBEMOS A OBRA (Reflexivo - Sentido e o Porquê de fazer esse livro):
    - [Elizandro] Explicitar o sentido do título do livro “Semeando girassóis: estudos engajados com situações significativas para os povos do campo/periferias.” - Relacionar com a “princípio” do Prosa… perspectiva ético-crítica… (Conhecimento livre, Ensino-Realidade, Local-Lugar, racionalidade ambiental - dimensão ambiental das situações de opressão, dimensão cultural, Dinamização de atividades didáticas - jogos, pescadores artesanais…)
    - FELIPE: LIVRO COMO SISTEMATIZAÇÃO DE CONHECIMENTOS CONSTRUÍDOS NESSES VÁRIOS ESPAÇOS - RESTITUIÇÃO SISTEMÁTICA (Fals Borda)

<FELIPE> A organização do livro busca valorizar e propagar um conjunto de conhecimentos partilhados no processo educativo que se dava durante a Pandemia de Covid-19. A busca pela sistematização de algumas dimensões do conhecimento, explicitadas pela curadoria das pessoas autoras em um conjunto de fotografias, documentos, notícias, encontra ressonância na técnica que Orlando Fals Borda vem a chamar de restituição sistemática. Uma técnica que se espera contribuir para desalienar o sujeito do campo de um pretenso lugar de passividade frente à construção do mundo.

> Assim, é possível equilibrar o peso desses valores alienantes por meio de uma restituição enriquecida do conhecimento dos camponeses (especialmente da história local e dos acontecimentos históricos) aos próprios camponeses. Este esforço deveria levá-los a novos níveis de consciência política. Dessa forma, seu senso comum poderia ser transformado de modo a se tornar mais sensível a mudanças radicais na

> sociedade e aos tipos necessários de ação. Da mesma forma, a voz das bases , populares antes calada ou reprimida, pode assim ser ouvida em nível geral. (BORDA, 1990, p. 51)

Nesse sentido, esse livro se constitui como a produção de um espaço de guarida de conhecimentos. Por meio da formalização dos conteúdos compartilhados, a instituição universitária produziu essa sistematização com uma linguagem que valoriza as expressões e falas das próprias pessoas enunciadoras, adaptando o conjunto de suas expressões para uma devolutiva que contribua para a tomada de poder dessas autorias como pessoas produtoras de conhecimento. <FELIPE/>

- FELIPE: PRONUNCIAR O MUNDO --- AUTORIA DÁ PRÓPRIA HISTÓRIA e DESAFIOS PARA ISSO ACONTECER… … A QUESTÃO DAS IMAGENS E FOTOGRAFIAS COMO PROCESSO AUTORAL. LIVRO…VALIDAÇÃO DE CONHECIMENTOS/SABERES QUE CIRCULAM NAS COMUNIDADES E, MUITAS VEZES, NÃO ENCONTRAM VALIDAÇÃO COMO CONHECIMENTO CIENTÍFICO CULTURALMENTE VALORIZADOS PELA ACADEMIA/UNIVERSIDADE COMO DETENTORA/VALIDADORA DOS CONHECIMENTOS (É UM PAPEL OCIDENTALMENTE ATRIBUÍDO À INSTITUIÇÃO). É UM TENSIONAMENTO TAMBÉM PARA ESSA MANEIRA DE ENXERGAR A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO (Fleck)

<FELIPE>

Ao nos aventurarmos em processos de transformação dos conhecimentos dos sujeitos do campo foi possível observar o desenvolvimento de possibilidades educativas que não se encerram apenas na sala de aula, esses conhecimentos compartilhados foram trazidos à baila e ressignificados como práticas buscadoras de apreensão do mundo em formatos diversos, tal como a fotografia, a recordação e contação de memórias. Nesse processo a atividade educativa vai se configurando num processo que reúne uma envoltória de relações em torno de outras práticas sociais. Essa própria história vai articulando uma espécie de autoria, trazendo a

> “possibilidade de uma atividade educativa não se encerrar em si mesma, mas ser radicalmente compreendida como uma prática social de pronúncia do mundo em uma fronteira social, contribuindo para constituição do sujeito em comunidade, com o outro e com a própria comunidade, ou seja, o desenvolvimento da agência vista pela ótica do sujeito e, portanto, este sujeito alçado a autor e agente do conhecimento. Consideramos que essa forma de atuação contribui com a qualificação de um ambiente que pode vir

> a contribuir com a disponibilidade de informação de qualidade.” (Lima; Camillo; Brick, 2023)

Essa disponibilização de informação de qualidade, da partilha de conhecimento, de modos de sistematização e validação, isto é, todo um conjunto institucional de produção contribui para que esses sujeitos autores se reafirmem como pessoas autoras e agentes de conhecimento. Nesse sentido a tarefa, ou atividade produtora, aqui desenvolvida trata-se de “apropriar-nos dos meios pelos quais as atividade podem emergir e constituir o tecido da realidade humana de forma consciente e não mais como simples e unicamente guiados por forças alheias à vontade humana.” (CAMILLO, 2015, p. 142)

<FELIPE/>

- [Eduarda] Síntese cultural: Os morangos do Matrix 4.
- [Elizandro] Educação do Campo produtora de conhecimento (MOLINA….) e

- DESCREVER AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO LIVRO
  - [Eduarda] Projetos que deram origem… Artigo sobre Projeto “Integralidade - Pesquisa-Ensino-Extensão” - Artigo nosso..
  - [Eduarda] Descrição/análise da Estrutura do livro… (sessões, capítulos…)

APRESENTAÇÃO - A EMERGÊNCIA DO PROJETO SEMEANDO GIRASSÓIS: ESTUDOS ENGAJADOS COM OS POVOS DO CAMPO E PERIFERIAS

Este livro traz um sucinto acúmulo de processos de estudos engajados com as lutas das populações do campo, das águas, das florestas e periferias, ou seja, aquelas que produzem sua vida a partir do meio natural em que ocupam (Brasil, 2010), que fizeram parte do projeto “Semeando Girassóis”. Trata-se de uma ação que pôde transversalizar atividades de ensino na graduação e pós-graduação, de pesquisas e de extensão, originada da vontade de estabelecer e cultivar vínculos perenes das pessoas, sejam elas estudantes de graduação, de pós-graduação, pesquisadores e às próprias comunidades, com as lutas contextos locais. pessoas estagiárias docentes, pessoas professoras do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Santa Catarina (EduCampo-UFSC) e

integrantes do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Tecnologia Ético-Crítica (Prosa)

Essa ação teve sua origem em uma atividade conjunta entre duas componentes curriculares - EDC 1409 - Fundamentos de Física e EDC 1410 - Fundamentos de Química - da segunda fase do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Santa Catarina (EduCampo-UFSC) ofertadas para a Turma Girassol, que se encerraram em maio de 2021 e que inspiraram o planejamento e continuidade na disciplina EDC 1423 - Fundamentos da Ciência da Natureza e Matemática I, que iniciou com a Turma Girassol, em junho de 2021.

O curso de Licenciatura em Educação do Campo (EduCampo) da UFSC alocado no Centro de Ciências da Educação (CED) tem como objetivo formar educadores "(...) aptos a fazer a gestão de processos educativos e a desenvolver estratégias pedagógicas que visem a formação de sujeitos humanos autônomos e criativos capazes de produzir soluções para questões inerentes à sua realidade (...)" (UFSC, 2009, p. 2). Britto (2011) destaca como principais desafios que se está enfrentando no curso: 1) "a realização de práticas pedagógicas menos fragmentadas [no sentido de] romper os limites entre os componentes curriculares [do curso]" (Britto, 2011, p. 169); 2) a realização de um planejamento coletivo – que considere os sujeitos concretos, muitas vezes com limitações nas suas formações básicas – e as limitações da própria formação inicial.

No âmbito das disciplinas previamente citadas, os aspectos que foram aprofundados durante os estudos foram:

- As lutas da comunidade remanescente quilombola do Quilombo Vidal Martins, localizado no município de Florianópolis;
- A iniciativa “EcoQuilombo” realizada no Morro do Quilombo em Florianópolis;
- As lutas da Associação dos Pescadores Profissionais, Artesanais e Amadores da Praia do João Paulo e Saco Grande - APPAAJOP, em Florianópolis;
- O desafio da geração de renda para os jovens do Povo Laklãnõ - Xokleng TI Ibirama - SC;
- Problema das moscas para de agricultores familiares em São Pedro de Alcântara - SC;

- Impactos do clima na produção agrícola do Assentamento Vitória da Conquista, em Fraiburgo - SC;

Os estudos citados se deram a partir de atividades divididas por fases, as quais se inspiram na Investigação Temática Freireana (Freire, 2019):

FASE 1 - DEFINIÇÃO DE GRUPOS, CONTEXTO LOCAL E POVOS DO CAMPO[2] ENVOLVIDOS

- ➔ Definir grupos com no mínimo 2 pessoas e no máximo 3 pessoas (o professor se incluiu como terceiro ou quarto integrante do grupo);
- ➔ Definição do contexto local (bairro/comunidade a critério do grupo, desde que participem desse contexto povos do campo);
- ➔ Caracterização sucinta do/os povo/os do campo que constituem aquela realidade local (considerar a definição do decreto como um ponto de partida, mas não precisa se restringir apenas àquela definição).

FASE 2 - DEFINIÇÃO DAS SITUAÇÕES SIGNIFICATIVAS

- ➔ Levantamento exploratório de possíveis situações significativas do ponto de vista dos povos do campo (por exemplo: problemas, conflitos e percepções fatalistas ou culpabilização de terceiros podem ajudar a identificar essas situações);
- ➔ Apreciação pelo grupo de cada uma das situações levantadas considerando os seguintes critérios:
    a) Se tratam de situações significativas para a população local (Significativo aqui se refere ao que é reconhecido pela população como um problema seja como objeto de conflito, como situações que não teriam solução ou nas quais há um ambiente de culpabilização que desmobiliza o coletivo)
    b) A população local fala sobre essa situação? Como explica a situação? Quais soluções são propostas?
    c) Há fontes secundárias sobre a situação (notícias de jornal, estudos)?
- ➔ Identificação de registros sobre a situação escolhida (fotos, gravações em audio ou vídeo, jornais locais, trabalhos acadêmicos sobre a situação ou a

[2]Para efeito deste trabalho entendemos como sujeitos do campo “os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural” (Brasil, 2010).

comunidade local) e produção desses registros (principalmente no caso de não ser localizada fontes existentes)

FASE 3 - ESTUDO DA SITUAÇÃO SIGNIFICATIVA IDENTIFICADA - buscando identificar aspectos do ponto de vista natural para aprofundamento - caracterização como um sistema físico.

- ➔ Leitura minuciosa de fontes primárias e secundárias sobre a situação significativa (buscando identificar aspectos chaves a ser aprofundado);
- ➔ Caracterização dos aspectos chaves
- ➔ Levantamento e seleção de referências para estudo dos aspectos chave.

FASE 4 - APROFUNDAMENTO CONCEITUAL

- ➔ Planejamento do estudo dos aspectos chave da situação significativa a partir das referências selecionadas (divisão de tarefas, dinâmica de socialização interna, planejamento da sistematização dos estudos etc.);
- ➔ Socialização e debates internos acerca dos estudos realizados
- ➔ Sistematização do resultado dos estudos

FASE 5 - COMUNICAÇÃO DOS ACHADOS TENDO EM VISTA O PÚBLICO ALVO

- ➔ Planejamento de estratégias de socialização do resultado dos estudos (Para quem socializar? O que exatamente socializar? Por qual veículo? Quais produtos?)
- ➔ Organização da produção e publicação das comunicações

A Figura 1 apresenta o cronograma em que as fases foram distribuídas durante o semestre de 2020.1, quando esta atividade ocorreu.

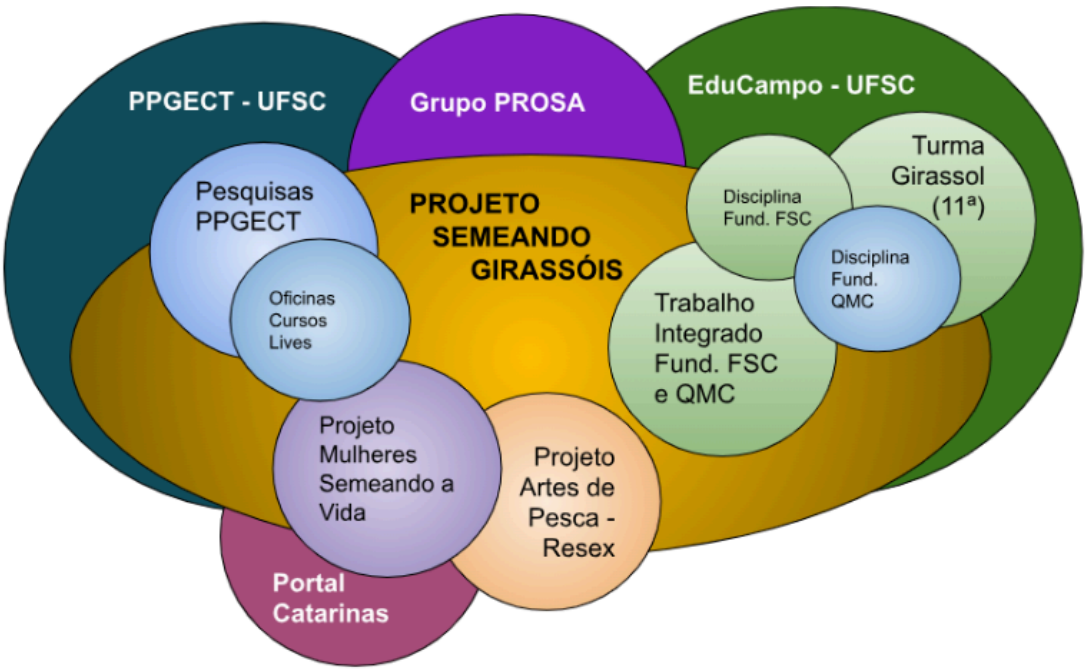
Figura 1. Cronograma de desenvolvimento de trabalho principal das disciplinas de Fundamentos de Física e de Química, na EduCampo da UFSC, em 2020.1.

CRONOGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO PRINCIPAL DA DISCIPLINA FUNDAMENTOS DE FÍSICA					
	Semana 1 01-05/03	Semana 2 08-12/03	Semana 3 15-19/03	Semana 4 22-26/03	Semana 5 29-02/04
1. GRUPOS, CONTEXTO LOCAL E POVOS DO CAMPO* ENVOLVIDOS					
2. CARACTERIZAÇÃO DAS SITUAÇÕES SIGNIFICATIVAS					
3. ESTUDO EXPLORATÓRIO DA SITUAÇÃO SIGNIFICATIVA IDENTIFICADA					
4. APROFUNDAMENTO CONCEITUAL					
5. COMUNICAÇÃO DOS ACHADOS TENDO EM VISTA O PÚBLICO ALVO					

Fonte: Prosa (2021).

Além das atividades desenvolvidas nas disciplinas da EduCampo da UFSC, foram retomados estudos sobre o Distrito de Volta Grande, em Rio Negrinho (Stoeberl, Brick, 2021), sobre Vidal Ramos e sobre a Comunidade pesqueira da RESEX, na costeira do Pirajubaé, em Florianópolis. O projeto integrou ações de ensino da Graduação em Educação do Campo, estágios de docência e ações de pesquisa do Programa de Pós Graduação em Educação Científica e Tecnológica, bem como projetos desenvolvidos por parceiros como a UFSCar-Sorocaba e o projeto Artes de Pesca. A Figura 2 apresenta um esquema demonstrativo das parcerias estabelecidas a partir do projeto Semeando Girassóis.

Figura 2. Esquema de rede de articulações do projeto Semeando Girassóis.



Fonte: Prosa (2021).

As propostas de ação do projeto Semeando Girassóis, articuladas com as ações de Ensino e Extensão realizadas no âmbito do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, tem como eixo principal propiciar contexto de estudos e cultivo de vínculos com comunidades locais do campo, tendo como inspiração o processo de "investigação temática" (Freire, 2019), compreendendo essa empreitada como enfrentamento dos desafios à área de Ensino de Ciências, a partir das demandas colocadas pela Educação do Campo de promoção de estudos engajados com as lutas dos povos do campo pelo direitos dos quais foram historicamente alijados.

Nesse sentido, o objetivo geral do projeto foi promover estudos engajados com as populações do campo e periféricas (vítimas do sistema de totalidade opressor). Um dos resultados desse processo todo é o presente livro, seu processo de formalização, desde a produção de conteúdos até a diagramação final foi produto foram momentos de vivenciar o objetivo do curso de Licenciatura em Educação do Campo.PINHEIRO, Eduarda B.; NASCIMENTO, Lucas A.; BRICK, Elizandro M. Educação Popular e Educação do Campo: planejamento e organização de um Projeto Integrador de atividades de pesquisa, ensino e extensão. **Revista Cocar**, n. 30, 2024. Disponível em: https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/8721. Acesso em: 10 set. 2025.

STOEBERL, Fernanda; BRICK, Elizandro M. Projeto Comunitário com Jovens Camponeses: a construção de uma proposta de ensino a partir da realidade.

Revista Espaço do Currículo. João Pessoa, vol. 14, n. 2, p. 1-19, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/58095/33642. Acesso em: 11 set. 2025.

UFSC. **Prosa – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Tecnologia Ético-Crítica**. Histórico. [s.d.]. Disponível em: https://prosa.ufsc.br/quem-somos/historico/. Acesso em: 10 set. 2025.

UFSC. Projeto Pedagógico do Curso: **Licenciatura em Educação do Campo** – Área: Ciências da Natureza e Matemática e Ciências Agrárias. Florianópolis: UFSC, 2009. 89 f. Disponível em: https://ledoc.paginas.ufsc.br/files/2014/07/PPP-LEdoC.pdf. Acesso em: 11 set. 2025.

RESISTÊNCIA DO QUILOMBO VIDAL MARTINS EM FLORIANÓPOLIS

Ana Paula Arnold Machado
Licencianda em Educação do Campo pela Universidade Federal de Santa Catarina
aninha07arnold@gmail.com
Eduarda Boing Pinheiro
Professora de química do estado de Santa Catarina e mestranda em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina
eduardaboingpinheiro@gmail.com
Marcos Aurélio Espíndola
Licenciando em Educação do Campo pela Universidade Federal de Santa Catarina
marcredriver@gmail.com
Marjana Valim
Licencianda em Educação do Campo pela Universidade Federal de Santa Catarina
marjanavalim@hotmail.com

Resumo
As terras que atualmente abrigam o Parque Estadual do Rio Vermelho são, na verdade, território da comunidade quilombola Vidal Martins. Atualmente, os trâmites estão se encaminhando para a resolução desse caso, o qual se iniciou na década de 1960, quando se acreditou que o "reflorestamento" com pinus, utilizando a mão de obra da comunidade e de presidiários, poderia ser uma boa proposta de lucro obtido com terras de outrem, com a justificação da necessidade de proteção ambiental. Por um tempo, a comunidade permaneceu vivendo no território, mas, posteriormente, foi expulsa de suas terras e realocada em um espaço indigno. Mais de 40 anos depois, a situação se mantém, e o povo luta por suas terras. A luta do quilombo Vidal Martins reverbera na fala da comunidade e nos noticiários (por vezes tendenciosos e enganosos). Além disso, é comum notar as cicatrizes deixadas pelo racismo, que antes era escrachado e que atualmente se esconde por trás de ações e discursos disfarçados. Tendo em vista a luta desse povo por suas terras e a realidade que se coloca, pensamos em uma possibilidade de diálogo com a comunidade, enaltecendo a hipocrisia da expulsão de um povo de suas terras para a plantação de pinus, que é uma vegetação invasora e que pode ocasionar problemas ambientais para a região.

Palavras-Chave: Quilombo Vidal Martins; Pinus; Território Quilombola.

1. QUILOMBO VIDAL MARTINS - FLORIANÓPOLIS (SC)

A história brasileira é fortemente marcada por injustiças raciais desde a chegada da Coroa Portuguesa, quando o Brasil tinha outro nome. O violento processo de escravização de pessoas livres trazidas à força da África gerou marcas profundas. Cardoso e Ianni (1960) contam que, na região Sul, a tentativa de apagamento histórico e a desestruturação cultural das comunidades remanescentes de quilombos foi, e segue sendo, também muito marcante.

Santa Catarina teve sua identidade construída, propositalmente, para ser conhecida por sua imagem europeia. Em Florianópolis são exaltados os símbolos tipicamente açorianos, representados culturalmente pelas rendas de bilro e pelo boi-de-mamão, por exemplo. No

entanto, em 1810, a Ilha de Santa Catarina tinha 12471 habitantes, sendo 3313 escravos, que correspondiam a 26,56% da população (CARDOSO; IANNI, 1960).

O apagamento histórico de negras e negros escravizados no Brasil é parte de uma política de "branqueamento" da população, isto é, parte da estratégia de livrar o país do povo negro, como também suscitam Cardoso e Ianni (1960). Recorrentemente, comunidades quilombolas sequer são mencionadas como povos tradicionais em trabalhos acadêmico-científicos.

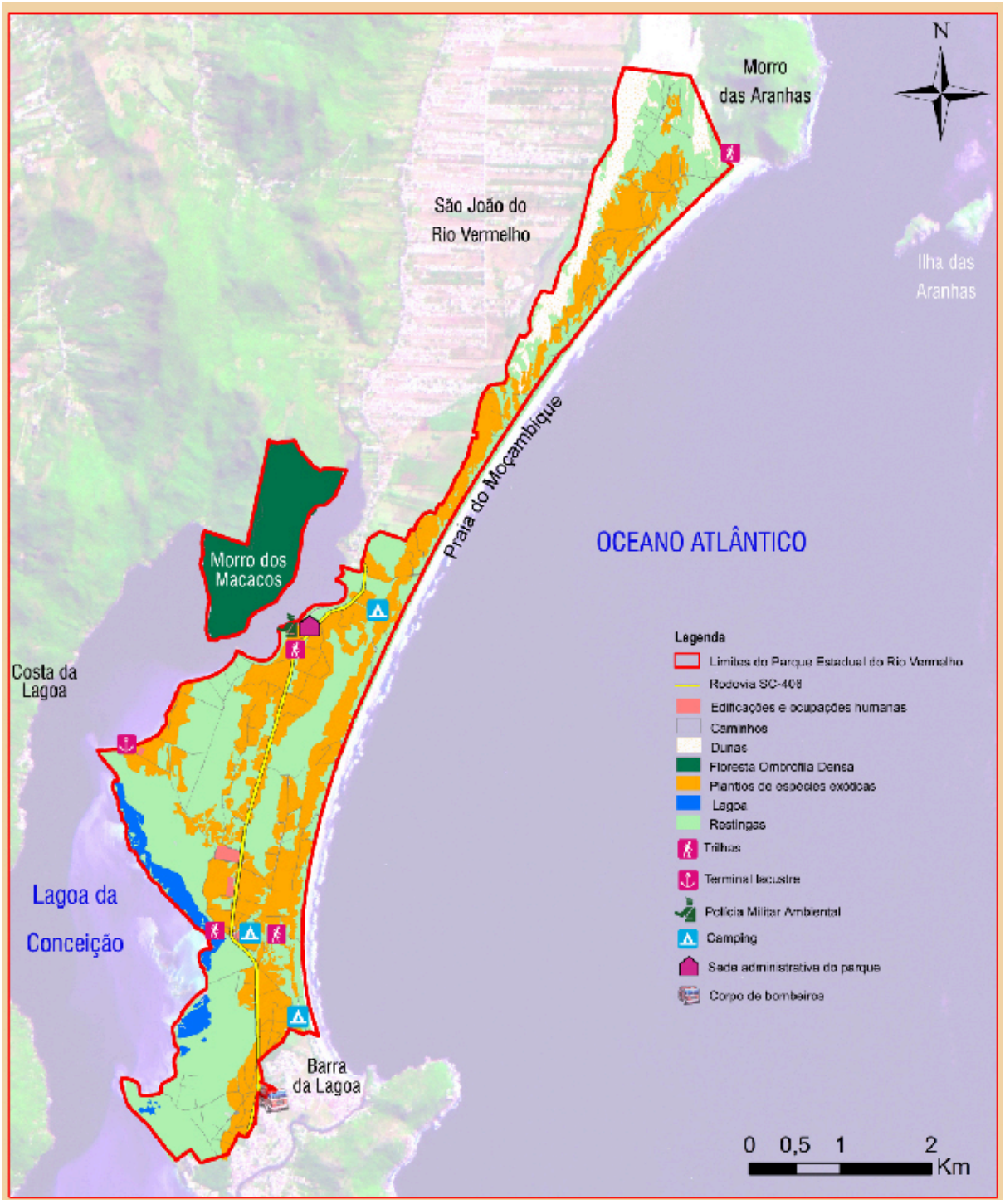
Em 1960, na região sul do distrito de São João do Rio Vermelho em Florianópolis, o governo de Santa Catarina inicia um processo de retirada contínua da família Vidal Martins das terras onde viviam. Tais terras pertenciam a sua ancestral Joanna crioula, mulher escravizada, descendente de negras e negros capturados, desterritorializados e traficados desde África em meados do século XVIII, juntamente com a invasão da Ilha de Santa Catarina pelos portugueses (ROSA, 2014).

Valdez (2017) relata que a justificativa do estado catarinense para a expropriação territorial era de que a areia da Praia Grande (conhecida como Moçambique) avançaria e, por isso, outra vegetação, diferente da nativa, deveria ser plantada ali para "segurar as dunas". Henrique Berenhauser era o porta-voz da Secretaria de Agricultura do Estado e idealizador de uma Estação Florestal, onde um grande laboratório a céu aberto foi instalado naquelas terras em 1962. O projeto da Estação Florestal do Rio Vermelho era fundamentado na silvicultura de espécies exóticas, como o eucalipto e, principalmente, o pinus.

O Parque Estação Florestal do Rio Vermelho ocupou uma área de 1.400 ha. no bairro de São João do Rio Vermelho, Ilha de SC. Em 1974, a Estação Florestal passa a se chamar Parque Florestal do Rio Vermelho (INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DE SANTA CATARINA, [201-?]). A partir da instituição do Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)[3], a denominação oficial se tornou Parque Estadual do Rio Vermelho (PAERVE)[4], com uma área de 1.532 ha. (SANTA CATARINA, 2007). O mapa do território do PAERVE pode ser visualizado na Figura 1.

Figura 1 – Mapa do Parque Estadual do Rio Vermelho (PAERVE)

[3]Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (BRASIL, 2000), instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).
[4]Decreto nº 308, de 24 de maio 2007 (SANTA CATARINA, 2007). O parque está sob responsabilidade do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA).



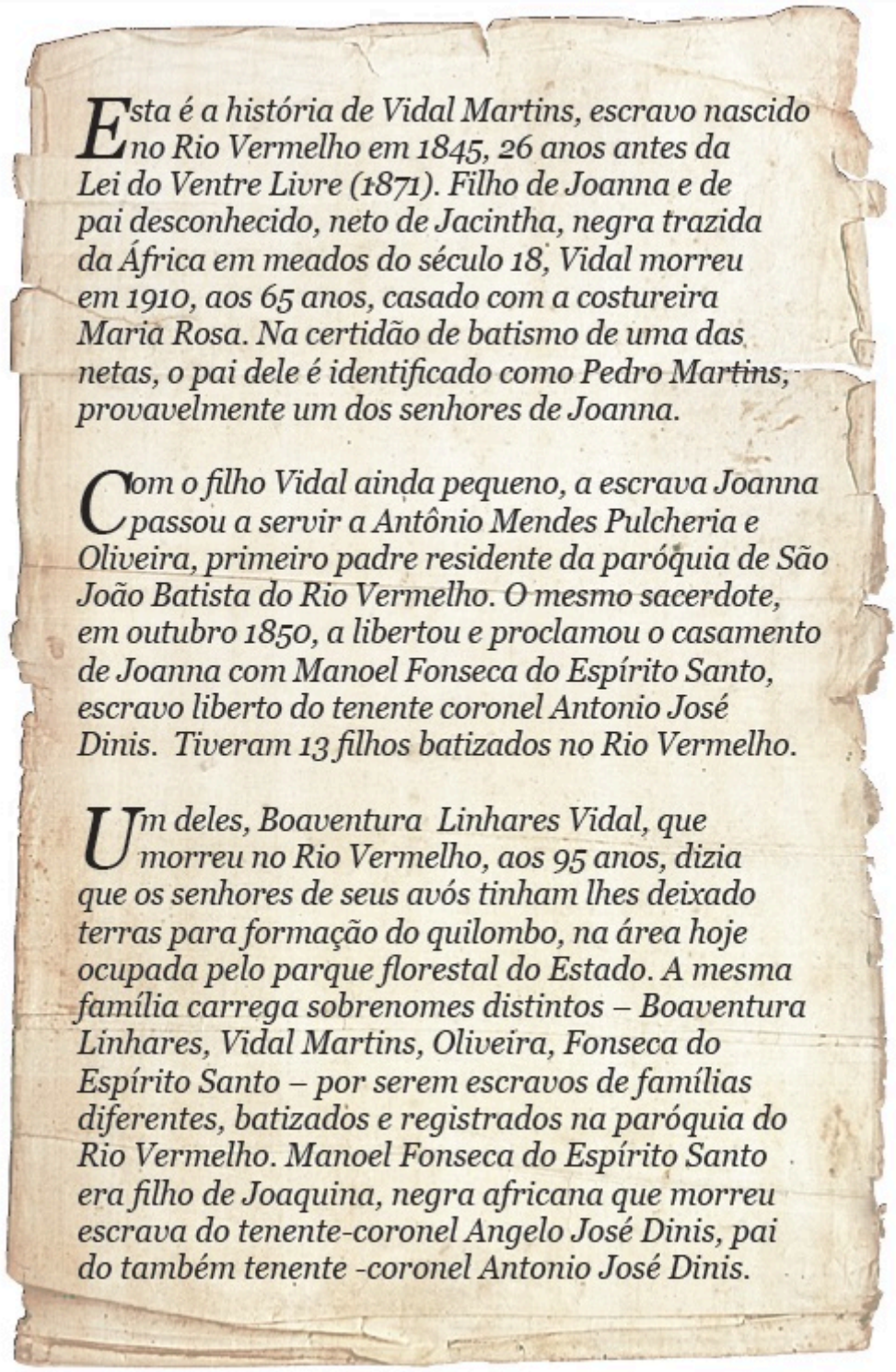
Fonte: Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina ([201-?]).

O objetivo de preservação ambiental se imbricavam aos interesses do setor madeireiro, já que a silvicultura recebia grandes incentivos federais, bem como a órgãos estatais, como a Penitenciária Estadual, que, unindo forças com Berenhauser e outras articulações da sociedade civil, estabeleceu uma colônia penal na área para fornecer mão de

obra de baixíssimo custo para as atividades de reflorestamento. Tais atividades também foram realizadas pelos próprios moradores da comunidade (VALDEZ, 2017).

O Quilombo Vidal Martins leva esse nome em homenagem ao escravo homônimo, neto de Jacintha, escrava trazida da África em meados do século XVIII. Um pouco mais de sua história é contada na Figura 2. Em outubro de 2013, a comunidade foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares como território quilombola, sendo a primeira certificada do município de Florianópolis em 2013 (BRASIL, 2013). Após sete anos, o Quilombo ainda não obteve o documento de titulação, estando atualmente nas mãos do Estado de Santa Catarina essa devida efetivação, pois, em janeiro de 2019, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) reconheceu o direito às terras e, em 2020, foi publicado no Diário da União (BRASIL, 2020).

Figura 2 – A história da família Vidal Martins



Esta é a história de Vidal Martins, escravo nascido no Rio Vermelho em 1845, 26 anos antes da Lei do Ventre Livre (1871). Filho de Joanna e de pai desconhecido, neto de Jacintha, negra trazida da África em meados do século 18, Vidal morreu em 1910, aos 65 anos, casado com a costureira Maria Rosa. Na certidão de batismo de uma das netas, o pai dele é identificado como Pedro Martins, provavelmente um dos senhores de Joanna.

Com o filho Vidal ainda pequeno, a escrava Joanna passou a servir a Antônio Mendes Pulcheria e Oliveira, primeiro padre residente da paróquia de São João Batista do Rio Vermelho. O mesmo sacerdote, em outubro 1850, a libertou e proclamou o casamento de Joanna com Manoel Fonseca do Espírito Santo, escravo liberto do tenente coronel Antonio José Dinis. Tiveram 13 filhos batizados no Rio Vermelho.

Um deles, Boaventura Linhares Vidal, que morreu no Rio Vermelho, aos 95 anos, dizia que os senhores de seus avós tinham lhes deixado terras para formação do quilombo, na área hoje ocupada pelo parque florestal do Estado. A mesma família carrega sobrenomes distintos – Boaventura Linhares, Vidal Martins, Oliveira, Fonseca do Espírito Santo – por serem escravos de famílias diferentes, batizados e registrados na paróquia do Rio Vermelho. Manoel Fonseca do Espírito Santo era filho de Joaquina, negra africana que morreu escrava do tenente-coronel Angelo José Dinis, pai do também tenente -coronel Antonio José Dinis.

Fonte: Rosa (2014).

Até 2015, o quilombo Vidal Martins era um dos treze territórios quilombolas certificados em Santa Catarina (vide Figura 3). Essa certificação foi fruto do trabalho de

resgate histórico e cultural da família Vidal Martins, através das buscas por registros, documentos e imagens, protagonizadas por descendentes de Vidal Martins, no ano de 2012. Tais descendentes, desde a década de 60 até a retomada em 2020, estavam "jogados ao pé do asfalto", na rodovia que liga o bairro São João do Rio Vermelho até o da Barra da Lagoa, onde 31 famílias dividiam um (pequeno) espaço de 700 m², como informa a Rede dos Grupos de Agroecologia do Brasil (REGA BRASIL, [201-?]).

Figura 3 – Mapa dos territórios quilombolas certificados em Santa Catarina



Fonte: Bastos ([201-?]).

Conforme Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), elaborado como parte do processo de regularização fundiária das terras da Comunidade Quilombola Vidal Martins, "[...] a comunidade é composta por 31 famílias e o território identificado e delimitado possui uma área de 1.014,1966 ha. (mil e quatorze hectares, dezenove ares e sessenta e seis centiares), sobreposto integralmente ao Parque Estadual do Rio Vermelho [...]" (BRASIL, 2020, não paginado). A Figura 4 mostra a vista aérea do território Vidal Martins.

Figura 4 – Imagem aérea da comunidade quilombola Vidal Martins



Fonte: INCRA (2020).

O local mantém atividades de reflorestamento, renda de bilro, hortas, galinheiros, mutirões e lutas territoriais, como a "Retomada do Quilombo Vidal Martins", uma forma de pressionar o governo do Estado que está omisso em relação ao caso da titulação. As memórias relatadas pelos mais velhos emocionam, e os sentimentos de força e a vontade de entrar para a luta florescem e dão frutos, assim como o girassol e os milhos mostrados pela comunidade em publicações do Instagram da comunidade (Figura 5). Um por todos, todos por um, resistimos.

Figura 5 – A) Girassol e B) milhos plantados pela comunidade do quilombo Vidal Martins



Fonte: Quilombo Vidal Martins (2021).

O processo administrativo de titulação do Quilombo Vidal Martins tramita atualmente na Superintendência Regional do INCRA de Santa Catarina, em sua fase final. Ou seja, a comunidade obteve a Certidão de Autodefinição Quilombola, emitida pela Fundação Cultural Palmares em 2013. A equipe técnica destinada apresentou o laudo antropológico, e o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) foi aprovado e publicado. Tal relatório define a área a ser demarcada como território quilombola (TAVARES, 2020).

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), em fevereiro de 2020, determinou o prazo de 300 dias para o Incra concluir a regularização da comunidade remanescente quilombola. No entanto, a autarquia sustenta o discurso de que o cronograma ainda assim seria insuficiente e não dá seguimento ao procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação do quilombo.[5]

[5]A notícia mais atual da situação de tal processo encontra-se no endereço eletrônico do TRF4: https://www.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=noticia_visualizar&id_noticia=15309.

Conscientes da luta da comunidade do quilombo Vidal Martins e reconhecendo que é fundamental o engajamento em defesa das suas causas, optamos pela elaboração deste trabalho tendo em vista a história desse território. Nesse sentido, realizamos estudos acerca do contexto e da realidade dessa comunidade, a fim de compreender as suas conquistas e desafios e de nos disponibilizarmos de acordo com as suas próprias necessidades.

Assim, nossa intenção é nos envolvermos de maneira perene e comprometida com a luta travada há tantos anos pelo povo do quilombo Vidal Martins em defesa de seu território e das possibilidades de viver dignamente. Para isso, antes de tudo, é fundamental conhecer os anseios da própria comunidade e permitir que ela nos diga a melhor forma de nos dedicarmos coletivamente em prol de seus interesses. Assim, intencionamos deixar de lado nosso olhar colonizador – tão arraigado em tudo o que vivenciamos –, a fim de fazer reverberar as questões que a comunidade vislumbra como potencialidade.

2. QUAIS OS DESAFIOS QUE A COMUNIDADE DO QUILOMBO VIDAL MARTINS TEM ENFRENTADO?

Acreditamos que, além de conhecer as lutas principais e a história dos povos oprimidos, é de grandiosa relevância o diálogo com as comunidades e a consideração do que elas trazem como desafios a serem enfrentados. Realizamos esta pesquisa durante o primeiro semestre do ano de 2021, fato que complexificou a possibilidade de fazermos contato com a comunidade do quilombo Vidal Martins, devido à necessidade de isolamento decorrente da pandemia de Covid-19. Dessa forma, não realizamos entrevistas, mas abordamos as falas que alguns integrantes da comunidade do quilombo Vidal Martins já fizeram em noticiários, enaltecendo principalmente a sua luta em defesa do território. Além disso, trazemos algumas considerações de notícias acerca da comunidade, ilustrando a repercussão da resistência dessa comunidade.

Dona Jucélia é neta de Vidal Martins e, atualmente, vive em uma moradia precária, enquanto espera – quase sem esperança – a retomada das terras que lhe são de direito. Um dos prazeres de dona Jucélia é cozinhar para seus netos, mas, na hora da refeição, não há espaço para que todos aproveitem o momento juntos. De acordo com a dona Jucélia: “Elas [as crianças] chegam da escola com fome, eu boto o prato pra um que vai sentar na cama, boto o prato pra outro que vai sentar do outro lado, cada uma vai comer em um canto porque não cabe” (IAREK; ANTUNES, 2019, não paginado).

Essa existência longe de sua terra e de condições básicas para a manutenção de uma vida digna há mais de 40 anos (grande parte da vida de dona Jucélia) torna o seu viver um sacrifício. É por isso que ela diz que "Não tem nada de bom na minha vida. Se isso é pecado, Deus que me perdoe" (IAREK; ANTUNES, 2019, não paginado). Em sua casa improvisada, dona Jucélia não recebe visitas, porque tem vergonha da condição em que vive.

As filhas de dona Jucélia, Helena e Shirlen, reconhecem-se enquanto quilombolas e atuam como lideranças na comunidade, resistindo e lutando pelo seu direito principal, a institucionalização das terras que são suas. Por muito tempo, os quilombolas estiveram ausentes de suas terras. Depois da instalação do Parque Estadual do Rio Vermelho, pouco a pouco foram destituídos de seus direitos, até que, definitivamente, tiveram que ocupar outras terras. Atualmente, em suas terras, funcionam cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA), dos quais participam integrantes da comunidade quilombola Vidal Martins, dentre eles, as filhas de dona Jucélia. Essa é uma das vitórias que estão se encaminhando tendo em vista a resistência da comunidade, a qual cada vez mais reconhece e luta por seus direitos (IAREK; ANTUNES, 2019).

Fabiana é mãe de Israel, que nasceu longe de seu território, mas que já criou fortes laços com ele. "Quando elas [as crianças] estão no parque parecem passarinhos, largou estão querendo voar", é o que diz Fabiana, para Iarek e Antunes (2019, não paginado), sobre quando as crianças vão ao Parque do Rio Vermelho.

A maior parte dos integrantes da comunidade segue cultos evangélicos. Acredita-se que o fato de não praticarem religiões de matrizes africanas seja decorrente do processo de escravização de seus antepassados, os quais foram escravos de um padre. Atualmente, a comunidade do quilombo Vidal Martins se sustenta a partir do trabalho com serviços gerais, jardinagem, artesanato, música, renda, tranças no cabelo... A falta de terras impossibilitou o trabalho com a agricultura (BASTOS, [201-?]).

Seu Odílio é irmão de dona Jucélia e trabalhou no Parque Estadual do Rio Vermelho, em seus primeiros anos. Posteriormente, aposentou-se por invalidez. (IAREK; ANTUNES, 2019) Em entrevista a Bastos ([201-?]), seu Odílio contou:

> A gente foi discriminado em tudo. Na escola, em todo lugar que a gente ia, era sempre dispensado. Nunca chegava um grupo para brincar. Nas pracinhas, as pessoas fugiam de nós porque a gente era negro. Nos bailes, ficávamos em frente ao salão. Não entrávamos, pois a gente era de cor. Nós somos um exemplo de força e de resistência. Até hoje estamos no mesmo lugar, de pai para filho, e de filho para pai. A gente resistiu até agora, continuamos resistindo (BASTOS, [201-?], não paginado).

Infelizmente, esse racismo que seu Odílio comenta está enraizado em nossa sociedade, a ponto de reverberar em muitas notícias de jornais. É o caso da coluna extremamente tendenciosa e racista publicada por Igor (2020), em um jornal de grande circulação em Santa Catarina (NSC Total), acerca das manifestações organizadas pelo povo do quilombo Vidal Martins nas terras que são suas por direito. Olhando por outro ângulo, entretanto, podemos notar não apenas as manifestações como um direito legítimo dessa comunidade de se fazer notada, mas também a visão de coletividade e de consciência ambiental, visto que, durante o ato, foram feitas plantações de mudas nativas em um lugar que, desde a década de 60, privilegiou-se a plantação de pinus e eucalipto (REPÓRTER POPULAR, 2020). A Figura 6 mostra uma das faixas levantadas durante as manifestações.

Figura 6 – Faixa utilizada durante manifestações organizadas pela comunidade do quilombo Vidal Martins, em 14 e 15 de fevereiro de 2020



Fonte: Repórter Popular (2020).

3. DO EXÓTICO AO NATIVO: BUSCANDO FORMAS DE SUPERAR OS PROBLEMAS OCASIONADOS PELO PINUS

Como é possível notar a partir das falas da comunidade, bem como com as formas em que são abordadas as manifestações do povo quilombola Vidal Martins, é urgente o engajamento de mais pessoas em sua luta pelo território e pelo reconhecimento de toda a população por seus direitos.

O objetivo da criação do Parque, em 1962, parecia ser um dos mais nobres possível: conservação da flora e da fauna. Para tanto, foram plantados cerca de 700 hectares de *Pinus spp* (VALDEZ, 2017), sem levar em consideração os danos que a introdução dessa espécie exótica e invasora poderia causar ao ambiente.

De acordo com o Instituto do Meio Ambiente de Santa (IMA, [201-?]), o PAERVE tem como objetivo:

> [...] conservar amostras de Floresta Ombrófila Densa (Floresta Atlântica), das Formações Pioneiras (Vegetação de Restinga) e da fauna associada do domínio da Mata Atlântica, manter o equilíbrio do complexo hídrico da região, além de propiciar ações ordenadas de recuperação de seus ecossistemas alterados e proporcionar a realização de pesquisas científicas e a visitação pública com o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambientais, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. (IMA, [201-?], não paginado).

Realizar reflorestamento com monocultura exótica e invasora é não respeitar a diversidade do ambiente, pois reflorestar implica, em primeira e em última instâncias, trazer a floresta “original”/nativa de volta, com o objetivo máximo de conservar a biodiversidade e a complexidade do ecossistema (PRIMIERI; MUNIZ; LISBOA, 2017).

Há uma diversidade de ecossistema naquele ambiente, conforme demonstrado no site do próprio órgão estadual (IMA), que tem a prerrogativa de promover a sua gestão. Além da diversidade de ecossistemas, com uma rica fauna e flora, a região também é formada por duas bacias hidrográficas: a Bacia da Lagoa da Conceição, que contém diversos cursos d’água, entre eles o Rio Vermelho e o Rio Capivaras, e a Bacia dos rios Capivari e Ingleses. Como se não bastasse, para enaltecer ainda mais o ambiente, há um grande reservatório de água, o Aquífero Ingleses-Rio Vermelho, que fornece água para o Norte da Ilha de Santa Catarina.

Tal diversidade foi colocada em risco quando, na década de 1960, implementou-se o reflorestamento com uma espécie exótica e invasora. Espécies de plantas são caracterizadas como exóticas por possuírem a capacidade de se adaptarem em qualquer lugar diferente de sua região nativa. Quando essas espécies têm uma alta capacidade de auto-proliferação, se expandem e colocam em desequilíbrio o ambiente onde estão. Pesquisas indicam que as espécies de *Pinus spp*, que são originárias do Hemisfério Norte, promovem contaminação

biológica não só no ambiente de origem, mas, principalmente, em ambientes do Hemisfério Sul (BECHARA, 2003). A Figura 7 traz algumas imagens da fauna e da flora do PAERVE.

Figura 7 – A) Vegetação de duna do PAERVE; B) Representante da fauna do PAERVE (Liolaemus occipitali); C) Imagem aérea do PAERVE; D) Viveiro de mudas do PAERVE



Fonte: IMA ([201-?]).

Bechara (2003) afirma que, com o objetivo de reparar o ecossistema originário, a introdução da espécie *Pinus spp* saiu do controle, se alastrou para além dos campos de dunas, invadindo restinga, manguezais, cursos d'água, enfim, ocupou os espaços das formações originárias do local, alterando todo o ecossistema.

O pinus apresenta uma alta capacidade de adaptação, e ambientes costeiros tendem a sofrer alterações em seus ecossistemas, tendo em vista a sua sazonalidade, justificada pelos

ventos constantes, variação nos períodos de chuva e intensidade de insolação. Gianluca e Tagliani (2012) realizaram estudos sobre o alastramento do pinus em uma região do Rio Grande do Sul muito parecida com o que se tem no PAERVE e notaram invasões consideráveis dessa espécie vegetativa nas áreas de dunas e brejos úmidos.

Uma vez que as dunas têm importante função protetora de áreas vizinhas com relação às cheias da maré e ao vento, além de se constituírem como uma barreira contra a infiltração de água salgada nos lençóis freáticos, a invasão de plantações de pinus torna-se um problema gravíssimo nessas áreas. Gianluca e Tagliani (2012) mostram que a área das dunas diminuiu em 64% de 1964 a 2007, após a implantação de reflorestamento de pinus na região. A área referente aos brejos úmidos, de 1964 a 2007, diminuiu 60%, e acredita-se que esse fato seja consequência da diminuição das dunas, uma vez que essas apresentam influência direta no manejo dos brejos úmidos, os quais apresentam espécies vegetais a serem preservadas.

Nesse sentido, torna-se visível como o pinus já é considerado uma espécie invasora devido à sua alta adaptabilidade a novos ambientes e como as regiões de dunas e restingas se tornam ainda mais vulneráveis, considerando o clima propício para o alastramento ainda maior dessa espécie. Ademais, as folhas em decomposição do pinus inibem o ciclo hidrológico, já que formam uma manta impermeável no solo, contribuindo inclusive para a formação de incêndios em épocas de estiagem, já que seus resíduos em decomposição e suas substâncias resinosas são altamente inflamáveis.

A ocorrência de incêndios interrompe a reprodução de algumas espécies, afetando toda a fauna e flora da região por anos depois do incêndio. Silva e colaboradores (2019) e Pereira (2009) indicam que existem materiais orgânicos que podem favorecer a ocorrência de incêndios, atuando como combustível, sobretudo galhos pequenos, folhas, liquens, musgos e gramíneas secos. Além disso, o clima da região, a localização e características dos combustíveis florestais são fatores que apresentam influência direta para o início e o alastramento das queimadas. Em geral, quanto mais velha uma plantação de pinus, maior a deposição de material. Esse fato também explica a impermeabilização do solo que acontece a partir das folhas, visto que sua deposição costuma ser maior do que a decomposição. É possível também inferir que dias de baixa umidade aliada a altas temperaturas são propícios para os incêndios (PEREIRA, SILVA *et al*, 2019).

Nesse sentido é urgente rever as políticas públicas de manejo do parque. Essa discussão vem tomando fôlego, e, em 2007, iniciaram-se estudos visando à retirada das espécies exóticas que impediam o crescimento das plantas nativas. Temos que criar um

consenso para erradicar o *Pinus spp* do PAERVE e devolver os ecossistemas originários à referida área. Essa ação depende de uma pressão da sociedade civil organizada com apoio de instituições de ensino, cientistas, políticas de educação ambiental[6] etc.

Tendo em vista a realidade atual do território Vidal Martins, pontuamos que uma das possibilidades de abordagem com a comunidade se refere ao diálogo acerca da autonomia energética através da construção de um biodigestor, utilizando matéria orgânica em abundância. Além disso, defendemos a potencialidade do desenvolvimento de um sistema agroflorestal, que garantiria autonomia econômica, atendendo a uma demanda econômica (renda) e também a uma demanda ambiental, protegendo os cursos d'água, favorecendo a recomposição do solo para a vegetação endêmica do local (restinga, vegetação de dunas, Mata Atlântica) e oportunizando o beneficiamento de madeira para a construção de galpões, casas, infra-estrutura básica etc.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto futuros docentes da Educação do Campo, é coerente que nos empenhemos no reconhecimento das lutas dos povos do campo. Dessa forma, podemos pensar em nós como professores politizados, críticos e conscientes e que consideram as demandas da comunidade onde atuamos, potencializando os conhecimentos do(a)s estudantes e os aspectos que estejam relacionados às suas vidas e necessidades.

Conhecer os entraves percorridos pelo quilombo Vidal Martins há tantos anos é um abrir de olhos para uma realidade devastadora. Nesse sentido, intencionamos nos tornar aliados da comunidade nessa luta, buscando pelos direitos do povo do quilombo Vidal Martins. Pensar em formas de dialogar com a comunidade sobre o pinus e seus impactos, elencando motivos para a sua substituição gradual por mata nativa, pode ser uma forma de nos engajarmos com a população. Assim, cremos que é fundamental a reconquista do quilombo Vidal Martins de seu território, mas também que este se apresente em condições adequadas para que a comunidade possa viver dignamente no local que a pertence.

REFERÊNCIAS

BASTOSA, A. Nobres herdeiras. ClicRBS, Florianópolis, [201-?]. Disponível em: https://www.clicrbs.com.br/sites/swf/dc_nobres_herdeiras/index.html. Acesso em: 5 jun. 2021.

[6]Em 2010, o Parque começou a oferecer à população atividades de educação ambiental voltadas às escolas.

BECHARA, F. C. Restauração Ecológica de Restingas Contaminadas por *Pinus* no Parque Florestal do Rio Vermelho, Florianópolis, SC. 2003. Dissertação (Mestrado em Biologia Vegetal) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/86536/190967.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 5 jun. 2021.

BRASIL. Edital. Processo nº 54210.001914/2013-74. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Edição 28, Seção 3, 10 fev. 2020. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/edital-242372831. Acesso em: 5 jun. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, §1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 8 nov. 2021.

BRASIL. Portaria nº 176, de 24 de outubro de 2013. Fundação Cultural Palmares. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 out. 2013. Disponível em: https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=25/10/2013&jornal=1&pagina=19&totalArquivos=120. Acesso em: 5 jun. 2021.

CARDOSO, F. H.; IANNI, O. **Côr e Mobilidade Social em Florianópolis**: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960. Disponível em: https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/355/1/307%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf. Acesso em: 5 jun. 2021.

GIANUCA, K. S.; TAGLIANI, C. R. A. Análise em um Sistema de Informação Geográfica (SIG) das alterações na paisagem em ambientes adjacentes a plantios de pinus no Distrito do Estreito, município de São José do Norte, Brasil. Revista da Gestão Costeira Integrada, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 43-55, 2012. Disponível em: http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/3155/analise%20em%20um%20sistema.pdf?sequence=1. Acesso em: 6 jun. 2021.

IAREK, E.; ANTUNES, J. Quilombolas vivem há 40 anos expulsos de suas terras na capital. Zero, Florianópolis, 18 jun. 2019. Disponível em: https://zeroufsc.medium.com/quilombolas-vivem-expulsos-de-seu-territorio-em-florianopolis-d0d879bc64ad. Acesso em: 5 jun. 2021.

IGOR, R. Entidade quilombola faz invasão criminosa do camping do Rio Vermelho em Florianópolis. NSC Total, Florianópolis, 2020. Disponível em: https://www.nsctotal.com.br/colunistas/renato-igor/entidade-quilombola-faz-invasao-criminosa-do-camping-do-rio-vermelho-em. Acesso em: 5 jun. 2021.

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DE SANTA CATARINA (IMA). Parque Estadual do Rio Vermelho. Florianópolis, [201-?]. Disponível em: https://www.ima.sc.gov.br/index.php/biodiversidade/unidades-de-conservacao/parque-estadual-do-rio-vermelho. Acesso em: 5 jun. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). Editais divulgam regularização fundiária quilombola em Florianópolis. 2020. Disponível em: https://antigo.incra.gov.br/pt/editais-divulgam-regularizacao-fundiaria-quilombola-em-florianopolis-sc.html. Acesso em: 8 nov. 2021.

PEREIRA, J. F. Variação da umidade dos combustíveis florestais em função dos índices de perigo de incêndios FMA e FMA^{+} em um povoamento de *Pinus elliotti* no município de Rio Negro – PR. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. Disponível em: http://www.floresta.ufpr.br/pos-graduacao/defesas/pdf_ms/2009/d533_0681-M.pdf. Acesso em: 6 jun. 2021.

PRIMIERI, S.; MUNIZ, A. W.; LISBOA, H. M. Dinâmica do Carbono no Solo em Ecossistemas Nativos e Plantações Florestais em Santa Catarina. Floresta e Ambiente, Seropédica, v. 24, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/floram/a/6psXpMt6fDh7Np68My8HkKh/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 5 jun. 2021.

QUILOMBO VIDAL MARTINS (ARQVIMA). Instagram, publicação de 9 mar. 2021. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CMMYhT7gINF/. Acesso em: 8 nov. 2021.

QUILOMBO VIDAL MARTINS (ARQVIMA). Instagram, publicação de 8 mar. 2021. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CMJtDV0gnHI/. Acesso em: 8 nov. 2021.

REGA BRASIL. Quilombo Vidal Martins. [S. l.], [201-?]. Disponível em: https://regabrasil.wordpress.com/quilombo-vidal-martins/. Acesso em: 5 jun. 2021.

REPÓRTER POPULAR. Quilombo Vidal Martins faz atos em seu território. Repórter Popular: o povo tem voz, 2020. Disponível em: http://reporterpopular.com.br/quilombo-vidal-martins-faz-atos-em-seu-territorio/. Acesso em: 8 nov. 2021.

ROSA, E. Descendentes de escravos do século 18 formam o primeiro quilombo de Florianópolis. **nd+**, Florianópolis, 2014. Disponível em: https://ndmais.com.br/noticias/descendentes-de-escravos-do-seculo-18-formam-o-primeiro-quilombo-de-florianopolis/. Acesso em: 5 jun. 2021.

SANTA CATARINA. Decreto nº 308, de 24 de maio de 2007. Define o Parque Florestal do Rio Vermelho como Parque Estadual do Rio Vermelho e dá outras providências. PGE SC, Florianópolis, 2007. Disponível em: http://server03.pge.sc.gov.br/LegislacaoEstadual/2007/000308-005-0-2007-003.htm. Acesso em: 5 jun. 2021.

SILVA, V. P. G. da. *et al.* Avaliação do detrimento causado por incêndio em plantio de *Pinus caribaea var. hondurensis*, em Ipameri-GO. Agarian Academy, Goiânia, v. 6, n. 11, p. 82-94, 2019. Disponível em: http://www.conhecer.org.br/Agrarian%20Academy/2019A/avaliacao%20do%20detrimento.pdf. Acesso em: 6 jun. 2021.

TAVARES, E. Quilombo Vidal Martins segue na luta pelo território. Rádio Comunitária Campeche, Florianópolis, 28 out. 2020. Disponível em: http://radiocampeche.com.br/2020/10/28/quilombo-vidal-martins-segue-na-luta-pelo-territorio/. Acesso em: 5 jun. 2021.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO (TRF4). TRF4 mantém prazo para Incra concluir regularização do Quilombo Vidal Martins em Florianópolis. TRF4, Porto Alegre, 13 jul. 2020. Disponível em: https://www.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=noticia_visualizar&id_noticia=15309. Acesso em: 5 jun. 2021.

VALDEZ, R. S. **Paisagens Políticas**: uma abordagem antropológica das transformações da paisagem na área do atual Parque Estadual do Rio Vermelho, Florianópolis, SC. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Antropologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/186382. Acesso em: 5 jun. 2021.

DESAFIOS À ATIVIDADE DA PESCA ARTESANAL NA PRAIA DO JOÃO PAULO E SACO GRANDE

Maria Cristina Joenck Freire
Licencianda em Educação do Campo pela Universidade Federal de Santa Catarina
mariajoenckfreire@gmail.com

Eduarda Boing Pinheiro
Mestranda em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina e professora de Química do estado de Santa Catarina
eduardaboingpinheiro@gmail.com

Carolina Silva Ledic
Licencianda em Educação do Campo pela Universidade Federal de Santa Catarina
carolina.delich@gmail.com

Jose Lauro Severiano da Silva
Licenciando em Educação do Campo pela Universidade Federal de Santa Catarina
laurinho28@hotmail.com

Felipe Ramos Lima
Mestrando em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina
lima.felipe.r@gmail.com

Elizandro Maurício Brick
Professor no Curso de Licenciatura em Educação do Campo e do Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica da Universidade Federal de Santa Catarina
elizandro.m.b@ufsc.br

Resumo

A imigração portuguesa para o Brasil no Século XVIII se explica pela necessidade de proteção da colônia portuguesa e por um período de escassez que Portugal vinha enfrentando. Também não se pode ignorar o incentivo da vinda de europeus para o Brasil com a intenção de "higienizar" a colônia. Nesse contexto, e em guerra com muitos povos indígenas que aqui habitavam, os municípios catarinenses foram se estabelecendo. O bairro João Paulo faz parte do município de Florianópolis e muitos dos seus hábitos são conservados de seus antepassados portugueses. Uma vez que as novas terras habitadas não eram tão férteis para o trigo, nem para a cana, que eram as plantações mais comuns aos imigrantes, eles precisaram se adaptar a novas formas de sustento: a pesca, a carne salgada, a farinha de mandioca e a agricultura.

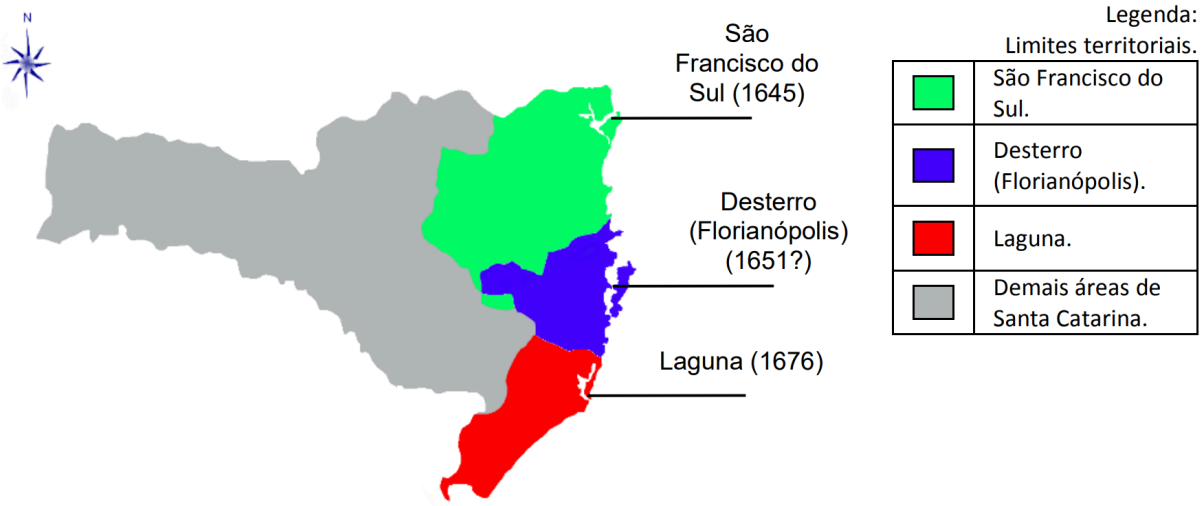
Atualmente, no entanto, com a especulação imobiliária e as consequências ambientais que ela desvela, os pescadores do bairro João Paulo têm tido dificuldades para manter suas áreas agricultáveis e, também, a atividade pesqueira. Além do lodo e do esgoto que invadem a Praia do João Paulo, há ainda novas regras para a comercialização de peixes, o que prejudica diretamente os pescadores do bairro.

Palavras-Chave: Pescadores; Praia do João Paulo; Lutas Sociais.

1. COMUNIDADE DE PESCADORES ARTESANAIS DO BAIRRO JOÃO PAULO, FLORIANÓPOLIS

A vinda dos portugueses para Santa Catarina coincidiu com um período de escassez em seu país de origem e de necessidade de proteção das terras brasileiras durante o período de disputa pelo Rio da Prata. Entre 1748 e 1756, ocuparam a parte litorânea do estado como o conhecemos hoje, o qual naquela época se dividia entre os povoamentos de São Francisco do Sul, de Desterro e de Laguna, conforme Figura 1.

Figura 1 – Localização do Bairro João Paulo - Florianópolis - SC.



Fonte: Cruz (2019).

Nessa época, a posse das terras se dava pela sua ocupação e sua produtividade, desde que não tivesse outros moradores (CRUZ, 2019). Cabe destacar que este era um tratamento de privilégio para imigrantes europeus que eram incentivados a virem para o Brasil, não apenas para o desenvolvimento econômico do País, mas também por conta de uma política higienista.

Em uma terra diferente, o trigo, que era base da agricultura dos imigrantes de

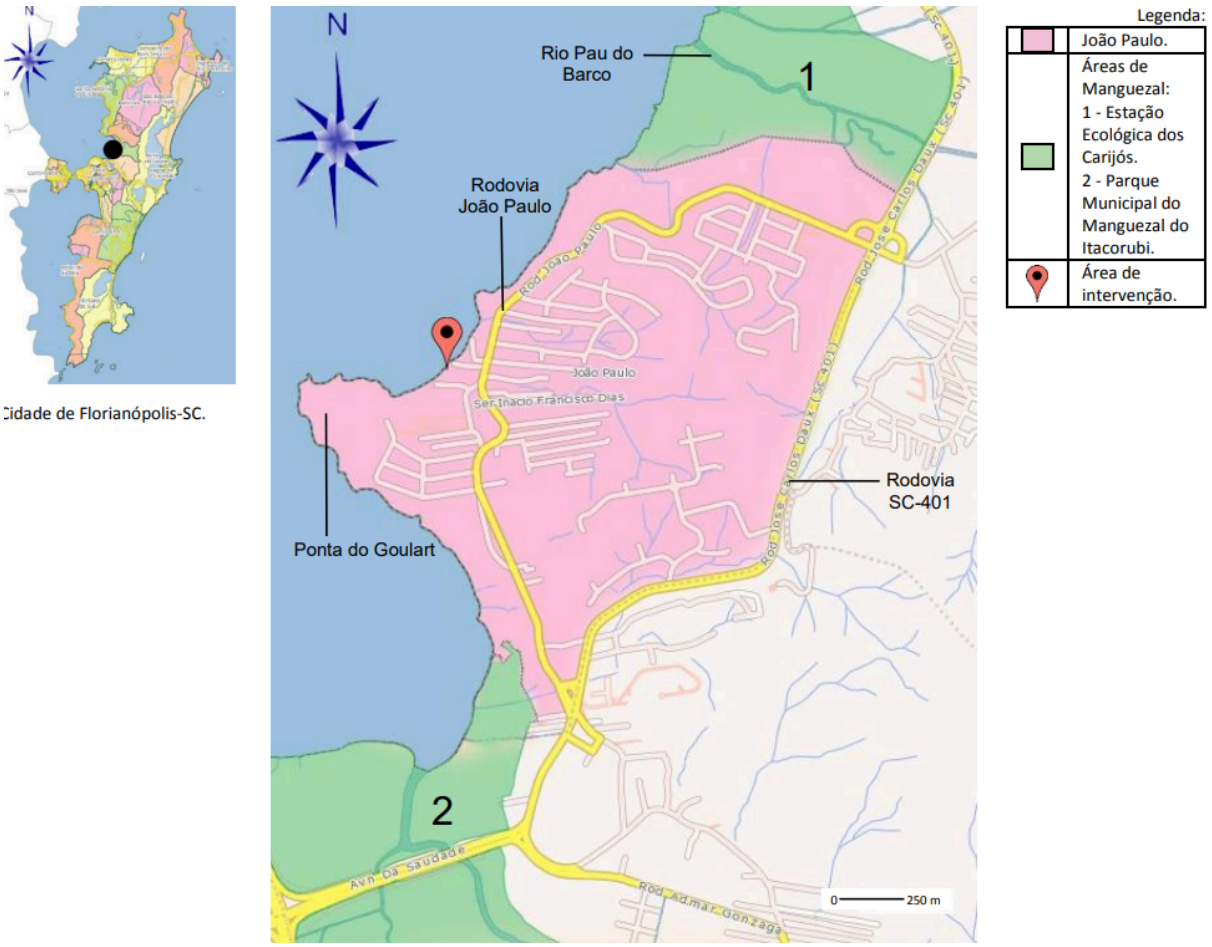
Portugal, não era tão vindouro, nem a cana, já conhecida no Sudeste e no Nordeste brasileiro. Dessa forma, "a agricultura e o pequeno comércio externo de produtos extraídos da pesca (peixe seco), da farinha de mandioca e da carne salgada" (CRUZ, 2019, p. 3) se tornaram as principais atividades econômicas dos imigrantes portugueses em Santa Catarina. Ainda de acordo com Cruz (2019), afirma-se que a agricultura de subsistência foi fundamental para a manutenção dessas pessoas na colônia.

Com a Lei de Terras de 1850, esse cenário se transformou. A partir de então, as terras passaram a ser consideradas patrimônio público, podendo gerar lucros para os poderosos. Nesse processo, não foram respeitadas as terras que tivessem relação com o modo de vida dos pequenos produtores, já que muitas delas poderiam ser vantajosas para o estado. Muitas contradições do bairro João Paulo, que inicialmente se chamava Saco Grande, mas que por constrangimentos de alguns, teve seu nome alterado para João Paulo, em homenagem a um comerciante famoso no bairro, podem ser explicadas tendo em vista a Lei de Terras.

> Neste percurso teórico, percebeu-se que as relações que a pesca artesanal açoriana estabelece com suas terras e mares são de ordem cultural e identitária, ou seja, destaca-se a noção da terra enquanto valor de uso. A especulação imobiliária imprime novos valores a estes territórios, enfraquecendo os laços sociais neles estabelecidos, mas também escasseando as fontes de renda dos pescadores que, tradicionalmente, sempre foram também agricultores. Muitos dos edifícios e casas de alto padrão hoje ocupantes do bairro João Paulo foram construídos em terras anteriormente utilizadas para agricultura de subsistência e extração de lenha pelos agricultores/pescadores (CRUZ, 2019, p. 1).

O bairro João Paulo fica no Centro-Norte da Ilha de Florianópolis (Figura 1) e nele 48 famílias que vivem exclusivamente da pesca e 53 que a utilizam como complemento de renda (MORENO, 2020), mas está cada vez mais difícil encontrar trabalho favorável para os pescadores, com um elevado número de construções residenciais, instalação de condomínios de luxo e a especulação imobiliária.

Figura 1 – Localização do Bairro João Paulo - Florianópolis - SC.



Fonte: Cruz (2019).

No bairro, encontramos bastante comércio local, escolas, posto de saúde e conselho comunitário. Atualmente, há moradores de baixa, média e de alta renda. O saneamento é precário, possuindo coleta e tratamento do esgoto de forma muito mal estruturada e impactando profundamente a vida da comunidade local (BALANÇO GERAL FLORIANÓPOLIS, 2021). Em nota técnica, pesquisadores do programa Ecoando Sustentabilidade, o qual reúne uma gama de laboratórios e de pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), enfatizam a descoberta da presença de Arsênio, metal de alto potencial cancerígeno, no lodo da praia. A mesma nota técnica também explicita o problema do esgoto:

> O sistema de tratamento de esgotos faz a deposição dos efluentes através de um emissário submarino, mas as pesquisas realizadas na enseada ao longo dos anos evidenciam o baixo poder de dispersão do sistema. "O estudo mais atual da hidrodinâmica das Baías da Ilha de SC (CZIZEWESKI, 2016) indica que as correntes de água são muito fracas ao largo da enseada de João Paulo, em qualquer condição de vento, e praticamente nulas no interior da enseada, onde é lançado o efluente da ETE", relata a nota técnica (FERRARI, 2021, não paginado).

Cruz (2019) expõe a problemática ambiental vivenciada pelos pescadores do João Paulo, com uma faixa estreita de areia e a beira da praia coberta de lama. Apesar de muitos moradores alegarem que a urbanização, que se iniciou na década de 1970, permitiu muitas facilidades, eles também concordam que houve impactos ambientais, com o aterramento de rios e de mangues e o desmatamento de grande parte das áreas verdes (SOUZA, 2015).

Pescadores artesanais do bairro João Paulo são sujeitos do campo?

Para os efeitos do Decreto nº 7.352, de 2 de novembro de 2010, entende-se por populações do campo:

> [...] os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural [...] (BRASIL, 2010, não paginado).

Os pescadores artesanais do bairro João Paulo buscam, diante do trabalho da pesca artesanal, cultivar a cultura da pesca que aprenderam com seus ancestrais, proporcionando, através do trabalho, sua subsistência, mantendo vivos ensinamentos que aprenderam com seus pais, seus tios, seus avós, entre outros. São sujeitos ativos do trabalho da pesca, que se organizam de forma coletiva, e juntos procuram ao longo dessa trajetória melhores condições para sobreviver com suas famílias, ali mesmo às margens do mar, com a construção de suas moradas, de seus ranchos de pesca e da comercialização de seus pescados frescos, recém trazidos do mar.

Em suas moradas, organizam-se com o trabalho e a comercialização de seus pescados. Geralmente, os homens, ao entardecer, vão com suas embarcações para o mar, instalar suas redes confeccionadas por eles, em busca de seus pescados. No outro dia, antes do amanhecer, saem para puxar suas redes e trazer o peixe para comercializá-lo. Muitas vezes, a comercialização se dá ali mesmo ao chegar à margem do mar. Quando o peixe é levado para casa, a mulher realiza o trabalho de armazenamento e de congelamento para comercializar, pois algumas pessoas procuram pescados direto em suas residências. Outras vezes, são feitas encomendas para aquisição do produto. Na Figura 2, vemos um pescador artesanal da comunidade.

Figura 2 – Pescador artesanal do bairro João Paulo na confecção de seu instrumento de trabalho (Rede de pesca artesanal)



Fonte: Maria Freire (2021d).

2. O BAIRRO JOÃO PAULO NA VOZ DA COMUNIDADE

Segundo relato de um pescador, “com a pandemia, tem aumentado a procura pela pesca, o movimento e o interesse de pessoas pela região para gerar subsistência/renda a partir da pesca” (RELATO PESSOAL, 2021). No bairro João Paulo, existe a participação das mulheres no trabalho da pesca, tanto no trabalho direto no barco com redes quanto na parte de armazenamento dos pescados. Com a inauguração de um trapiche no dia 23 de março de 2021 e novas promessas por parte dos governantes de melhorias no ambiente, os pescadores estão bastante otimistas com o local em permanecer com essa cultura de trabalho, por mais alguns anos, estimulando os filhos de pescadores a continuarem com os saberes desse território.

> [...] o trabalho de pescador melhorou muito ao longo dos anos. Hoje o barco se move a gasolina, antigamente era tudo muito difícil. Agora temos um trapiche. Com ele, nosso trabalho facilitou mais, saímos para pescar menos cansados, tendo mais disposição para o trabalho. Antes de chegarmos em alto mar, fazíamos muito esforço físico, desestimulando o seguimento dos trabalhos. Vivendo da pesca, criei minha família toda com esse sustento. Agora aposentado, passei minhas embarcações para dois filhos que seguem na luta do pescado, às vezes vou junto, pois gosto do que faço. (RELATO PESSOAL, 2021).

A Figura 2 evidencia o trapiche construído.

Figura 2 – Trapiche construído, demonstrando ser bastante espaçoso, com boa mobilidade, possibilitando facilidade no transporte dos pescados



Fonte: Maria Freire (2021c).

Nota-se, também, na fala dos pescadores, a preservação e a valorização dos saberes dos seus antepassados, os quais foram os responsáveis por lhes mostrar os caminhos do seu trabalho. Fica igualmente evidente o seu compromisso com a qualidade do que fazem:

> [...] trabalho aqui sempre temos, ou na pesca, ou na confecção das redes ou arrumando nossos ranchos de pesca. Nosso trabalho aprendemos sempre com os mais velhos da família, aonde vão nos orientando com seus saberes antigos e hoje vamos adaptando muitas coisas em melhoria do trabalho e da qualidade do pescado, queremos sempre ter nossos fregueses que vem buscar nossos peixes direto conosco, se oferecemos um bom peixe, fica bom para todo mundo (RELATO PESSOAL, 2021).
>
> [...] hoje encontramos na comunidade, algumas pessoas ingressando também

> no bairro, por perceber que conseguem trabalhar e adquirir renda através da pesca, se agrupando para adquirir os conhecimentos dessa população [...] (RELATO PESSOAL, 2021).

Apesar das facilidades que o avanço da ciência e das tecnologias trouxeram, há algumas consequências que, muitas vezes, estão atreladas a esses desenvolvimentos:

> [...] o trabalho de pescador melhorou muito ao longo dos anos. Hoje o barco se move a gasolina, antigamente era tudo muito difícil. Mas vieram outros problemas que não havia, como, por exemplo, a poluição, excesso do esgoto onde pode afetar a escassez dos peixes (RELATO PESSOAL, 2021).

A Figura 3 ilustra um dos dilemas dos pescadores do local, que se refere à falta de boas condições de balneabilidade na praia.

Figura 3 – Problema de balneabilidade na praia



Fonte: Maria Freire (2021b).

Além disso, no bairro, é visível a dualidade das moradias (Figura 4). De um lado, situam-se moradias de alto padrão, enquanto às margens do mar encontramos moradas simples dos pescadores artesanais. Em relação à moradia dos pescadores, percebemos instalações e vias de acesso precárias (saneamento precário).

Figura 4 – Panorama do bairro João Paulo destacando duas realidades sociais: condomínio de alto padrão e moradias dos pescadores artesanais



Fonte: Maria Freire (2021a).

2.1. Notícias e estudos sobre a situação

Com promessas de longas datas das autoridades locais, os pescadores do bairro João Paulo lutam por melhorias no trabalho artesanal de pesca da localidade. Com o crescimento do bairro de forma desordenada e a falta de saneamento básico, os pescadores da região, nos períodos de pesca artesanal, passam bastante trabalho para sair e chegar da pesca, tendo em vista o acúmulo de lodo no fundo do mar. Depois de muita luta e anos de espera, o trapiche se tornou realidade em março de 2021. A situação dos pescadores do bairro João Paulo realmente é bastante crítica. Trabalham em condições

insalubres, precisando lidar com embarcações atoladas, principalmente no inverno (GONÇALVES, 2017). Além disso,

> Os pescadores artesanais de Florianópolis, em Santa Catarina, estão vivendo dias de angústia por conta das novas recomendações do Ministério Público de Santa Catarina (MP-SC), que, a partir de fevereiro de 2016, passa a exigir uma fiscalização rigorosa no controle de peixes, camarões, ostras e mariscos. As medidas incitam uma nova rotina burocrática e financeira na vida dos trabalhadores, que terão de se adaptar às exigências na manipulação dos produtos e fazer investimentos, apesar da baixa renda obtida com o ofício. Cada vez mais, apreensões têm acontecido pela região. [...] Até então, a rotina dos pescadores da ilha implicava na pesca e venda direta dos produtos de origem animal – tanto para quem comprasse um peixe para fazer em casa quanto para proprietários de quiosques, bares, restaurantes e peixarias. Agora, as medidas obrigam os pescadores a emitir nota fiscal com a origem da mercadoria, além da manipulação dos mesmos ter de acontecer em um entreposto, local com a estrutura similiar à de um frigorífico – com câmara fria, uniformes, luvas, sala climatizada e atestado de saúde dos funcionários. Tudo isso já é obrigação para os pescadores industriais. Mas as diferenças e proporções entre uma prática e outra são grandes (LOPES, 2015, não paginado).

Os pescadores do local também têm sofrido com a ampliação de uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do bairro, a qual libera mais sólidos sedimentáveis do que é permitido por lei (DALCIN, 2021). Conforme a reclamação dos pescadores, além de já sofrerem com a falta de limpeza, de segurança e de manutenção da ETE, a baía não tem condições de suportar todo o efluente que será lançado após sua ampliação (DALCIN, 2021).

3. ESTUDO EXPLORATÓRIO DA SITUAÇÃO SIGNIFICATIVA IDENTIFICADA

O principal pescado da praia do João Paulo, segundo Moreno (2020), é o camarão branco, principalmente no verão, ainda que haja pesca também de outros peixes, como o peixe espada, a pescadinha, o robalo, a corvina e a tainha (GONÇALVES, 2017). O aparecimento de maiores números de camarão branco durante o verão é explicado por Fernandes (2013, p. 7): “O camarão branco *Litopenaeus schmitti* ocorre no Atlântico Ocidental, das Antilhas ao Rio Grande do Sul. [...] A área do testículo se apresentou superior no verão indicando ser esta a época do ano de plena atividade reprodutiva e inferior no inverno [...]”.

A técnica do caceio é muito utilizada na pesca do camarão branco. A maré, durante a época de pesca do camarão, é muito importante, porque ela mata o camarão.

> De caceio tu larga a rede, a maré tá vazando, tu larga a rede em popa do vento e deixa a maré carregar com a rede. Aí a maré vai te levar a rede aí 200, 300 metros, 500 metros... Aí tá no teu limite, né, tu quer [deixar a rede] correr mais tempo deixa... Às vezes corre 50 metros, a gente já puxa... Então assim ó, [...] tem muito vento e tem bastante maré, tu deixa correr mais, entende? Aí repassa a rede e joga de novo, é assim […] (RELATO PESSOAL CONCEDIDO A PINHO, 2016, p. 15).

Conforme a fala de alguns pescadores, apesar da falta de saneamento e do lodo que tem se tornado cada vez mais preocupantes na Praia do João Paulo, a pesca do camarão não tem sido prejudicada: "[...] esse ano a safra do camarão está muito boa, saímos finalzinho da tarde e ficamos até o horário que vai dando pesca de camarão, não se tem horário certo para chegar, ontem pegamos 20 quilos de camarão, hoje vamos ver se a maré colabora jogando eles na rede" (RELATO PESSOAL, 2021).

Ainda assim, não se pode ignorar que o lançamento de esgoto no mar pode ocasionar a destruição de ecossistemas e de *habitats*, bem como provocar problemas de saúde para a população humana, principalmente aquelas que vivem próximo ou mesmo que dependem economicamente do mar. Para a pesca, a poluição hídrica é responsável pela redução ou pela eliminação de espécies de peixes. Em outros casos, os peixes se tornam inadequados para o consumo. Mesmo quando isso não acontece, o conhecimento sobre as más condições dos mares faz com que as pessoas passem a recear ingerir esses peixes, prejudicando a sua comercialização, como ressalta a Agência Nacional de Águas (ANA, 2013).

Além de afetar diretamente na qualidade e na quantidade dos peixes, a falta de saneamento básico interfere na saúde dos pescadores, que são provavelmente os mais prejudicados com essa situação. O lodo também dificulta o seu trabalho, visto que fica mais difícil puxar as embarcações até a areia.

> Historicamente, os meses de julho e de agosto são de maré baixa e as embarcações ficam encalhadas a mais de 100 metros da praia. O problema é como transportar meia tonelada de peixe atolando o pé na lama? Passamos mais trabalho para retirar o peixe da embarcação do que para pescar", reclamou [Lioeses Goulart] (RELATO PESSOAL CONCEDIDO A GONÇALVES, 2017, não paginado).

A desvalorização e o silenciamento dos pescadores artesanais são também problemas que enfrentam:

> [...] Alguns pescadores do local estão preocupados com o impacto ambiental,

> com a instalação dessas marinas, pois existem diversos corais, ouriços, entre outros animais. Para apresentar os estudos do projeto, as autoridades governamentais, realizaram reunião apenas os maricultores, não chamando os pescadores locais artesanais, mostrando a invisibilidade desses povos, como se eles não tivessem opiniões a respeito do assunto (RELATO PESSOAL, 2021).

A maior parte dos barcos dos pescadores é de pequeno porte, e no local não é permitida a pesca de arrasto, por ser predatória. No entanto, conforme denúncia dos moradores para Moreno (2020), é comum ver pescadores industriais praticando a pesca de arrasto. Além disso, a necessidade de passar pelo entreposto (esterilizar, embalar e inserir a procedência) antes da comercialização torna o processo ainda mais difícil, o que faz com que muitos pescadores vendem seus peixes ilegalmente, para atravessadores, os quais revendem os peixes por um preço maior para restaurantes e mercados.

A solução que tem sido pensada pela Associação de Pescadores do João Paulo é a criação de uma cooperativa, que poderá cuidar do entreposto e ainda servir como um complemento de renda para os pescadores, podendo trabalhar com a venda também de outros produtos, como artesanatos e ração. O diálogo sobre o assunto já está bem avançado, mas "A construção não é garantida, já que ainda não existe projeto finalizado e verba federal disponível" (MORENO, 2020, não paginado).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do trapiche foi um passo importante no sentido de garantir melhores condições de trabalho para os pescadores do bairro João Paulo. Ainda assim, permanecem as problemáticas envolvendo o saneamento básico precário, o acúmulo de lodo e alguns obstáculos burocráticos que dificultam a comercialização de seus produtos. As questões ambientais são oriundas, principalmente, da urbanização desordenada que ocorreu no bairro, a qual demonstra as contradições de classe no local.

O surgimento de uma nova legislação a fim de garantir a qualidade dos pescados trouxe dificuldades para os pescadores, os quais apresentam maiores gastos financeiros e de tempo para que possam comercializar os peixes e os camarões. Tendo em vista essa situação, muitos encontraram formas criativas de lidar com as novas exigências e outros permanecem no prejuízo. Para reverter a situação e

fortalecer as tradições do local, planeja-se a criação de uma cooperativa com os pescadores.

5. REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). **Cuidando das águas**: soluções para melhorar a qualidade dos recursos hídricos. 2. ed. Brasília, DF: ANA, 2013.

BALANÇO GERAL FLORIANÓPOLIS. Moradores questionam obras de estação de tratamento de esgoto em bairro de Florianópolis. **ND+**, Florianópolis, 23 ago. 2021. Disponível em: https://ndmais.com.br/infraestrutura/abraco-simbolico-moradores-questionam-obras-da-estacao-de-tratamento-de-esgoto-no-joao-paulo/. Acesso em 4 fev. 2022.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 2 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 nov. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm. Acesso em: 1 mai. 2021.

CRUZ, P. A. F. da. O pescador entre terras e mares: história, cultura e identidade da pesca artesanal na praia do João Paulo (Florianópolis). *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL (ENANPUR), 18. Natal, maio 2019. **Anais** [...]. Natal: ENANPUR, 2019, Disponível em: http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=719. Acesso em: 4 mar. 2021.

DALCIN, C. R. Pescadores do João Paulo acionam MPF para paralisar obra de ampliação da ETE da Casan. **ND+**, Florianópolis, 9 mar. 2021. Disponível em: https://ndmais.com.br/meio-ambiente/pescadores-do-joao-paulo-acionam-mpf-para-paralisar-obra-de-ampliacao-da-ete-da-casan/. Acesso em: 24 jan. 2022.

FERNANDES, A. B. **Morfologia e criopreservação do espermatozóide do camarão branco Litopenaeus schmitti (Crustacea, Decapoda, Penaeidae)**. 2013. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: https://tede.ufrrj.br/jspui/handle/jspui/3456. Acesso em 24 jan. 2022.

FERRARI, L. C.. Pesquisadores da UFSC emitem Nota Técnica sobre a lama depositada na praia da Enseada de João Paulo. **Notícias da UFSC**, Florianópolis, 4 ago. 2021. Disponível em: https://noticias.ufsc.br/2021/08/pesquisadores-da-ufsc-emitem-nota-tecnica-sobre-a-lama-depositada-na-praia-da-enseada-de-joao-paulo/. Acesso em: 4 fev. 2022.

FREIRE, M. C. J. Bairro João Paulo em Florianópolis. **Wikimedia Commons**, [*s. l.*], 2021a. Disponível em:

https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Semeando_Girass%C3%B3is#/media/File:Jo%C3%A3o_Paulo_(Florian%C3%B3polis)_6.jpg. Acesso em: 7 fev. 2022.

FREIRE, M. C. J. Bairro João Paulo em Florianópolis. **Wikimedia Commons**, [*s. l.*], 2021b. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Semeando_Girass%C3%B3is#/media/File:Jo%C3%A3o_Paulo_(Florian%C3%B3polis)_11.jpg. Acesso em: 7 fev. 2022.

FREIRE, M. C. J. João Paulo (Florianópolis) 14. **Wikimedia Commons**, [*s. l.*], 2021c. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Jo%C3%A3o_Paulo_(Florian%C3%B3polis)_14.jpg. Acesso em: 7 fev. 2022.

FREIRE, M. C. J. João Paulo (Florianópolis) Vídeo 2. **Wikimedia Commons**, [*s. l.*], 2021d. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Jo%C3%A3o_Paulo_(Florian%C3%B3polis)_V%C3%ADdeo_2.webm. Acesso em: 7 fev. 2022.

GONÇALVES, M. Pescadores ameaçam construir trapiche por conta própria no João Paulo, em Florianópolis. **ND+**. Florianópolis, 21 jun. 2017. Disponível em: https://ndmais.com.br/noticias/pescadores-ameacam-construir-trapiche-por-conta-propria-n o-joao-paulo-em-florianopolis/. Acesso em: 4 mar. 2021.

LOPES, D. Será o fim da pesca artesanal em Florianópolis? **Vice**, [Florianópolis], 4 ago. 2015. Disponível em: https://www.vice.com/pt/article/53mjb8/pesca-artesanal-florianopolis-santa-catarina. Acesso em: 24 jan. 2021.

MORENO, L. Viver do mar: dificuldades e vivências na pesca artesanal manezinha. **Fala! Universidades**, Florianópolis, 18 mar. 2020. Disponível em: https://falauniversidades.com.br/viver-do-mar-dificuldades-e-vivencias-na-pesca-artesanal-manezinha/. Acesso em: 8 jan. 2022.

PESCADORES artesanais de Florianópolis e a isenção de tributação - Vereador Vanderlei Farias Lela. Vereador Lelal. [*S. l.*: *s. n.*], 2016. 1 vídeo (1 min 34 s). Publicado pelo canal Vereador Lela. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=OLxHG2zPWms. Acesso em: 5 maio 2021.

PINHO, R. A pesca artesanal na Baía Sul da Ilha de Santa Catarina: um patrimônio da cultura local. **Revista Confluências Culturais**, v. 5, n. 2, set. 2016. Disponível em: http://186.237.248.25/index.php/RCC/article/view/370/314. Acesso em: 24 jan. 2022.

DESAFIOS À GERAÇÃO DE RENDA LAKLÃNÕ–XOKLENG (SC)

Yannick Monteiro Silves Frederico
Licenciando em Educação do Campo pela UFSC
yannickfrederico15@gmail.com

Luis Fernando Oliveira
Licenciando em Educação do Campo pela UFSC
lfo_luisnnando@hotmail.com

Nata Adão Alves Neto Gakran
Licenciando em Educação do Campo pela UFSC.
nt.118gak@gmail.com.

Resumo

Este trabalho pretende se debruçar sobre a questão da geração de renda dos indígenas Xokleng, residentes no Sul do Brasil. Procurando satisfazer essa finalidade, a presente pesquisa traça a trajetória de lutas dos Xokleng, pela conservação digna do seu povo. O percurso desta marcha histórica se encontra demarcado desde o surgimento do colonialismo até a consolidação atual do capitalismo no Brasil. No decorrer desse marco temporal, serão observadas as contínuas reduções do território Xokleng, do qual derivam as deteriorações de suas condições materiais. Essa precariedade territorial e material deu azo para a necessidade fundamental de uma geração de renda digna e justa para o povo Xokleng. Diante dessa emergência, ao longo do trabalho, elegeu-se o Sistema de Agroflorestas (SAFs) como a forma de geração de renda condizente à deferência e à conjuntura do povo Xokleng. Com efeito, serão descritos os métodos de implementação do Sistema de Agroflorestas, bem como os seus impactos potenciais mais pertinentes.

Palavras-Chave: Povo Xokleng; Geração de Renda; Colonialismo; Capitalismo; Sistema de Agroflorestas.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TRABALHO

O nosso trabalho emerge e se desenvolve numa perspectiva da Educação do Campo, tendo como o chão teórico as disciplinas adjacentes de Física e de Química. A sensibilidade social, a valorização ancestral do povo Xokleng, o desejo de não só compreender esta realidade, mas de também transformá-la, e a crítica histórica presente nas linhas deste escrito

emanam, majoritariamente, da sensibilidade, da valoração, do desejo e da crítica por meio da Educação do Campo. Nesta pesquisa, testemunhamos que até mesmo o véu da neutralidade das disciplinas exatas, como a Física e a Química, rasga-se quando estendido sob um problema histórico-social. Constatamos que a Química, que já auxiliou tanto a agricultura convencional, pode e deve dar suporte à agricultura familiar, se dotada de senso crítico social. A Física, serva das grandes indústrias de desmatamento, rebela-se e se põe ao dispor de um povo oprimido quando adquire consciência plena de sua dimensão social.

A valiosa lição que a elaboração deste trabalho nos deu é que toda área do conhecimento, quando determinada a construir um conhecimento crítico acerca da realidade nacional, converte-se, primeiro, como arma intelectual e, posteriormente, como arma material de um setor, segmento, classe ou povo oprimido. Em suma, o tratamento de dados se dá de modo objetivo, mas a utilização política deste conhecimento obtido é saturado de subjetividade e, portanto, toma partido numa conjuntura social definida.

1.1. CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO LOCAL

Os Xokleng, que também já foram conhecidos pelos não índios por Botocudos, Botocudos do Sul ou Bugres (o termo Bugre não é atribuído apenas aos Xokleng, é um termo depreciativo, significando Bárbaro, pagão e não civilizado), já ocuparam uma vasta Região do Sul do Brasil[7], desde o Centro do Paraná até o Nordeste do Rio Grande do Sul, conforme a Figura 1, incluindo quase todo o Centro-leste do Estado de Santa Catarina (exceto a orla marítima) .

Figura 1: Território histórico dos Xokleng

[7] Brasil = Ñ PRO: Em xokleng, este é o nome do Território antes de ser chamado de Brasil. Faz referência à terra, ao local, ao território que habitamos.



Fonte: Santos, (1973).

De todo este vasto território tradicional ocupado pelos Xokleng da Região Sul do Brasil antes da colonização portuguesa, pouco resta para parte de um povo originário que sofreu e continua sofrendo com o genocídio étnico[8]. Com o advento da colonização portuguesa, o enorme território, inicialmente habitado pelos Xokleng, foi subtraído progressivamente pelos conterrâneos de Camões, e, posteriormente, pelos seus descendentes. A pátria dos Xokleng viu-se reduzida substancialmente, desde que ela configurou-se em alvo, da cobiça genocida lusitana. As epístolas dos Jesuítas espanhóis das missões do Guairá no início do Século XVII constituem as primeiras documentações registradas, em forma escrita, sobre a comunidade Xokleng. Na primeira metade do Século XIX, o príncipe regente portugues, Dom João VI, decretou, por meio da Carta régia, "GUERRA JUSTA" contra os Xokleng da Região de Lages, em Santa Catarina. Duas décadas depois, por incentivo do governo imperial brasileiro, iniciam-se as investidas de colonização agrícola com recursos da introdução de imigrantes. Por volta de 1830, as primeiras levas de colonos alemães começaram a entrar pelo ponto mais extremo sul do território que é Xokleng, ao mesmo

[8] Genocídio étnico: Se caracteriza pelo extermínio de um grupo motivado por sua origem étnica: Seus traços e tradições culturais, geralmente índios, negros, ciganos e judeus.

tempo em que outros colonos foram igualmente localizados na Região do Rio Negro, na divisa do Paraná e de Santa Catarina, também território Xokleng. Nessa época, por conta da força da economia pastoril (a frente pastoril causou o avanço do genocídio-colonização portuguesa), os Xokleng já estavam impedidos de ocupar e, até mesmo, de adentrar boa parte dos seus territórios. Em 1850, inicia-se o empreendimento colonizador-genocida na Região Norte-Catarinense, com a introdução de famílias de agricultores europeus no Vale do Itajaí (GAKRAN, 2015).

Assim, os conflitos entre os Xokleng e a invasão de seus territórios ganham destaque e maior repercussão, pelo fato de envolver famílias de imigrantes e respectivos governos estrangeiros, pelo fato dos Xokleng perceberem que encontravam-se em seus últimos refúgios, sem ter alternativas a não ser o enfrentamento direto com os invasores. Essa guerra começou com a invasão, jamais quista pelos Xokleng, tendo iniciada sem tido um término. Esse povo valeu-se da luta apenas como forma de garantir seu espaço e território livre para a sobrevivência, ou partiam para o enfrentamento, a resistência e a luta, ou morreriam. Opunham resistência justa a quem os fere injustamente.

Nessa situação, as comunidades Xokleng, foram cada vez mais encurraladas e perseguidas. Elas sofreram a prática (frequentemente acobertada e até estimulada pelas autoridades) das expedições dos “bugreiros” , grupos armados especializados no extermínio de comunidades indígenas. Atualmente os xokleng estão situados forçadamente em uma área mínima e restrita do que um dia foi verdadeiramente seu território.(GAKRAN, 2015, p. 21) A figura 2 mostra a terra indígena Lakãnõ.

Figura 2: Terra Indígena Laklãnõ.



Fonte: Ícaro Patté, Terra Indígena Laklãnõ Do Alto, CC BY-SA 4.0

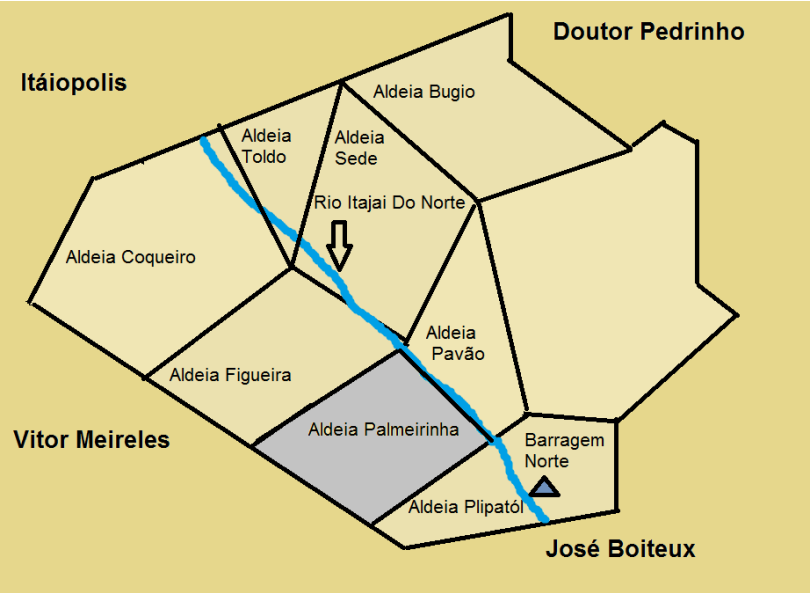
1.1. CARACTERIZAÇÃO DO POVO LAKLÃNÕ - XOKLENG DA TI DE IBIRAMA

Os Xokleng são uma etnia[9], pertencente ao grupo linguístico Jê, que ocupava os vales e encostas da serra geral e parte do planalto meridional no sul do Brasil. Eram chamados de botocudos pelos brancos, devido ao adorno de madeira chamado botoque, usado nos lábios e orelhas para afastar os maus espíritos e assustar os inimigos. Portanto, práticas mágico-divinatórias também faziam parte do cotidiano desse povo desde suas origens imemoriais. A época dos primeiros contatos com os brancos, a partir do século XVIII, estavam divididos em três subgrupos: Os Ngrokóthi-tõ-prey, os Angving e os Laklãnõ.

Atualmente (re)existem em torno de três mil Xoklengs-Laklãnõ vivendo aldeados na terra indigena (T.I) de Ibirama (ou Laklãnõ, como também é conhecida). Há oito aldeias distribuídas conforme apontado na figura 3. Também na mesma T.I moram, mais isoladas, famílias guaranis e alguns poucos Kaingang.

Figura 3: Mapa da Terra Indígena Laklãnõ.

[9] Etnia: Significa grupo biológico e culturalmente homogêneo. Do grego Ethnos, povo que tem o mesmo ethos, costume, língua, raça, religião, etc.



Fonte: Ícaro Patté, Mapa Da Terra Indígena Laklãnõ, CC BY-SA 4.0

Não há como caracterizar um povo sem antes conhecer sua história, e a história do povo xokleng se assemelha a já bem conhecida, mas pouco difundida história dos povos originários que habitavam este continente antes da colonização. Segundo Gakran (2005), o povo não reconhecia o termo Xokleng como sua autodenominação. O grupo se sentia humilhado pois o significado não era considerado por eles agradável. Em relação aos nomes, chegou-se a algumas conclusões sobre a etimologia mais comum atribuída a eles. Xokleng pode ser traduzido através dos termos:

- XO ou TXÓ, do qual se traduz como rocha, paredão de pedra ou gruta de pedra.
- e KLENG ou KLE, que podemos traduzir como montanha.

XOKLENG: Homens das montanhas, povo que vive debaixo de paredões de pedras, povo da caverna, ou homem-aranhas.

Recentemente por uma busca da recuperação das histórias e as origens, a comunidade iniciou uma discussão sobre a redenominação, procurando resgatar aquele que considera o verdadeiro nome que os identifica.

2. LEVANTAMENTO DE SITUAÇÕES SIGNIFICATIVAS

A construção da Barragem-Norte, a maior barragem de contenção de cheias do estado e também considerada a maior do Brasil nesses termos de contenção, localizada na divisa da T.I, causa grande impacto para a comunidade que vive nos arredores. O impacto é sentido

pelos indígenas Laklãnõ que perderam suas terras mais férteis e tiveram que se dividir em aldeias distantes umas das outras, em torno de 900 hectares. A figura 4, a seguir é uma fotografia dessa barragem:

Figura 4: Barragem Norte- José Boiteux- Santa Catarina



Fonte: Ícaro Patté, Barragem Norte- José Boiteux- Santa Catarina, CC BY-SA 4.0

2.1 O "DESAFIO À GERAÇÃO DE RENDA" E IMPACTOS QUE TRAZEM A PARTIR DA COMUNIDADE LOCAL

Esta seção foi construída e elaborada a partir do relato de um morador da comunidade, o estudante de licenciatura em Educação do Campo Txuli Gakran.

Neste sentido, a geração de renda que vem a ser o foco incipiente deste trabalho, nos traz a tona a realidade de grupos (povos) indígenas do nosso país, que vêm sendo desassistidos por políticas públicas que possibilitem, a esses cidadãos, o direito de viver e garantir a sua renda a partir de insumos locais. De fato há alguns editais de projetos que são

voltadas a essas populações para que possam construir sua autonomia, através do manejo do agroecossistema local ou como a nova Lei, a instrução normativa conjunta Nº 1, de 22 de fevereiro de 2021[10], que dispõe sobre os possíveis empreendimentos e procedimentos a serem adotados durante o processo de licenciamento ambiental de empreendimento ou atividades localizados ou desenvolvidos no interior de Terras Indígenas cujo empreendedor seja organizações indígenas. Entretanto, essas populações indígenas que vivem à margem da sociedade envolvente, não têm em suas populações, ou raramente têm, alguém do próprio grupo que tenha um estudo nos moldes da sociedade colonizadora, seja através de cursos específicos para áreas desejadas que venham a beneficiar a sua própria comunidade, ou cursos técnicos. Sendo assim, com o intuito de buscar a sua autonomia, precisam dessa assistência em suas formações e programas, que venham auxiliar os mesmos a criar e desenvolver empregos dentro das T.I para o povo local.

2.2 FALAS DA COMUNIDADE SOBRE A GERAÇÃO DE RENDA

Nas vozes ouvidas por pessoas da comunidade, que contam o seu cotidiano, tendo que sair da aldeia na maioria das vezes às cinco horas da manhã, com a finalidade de ir a firma e retornando apenas às cinco horas da tarde da serralheria, por exemplo, sofrem por estar longe de casa, por comer comida fria ou requentada, por ter de ouvir de seus patrões os berros, e passar por constrangimentos nesses contextos. Outro exemplo são as malharias, que consomem muito tempo dos trabalhadores da comunidade e causam dores por estarem por longos períodos em uma única posição. Há também os trabalhos ocasionais, em que se trabalha numa oficina, ou em propriedades de colonos vizinhos por dia. Em sua maioria o perfil de trabalhadores são homens, mas também é significativo o contingente de mulheres que saem de suas casas para buscar o sustento de suas famílias. Isso acarreta uma diversidade de problemas no ambiente familiar, com seus filhos que crescem e mal vêem os pais em casa, e outras complicações.

Nas falas ouvidas, também se percebe o enorme entusiasmo no sonho de poderem trabalhar e gerar renda de forma digna, dadas todas as condições necessárias, junto às suas famílias no próprio ambiente da Terra Índígena Laklãnõ-Xokleng.

---

[10] Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-conjunta-n-1-de-22-de-fevereiro-de-2021-304921201>. Consultado em 26 de julho de 2021.

3. ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE A GERAÇÃO DE RENDA

Foi identificado como o problema central, a geração de renda nas aldeias. E com isso exploramos de modo circunstancial as possibilidades de trazer alternativas para esta problemática levando em consideração os temas estudados nas disciplinas de fundamentos de química e física. Observamos que a geração de renda se faz necessária na sociedade globalizada atual, principalmente por conta do modelo social capitalista vigente de modo hegemônico. Portanto, as populações originárias necessitam de iguais possibilidades de acesso à renda.

Como sugestão a uma possível geração de renda no território Laklãnõ Xokleng, passamos a trazer ainda mais importância ao território, tal qual é sagrado ao povo e também riquíssimo de conhecimentos, constituindo um acervo opulento, em especial à química e física. O solo traz uma possibilidade de estudo grandioso, através da própria química do solo. Conhecer de modo acadêmico e científico a química do solo presente nas diversas regiões da aldeia, entrega uma possibilidade de cultivo das mais variadas espécies de plantas. Para isso, é necessário investimento, patrocínio e/ou vínculos com entidades (como a própria universidade) para estar avaliando e averiguando as diferentes variações de solo presentes no território.

O cultivo de uma agrofloresta também é uma possibilidade, que demanda um estudo aproximado com a química e a física e, também com a própria ancestralidade do povo, pois antes dos invasores chegarem ao território indigena batizado de Brasil e Américas, o que os diversos povos originários comiam? Não existia aqui uma grande agrofloresta?

Então, como solução para o problema central abordado neste trabalho (geração de renda), sugerimos a implantação de sistemas agroflorestais(SAF), que são as formas de cultivo que buscam o equilíbrio entre a produção de alimento e a natureza(ENGEL,1999), algo que os povos indígenas prezam por essência. De uma maneira muito particular, esta prática olha os ecossistemas naturais como aliados da agricultura e que ajudam no restabelecimento da saúde ecológica. Os SAF’s combinam em um mesmo território, o plantio de árvores, arbustos e ervas com espécies variadas para consumo e comercialização. Entretanto, para tal feito, se faz necessário o atendimento de políticas públicas específicas à população indigena, bem como de todo auxílio externo possível para se iniciar este projeto do “zero”.

3.1 PROPOSTA DE METODOLOGIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DOS SISTEMAS AGROFLORESTAIS

- **COMO IMPLEMENTAR:** Em um primeiro momento, será necessário o auxílio voluntário de laboratórios, inclusive os vinculados a universidades, para a testagem do solo e da água, para a verificação dos índices de acidez ou alcalinidade. E dependendo do resultado, precisamos buscar soluções e medidas de correções destes, por meios sustentáveis e ecológicos.

- **MATERIAIS NECESSÁRIOS:** Precisamos de materiais como enxadas, roçadeiras, botas, rastelos, sementes, mudas, mão de obra voluntária, doações financeiras, adubos, materiais de jardinagem, etc.

- **ENVOLVIMENTO:** O envolvimento dos integrantes da aldeia se daria de modo voluntário e cooperativo, mas também poderíamos receber auxílio externo de voluntários capacitados para a implementação deste projeto.

  Então os seguintes passos deveriam ser observados:

Primeiro - reunião na aldeia convidar um palestrante para apresentar as possibilidades de renda através dos SAFS: reunião interna para verificar a demonstração de interesse dos integrantes da aldeia em iniciar este projeto. Realizar um intercâmbio de informações e perspectivas, que almejam convergir os pontos divergentes que venham, eventualmente, surgir. É nesta fase incipiente, que se torna necessário identificar, as vulnerabilidades e as vantagens desta empreitada, de modo a, podar as primeiras e florescer as últimas.

Segundo - caso a reunião tenha integrantes querendo se envolver no projeto: criar o coletivo para juntar os materiais iniciais necessários para o trabalho na aldeia. Organizar eficazmente todos os efetivos envolvidos no processo. Dividir as tarefas consoante as qualificações dos participantes, mediante as metas a atingir, de curto e longo prazo. Prazo para coletar os materiais de trabalho necessários é de 1 mês.

Terceiro - criar espaço para fundos e mídias sociais: demonstrar via mídias sociais o início do projeto, criar áreas e campanhas para arrecadação de fundos de auxílio à geração de renda e projetos de sustentabilidade na aldeia.

Quarto - realizar articulações com entidades governamentais - FUNAI, etc: para financiar custeio do projeto, levando em consideração as leis específicas aplicáveis aos povos indígenas.

Quinto - análises técnicas: enviar para laboratórios de análises do solo e da água, fazer levantamento territorial e estudo para implementação dos SAFS: há diversas oportunidades de se fazer o levantamento financeiro com este projeto, visando trazer visibilidade para a aldeia, como sendo um espaço modelo/escola para as demais regiões. Existe potencialidade para a construção de projetos de sustentabilidade e ecologia, espaços para acolhida na aldeia (como o acolhida na colônia), locais para se ensinar turistas e visitantes, práticas de sustentabilidade, ecologia, cultura nativa, etc.

4. APROFUNDAMENTO CONCEITUAL

Balmford et al (2018) nos informam sobre a presença da agricultura no planeta. Sugerem os autores que na contemporaneidade ela cobre cerca de 40% das terras que não possuem gelo ou deserto. Os autores também lembram que pelo alto consumo de água doce que a agricultura demanda em sistemas de irrigação, automáticos ou não (cerca de dois terços do uso de água doce), eles acabam se revelando uma forte ameaça contra a preservação de diferentes espécies. Concluem os autores que a capacidade de atender a demanda de alimentos no futuro da humanidade pode ser seriamente afetada pelo nosso comportamento atual, pois o consumo excessivo de produtos de origem animal em conjunto com o desperdício de alimentos acabam afetando seriamente a demanda por alimentos na atualidade.

Engel (1999) destaca que se pretendemos um sistema de produção alimentar que garanta a eficiência em sua atividade principal, não podemos nos orientar por modelos de monoculturas que sejam dependentes de agrotóxicos ou de adubação química, por exemplo. Especialmente se buscamos preservar os recursos naturais e a biodiversidade. Sobre a produção de maiores quantidades de alimentos com menores utilizações de águas, é compreendido que os sistemas agroflorestais são uma melhor alternativa para os recursos

naturais e para a diversidade. Os sistemas agroflorestais podem, por exemplo, realizar a produção alargada de alimentos enquanto preservam e respeitam os sistemas ecossistêmicos. Engel (1999), informa ainda, que o principal objetivo de sistemas agroflorestais é potencializar o uso da terra, colaborando com a reconstituição florestal simultaneamente com a produção de alimentos em escala. Além disso, esse sistema de produção de alimentos melhora a qualidade do solo e diminui a pressão social pelo uso da terra para produção agrícola. O sistema agroflorestal evita ou reduz o esgotamento dos recursos do meio ambiente e do sistema. Os sistemas agroflorestais são também, segundo Engel (1999) caracterizados pela formação e pela manutenção de sistemas ecologicamente mais estáveis, e que demandam uma entrada de recursos externos para a sua manutenção em muito maior quantidade, garantindo assim uma autossuficiência mais alargada.

Assim, é possível compreender que a agrofloresta surge como uma alternativa para a produção de alimentos em grande escala, porém comprometendo os aspectos químicos do solo de maneira muito reduzida. Os autores consultados informaram ainda que a agrofloresta é um sistema de produção alimentar que proporcionalmente utiliza uma quantidade de água em muito menor quantidade. Por fim, a dependência de insumos externos para a produção alimentar é muito menor, quando não for inexistente em sistemas agroflorestais. O menor uso de água, combinado com uma menor utilização de recursos externos garante que os impactos para o solo, e no que remete para os impactos para as suas propriedades químicas, seja bastante reduzido.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar uma retrospectiva da trajetória do povo Xokleng, evidenciam-se indícios de sucessivas contendas pelo direito de auto-afirmação, deflagrados desde o advento da colonização. As vicissitudes enfrentadas por este povo até os dias atuais, demonstram o ambiente inóspito no qual o povo Xokleng está inserido. Um dos sintomas desta configuração social tem sido a dificuldade de uma geração de renda digna e justa. Apesar das adversidades que os cercam, é possível encontrar algumas alternativas que possibilitem aos Xoklengs serem demiurgos da sua própria renda. Destacamos aqui uma possível, a criação e manutenção de SAF's de maneira a contribuir com a autonomia alimentar e financeira da comunidade, bem como produzir espaços de transformação social no sentido de desenvolver projetos de sustentabilidade e ecologia visando contribuir com a supressão de uma mazela

social. Delineando, assim, características inovadoras que esposam as qualidades da vida singela indígena com a tecnologia à mão. Realizando, dessa forma, um matrimônio em que a vida orgânica direcione a tecnologia e não vice-versa. Encontrando um modo salutar de reverenciar o passado sem o prejuízo do futuro e oferecendo às sociedades modernas um aporte substancial ao seu processo civilizatório.

E, finalmente, zelando de tal forma pela posteridade que não se coaduna com as práticas perniciosas da sociedade capitalista brasileira que minam os filhos da terra.

6. REFERÊNCIAS

BALMFORD, A. *et al*. The environmental costs and benefits of highyield farming. **Nature Sustainability**, [*s. l.*], 2018.

ENGEL, V. L. **Sistemas Agroflorestais**: Sistemas e Aplicações. [*S. l.*]: 1999.

GAKRAN, N. *et al*. **Aspectos morfossintáticos da língua laklãnõ (Xokleng)**. [*S. l.*]: 2005.

SANTOS, S. C. dos. **Índios e brancos no sul do Brasil**: a dramática experiência dos Xokleng. [*S. l.*]: EDEME, 1973.

SERPA, I. C. **Os índios Xokleng em Santa Catarina**: Uma abordagem a partir da relação pesquisa, ensino e extensão no Instituto Federal Catarinense. [*S. l.*]: 2015.

O DILEMA DAS MOSCAS NA VILA JUNCKES, SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Dulcemar Emília Borges
Licencianda em Educação do Campo pela Universidade Federal de Santa Catarina
dulce.borges1978@gmail.com
Eduarda Boing Pinheiro
Professora de química do estado de Santa Catarina e mestranda em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina
eduardaboingpinheiro@gmail.com
Francisco Carlos Alves Simões
Licenciando em Matemática pela Universidade Federal de Santa Catarina - Campus Blumenau
fcas01@hotmail.com
Isair de Almeida Moraes
Licencianda em Educação do Campo pela Universidade Federal de Santa Catarina
isamoraes1@hotmail.com
Kátia da Costa Leite
Professora no curso de Educação do Campo na Universidade Federal de Santa Catarina e doutoranda em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina
katya_bru@hotmail.com

Resumo

Neste trabalho, apresentamos uma interpretação sobre o aparecimento das moscas na Vila Junckes, em São Pedro de Alcântara. As moscas podem ser prejudiciais para a saúde humana e de outros animais, além de atuarem como pragas em algumas lavouras. A partir de falas da comunidade e da literatura é possível notar que o aumento no número de moscas acontece geralmente em dias quentes e úmidos e, principalmente, em locais em que há acúmulo de matéria orgânica. Assim, pensamos em possibilidades alternativas de afastar, eliminar e, sobretudo, evitar que as moscas apareçam. Nesse sentido, vale dizer que algumas atitudes podem ser tomadas de maneira individual, como a proteção física de espaços onde as moscas acessam, a construção de iscas, a utilização de repelentes caseiros que podem ter alguma função repelente, entre outras. No entanto, salientamos também que o poder público tem grande responsabilidade quanto a essa discussão, tendo em vista que o saneamento básico é uma das principais prerrogativas para o controle das moscas e de outros problemas sociais.

Palavras-Chave: Moscas; Vila Junckes; Problema Social.

1. CONHECENDO O CONTEXTO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, ONDE SE LOCALIZA A VILA JUNCKES

São Pedro de Alcântara foi povoado por imigrantes alemães por volta de 1829 e foi a primeira colônia alemã de Santa Catarina. A localidade permaneceu por muitos anos como distrito de São José e, apenas em 1994, adquiriu sua independência administrativa. O município ainda preserva muitas tradições alemãs e apresenta pontos de turismo que remetem à colonização alemã (Figura 1) e outros ligados à natureza, além de produzir itens gastronômicos, como a aguardente proveniente dos engenhos (SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, 2014).

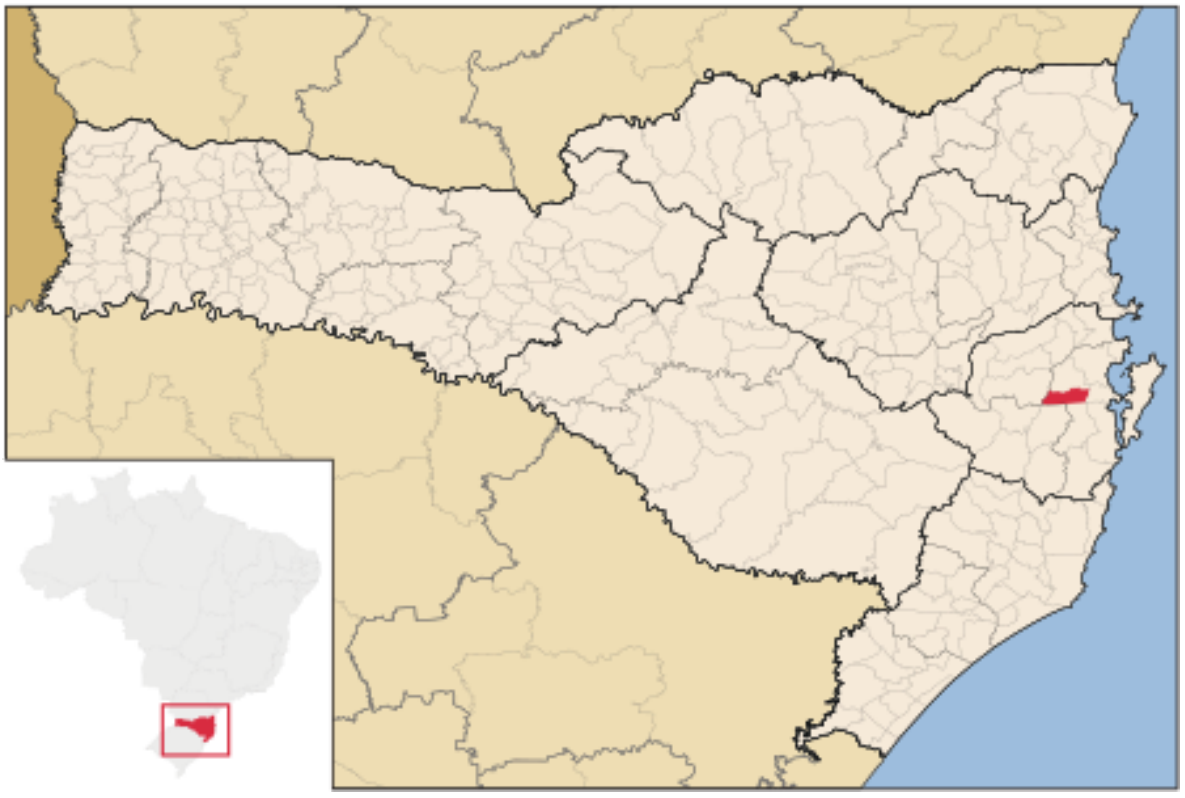
Figura 1 – Paróquia em estilo germânico no município de São Pedro de Alcântara



Fonte: Wikipédia (2009).

O município tem área territorial de 139,196 km^2 (IBGE, 2020) e população estimada de 6046 pessoas (IBGE, 2021). Localiza-se na mesorregião da Grande Florianópolis, e a maior parte da população trabalha com a administração pública (34,9%), o transporte de cargas (10,7%) e com o comércio de vidros (8,9%) (SEBRAE, 2019). Na Figura 2 está disponível um mapa da localização do município de São Pedro de Alcântara em Santa Catarina. IBGE

Figura 2 – Mapa de Santa Catarina com destaque para o município de São Pedro de Alcântara



Fonte: Wikipédia (2006).

57,3% do território de São Pedro de Alcântara corresponde a estabelecimentos agropecuários, e 28,7% do município ainda é composto por matas e florestas (BRASIL, 2009). No município, a agropecuária consta como uma das atividades mais importantes, contribuindo com cerca de 21% para o PIB municipal (SEBRAE, 2019). A área de estabelecimentos de agropecuária do município é de 5969 hectares, da qual 3835 hectares são de produtores individuais. Como lavoura temporária, produz-se cana de açúcar, cebola, feijão, mandioca, milho. Além disso, São Pedro de Alcântara figura como o 12º maior produtor de tomate de Santa Catarina (IBGE, 2020). Nas lavouras permanentes são produzidos, principalmente, banana, laranja e palmito. Na pecuária, é significativa a criação de gado, aves e suínos (IBGE, 2017).

Na Figura 3, vemos algumas das atividades desenvolvidas por uma moradora da Vila Junckes, pertencente ao município de São Pedro de Alcântara.

Figura 3 – Produção de uma moradora da Vila Junckes, São Pedro de Alcântara



Fonte: Arquivo dos autores. **Fotos**: Liliane Almeida Moraes, 2021.

2. DE QUE FORMA O PROBLEMA DAS MOSCAS APARECE PARA A COMUNIDADE?

Nossa intenção de trabalho a partir da temática das moscas surge com a percepção de uma das autoras do trabalho de que as moscas sempre foram muito presentes em seu cotidiano e em grande quantidade. Ela acreditava que a presença constante das moscas em sua casa era decorrente da proximidade de um haras. Ingressando nas disciplinas de Fundamentos de Química e Fundamentos de Física, do curso de Licenciatura em Educação

do Campo - Ciências da Natureza e Matemática, da UFSC, viu a necessidade de identificar um problema social de uma localidade específica e, inspirada pela sua própria curiosidade, começou a se questionar se o problema das moscas não poderia ser também constatado em outras regiões.

Assim, pensou em levar a pesquisa para a Vila Junckes, São Pedro de Alcântara, Grande Florianópolis, onde mora a sua irmã, a fim de identificar se há problemas com a quantidade de moscas também nessa localidade. Diante da situação pandêmica, a irmã dessa autora do trabalho realizou algumas entrevistas com pessoas próximas, também moradoras da Vila Junckes.

A partir dessas conversas, destacou-se o problema de haver um aumento da ocorrência de moscas, principalmente em alguns períodos, resultando em um incômodo para a população local. Nesse sentido, destacamos algumas falas coletadas (item 2.1) e também notícias sobre a situação (item 2.2) .

2.1 Falas da população local sobre o problema da mosca

Nas entrevistas realizadas, percebe-se que a presença das moscas é uma questão que incomoda a população da Vila Junckes. Uma das entrevistadas relatou que o aparecimento das moscas é maior em dias específicos, “[...] incomoda, fica na comida, em volta da gente… Não usamos nenhum produto, a gente tenta matar com o mata mosca mesmo ou espantar com pano de prato." (RELATO PESSOAL, 2021). Para outra entrevistada, no interior, há mais moscas em função da criação de animais (gado, porco, galinha) e do cheiro característico dessas práticas.

Quanto aos problemas que a população percebe que podem ser ocasionados pela presença das moscas, é citado o apodrecimento da comida devido à deposição de ovos das moscas. Além disso, o fato de a mosca pousar em tudo e depois entrar em contato com a comida a torna um animal nojento, como aparece na fala de alguns e algumas entrevistados(a)s.

Assim, acredita-se que para diminuir a proliferação das moscas, é preciso evitar os restos de comida, principalmente de carne, e limpar constantemente as fezes nos ranchos de animais. Nas casas, a sugestão de uma entrevistada é passar veneno a fim de eliminar as moscas. Outros relatos indicam a utilização de repelentes caseiros, a partir de produtos naturais. O aumento do número de borrachudos nos últimos anos também foi levantado por

um(a) do(a)s moradores(a)s: “Quando chove, que a grama está molhada, aí que piora tudo… aí que eles atacam” (RELATO PESSOAL, 2021).

2.2 Notícias que evidenciam a relevância do problema das moscas

As moscas, como o(a)s próprio(a)s moradore(a)s de São Pedro de Alcântara relatam, não são tão inofensivas quanto parecem. Recentemente, estudos comprovaram que a mosca doméstica (*Musca domestica*) e a varejeira (*Chrysomya megacephala*) carregam inúmeros tipos de bactérias, as quais podem ocasionar infecções estomacais, intoxicações e pneumonia (BBC BRASIL, 2017).

As moscas domésticas estão espalhadas por todo o mundo e frequentam aterros sanitários, além de se alimentarem de animais em decomposição e matéria fecal. As varejeiras aparecem em maior quantidade em locais de clima quente e, conforme a suspeita do(a)s entrevistado(a)s da Vila Junckes, são sempre vistas sobre animais mortos, em abatedouros e em lixeiras. Segundo a notícia da BBC Brasil (2017), micro-organismos se alojam nas pernas e nas asas dos insetos, e cada movimento deles espalha as bactérias por onde passam.

Em reportagem à TV Anhanguera, o agrônomo Luis Michelin afirma que esse cuidado com o descarte do lixo e dos alimentos trazido na fala do(a)s moradore(a)s da Vila Junckes é fundamental (TV ANHANGUERA, 2017). Nesse caso, é a umidade e a temperatura, além da matéria orgânica, que atraem os insetos e criam condições para que depositem ovos.

As moscas aparecem tanto em ambientes urbanos quanto em áreas rurais, e, neste último caso, a problemática se intensifica devido às árvores frutíferas, que atraem as moscas principalmente pela queda e apodrecimento das frutas. Para o afastamento das moscas, o agrônomo recomenda o uso de inseticidas apenas em últimos casos, evitando a exposição das pessoas a esses produtos (TV ANHANGUERA, 2017).

3. ENTENDENDO E CRIANDO POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO A FIM DE MINIMIZAR O PROBLEMA COM AS MOSCAS NA VILA JUNCKES

Em conversa com a população local, podemos destacar três situações principais em que é percebido o aumento da população das moscas: a) depende do dia: há épocas do ano

específicas em que as moscas aparecem em maior quantidade; b) depende do clima: quando é quente e chuvoso, as moscas têm melhores condições de proliferação; c) depende do ambiente: peixe, carne e fezes de animais costumam atrair as moscas.

Com relação às épocas do ano e ao clima, é possível compreender que, em dias mais úmidos do verão, as moscas tendem a aparecer. Prado (2003, p. 95) explica que "Climas mais quentes tendem a acelerar o desenvolvimento e a ovogênese, propiciando o sincronismo de numerosas gerações diferentes, aumentando rapidamente as populações dessas moscas". Além disso, faz parte também do ciclo de vida das moscas a deposição de ovos em matéria orgânica de origem vegetal e animal em decomposição, como em lixos e fezes (PRADO, 2003). Tendo em vista tais aspectos, elencamos a seguir três possibilidades de atuação visando à minimização do problema das moscas.

3.1 Eliminar as moscas

Costumamos pensar que, ao eliminar as moscas, estaríamos resolvendo um problema para nós, humanos, mas, pelo contrário, estaríamos causando um desequilíbrio ao ecossistema, ocasionando um problema para as espécies em geral, incluindo os humanos. Existem diversas maneiras de eliminar as moscas, mas nem todas são ecologicamente corretas, como o uso de inseticidas (TV ANHANGUERA, 2017).

Segundo Saraiva (2018), a maior parte dos pesticidas faz parte do grupo de compostos chamado organofosforados, que, devido ao extenso uso na agricultura, é encontrado em grande quantidade no meio ambiente. Esses compostos têm como característica principal a toxicidade, podendo afetar os sistemas nervoso, imunológico, hepático, muscular, urinário, reprodutivo e hematológico. Além disso, o uso desses produtos de maneira constante pode impulsionar que os insetos criem resistência a esses produtos, necessitando que outras formas sejam encontradas para solucionar o problema, além de, muitas vezes, incitar que mais desses componentes tóxicos sejam utilizados.

Percebemos, então, que os repelentes industrializados podem ter efeito na eliminação das moscas, porque fazem um controle químico, de acordo com Dias e Faria (2019), mas também atuam contra a saúde humana e o meio ambiente. Algumas práticas que visam à superação dessas formas prejudiciais ao meio ambiente têm sido desenvolvidas. É o caso das armadilhas coloridas criadas para capturar alguns insetos, dentre eles as moscas, sem a necessidade de uso de pesticidas (CALDAS, 2019).

O funcionamento desses dispositivos se baseia no entendimento de que os insetos são mais atraídos por algumas cores específicas. No caso das moscas, elas costumam ser atraídas pela cor amarela, porque as confundem com as flores. Assim, garrafas plásticas de 500 mL são pintadas de amarelo por dentro, e, por fora, é confeccionada uma cola (mistura de óleo de soja e breu), que faz com que os insetos fiquem grudados na garrafa. De acordo com Caldas (2019), as garrafas podem ser utilizadas nas lavouras e também dentro de casa, durando entre cinco e sete dias, dependendo da quantidade de insetos capturada.

Uma vez que a atração das moscas para essas iscas está relacionada com a percepção visual delas, podemos identificar essa forma de combate às moscas como um controle biológico (DIAS; FARIA, 2019). A Figura 4 mostra algumas garrafas utilizadas como armadilhas para insetos.

Figura 4 – Armadilha para insetos feita com garrafa PET



Fonte: Caldas (2019) - **Foto:** Janaína Pereira dos Santos/Arquivo pessoal.

3.2 Repelir as moscas

No Brasil, existem muitas espécies de plantas que podem apresentar uma defesa química contra insetos, como a toxicidade, o efeito repelente, a inibição do crescimento e um impedimento de alimentação e oviposição. Dentre as classes de compostos principais que tornam essas plantas prejudiciais aos insetos, podem-se citar os compostos nitrogenados, terpenoides, fenólicos, inibidores de proteinase e reguladores de crescimento, os quais podem ser encontrados em raízes, caules, folhas, sementes e frutos (BRAGA E SILVA; SATO; RAGA, 2019).

Para repelir, ou até mesmo extinguir, alguns insetos é possível utilizar algumas plantas em sua forma vegetal. Outras atuam melhor se moídas, e há ainda as que apresentam um melhor resultado por meio de destilação ou de extração aquosa ou com solventes orgânicos voláteis, como éter, acetona e clorofórmio (BRAGA E SILVA; SATO; RAGA, 2019).

Especificamente, Braga e Silva, Sato e Raga (2019) citam que alcaloides, o piretro, a rotenona, as rianodinas, a nicotina, os quassinoides, a sabadilla e os limonoides são os compostos que tendem a garantir às plantas um efeito repelente ou inseticida.

Teixeira e colaboradoras (2018, p. 1023) destacam que "[...] as plantas repelentes liberam substâncias voláteis que afugentam os insetos sugadores adultos". Contra as moscas, as autoras citam que a alfavaca, o manjericão e o capim-santo são eficientes. Além dessas plantas, o angico e o nim também podem apresentar ação repelente (FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER, 2010).

Desse modo, é possível buscar a composição dessas plantas e identificar a presença de compostos que apresentam características repelentes às moscas.

A alfavaca apresenta, em sua constituição, além de muitos outros compostos, a presença de timol e eugenol, ainda que essas concentrações variem conforme a incidência solar e o aspecto das plantas (BORGES *et al.*, 2012). Esses são compostos fenólicos que, segundo Braga e Silva, Sato e Raga (2019), exercem ação de afastamento de insetos. Considerando que o cravo-da-índia apresenta grande porcentagem de eugenol em sua composição (SILVESTRI *et al.*, 2010), é possível inferir que esse também pode ser um importante agente no combate às moscas.

Em sua pesquisa, Gabriela e Aaron (2020) demonstraram que o manjericão, dentre inúmeros outros compostos, apresenta algumas substâncias da classe dos terpenos, os quais, como vimos (BRAGA E SILVA; SATO; RAGA, 2019), apresentam caráter repelente e inseticida. Essa constatação é confirmada por Gabriela e Aaron (2020), que verificam que, ao colocar um óleo essencial de manjericão, produzido por eles, em frutas que eram utilizadas

para alimentar moscas (criadas por eles), estas eram atraídas em menor quantidade pelo alimento.

Assim como o manjericão, no caso do capim-santo, também pode-se atribuir à sua característica repelente o fato de apresentar terpenos, devido à existência de mirceno em sua composição, conforme relatam Silva *et al.* (2014). Investigando a composição da goma de angico – obtida por meio de líquidos obtidos com lesões no tronco das árvores –, Silva, Rodrigues e Paula (1998) detectaram a presença de uma quantidade considerável de proteínas nessa goma. Uma vez que as proteínas são compostos nitrogenados, possivelmente são responsáveis pelas propriedades repelentes do angico. Uma análise da composição das folhas da árvore também poderia ser coerente nessa tentativa de identificação de compostos do angico que têm influência contra insetos.

"O óleo de nim indiano possui, em sua composição, vários componentes, entre eles os terpenos e os flavonóides" (GARCIA *et al.*, 2012, p. 53). Dessa forma, podemos sugerir que muitas de suas propriedades repelentes de insetos se referem a esse fato, o qual está de acordo com as investigações de Braga e Silva, Sato e Raga (2019).

É importante ressaltar que todas essas atribuições foram realizadas com base em análises superficiais de informações encontradas na literatura e, por isso, têm cunho mais hipotético do que experimental e/ou teórico.

3.3 Evitar atrair moscas

Antes de precisar afastar ou matar as moscas, é possível adotar medidas que impeçam a aproximação ou o aparecimento das moscas, a partir do controle biológico desses insetos. "A melhor prática de controle é descartar corretamente os resíduos orgânicos, ou qualquer outra matéria orgânica (inclui vegetais), que sejam locais de reprodução de mosca, ou seja, no qual as moscas podem depositar ovos" (DIAS; FARIA, 2019, p. 57).

Além disso, o(a)s autore(a)s citam outras medidas que podem ser adotadas no sentido de evitar o contato com as moscas, como a instalação de telas nas portas e janelas, manter lixeiras fechadas, limpar bem instrumentos que costumam guardar restos de alimentos, como grelhas de churrasco, coletar fezes de animais que podem chamar moscas e descartar regularmente armadilhas já utilizadas para capturar moscas e/ou outros insetos.

Lembramos, no entanto, que não podemos pensar apenas em medidas individuais para o enfrentamento do dilema das moscas e de todos os outros problemas ambientais. Dias e

Faria (2019) enfatizam que o poder público tem grande responsabilidade no projeto de minimização das problemáticas ocasionadas por moscas, a partir da efetivação do saneamento básico.

De acordo com o Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento (BRASIL, 2019), no Brasil, 54,1% da população tem atendimento com rede de esgoto (sendo que 49,1% é tratado). Além disso, 83,7% da população tem atendimento de água com rede, e 92,1% da população tem cobertura de coleta domiciliar de resíduos sólidos. Do lixo coletado, 75,1% vai para aterros sanitários, 12,9% para lixões e 12,0% para aterros controlados. 38,7% dos municípios têm coleta seletiva. Em comparação a esses dados, há as informações dos dados relativos às áreas urbanas, mas, curiosamente, os dados das áreas rurais não estão diretamente explicitados.

São Pedro de Alcântara tem 79% de esgotamento sanitário adequado, conforme o censo de 2010 do IBGE. Com relação à Vila Junckes, especificamente, não podemos afirmar como acontece o tratamento de esgoto, nem a coleta de lixo. Ainda assim, considerando que, em geral, são as populações urbanas que têm privilégios quanto ao acesso ao saneamento básico (VILARINO, 2021), acreditamos que seja possível que a Vila Junckes ainda não tenha sido contemplada com tratamento de esgoto ou coleta de lixo em sua completude.

> O saneamento é o principal meio de controlar a proliferação de mosca doméstica, pois eliminam os locais de criação e os substratos que servem de alimentos das larvas, e que também atraem moscas adultas. Ao eliminar o lixo alimentar e o esterco, todos os estágios do ciclo de vida das moscas são interrompidos. (DIAS; FARIA, 2019, p. 58).

Nesse sentido, é fundamental que se assuma a responsabilidade com as pessoas que estão mais vulneráveis a esse tipo de problemas, as quais costumam ser injustamente responsabilizadas por situações como o aparecimento de moscas, quando as raízes desses problemas são bem mais profundas.

4. CONCLUSÃO

O aparecimento das moscas é comum em espaços urbanos e rurais e pode se tornar um problema real, tendo em vista a possibilidade de atuarem como vetores de diversas doenças e de serem potenciais pragas para as plantações. Assim, trouxemos algumas alternativas e explicações para minimizar esses problemas a partir de práticas simples e potencialmente sustentáveis.

No entanto, é crucial compreendermos que as ações individuais são importantes, mas não suficientes, visto que a ovoposição das moscas depende de locais úmidos e de alta temperatura para acontecer, o que torna os esgotos a céu aberto e lixões ótimos espaços para a proliferação desses insetos. Assim, nota-se que o problema, antes de tudo, precisa ser considerado política e socialmente para poder ser efetivamente solucionado.

Por fim, chamamos atenção para o fato de que o aumento no número das moscas não é um dilema específico da Vila Junckes, mas é um problema que ocorre em várias localidades, de acordo com as várias atribuições que foram feitas durante o trabalho, e precisa ser pensado em seu contexto micro e macrossocial.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BBC BRASIL. De infecções a pneumonia, estudo mostra que moscas podem transmitir mais doenças do que se imaginava. *BBC Brasil*, [*s. l.*], 2017. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2017/11/1938252-de-infeccoes-a-pneumonia-estudo-mostra-que-moscas-podem-transmitir-mais-doencas-do-que-se-imaginava.shtml. Acesso em: 29 out. 2021.

BORGES, A. M. *et al*. Determinação de óleos essenciais de alfavaca (Ocimum gratissimum L.), orégano (Origanum vulgare L.) e tomilho (Thymus vulgaris L.). **Revista Brasileira de Plantas Medicinais**, [*s. l.*], v. 14, n. 4, p. 656-665, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbpm/a/5x5GKYVmttwKTkSdXXwbMwm/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 7 jul. 2021.

BRAGA E SILVA, S.; SATO, M. E.; RAGA, A. Uso de extratos naturais no controle de insetos, com ênfase em moscas-das-frutas (diptera: tephritidae). **Biológico**, [*s. l.*], v. 81, n. 1, p. 1-30, 2019. Disponível em: http://www.biologico.sp.gov.br/uploads/docs/bio/V81_1/26be9287-209f-4a1d-8096-7644a4abd105.pdf. Acesso em: 7 jul. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - 2019. **SNIS**, [*s. l.*], 2019. Disponível em: http://www.snis.gov.br/painel-informacoes-saneamento-brasil/web/painel-setor-saneamento. Acesso em: 05 nov. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Plano de Manejo da RPPN Rio das Lontras São Pedro de Alcântara e Águas Mornas, Santa Catarina**. [*S. l.*]: ICMBio: MMA, 2009. Disponível em: https://www1.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/rppn_rio_das_lontras_pm.pdf. Acesso em: 28 out. 2021.

CALDAS, J. Projeto de SC sobre armadilhas de baixo custo para insetos vence prêmio de ecologia. **G1 SC**, [*s. l.*], 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/campo-e-negocios/noticia/2019/05/14/projeto-de-sc-so

bre-armadilhas-de-baixo-custo-para-insetos-vence-premio-de-ecologia.ghtml. Acesso em: 1 nov. 2021.

DIAS, L. S.; FARIA, L. de C. A mosca doméstica, sua importância médica e controle. *In:* GUIMARÃES, R. B.; DIAS, L. S.; DIAS, S. S. **Ambiente e Saúde**: pensar, aplicar e agir. 1. ed. Tupã: ANAP, 2019, p. 47-80.

FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER. **Agroecologia**: Plante esta ideia. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2010. Disponível em: http://www.laviet.ufba.br/nucleoagroecologico/cartilha.pdf. Acesso em: 1 nov. 2021.

GABRIELA, G. H. N.; AARON, S. N. W. **Obtención de aceite esencial de albahaca (*Ocimum basilicum L.*) y su aplicación como repelente de mosca doméstica**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Química) – Faculdade de Engenharia Química, Universidad de Guayaquil, Guayaquil, 2020.

GARCIA, R. Á. *et al*. Atividade antifúngica de óleo e extratos vegetais sobre *Sclerotinia sclerotiorum*. **Bioscience Journal**, [*s. l.*], v. 28, n. 1, p. 48-57, 2012. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/biosciencejournal/article/view/8174/8232. Acesso em: 1 nov. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades e Estados: São Pedro de Alcântara. **IBGE**, Brasília, DF, 2010, 2017, 2020, 2021. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/sao-pedro-de-alcantara.html. Acesso em: 1 out. 2021.

PEREIRA DOS SANTOS, Janaína; FAGUNDES, Everlan; ANA ANSILIERO, Andressa. Armadilhas artesanais de baixo custo para a captura de insetos-pragas: o uso de diferentes mídias na divulgação da técnica. **Anais do CIET:EnPED**:2020 - (Congresso Internacional de Educação e Tecnologias | Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância), São Carlos, ago. 2020. ISSN 2316-8722. Disponível em:https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2020/article/view/1301. Acesso em: 14 mar. 2022.

PRADO, Â. P. do. Controle das principais espécies de moscas em áreas urbanas. **Biológico**, [*s. l.*], v. 65, n. ½, p. 95-97, 2003. Disponível em: http://biologico.agricultura.sp.gov.br/uploads/docs/bio/v65_1_2/prado.pdf. Acesso em: 1 nov. 2021.

SARAIVA, L. C. **Atividade inseticida e repelente do óleo essencial de *Pelargonium graveolens* EM *Musca domestica* E *Lucilia cuprina***. 2018. 45 f. Dissertação (Mestrado em Farmacologia) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências da Saúde, Santa Maria, 2018.

SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. História da Colonização. São Pedro de Alcântara, 13 nov. 2014. Disponível em: https://www.pmspa.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/48079. Acesso em: 28 out. 2021.

SEBRAE/SC. **Caderno de Desenvolvimento de Santa Catarina**: São Pedro de Alcântara. Florianópolis: SEBRAE/SC, 2019. Disponível em: https://datasebrae.com.br/municipios/sc/m/Sao%20Pedro%20de%20Alcantara%20-%20Cadernos%20de%20Desenvolvimento.pdf. Acesso em: 28 out. 2021.

SILVA, A. G. da; RODRIGUES, J. F.; PAULA, R. C. M. de. Composição e Propriedades Reológicas da Goma do Angico (Anadenanthera Macrocarpa Benth). **Polímeros: Ciência e Tecnologia**, [*s. l.*], p. 34-40, 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/j/po/a/kxmm4k5jnkyXMRNF9W9KVHr/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 7 jul. 2021.

SILVA, F. F. M. *et al*. Análise da composição química do óleo essencial de capim-santo (Cymbopogon citratus) obtido através de extrator por arraste com vapor d'água construído com materiais de fácil aquisição e baixo custo. **HOLOS**, [*s. l.*], ano 30, v. 4, 2014. Disponível em: http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1762/pdf_59. Acesso em: 14 mar. 2022.

SILVESTRI, J. D. F. S.; PAROUL, N.; CZYEWSKI, E.; LERIN, L.; ROTAVA, I.; CANSIAN, R. L.; MOSSI, A.; TONIAZZO, G.; OLIVEIRA, D.; TREICHEL, H. Perfil da composição química e atividades antibacteriana e antioxidante do óleo essencial do cravo-da-índia (Eugenia caryophyllata Thunb.) Rev. Ceres, Viçosa, v. 57, n.5, p. 589-594, set/out, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rceres/a/tgjGTK5Lj95w5HdfHMPnN9N/?format=pdf&lang=pt.

TEIXEIRA, M. D. S., et. al. O uso de plantas medicinais e aromáticas no controle de pragas em hortas caseiras na comunidade de Caldeirãozinho, município de Central-BA. In: Anais do Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, v. 6, 2018. Disponível em: http://eventos.ecogestaobrasil.net/congestas2018/trabalhos/pdf/congestas2018-et-10-001.pdf. Acesso em: 7 jul. 2021.

TV ANHANGUERA. Número de moscas aumenta no período chuvoso; veja como espantar os insetos. **G1 Tocantins**, [*s. l.*], 2017. Disponível em: https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/numero-de-moscas-aumenta-no-periodo-chuvoso-veja-como-espantar-os-insetos.ghtml. Acesso em: 29 out. 2021.

VILARINO, C. Tratamento de esgoto nas áreas rurais é 50% menor do que nas urbanas. **Globo Rural**, [*s. l.*], 2021. Disponível em: https://revistagloborural.globo.com/Um-So-Planeta/noticia/2021/03/tratamento-de-esgoto-nas-areas-rurais-e-50-menor-do-que-nas-urbanas.html. Acesso em: 5 nov. 2021.

WIKIPÉDIA. Ficheiro:SantaCatarina Municip SaoPedrodeAlcantara.svg. **Wikipédia**, [*s. l.*], 2016. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:SantaCatarina_Municip_SaoPedrodeAlcantara.svg. Acesso em: 9 nov. 2021.

WIKIPÉDIA. Ficheiro:Igreja.São Pedro de Alcântara.JPG. **Wikipédia**, [*s. l.*], 2009. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Igreja.S%C3%A3o_Pedro_de_Alc%C3%A2ntara.JPG. Acesso em: 9 nov. 2021.

LEVANTAMENTO DE SITUAÇÕES SIGNIFICATIVAS ACERCA DA JUVENTUDE NO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO (SC)

Fernanda Stoeberl
Mestranda do PPGECT-UFSC
stoeberlfernanda@gmail.com

Resumo: Mesmo a Juventude desempenhando um papel importante em nossa sociedade e estando presente nas construções sociais, são diversas as negatividades enfrentadas cotidianamente por esses sujeitos. Exemplos disso são as "situações de opressão" (FREIRE, 2019) que recaem sobre os jovens e que podem gerar resultados negativos a esses. As pressões sociais, o desemprego, a busca por autonomia, a cobrança da família, o preconceito são situações que corroboram com a desumanização da Juventude, uma vez que os limitam de se reconhecerem como sujeitos protagonistas da suas vidas e capazes de transformar a realidade na qual estão inseridos. Diante da situação, o presente trabalho busca levantar algumas percepções dos moradores do município de Rio Negrinho (SC) acerca da Juventude. Identificando compreensões, percepções, proposições que contribuam para a construção de uma visão mais ampla a respeito de como os jovens são percebidos e as possíveis situações opressoras enfrentadas pela Juventude do município.

Palavras-chave: Juventude; Jovens; Rio Negrinho; situações de opressão.

1 Caracterização do município de Rio Negrinho

O município de Rio Negrinho está localizado no Planalto Norte catarinense. A área territorial total do município corresponde a 907,420 km² (IBGE, 2021). Possui como limites territoriais os municípios de Rio Negro (PR), Rio dos Cedros (SC), Doutor Pedrinho (SC), Mafra (SC), Itaiópolis (SC), Corupá (SC) e São Bento do Sul (SC). A população estimada para o ano de 2020, segundo último censo em 2010, é de 42.495 habitantes (IBGE, 2021).

Figura 1 – Localização do Município de Rio Negrinho, em Santa Catarina

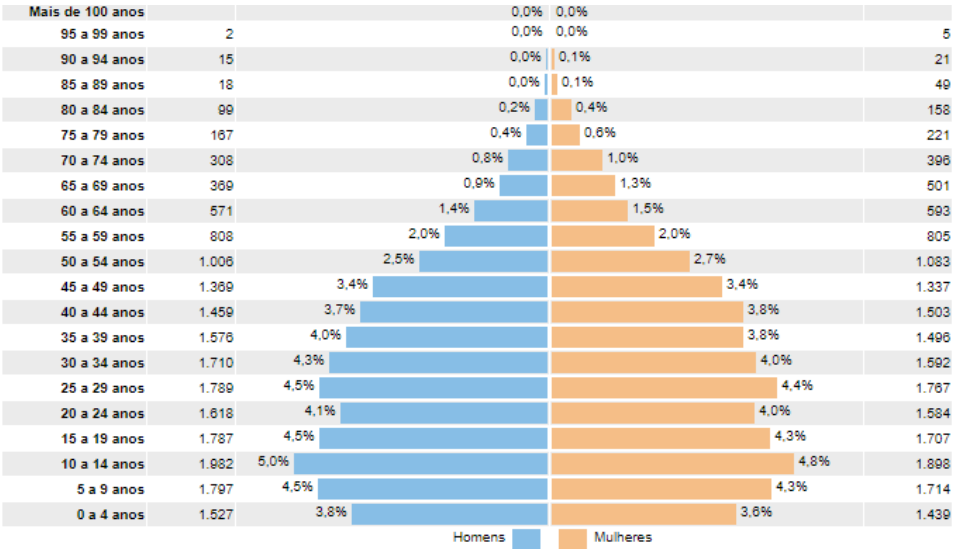


Fonte: Stoeberl e Brick (2021).

As principais atividades econômicas do município estão nos setores de Comércio e Serviços, Indústria de Transformação e Turismo. O setor de Comércio e Serviços representa 37% da economia municipal, seguida pelo setor da Indústria de Transformação, com 18%, e Turismo, que compõe 9% da economia rio-negrinhese (TOMPOROSKI et al., 2020).

Segundo as informações extraídas do último censo demográfico, realizado no ano de 2010, a faixa etária que corresponde ao maior número de habitantes é a de 10 a 14 anos, somando 9,8% da população, seguida dos habitantes que possuem 25 a 29 anos, representando 8,9% do número total de habitantes do município (IBGE, 2010).

Figura 2 – Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade (Rio Negrinho - SC)



Fonte: IBGE (2010).

Se considerarmos a faixa etária que usualmente vem sendo utilizada para classificar a Juventude – 15 a 29 anos –, podemos perceber que a população Jovem do município de Rio Negrinho corresponde a 25, 8 % dos habitantes do município.

Nossa atuação como e com a Juventude de Rio Negrinho tem se dado mais especificamente no Distrito de Volta Grande, que possui cerca de 4.000 habitantes (quase 10% da população do município), o qual fica localizado a 40 quilômetros do centro administrativo do município de Rio Negrinho e onde se localiza a Escola de Educação Básica Luiz Bernardo Olsen, que atende estudantes oriundos da Vila de Volta Grande e das 16 comunidades rurais abrangidas pelo distrito. Muitas dessas comunidades tiveram origem ou voltaram a ser povoadas na década de 1980 com projetos de assentamento (GONÇALVES; PAITER; BRICK, 2016, p. 302).

2 A Juventude e seus desafios no contexto atual e local

No Brasil, o suicídio é a 3ª causa de morte entre os jovens de 15 a 29 anos. Da totalidade dos jovens – nessa faixa etária – que cometeram suicído, 96,8% deles estão

relacionados a quadros de transtornos mentais (BAHIA, 2020).

Os Jovens são mais suscetíveis a transtornos mentais, e são distintos os fatores que corroboram para o desenvolvimento de quadros dessa natureza (HOSPITAL SANTA MÔNICA, 2020). Destacam-se como as principais razões para o desenvolvimento de questões relacionadas à desordem mental dos Jovens situações como:

> [...] desemprego; conflitos familiares; desejo de maior autonomia; maior exposição ao estresse; exploração da identidade sexual; falta de qualidade de vida doméstica; envolvimento precoce com drogas e álcool; pressão para integrar-se a certos grupos ou comportamentos; problemas de relacionamento com pais, professores ou colegas; maior acesso, mais disponibilidade de recursos e uso da tecnologia; vítimas de bullying ou exposição à violência, incluindo pais agressivos; influência da mídia quanto à posição social, aos padrões estéticos e às diferenças de gênero. (HOSPITAL SANTA MÔNICA, 2020, não paginado).

As pressões sociais e familiares exercidas sobre os jovens acerca das expectativas de sucesso pessoal e profissional também são condicionantes: "[...] os ambientes como a família, a escola e a comunidade são vistos como suporte de proteção — ou de risco — no que se refere à adequação do comportamento dos jovens no âmbito social." (HOSPITAL SANTA MÔNICA, 2020, não paginado).

Nesse sentido, é possível compreender que são inúmeras as negatividades que recaem sobre a Juventude, impactando, consequentemente, na forma como esses sujeitos se percebem e se relacionam na sociedade.

No estudo entitulado "Suicídio no Planalto Norte Catarinese: um estudo explorátório dos municípios de Rio Negrinho, São Bento do Sul e Campo Alegre", os autores Chagas e Batista (2019) identificaram que o número de suicídios no município de Rio Negrinho encontava-se acima da média nacional brasileira.

Considerando que os casos de suicídio, em sua maioria, estão relacionados às doenças mentais e que os diversos fatores que influenciam o desenvolvimentos dessas doenças podem estar relacionados às opressões exercidas socialmente sobre os jovens, realizou-se um levantamento de percepções da comunidade rionegrinhense acerca da Juventude.

O levantamento dessas percepções surgiu da tentativa de identificar visões de mundo acerca da juventude que reforçam as situações opressoras exercidas sobre os jovens e que, por conseguinte, influenciam no desenvolvimento de doenças mentais, que, por vezes, podem desencadear situações irreversíveis.

Na tentativa de destacar aos jovens do município de Rio Negrinho a importância de serem motivados, terem disciplina e pensamento positivo, em 2019, a palestra intitulada "Jovens Extraordinários" foi ministrada para cerca de 3200 jovens do município, que frequentavam os anos finais do ensino fundamental (RIO NEGRINHO, 2019, não paginado). Em notícia publicada pela Secretaria Municipal de Educação do município de Rio Negrinho, o prefeito na época destacou que "É uma palestra maravilhosa, que visa trabalhar a motivação e a melhora da autoestima em nossos jovens" (RIO NEGRINHO, 2019, não paginado). O prefeito percebeu a palestra como "[...] um trabalho que visa melhorar o ser humano, mostrar que é possível ser diferente, fazer melhor, e ser extraordinário em tudo o que se quer. Temos certeza que este será um momento de transformação para muitos de nossos jovens." (RIO NEGRINHO, 2019, não paginado).

Ao final da palestra, duas jovens, ao serem questionadas sobre a relevância do momento, colocaram que:

> É uma palestra fundamental para os jovens nos dias de hoje. Muitos não têm esperança, acham que os estudos não darão futuro. E essa palestra mostrou que devemos ser mais positivos. Eu mesmo sou muito negativa e isso me fez refletir em me tornar uma pessoa melhor e mais positiva em minha vida. [...]
>
> Muitos acham que o estudo não vale a pena, e vemos que ele é fundamental para abrir portas, e sem ele não seriamos nada. Eu entrei aqui uma pessoa, e acho que o que foi falado aqui hoje, levarei em minha vida. Em vários pontos posso melhorar. (RIO NEGRINHO, 2019, não paginado).

A seguir estão listadas algumas falas de moradores do município de Rio Negrinho acerca da Juventude. As falas a seguir foram adaptações de comentários realizados nas redes sociais, em notícias locais que tratavam sobre a Juventude.

Tabela 1 – Falas de habitantes do município de Rio Negrinho acerca da Juventude

1	"Hoje em dia, com esse mimimi chato pra caramba dessa geração, não temos mais liberdade de expressão."

2	“Essa é uma geração chata. Queremos o nosso bom Brasil de volta.”
3	“No meu tempo, cobrava-se respeito de uma outra forma, tinha hino nacional, hasteamento da bandeira. Salve à geração dos anos 70, porque a que tá vindo agora é um nojo.”
4	“Hoje em dia, os jovens não querem nem ir para a escola; na minha época, apanhava da mãe se não quisesse ir, e estou bem até hoje.”
5	“Hoje em dia, tá fácil para os estudantes, o ônibus pega na porta de casa. Na minha época, tínhamos que ir de chinelo na geada.”
6	“Geração do ano 2021, tadinhos, nem sabem o que é viver de verdade.”
7	“No meu tempo, e nem agasalhos as crianças tinham como atualmente, eu me orgulho de ser professora às antigas. Vejo homens e mulheres que foram educados naquela época educados, persistentes, trabalhadores, tementes a Deus.”
8	“Essa geração quer tudo, mas não sabem o mais importante, educação, disciplina, e respeito. É uma geração sem cultura. Como será o futuro dessa geração sem respeito?”
9	“Não sou contra a sexualidade de cada um e não me escondo atrás de uma religião, mas o nosso tempo realmente foi a última geração de gente séria. Agora por diante, só colocar nas mãos do nosso criador!”
10	“Os alunos hoje em dia não querem mais nada com nada, não querem copiar, não querem ler, não sei o que será deles.”
11	“Vão mal na escola, não trabalham, não querem nada da vida.”
12	“A geração apática e sem educação que acha que o mundo lhes deve algo.”
13	“Essa geração que não sabe descascar uma maçã."
14	“Esta geração é a geração E, de estragada.”
15	“Esses jovens não têm perspectiva, são vazios.”

16	“Não querem nada com nada da vida, só querem saber [de] festa.”
17	“Quero só ver o que será das futuras gerações, não querem estudar, às vezes, nem trabalhar, estão perdidos.”

Fonte: Falas adaptadas pela autora a partir de comentários expostos no Facebook (2021).

No mês de julho de 2021, um trabalho desenvolvido na disciplina de Arte em uma escola do município gerou uma série de ações e comentários homofóbicos acerca da atividade e também dos grupos LGBTQIA+, feitos pela comunidade escolar e local. Nesse contexto, diversos comentários preconceituosos e ofensivos foram disparados também contra a direção da escola e o professor da disciplina.

Considerando a repercussão da atividade, o Portal de notícias de Rio Negrinho, “Nossas Notícias”, entrou em contato com a psicóloga Jéssica Borges Caikoski, que ressaltou que a orientação sexual e a identidade de gênero não são escolhidas: “É importante ressaltar que as pessoas não escolhem sua orientação sexual nem sua identidade de gênero, elas desenvolvem sua sexualidade ao longo da vida" (NOSSAS NOTÍCIAS, 2021). Ela ressalta ainda que as atividades desenvolvidas na escola acerca do tema são importantes para a conscientização, "Uma vez que a sexualidade faz parte da vida humana e se expressa em nós desde o nascimento, os trabalhos desenvolvidos nas escolas e as conversas abordando temas sobre as diferenças sexuais servem para conscientizar e diminuir preconceitos"(NOSSAS NOTÍCIAS, 2021, não paginado); e que a promoção de contextos de diálogos abertos sobre essas questões possibilitam a formação de crianças mais inclusivas: "No país com mais registros de crimes homofóbicos do mundo, é necessário criar espaços de diálogo aberto, nos quais tais questões possam ser discutidas livremente. Iniciativas como essa possibilitam que as crianças sejam mais inclusivas" (NOSSAS NOTÍCIAS, 2021, não paginado).

Algumas falas proferidas por habitantes do município de Rio Negrinho nas redes sociais a respeito da situação foram levantadas e sistematizadas abaixo:

Tabela 2 – Falas de moradores do Município de Rio Negrinho acerca da atividade da disciplina de Arte

1	“A escola é o lugar de aprender conhecimentos para que os alunos venham usufruir dos mesmos quando forem ao mercado de trabalho, e não esse tipo de assunto."
2	“Para muitos, isso é normal, não mesmo. Na escola, se aprende a ser um cidadão de bem, não uma pessoa que aponte o dedo para as pessoas que são diferentes deles. Minha nossa, a cidade já está um caos, e ainda isso?”
3	“Se ensinassem essas crianças a ler e escrever, já estava de bom tamanho. O resultado disso pode ser catastrófico.”
4	“A escola não é para influenciar na sexualidade de ninguém. Se a pessoa quiser ser, pouco me importa, mas usar o horário de aula para esse fim é algo inadmissível.”
5	“Levem um padre ou um pastor para orar pelas crianças nessa escola.”
6	“Fala-se muito em liberdade, pois bem, então, cadê a liberdade de ensinar às nossas crianças de hoje o Ensino Religioso assim como era antigamente? O Ensino Religioso teve que ser banido das escolas, porque nem todos concordavam. Agora, o LGBT nas escolas é a mesma coisa, nem todos concordam, mas parece que a sociedade LGBT que tanto exige respeito quer enfiar goela abaixo que todos nós aceitemos calados, isso também é não respeitar. A solução é bem simples: é só voltar o Ensino Religioso e incluir a ideologia de gênero na grade acadêmica, aí, a família da criança opta em qual matéria seu filho vai frequentar.”
7	“Vamos pedir educação religiosa igual ao meu tempo e mostrar o que Deus fala sobre ideologia de gênero.”
8	“Quem vai usar a Bíblia para ensinar a palavra de Deus aí na escola?”
9	“Respeitar e concordar é uma distância gritante. Todo movimento LGBT é para influenciar. Essa é a meta dessa galera, eles não querem respeito, eles querem direitos que os defendam caso alguém os contrarie. Se você quer ser gay, problema é teu, agora não queira pôr esse comportamento como influência para

	crianças. Sistema podre de doutrinação sexual [LGBT]. Vamos para estatísticas, psicologia infantil, psiquiatria, dados científicos e comportamental dos gays, lésbicas, bisexuais e transgêneros. Todo ser humano que desenvolveu esse comportamento sofreu de desvio sexual por abuso, abandono ou falta da figura paterna, casos como rejeição e rebeldia também contam. Aí, eles doutrinam seus filhos em escola pública devido ao desvio sexual que sofreram e desenvolveram devido a traumas. Eles estão em todas as esferas da sociedade, e, hoje, temos professores, diretores que precisam de tratamento ou afastamento do cargo, sim, pois eles têm poder de influência.”
10	“Um homossexual pode ser o que ele quiser, médico, advogado, empresário, escritor, mas nunca querer que a sociedade ache normal o que eles fazem, não é preconceito, é a ciência falando, podem arrancar o pipi, ou implantar um pipi, tanto faz, mas a genética nunca vão conseguir, não existe essa hipótese, homem é homem, e mulher é mulher. Acabou!”
11	“A escola é um patrimônio público. Não é para esses professores usarem para apoiar uma ideologia sexual. Por que eles não fazem um trabalho para evitar a gravidez na adolescência? Expressão corporal, liberdade de escolha? O que é isso? Não sabem nem a tabuada e aprendem expressão corporal. É para acabar com a formação dessa geração perdida.”
12	“É muito lindo no contexto geral, só que as crianças não têm maturidade para entender esse assunto de Ideologia de Gênero. É um direito da Família se quer ou não falar nesse assunto; família, não escola. Uma pergunta básica, nesse Grupo LGBT tem Criança inserida? Não, porque a lei proíbe (ECA). A escola não tem que abordar Ideologia de Gênero.”
13	“Homem com homem, mulher com mulher, não foi isso que Deus criou. Portanto, não misturem as crianças.”
14	“Pais omissos e medrosos, professores ousados, as pessoas são proibidas de dar a opinião e há professores que ridicularizam o cristianismo, mas isso pode, né? Não é contra a lei.”

15	“Fosse meu filho, eu tirava dessa escola no mesmo dia.”
16	"Entendemos que não foi uma abordagem de forma cabível. Pela lei, eu, por exemplo, como cristão, não posso ir orar na escola, pregar a minha fé.”
17	As imagens mostram claramente que a ideia foi impregnar uma ideologia às crianças, de transmitir essa ideologia a elas.”
18	“Só queria saber onde está escrito na bíblia que Deus permite mulher ficar com mulher e homem com homem. Nada contra, muito menos a favor. Cada um sabe o lugar que vai merecer.”
19	“Isso é o fim da picada. A escola e esses socialistas, que se dizem professores, deveriam ser expulsos. Querem doutrinar as crianças. Estamos no Brasil e não na Venezuela, Cuba e outros países comunistas. Ideologia de gênero, se enxerguem. Meu maior apoio ao pastor e às religiões que defendem a família.”
20	“Ninguém fala, o ensino religioso foi arrancado das escolas pois 80% dos professores que davam aula de ensino religioso eram evangélicos. Cristofobia.”
21	“Eu sou contra por um motivo. No meu tempo de escola, nós éramos patriotas, tinha o hino nacional, todos na fila com os braços retos vendo a bandeira subir e cantar o hino nacional. Cadê isso que se acabou pra colocar esse tipo de conteúdo no lugar? Não sou contra, cada um escolhe o que quer para si, tenho amigos e conhecidos gays, nada contra, mas tanta coisa mais importante para se ensinar.”

Fonte: Falas adaptadas pela autora a partir de comentários expostos no Facebook (2021).

Outra questão que recai sobre alguns jovens do município, mais especificamente os jovens que residem no Distrito de Volta Grande, é a questão do êxodo Rural. O distrito de Volta Grande é considerado por muitos um lugar sem perspectiva de crescimento e inviável para a permanência dos mais jovens.

O Distrito possui aproximadamente 4.000 habitantes e está a cerca de 40 quilômetros do Centro Administrativo do município de Rio Negrinho. É composto pelas comunidades de

Vila de Volta Grande, Butiá Alto Rio Preto, Pocinho, Rio Feio, Serro Azul, Corredeiras, Posto Castilho, Rio dos Banhados, Bituva Grande, Assentamento Domingos Carvalho, Assentamento Rio da Lagoa, Assentamento Edson Stoebert, Assentamento Butiá e Assentamento Norilda da Cruz. Dessas comunidades, a Vila de Volta Grande e o Serro Azul possuem perímetros considerados urbanos.

As principais atividades econômicas exercidas no Distrito estão em torno da: a) Agricultura, sobretudo aos monocultivos de pinûs, soja, fumo, milho e feijão; b) Pecuária, com destaque para a produção de gado e frango de corte; c) empresa de papel e celulose Cia Volta Grande de Papel (CVG), que demanda trabalho de grande parte dos moradores da Vila de Volta Grande.

Outros empreendimentos, como serrarias e confecções, mercados, agropecuária, loja de roupas, estão localizados, principalmente, nos perímetros tidos como urbanos no Distrito. Assim como as Unidades de Saúde (Vila de Volta Grande e Serro Azul), Unidade da Polícia Militar (Vila de Volta Grande), os Centros Municipais de Educação Infantil (Vila de Volta Grande e Serro Azul), Escolas Municipais de Educação Básica (Vila de Volta Grande e Serro Azul), Escola Estadual de Educação Básica (Vila de Volta Grande) e a Subprefeitura do Distrito de Volta Grande (Vila de Volta Grande).

As comunidades que compõem o Distrito de Volta Grande, em sua maioria, são comunidades situadas em áreas consideradas rurais. Exceto a Vila de Volta Grande e o Serro Azul, que, apesar de integrarem o Distrito de Volta Grande, são tidas como áreas urbanas.

No Brasil, as delimitações de rural e urbano, conforme apontado por Abramovay (2000, p. 4), se dá por meio de delimitação administrativa. O autor ainda, aponta três principais ressalvas em relação à utilização dessa abordagem para realizar a classificação de um território, sendo elas:

> [...] • o rural é definido, ao menos em parte, ao arbítrio dos poderes públicos municipais, em que as conseqüências fiscais da definição acabam sendo mais importantes que seus aspectos geográficos, sociais, econômicos ou culturais;
> • desde que haja extensão de serviços públicos a um certo aglomerado populacional, ele tenderá a ser definido como urbano: é assim que, no Brasil, as sedes de distrito com algumas centenas ou dezenas de casas são definidas como “urbanas”; e
> • o rural tenderá a ser definido, em princípio, pela carência, o que não pode ser considerado um critério adequado sob qualquer ponto de vista. (ABRAMOVAY, 2000, p. 4).

Com isso, é possível perceber a falta de critérios contundentes que possibilitem uma definição justa para a delimitação de áreas rurais. Critérios que possibilitem a desconstrução

de visões pejorativas em relação às populações do campo e também ao território rural. Em relação a isso, Abramovay (2000. p 2) salienta que: “Há um vício de raciocínio na maneira como se definem as áreas rurais no Brasil, que contribui decisivamente para que sejam assimiladas automaticamente a atraso, carência de serviços e falta de cidadania”.

Essas visões negativas são ainda reforçadas com a urbanização dos territórios à medida que esses passam a contar com acréscimos básicos a qualquer espaço, seja ele Rural ou Urbano. Pois “O acesso a infra-estruturas e serviços básicos e um mínimo de adensamento são suficientes para que a população se torne “urbana” (ABRAMOVAY, 2000. p 2).

A forma ineficaz como os espaços urbanos e rurais são delimitados, incidem diretamente nas percepções que os sujeitos – habitantes deste espaço ou não – constroem sobre as áreas rurais. Os impactos, oriundos dessas concepções equivocadas, recaem, principalmente, sobre os sujeitos que vivem ali, no campo.

Esses impactos podem ser percebidos diante da marginalização cotidiana enfrentada pelas populações do campo, que são vistas como atrasadas, seja pela cultura, pelas formas de lazer, pelo trabalho ou pelo não acesso a serviços básicos. E são reforçadas, à medida que uma comunidade começa a avançar, em relação ao que é tido como mais moderno ou com a inserção de direitos básicos Essa passa, então, a ser delimitada como perímetro urbano.

Se considerarmos o caso da Vila de Volta Grande e do Serro Azul, podemos perceber a efetivação de situações como as descritas anteriormente. Pois, ao comportarem alguns serviços que as outras comunidades não dispõem, essas são delimitadas como urbanas, e não mais como áreas rurais.

Ao adentrar o universo do Distrito de Volta Grande, podemos perceber diferentes situações, que podem estar relacionadas com as questões listadas acima, como: o fato da população da Vila de Volta Grande não se reconhecer como uma população do campo, a vergonha de se dizer morador do Distrito de Volta Grande, a migração da população, sobretudo jovem, para outras cidades, a percepção de que o Distrito não tem nada a oferecer.

É comum os jovens do Distrito, de forma geral, terem vergonha de se colocar como sujeitos que vêm do Distrito em outros espaços. Afinal, não são poucas as insinuações de desdém por parte de terceiros, falas como: “Mas lá vocês têm energia elétrica?”, “Tem telefone?”, “E internet?”, “Tem o que fazer para se divertir?” “Como você consegue morar lá? Eu não conseguiria”. Nas redes sociais, a situação não é diferente, é comum encontrarmos publicações que inferiorizam os moradores das comunidades que constituem o

Distrito. Situações como essas representam algumas das marginalizações enfrentadas pelas populações do campo

As grandes mídias também contribuem para a estereotipização das populações do campo. Não é difícil localizar personagens que representam os moradores do campo. Normalmente, os erros, as vestimentas, a forma de falar desses personagens são considerados entretenimento, mas acabam por reforçar estereótipos a respeito dos agricultores e do próprio espaço rural: pessoas que não sabem falar, que não sabem se vestir, que são atrapalhadas e que não são inteligentes.

Dessa forma, como culpabilizar a Juventude do campo ou a população (do campo) de forma geral por não se colocarem como povos do campo, por não se reconhecerem, por não quererem continuar nesse espaço?

Considerando essa uma problemática real enfrentada pelas comunidades que compõem o distrito, me propus a ouvir as percepções que a comunidade tem a respeito dessa questão. Nesse sentido, algumas das falas proferidas pelos jovens e por demais membros da comunidade foram:

Tabela 3 – Falas de moradores do Distrito de Volta Grande

1	"Faltam incentivos para estudos, mas também para os empresários instalarem suas empresas e comércio, para gerar emprego. E falta uma cultura de incentivar o lugar, o comércio, os serviços. As pessoas preferem gastar combustível para ir até a cidade, na ilusão de que vão "pagar mais barato", e acabam gastando mais, falta essa consciência de todos."
2	"Além da questão de incentivo de áreas industriais, que seria responsabilidade da prefeitura, eu vejo e sei que muitos têm medo que investir na Volta Grande, porque não há segurança – policiamento."
3	"Volta Grande não oferece condições de permanência para a juventude, porque falta estudo, falta emprego, falta incentivo até mesmo para que empreendam dentro do distrito, mas, daí, também, falta incentivo para empresários e empreendedores dentro da VG."

4	“A falsa promessa de ingresso de grandes indústrias no distrito, há anos isso vem se repetindo, e isso acaba desmotivando os moradores que acabam procurando oportunidades fora, porque não dá para esperar o incerto.”
5	“Eu saí porque, [com] o salário que meu noivo recebe, não teriam empresas que nos permitisse morar na Volta Grande, que pagasse, e, olha, que não é lá muito alto.”
6	“Volta Grande não cresce devido ao êxodo, e isso acontece pela falta de oportunidades, de outros empreendimentos que gere interesse das pessoas ficarem.”
7	“Transporte público, que ligue Volta Grande à Rio Negrinho, é algo que faz falta. Isso permitiria que os jovens morassem na Volta Grande, fossem trabalhar na cidade tranquilamente.”
8	“Se eu ficar aqui, a minha única possibilidade de trabalho é a CVG, só tem a CVG.”
9	“Uma vez, eu comecei um curso de projetos e desenhos aí na Volta Grande, numa sala que a cederam, mas não durou dois meses. ou nós íamos para Rio Negrinho ou ficávamos sem o curso. É isso que eu me refiro, quando tem algo, o pessoal não sabe aproveitar; aí, eles têm que levar para a cidade novamente.”
10	“Eu quero ir embora para um lugar onde eu possa fazer uma faculdade. Se eu ficar aqui, eu não vou conseguir.”
11	“Eu pretendo trabalhar na cidade, conseguir me estabilizar bem na minha vida financeira, e, aí, depois, pretendo voltar, porque, não, aqui, eu não consigo me estabilizar financeiramente.”
12	“Hoje em dia, com a informação na nossa cara, a maioria de nós procura fazer coisas grandes na vida. Ter um trabalho legal, que pague realmente bem. Falando mais com o ego, se sentir "foda" aqui em Volta Grande não tem muito sentido.”
13	“Acredito que a juventude precisa de apoio com relação a isso, porque, nas cidades, a gente vê as universidades dão oportunidades diversas, e, na Volta Grande, eles não têm nem um curso decente pra fazer.”

14	“Eu queria que aqui tivesse mais oportunidades, tivesse mais lazer, oportunidades para estudar, mas aqui não tem nada. Onde é que vou trabalhar aqui?”
15	“Eu gosto de Volta Grande pela tranquilidade e liberdade, é sossegado de morar aqui. Por outro lado, é sossegado demais. Principalmente para os jovens, digamos que seja um lugar ‘parado’.”
16	“A juventude procura oportunidades de crescer, ser independente, se realizar profissionalmente, e isso é difícil em Volta Grande.”
17	“Uma vez, nós tivemos um retiro, e as pessoas achavam que a gente não tinha nem internet aqui.”
18	“A população [de Volta Grande] não é assistida pelo município.”
19	“Os jovens não querem ficar em Volta Grande, eles concluem o ensino médio e vão embora.”
20	“Eu sempre digo pros meus filhos: eles têm que estudar pra sair daqui, porque, aqui, eles não têm oportunidade de crescer na vida.”
21	“Os jovens daqui estão desmotivados, sem perspectivas.”
22	“Olhe o João [nome fictício], ele saiu daqui quando ganhou a conta e hoje está bem. Se tivesse continuado aqui, hoje não estaria ganhando nem 2 mil por mês.”
23	“A gente não consegue fazer os jovens ficarem no distrito, porque não tem oportunidades, não é dado condições para que eles fiquem.”
24	“Volta Grande é um lugar sem perspectiva de crescimento, infelizmente. Distante de grandes cidades e com comércio muito limitado.”
25	“Nas coisas de escola, a gente sempre era, tipo, olhados com outros olhos, porque muitas pessoas daqui são simples, sem informação ou com pouca, são humildes.”
26	“Quando eu falo que eu moro em Volta Grande, parece que automaticamente me transformo num sem futuro.”

27	“Eu quero ir para a cidade, eu quero fazer cursos, faculdade. Eu quero ter opção do que fazer e de onde trabalhar.”

Fonte: Depoimentos pessoais (2021).

A questão do êxodo da Juventude do Distrito de Volta Grande não é uma problemática exclusiva levantada por esse trabalho. Autores como Lima (2020) e Córdova (2010), no desenvolvimento de seus trabalhos, trazem elementos referentes ao êxodo dos mais jovens das suas comunidades de origem.

Ao entrevistar famílias agricultoras de comunidades pertencentes ao Distrito, Lima (2020) traz indicativos do não interesse de permanência dos jovens nas propriedades após a conclusão do Ensino Médio. Das treze famílias entrevistadas pela autora, apenas duas delas acreditam que os filhos permanecerão na propriedade e darão continuidade nas atividades agrícolas e agropecuárias da família.

Córdova (2010), ao realizar um estudo sobre o Assentamento Butiá, retratando a realidade da saúde nos assentamentos, identifica a pouca participação dos jovens. Segundo o autor, essa limitação da participação se dá pela priorização dos estudos e das atividades de trabalho. O autor ainda diz que:

> Essa escassa participação dos jovens na comunidade sinaliza um sintoma bem mais preocupante, que é a marcante tendência de êxodo dos jovens das regiões interioranas brasileiras para as áreas urbanas, que, além de romper os laços familiares (muitas vezes, antes mesmo da idade adulta), implica na descontinuidade da tradição da pequena agricultura em moldes familiares. (CÓRDOVA, 2010, p. 70).

Em seu trabalho, Córdova (2010) cita três razões principais para o abandono do campo pela juventude do Assentamento Butiá, na ótica dos assentados, sendo elas: a falta de lazer, a falta de oportunidades para a continuidade dos estudos e a dificuldade em relação às opções de trabalho.

Trabalhos como os de Golçalves Paiter e BRICK (2017) e de Paiter, Rodrigues e Britto (2017) relatam a problemática que envolve a grande parte da extensão territorial do Distrito de Volta Grande ser coberta por monocultivos de pinus. De acordo com Paiter, Rodrigues e Britto (2017, p. 287), isso ocorre devido à origem do município ter suas atividades econômicas voltadas principalmente para a indústria madeireira. Conforme a notícia disponibilizada no site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST),

muitos assentamentos da região enfrentam problemas de acesso à água, que são agravados ainda mais por esses monocultivos de pinûs (MST, 2017).

Considerações Finais

Diante das percepções levantadas, é possível perceber que há um descontentamento de uma parcela do município em relação à Juventude. Expectativas não atendidas, padrões não seguidos, objetivos outros do que se é esperado para esses sujeitos. O que não há é uma reflexão sobre o que esses jovens querem? Quais são os seus anseios? Será que são os jovens que não querem nada com nada ou é a sociedade que quer impor a maneira a qual eles têm que agir?

São inúmeras as pressões sociais e familiares exercidas sobre os jovens, para que esses se tornem jovens "extraordinários". Para isso, é preciso que esses correspondam a todas as expectativas estabelecidas, que se formem, que tenham um bom emprego, que tenham um relacionamento heteronormativo, que sejam religiosos, entre tantas outros comportamentos cobrados, que, se não forem atendidos, correspondem ao fracasso.

Situações opressoras como essas desumanizam os sujeitos, afinal os impedem de se reconhecerem como sujeitos da sua própria história, capazes de seguir seus próprios interesses.

O trabalho realizado buscou levantar algumas percepções que se tem a respeito da Juventude no município de Rio Negrinho. Na sequência, por meio da construção de uma prática dialógico-transformadora, pretende-se dar continuidade a esse trabalho com a Juventude, buscando fomentar espaços que os permitam se reconhecerem como sujeitos capazes de transformar a sua própria realidade.

Para isso, se faz necessário ouvir o que esses jovens têm a dizer, pois, quando buscamos a construção de uma prática engajada, que vise o enfrentamento das situações opressoras pelos sujeitos, compreender a realidade concreta nas quais os sujeitos estão inseridos é fundamental.

A prática pedagógica, quando construída de maneira engajada, visando o enfrentamento de situações opressoras e o desvelamento das contradições sociais, pode contribuir com a construção de percepções mais sóbrias acerca da realidade enfrentada pelos sujeitos e instigar a ação, ou seja, o desenvolvimento de ações que propiciem a transformação da realidade.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

BAHIA (Estado). **OMS alerta: Suicídio é a 3ª causa de morte de jovens brasileiros entre 15 e 29 anos**. Salvador, 2020. Disponível em: http://www.saude.ba.gov.br/2020/09/10/oms-alerta-suicidio-e-a-3a-causa-de-morte-de-jovens-brasileiros-entre-15-e-29-anos/. Acesso em: 22 jul. 2021.

CHAGAS, A. A. F. das; BATISTA, F. C. N. Suicídio no Planalto Norte Catarinense: um Estudo exploratório nos municípios de Rio Negrinho, São Bento Do Sul e Campo Alegre. *In*: CAMPOS, R. (org.). **Saúde e meio ambiente**: práticas e reflexões interprofissionais. Mafra, SC: Editora UnC, 2019. *E-book*. Disponível em: https://www.unc.br/biblioteca/ebook/e-book_Saude_Meio_Ambiente.pdf#page=216. Acesso em: 27 jul. 2021.

CÓRDOVA, T. A. B. de. **A realidade da saúde dos sem terra**: o caso do assentamento Butiá, Santa Catarina, Brasil. 2010. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/30375039.pdf . Acesso em: 14 jul. 2021

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 71. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GONÇALVES, M. M; PAITER, L. L; BRICK, E. M. Estudo da realidade como subsídio para o ensino de Ciências na Educação do Campo: relato de uma prática de pesquisa e ensino no planalto norte catarinense. *In*: MOLINA, M. C. (org). **Licenciaturas em Educação do Campo e o ensino de Ciências Naturais**: desafios à promoção do trabalho docente interdisciplinar. Brasília: Universidade de Brasília, 2016.

HOSPITAL SANTA MÔNICA. **Quais são os principais perigos à saúde mental dos jovens na atualidade?** São Paulo, 2020. Disponível em:

https://hospitalsantamonica.com.br/quais-sao-os-principais-perigos-a-saude-mental-dos-jovens-na-atualidade/. Acesso em: 22 jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades e Estados: Rio Negrinho. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/rio-negrinho.html. Acesso em: 28 maio 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sinopse do Censo Demográfico 2010. Tabela 2.6 - População residente, por grupos de idade, segundo os municípios e o sexo. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=26&uf=42#topo_piramide. Acesso em: 10 nov. 2021.

LIMA, M. K. T. de. Produção agropecuária em Rio Negrinho (Santa Catarina): possibilidades para a transição agroecológica. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação do Campo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/204222/Magdielly%20TCC.f.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 15 jul. 2021.

MST. Sem Terrinha e o MST em Rio Negrinho. **MST**, [*s. l.*], 2017. Disponível em: https://mst.org.br/2017/05/22/sem-terrinha-e-o-mst-em-rio-negrinho/. Acesso em: 8 nov. 2021.

NOSSAS NOTÍCIAS. **Psicóloga fala sobre a polêmica abordagem do tema LGBTQIA+ na Escola Henrique Liebl, em Rio Negrinho**. Facebook, [s. l.], 2021. Disponível em: https://www.facebook.com/nossasnoticias/posts/5765009153574506. Acesso em: 16 jul. 2021.

PAITER, L. L.; RODRIGUES, M.; BRITTO, N. S. A construção coletiva da programação escolar na área de Ciências da Natureza em Rio Negrinho/SC: “Aqui a terra é muito pobre?”. *In*: MOLINA, M. C. (org). **Licenciaturas em Educação do Campo e o ensino de Ciências**

Naturais: desafios à promoção do trabalho docente interdisciplinar. Brasília: Universidade de Brasília, 2016.

Rio Negrinho (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Palestra aborda o Jovem Extraordinário com estudantes de Rio Negrinho**. Rio Negrinho, 2019. Disponível em: http://educacaorionegrinho.com.br/educacao/palestra-aborda-o-jovem-extraordinario-com-estudantes-de-rio-negrinho/. Acesso em: 15 jul. 2021.

STOEBERL, F.; BRICK, E . M. PROJETO COMUNITÁRIO COM JOVENS CAMPONESES: a construção de uma proposta de ensino a partir da realidade. **Revista Espaço do Currículo**, [s. l.], v. 14, n. 2, p. 1-19, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/58095. Acesso em: 25 jul. 2021.

TOMPOROSKI, A. A. *et al*. (org.). **Rio Negrinho em dados socioeconômicos**: 2019/2020. Mafra, SC: Editora UnC, 2020. E-book. Disponível em: https://uni-contestado-site.s3.amazonaws.com/site/biblioteca/ebook/Rio_Negrinho_em_dados_socioeconomicos.pdf . Acesso em: 13 jul. 2021.

VOZES DE RESISTÊNCIA: SITUAÇÕES DE INJUSTIÇA AMBIENTAL NARRADAS PELOS PESCADORES ARTESANAIS DA COSTEIRA DO PIRAJUBAÉ, EM FLORIANÓPOLIS (SC)

Inara Fonseca
Pesquisadora no Grupo Prosa, Universidade Federal de Santa Catarina
inarafferreira@gmail.com

Morgani Guzzo
Pesquisadora no Grupo Prosa, Universidade Federal de Santa Catarina
morganiguzzo@gmail.com

Resumo
Este trabalho tem como objetivo denunciar o quadro de injustiça ambiental instaurado na comunidade de pescadores artesanais da Costeira do Pirajubaé (Resex do Pirajubaé), em Florianópolis (SC), os quais tiram das águas da Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé seu sustento e têm na pesca seu modo de vida. As análises partem da identificação de situações significativas relatadas pelos pescadores que foram entrevistados durante pesquisa de campo realizada entre fevereiro e abril de 2021. Evidenciou-se que a construção da Via Expressa Sul, na Região da Costeira do Pirajubaé, constitui-se como um exemplo de injustiça ambiental, pois, ao mesmo tempo em que provocou alterações permanentes no ecossistema da Baía Sul da Ilha de Florianópolis, também afetou aqueles que retiram da pesca, na Resex do Pirajubaé, seu sustento e de suas famílias. O abandono do Poder Público e o desprezo por essa população tradicional é evidenciada na falta de políticas públicas e de manutenção das condições para a pesca no local. Dessa forma, os pescadores relatam a dificuldade da permanência nesse tipo de atividade econômica e cultural que, desde seus antepassados, os mantém vinculados ao território numa relação de interdependência com o mar.
Palavras-Chave: Pescadores Artesanais; Populações Tradicionais; Povos do Campo; Resex Marinha do Pirajubaé; Injustiça Ambiental.

1 - A Reserva Marinha do Pirajubaé e os pescadores artesanais do território

Localizada em Florianópolis, junto à Baía Sul, próxima ao Centro da cidade e ao Aeroporto Internacional Hercílio Luz, existe um território rico em diversidade natural, berçário de vida invisível. Trata-se da Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé (Resex), a primeira Reserva Extrativista Marinha do Brasil. A região estuarina (braço do mar formado pelo encontro com a água dos rios) abriga o maior fragmento contínuo de mangue da Ilha de Santa Catarina: o Manguezal do Rio Tavares (com 740 hectares). A Resex é conquista dos pescadores tradicionais do Bairro Costeira do Pirajubaé, que retiram daquele território seu sustento.

A pesca artesanal como atividade econômica, histórica e, também, como cultura tradicional da população da Ilha de Florianópolis tem se transformado com a expansão urbana e os impactos ambientais de políticas desenvolvimentistas (IBAMA, 1992). Assim, regiões como a Resex do Pirajubaé tornam-se cada vez mais "espremidas" pelos interesses econômicos e as decisões políticas que visam atendê-los. Nesse contexto, a comunidade de pescadores artesanais que faz parte da Resex, embora afetada por essas mudanças e pressões constantes, tem sido inspiração para luta de preservação dos territórios, dos saberes e dos fazeres das populações tradicionais de todo o País.

Este trabalho tem como objetivo denunciar o quadro de injustiça ambiental instaurado na comunidade de pescadores tradicionais da Costeira do Pirajubaé, os quais tiram das águas da Reserva Marinha do Pirajubaé seu sustento e têm na pesca seu modo de vida.

As denúncias partem dos próprios pescadores entrevistados durante trabalho de campo, que teve como principais metodologias a observação participante e a história oral, a qual se baseia em relatos orais, obtidos através de entrevistas gravadas, nos quais a subjetividade dos sujeitos entrevistados é evidenciada (MONTYSUMA; MOSER, 2015).

As entrevistas foram coletadas no contexto do projeto Artes de Pesca: saberes e fazeres dos pescadores tradicionais da Costeira do Pirajubaé, selecionado pelo Prêmio Elisabete Anderle de Apoio à Cultura – Edição 2020, executado com recursos do Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da Fundação Catarinense de Cultura (PORTAL CATARINAS, 2021).

O trabalho de campo foi realizado no território da Resex, de 6 de fevereiro de 2021 a 8 de abril de 2021. As entrevistas, do tipo semiestruturadas, isto é, orientadas por um roteiro preestabelecido, mas que pode ser ampliado com as questões que surgem da conversa entre as pesquisadoras e o entrevistado, foram registradas em áudio e vídeo, com o auxílio de um gravador de voz, câmera fotográfica e, também, de anotações em caderno de campo. Antes do início de cada entrevista, a pesquisa foi apresentada, a fim de que os sujeitos pudessem dar anuência de sua participação. Todos os nomes dos entrevistados foram mantidos, com concordância dos próprios.

Durante a pesquisa de campo, tornaram-se evidentes algumas falas que denunciavam situações-limite (FREIRE, 2005) para a comunidade. Nesse sentido, as falas constituem núcleos explicativos que permitem que a palavra adquira sentido, a partir dos contextos socio-históricos e da realidade concreta em que elas estão inseridas.

Apesar de militantes sensíveis à causa socioambiental, nós, enquanto pesquisadoras, não possuíamos vínculo afetivo ou territorial com a Resex antes do início da pesquisa. Para entrada no campo, houve a mediação inicial do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) com os pescadores. Com o início do trabalho de campo, os próprios pescadores foram indicando uns aos outros para participação.

"*pressente o pescador e anuncia*
na leitura da maré
cardume imenso no mar
sente o peixe na areia
e a euforia de tempos
estalo na madrugada
amanhecem gaivotas
passam ruídos salinos
o barco mareia o peixe
a rede é lançada,
o canto da bruxa
repousa na epiderme
tange o peixe vigilante
forma o corpo e o peixe, salitre que aperta"
(PISANI, 2004)

Em Santa Catarina, existem cerca de 25 mil pescadores tradicionais em atividade, os quais são responsáveis por 30% da produção catarinense de pescado (SEVERO, 2008). A comunidade de pescadores/as artesanais da Resex do Pirajubaé compõe esse universo.

O uso da Baía Sul para a pesca artesanal é uma atividade histórica dos pescadores da região onde hoje está o Bairro Costeira do Pirajubaé. Nessa região, o quintal das casas era o mar, de onde os pescadores tiravam o sustento.

De acordo com Juliana Lima Spínola, Cristina Teixeira e José Milton Andriguetto-Filho (2018), a partir de 1988, deu-se início às mobilizações para a demarcação desse território como uma reserva. Nessa época, o berbigão, *Anomalocardia brasiliana*, uma espécie de molusco que habita as planícies ou bancos de areia, chamados baixios, existentes na área da Resex, é um alimento típico de Florianópolis e sustento dos pescadores e extrativistas, que adquiriu relevância comercial ao ser ofertado em São Paulo. Preocupados com o aumento na exploração do molusco em decorrência da crescente demanda do mercado, pescadores tradicionais da Costeira do Pirajubaé e ambientalistas que participavam de um projeto de exploração sustentável do berbigão (a Fazenda Marinha de Berbigão) começaram a se organizar para que o Mangue do Rio Tavares e seus bancos marinhos se transformassem em uma Unidade de Conservação (UC).

Em 1992, a comunidade enviou ao Conselho Nacional das Populações Tradicionais (CNPT), através de um abaixo assinado com 118 assinaturas, solicitação para a realização de um estudo que subsidiasse a criação da Resex (AREMAPI, 2001):

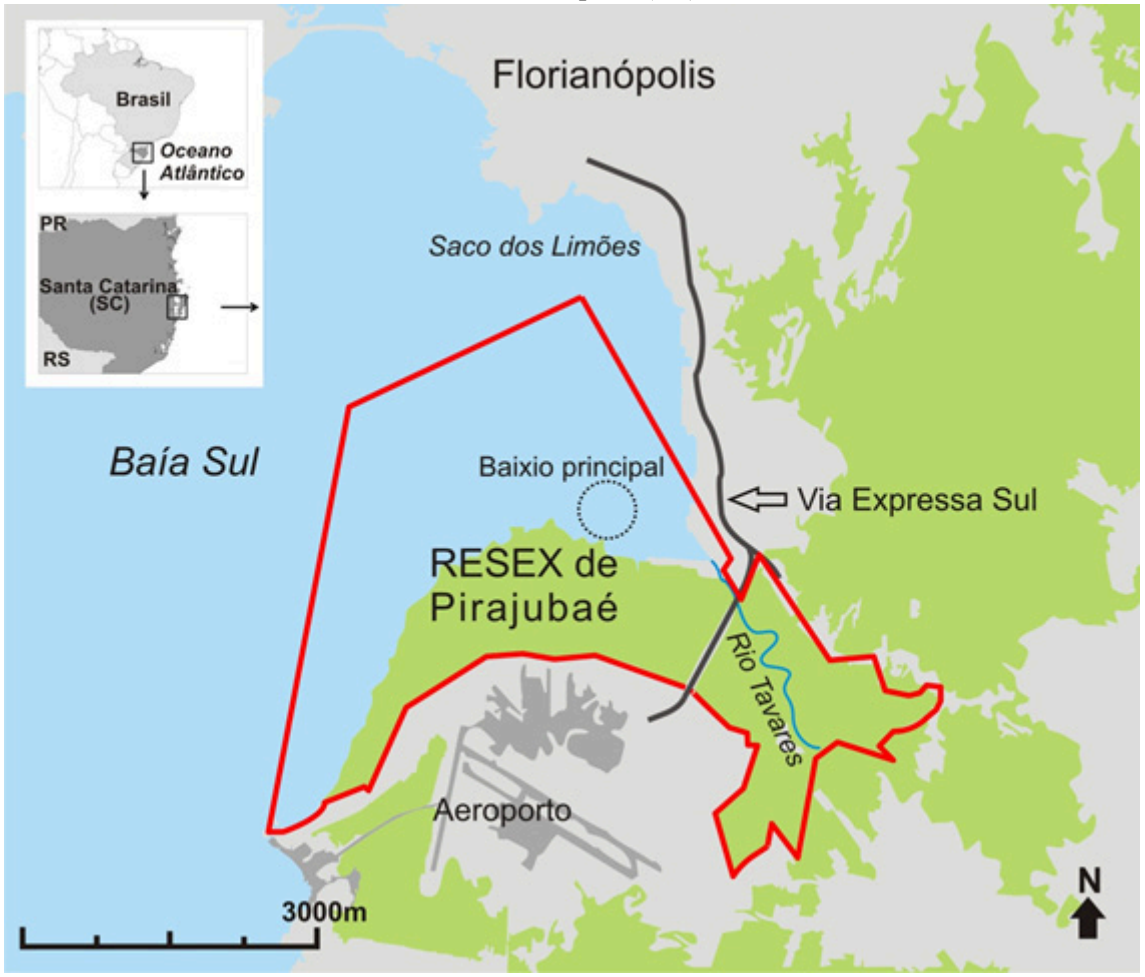
> [...] o Mangue do Rio Tavares e respectivo banco marinho anexo ao referido Mangue, onde extraímos nosso sustento (sururus, caranguejos, peixes, camarões, berbigões, etc.) sejam transformados em Reserva Extrativista, considerando a necessidade de continuarmos a conservar ao longo do tempo os recursos naturais tradicionalmente por nós explorados (ICMBIO, 2009, p. 6).

A Superintendência do Ibama somou a mobilização argumentando que:

> [...] a área em questão, situada na Baía Sul de Santa Catarina, é parte do ecossistema de manguezais, os maiores, e por isso os mais importantes da Ilha de Santa Catarina, sendo o mais preservado, livre de ações antrópicas e, nos seus 740 hectares garantem a reprodução e crescimento das principais espécies marinhas de valor econômico existentes na região. Junto ao mangue ocorre um baixio de aproximadamente 1000 (mil) hectares onde pescadores da Costeira do Pirajubaé extraem, sob regime de manejo sustentado e sob orientação desta Superintendência, moluscos denominados berbigões. Desenvolvem-se também nessa área pesca artesanal de camarão, peixe, etc. (ICMBIO, 2009, p. 6).

Em 20 de maio de 1992, através do Decreto nº 533 (BRASIL, 1992), a Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé se tornou a primeira Resex marinha criada no Brasil, uma das primeiras reservas extrativistas criadas fora da Região Amazônica e a única existente até o momento no sul do País.

Figura 1: Mapa esquemático da Resex Marinha do Pirajubaé (polígono vermelho) e entorno na Ilha de Florianópolis (SC)



Fonte: Spínola, Teixeira e Andriguetto-Filho *(*2018).

No Brasil, as reservas extrativistas são unidades de conservação ambiental gestionadas pelo Governo Federal e seus territórios têm o uso concedido às populações extrativistas tradicionais. Atualmente, o órgão responsável pela administração da Resex do Pirajubaé é o ICMBio. Devido à sua pequena extensão (1.686,89 hectares), a comunidade autorizada a usufruir da pesca na Reserva não vive dentro do território protegido, e, sim, no bairro da Costeira do Pirajubaé.

De acordo com o ICMBio, até dezembro de 2019, 245 pessoas, homens e mulheres, foram reconhecidas como pescadores e pescadoras artesanais. Uma especificidade da comunidade da Resex do Pirajubaé é o reconhecimento de mulheres como pescadoras, pois, usualmente, só os homens são reconhecidos, enquanto as mulheres são tidas como ajudantes de pesca. O ICMBio entregou às/aos pescadores 176 carteirinhas que possibilitam a pesca do território, sendo 40 delas da categoria "A", que são pescadores que vivem somente da pesca; 61 da categoria "B", cuja pesca é atividade complementar de renda; e 75 da categoria "C"[11]. Ao todo, 191 famílias dependem de alguma forma da Resex.

O estudo *A Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé: sujeitos, memórias e saberes etnobiológicos*, de Liz Cristina C. Ribas (2014), descreve que a comunidade é composta majoritariamente por idosos, moradores do Bairro Costeira do Pirajubaé, de ancestralidade açoriana e socialmente vulneráveis. Sua vulnerabilidade econômica foi evidenciada quando, em decorrência da pandemia da covid-19, entre 2020 e 2021, e da ausência de políticas públicas que favoreçam essa população tradicional, movimentos sociais e servidores/as do ICMBio realizaram ações para garantir o direito à alimentação da comunidade.

O estudo de Ribas (2014) também apresentou a origem dessa população:

> 90% deles nasceram na região da Grande Florianópolis (SC), especialmente nos municípios de Florianópolis (72%) e Paulo Lopes (12%). Apenas 6% são oriundos de outros municípios catarinenses e 4% de outros estados brasileiros. Ressalta-se que o tempo médio de residência dos extrativistas/pescadores no entorno da RESEX é de 35 anos. Esses dados evidenciam o vínculo da população local à reserva (RIBAS, 2014, p. 23).

A autora também destaca que a maioria dos pescadores entrevistados já havia deixado temporariamente a ocupação para trabalhar em outros setores fora da Resex, entretanto, retornaram à atividade e ao local em decorrência do forte vínculo com o mar e com a atividade de pesca.

O vínculo com o território é necessário para manter a existência, ou seja, os meios de vida e a cultura dessa população são justamente o que a caracteriza como uma comunidade

[11] Em 15 de agosto de 2017, a Portaria nº 532 aprovou o Perfil da Família Beneficiária da Reserva Extrativista do Pirajubaé. O documento classifica os pescadores e as pescadoras beneficiários da Resex em três categorias, sendo elas: I: Categoria A, caso o beneficiário(a) dependa prioritariamente dos recursos naturais da Reserva Extrativista; II: Categoria B, caso a atividade exercida pelo beneficiário(a) na Reserva Extrativista seja fonte de renda secundária e suas demais fontes de renda somadas sejam de até cinco salários mínimos; III: Categoria C, o beneficiário(a) que não seja abrangido pelas categorias A e B, mas utiliza a Reserva Extrativista para manutenção de sua tradição e a transmissão cultural aos seus descendentes (ICMBIO, 2017).

tradicional. Conforme o Decreto Federal 6.040/2000, são consideradas populações tradicionais:

> [...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social e ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007, não paginado).

Considerados como uma "comunidade tradicional pesqueira", pois têm na pesca sua principal atividade, desenvolvida em espaços de terra e de água conhecidos como território pesqueiro, os pescadores artesanais da Costeira do Pirajubaé também transmitem seus saberes e seus fazeres cultivados ao longo de séculos de geração para geração, numa tradição centrada na oralidade.

No entanto, além de comunidade tradicional, os pescadores também podem ser classificados socialmente como sujeitos do campo ou população do campo, conforme é conceituado no artigo 1º do Decreto nº 7.352/2010. Essa sobreposição de identidades pode ocorrer com outros povos do campo, como o caso dos quilombolas.

> Populações do campo: agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (BRASIL, 2010, sem paginação).

Nesse sentido, além de serem nominalmente citados no decreto ("extrativistas" e "pescadores artesanais"), os pescadores da Costeira podem ser denominados sujeitos do campo, pois essa classificação não faz referência apenas à localização espacial e geográfica dessa população, mas também à sua cultura. Isto é, ainda que estejam imersos nas cidades, possuem particularidades existenciais ligadas à maneira que vivem e reproduzem a vida: como se relacionam com a natureza; como o trabalho está vinculado à terra, ao mar; como se dá a organização das atividades produtivas (mediante mão de obra dos membros da família); como são repassados os ensinamentos (através da oralidade e da experiência); entre outros.

Em nosso trabalho de campo, é perceptível, nas falas dos pescadores, o forte vínculo com seu território e seu modo de vida. Rodolfo José de Souza, conhecido como "Dote", 67 anos, branco, casado, pai de 3 filhos, manezinho (nome dado aos açorianos nascidos e criados

na Ilha de Santa Catarina) e morador há 28 anos da Costeira do Pirajubaé, é um pescador da categoria B e servidor público aposentado. Dote aprendeu a pescar ainda menino, com seu pai, e, em entrevista, nos contou que sua vida é o mar e a pesca ou, nas palavras dele, "nascido para pescar, forçado a trabalhar".

> O mar é tudo. Eu me criei no mar, andava com o meu pai e eu não consigo ficar fora da Ilha. Quando eu ia pro centro, na época que eu ia de ônibus, que eu não tinha nem carro, eu só sentava no lado em que a janela ia pro lado do mar, pra mim ir acompanhando a orla, e eu não consigo me ver em um lugar que não tenha o mar. (SOUZA, entrevista realizada em 06/02/2021).

Figura 2: Rodolfo José de Souza, “Dote”.



Foto: Viviane Rocha/Artes de Pesca (06/02/2021).
Fonte: Portal Catarinas (2021).

Por sua longa permanência na região e sua relação de interdependência com o mar, os pescadores também apresentam relatos de denúncias e das problemáticas enfrentadas por eles na manutenção de seus saberes e seus fazeres tradicionais. Nos próximos tópicos, apresentamos relatos que denunciam situações-limite para a comunidade em decorrência da transformação do território, a partir da construção da Via Expressa Sul.

2 – A injustiça ambiental envolvendo a construção da Via Expressa Sul

"Isso aqui tudo era mar" (Rodolfo Dote)

Florianópolis possui 97% de seu território localizado em uma ilha de, aproximadamente, 433 km². Atualmente, de acordo com Ronan Max Prochnow, Mariane Alves Dal Santo e Robert Amey (2009, não paginado), "[...] cerca de 420 quilômetros pertencem à Ilha e os outros 12 quilômetros pertencem à parte continental da Capital, segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, desses 433 km, nove quilômetros foram ganhos com aterros".

Em decorrência de seu caráter insular, desde o início do século XX, a resolução encontrada para a criação de espaços de ocupação na região foi o aterramento de áreas alagadas. Desde a década de 1970, os aterros garantiram a expansão imobiliária e viária da capital de Santa Catarina, são exemplos disso os aterros para construção da Avenida Beira Mar Norte, da Baía Sul, da Baía Norte e da Via Expressa Sul (PROCHNOW *et al*, 2009).

Figura 3: Via Expressa Sul.



Foto: Viviane Rocha/Artes de Pesca (18/02/2021).

Fonte: Portal Catarinas (2021).

A construção da Rodovia Governador Aderbal Ramos da Silva, um trecho da SC-401, mais conhecido como **Via Expressa Sul**, começou em 1995 e foi inaugurada em 2004, mesmo sem estar concluída e sem licenciamento ambiental concedido pelo Ibama. A obra impactou profundamente o território da Resex, tanto provocando alterações no ecossistema da região, quanto gerando consequências socioeconômicas e culturais para os pescadores artesanais. Antes da construção da Via Expressa Sul, por exemplo, a Resex era o "quintal" da casa dos pescadores da Costeira do Pirajubaé. Em nossas entrevistas, os pescadores mencionam que, quando mais novos, o mar chegava até suas casas. "Nos fundos da minha casa era assim: era mangue, era mar. Aí veio a Expressa Sul e fez isso aí né. Teve umas coisas boas, o trânsito, a cidade evoluiu bastante com a Expressa Sul. Mas pra pescaria ficou pior" (Entrevista realizada em 06/02/2021).

A Via Expressa Sul foi feita como uma solução para o trânsito que ligava o centro ao sul da ilha. Ela possui duas pistas de três faixas e 6 km de extensão, construídas sobre o aterro hidráulico implantado na orla marítima. De acordo com estudo de Spínola, Teixeira e Andriguetto-Filho(2018), a construção da Via Expressa configurou um exemplo de injustiça ambiental, ou seja, uma situação em que os interesses econômicos prevalecem sobre o controle ambiental e os interesses das populações em situação de vulnerabilidade. De acordo com a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, injustiça ambiental também pode ser definida como:

> [...] o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis (ACSELRAD *et al,* 2002, p. 41).

Desse modo, devido às desigualdades de poder econômico e político, enquanto o empresariado e o governo se beneficiam das alterações feitas no território, com o aumento dos investimentos relacionados à expansão urbana desregulada, que resulta em aumento dos lucros sob a camada ilusória do discurso do "desenvolvimento sustentável", os pescadores artesanais da região arcam com o ônus dos impactos ambientais no território. As consequências desse quadro podem ser vistas ainda hoje nas falas dos pescadores, que denunciam as situações-limite. Para facilitar a visualização dos núcleos explicativos das falas

que demonstram situações-limites, destacamos em negritos e adicionamos com os marcadores (a), (b), (c), (d) e assim sucessivamente. Cada marcador revela uma nova situação contida nas falas. No caso do trecho abaixo, os núcleos explicativos estão destacados com (a) e (b).

> Por exemplo, **o baixio, onde faz essa pegada** [técnica para captura do camarão]**, era bem maior e hoje foi reduzido (a)**. Para quem vivia da pesca foi um impacto grande inicialmente. Um **"buraco da draga" que tirou uma parte que se pegava camarão (b)**, depois passou a ser um lugar bom pra pescar por causa da profundidade, hoje já diminuiu um pouco, tá meio assoreado (SOUZA, entrevista realizada em 06/02/2021, grifos nossos).

O "baixio" citado pelo pescador Dote é um grande banco de areia, *habitat* do berbigão, de camarões e de diversos tipos de peixes. A Orla da Costeira aterrada era justamente formada por "baixios" utilizados pela população tradicional da Costeira para a pesca de camarão e a coleta do berbigão.

Segundo Spínola, Teixeira e Andriguetto-Filho (2018), o aterro hidráulico correspondeu a 1.198.240,73 m² de acrescidos de marinha da área adjacente à Resex, suprimiu ecossistemas e demandou a dragagem de uma grande quantidade de areia na região onde se insere a Resex. A dragagem implicou a perda de sete milhões de metros cúbicos de areia onde ocorria preponderantemente o extrativismo do berbigão, e reduziu a área explorável de 240 hectares para, aproximadamente, 140 hectares.

O "buraco da draga" mencionado no trecho (b) foi causado em decorrência desse processo. A situação também foi narrada pelos pescadores no estudo de Spínola, Teixeira e Andriguetto-Filho(2018): grande parte do "baixio" de maior produtividade da Resex deslizou para dentro do "buraco de draga". A área removida é coincidente com os limites da Resex, ou bastante próxima, fazendo parte de sua zona de amortecimento, que, atualmente, é protegida pela legislação ambiental brasileira (BRASIL, 2000).

Além da redução do baixio de maior produtividade do berbigão, houve redução de outros recursos pesqueiros importantes para os pescadores artesanais, como o camarão-branco (*Litopenaeus schmitti*) e o camarão-rosa (*Farfantepenaeus brasiliensis*), que têm naquele baixio e no manguezal do Rio Tavares os estágios intermediários de seu ciclo de vida.

Durante o aterro para construção da Via Expressa Sul, pescadores e extrativistas da Resex do Pirajubaé resistiram à execução da obra realizando denúncia, através de uma

Petição de Ação Civil Pública, ao Ministério Público (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2002). Na época, eles argumentaram sobre a necessidade de conservação ambiental e da exploração sustentável dos recursos para a reprodução de práticas produtivas, visto a expressiva mortandade dos recursos pesqueiros – em especial do camarão, que se configurava no recurso de maior valor comercial local (ICMBIO, 2009).

Neri Manoel Martins, 65 anos, branco, casado, pai de 3 filhos, é um dos pescadores tradicionais da Ilha que tem na pesca artesanal sua atividade econômica principal. Nascido no Município de Paulo Lopes, mas morador da Costeira do Pirajubaé desde os 7 meses, ele é um dos pescadores autorizados a trabalhar na Resex do Pirajubaé. Os segredos da pesca foram apreendidos ainda menino, passados pelo seu pai.

> Com 7 anos meu pai me jogou dentro d'água. Nunca me esqueço. Saiu ele e a mãe. A mãe remando e ele tarrafeando. A família toda foi pescadora. Meus irmãos, meus sobrinhos tudo são pescadores. Agora que alguns já arrumaram outro servicinho, né. Aí só tem um sobrinho que é pescador. Eu, meu filho e, às vezes, meu irmão, que era aposentado mas vai no mar também. Ele era pescador. Trabalhava na pesca (MARTINS, entrevista realizada em 18/02/2021).

Figura 4: Neri Manoel Martins



Foto: Viviane Rocha/Artes de Pesca (18/02/2021).
Fonte: Portal Catarinas (2021).

Ao tratar sobre a temática da construção da Via, Neri nos contou que, para ele, o principal impacto ambiental foi com relação ao camarão (a) (b). Antes da Via Expressa, a região era um criadouro de camarão, que tinha seu ápice nos meses de outubro a março.

> Antigamente a estrada passava só lá, né. Hoje não, aterraram isso tudo aqui, e aí acabou um pouco também. Queira ou não queira, isso aqui era nosso criador. **Aqui tinha um criador de camarão que era coisa de louco. Depois desse aterro que fizeram aí acabou muito. Acabou com bastante pesca (a).** A Via prejudicou muita gente, mas também teve melhoria para muita gente. Só que para o pescador acabou mais. **Nosso criador era coisa de louco, quando chegava outubro-março era coisa de louco. Hoje ainda tem, mas não é igual antes (b). Aí a gente vai procurando outras coisas para complementar porque não tem camarão (c).** Quem é pescador é obrigado a arrumar, quando tá tentando acabar uma coisinha a gente vai arruma outra. Pescador é assim (MARTINS, entrevista realizada em 18/02/2021).

O relato de Neri também evidencia que os impactos ambientais prejudicam diretamente a renda das famílias dos pescadores tradicionais. Quando diminuiu a criação do camarão, esses foram obrigados a buscar outras fontes, outros tipos de pescado (c). Spínola, Teixeira e Andriguetto-Filho (2014) também apresentam outro impacto que a escassez dos recursos pesqueiros trouxe: o êxodo do ofício, principalmente dos extrativistas do berbigão. A própria petição perpetrada no Ministério Público contextualizava essa situação.

> [...] após a construção do aterro hidráulico houve uma diminuição de pescadores atuantes, ou seja, antes do início da obra existiam aproximadamente 100 famílias dependendo diretamente da captura do berbigão e peixes. Hoje existem apenas 29 famílias dependendo da coleta de berbigão e peixes (BRASIL, 2002, não paginado).

Além da diminuição da produção do camarão e do berbigão, o aterro resultou em afastamento de elementos culturais fundamentais de suas vidas. Os pescadores, que tinham suas casas e seus ranchos junto ao mar, foram desapropriados de antigos e tradicionais ranchos de pesca para dar lugar ao aterro e se viram afastados de sua fonte de vida. Além disso, durante a obra, o acesso ao mar ficou impossibilitado. De acordo com Ribas (2014), a dificuldade de chegar até o mar perdurou por 3 anos e se somou ao movimento de abandono do trabalho da pesca. A fala do pescador Dote corrobora com o estudo de Ribas. “Começou a se acabar [a população tradicional] com a situação dos ranchos. Por que? Porque hoje o jovem não tem onde guardar o material” (SOUZA, entrevista realizada em 06/02/2021).

Como reparação, o Estado ofertou ranchos para os pescadores, entretanto, o número hoje é insuficiente para a totalidade de pescadores autorizados a trabalharem na Resex do Pirajubaé (a); e ainda há os que possuem, mas não vivem da pesca, são pescadores da Classe C (b), conforme relata o pescador Neri Martins.

> Pescador não tem valor. O pescador é assim, fizeram esse rancho aqui para nós. Ninguém gastou nada, tudo bem. Mas nós tínhamos o nosso lá atrás. Era um direito nosso ter um rancho, um local para botar nosso material. **Hoje tem muitos pescadores que não têm rancho (a).** O meu filho tem esse rancho aqui, porque está comigo. E é um pescador profissional. **E tem outros que nem são pescadores e tem um rancho (b).** E é isso, a gente vai vivendo assim (MARTINS, entrevista realizada em 18/02/2021, grifos nossos).

Figura 5: Ranchos de pesca atualmente.



Foto: Viviane Rocha/Artes de Pesca (18/02/2021).
Fonte: Portal Catarinas (2021).

A falta de políticas públicas para a construção de novos ranchos, a manutenção dos antigos, a gestão e a fiscalização de quem detém a propriedade atual dos ranchos também são elencados por Rodolfo Dote como um empecilho para a continuidade da atividade da pesca artesanal (a), ou seja, da própria tradição da comunidade (b).

> **Agora estão fazendo recadastramento, mas eu também acho que não vai dar em nada, porque isso era pra ter dado há muito tempo atrás, ver quem pesca, quem não pesca (a).** Outros só tem o rancho como casa de praia, e daí é muito difícil. **Vai ser difícil manter a tradição. E eu acho que vai entrar em extinção (b).** Porque se o cara não tem lugar pra botar um barco, é quase como o cara plantar e, aí, foi lá o cara e fez uma fazenda. Tá quase como um latifúndio aqui. Se for pegar aqui quantos ranchos está com as pessoas que receberam, são bem poucos (SOUZA, entrevista realizada em 06/02/2021, grifos nossos).

Com o trabalho de campo, percebemos também que além dos aspectos já citados, a dragagem resultou em consequências sentidas no tempo presente, problemas para os pescadores, mas que não são encarados pelo Estado.

3 – O descaso do Poder Público evidenciado em outras situações significativas

A construção dos trapiches foi realizada após as obras da Via Expressa Sul. Ao longo dos quatro blocos de ranchos da Baía Sul, é possível ver quatro trapiches de madeira, que auxiliam os pescadores a levarem o barco à água quando a maré está baixa. No entanto, durante o trabalho de campo, ficou perceptível para nós o estado de abandono. Após relatos dos pescadores, decidimos caminhar por eles para checar as condições, foi quando pudemos constatar a precariedade do instrumento.

Os trapiches, ferramenta de trabalho de importância essencial para a pesca, estão todos quebrados, com longos trechos onde há madeira faltando ou estão soltas, já que os pregos enferrujaram e já não seguram mais a estrutura. Nesse sentido, os trapiches que seriam a solução do Poder Público (a) para o acúmulo de lama, atualmente, não colaboram com a entrada no mar e ainda tornam perigosa a passagem de pessoas (b).

> **Fizeram alguns benefícios para o pessoal que pescava, mas não manteve esses benefícios. Por exemplo os trapiches, estão todos quebrados (a).** Estão todos, **pra passar ali tem que ser malabarista (b)**. É coisa de circo. São quatro trapiches, e todos na mesma situação (SOUZA, entrevista realizada em 06/02/2021, grifos nossos).

Figura 6: Trapiche.



Foto: Viviane Rocha/Artes de Pesca (18/02/2021).
Fonte: Portal Catarinas (2021).

De acordo com o relato de Rodolfo Dote, a construção dos trapiches foi feita para auxiliar os pescadores. Mas sem a manutenção, é como se eles não existissem (a). A consequência disso é a dificuldade de os pescadores manusearem o próprio barco, seja na saída ou no retorno da pesca (c). Esse é um problema que também foi causado pela construção da Via Expressa: após ter sido realizada a primeira retirada de areia (dragagem), que aumentou a profundidade da região, não houve manutenção (b). Ou seja, com a dragagem, a região que antes era navegável em qualquer maré, hoje em dia está inviável por causa do processo de assoreamento, o acúmulo de lama fina na baía faz com que os pescadores, nos dias de maré baixa, atolem com seus barcos.

> **Qualquer maré aqui que tinha, qualquer água, tu saía para pescar. Só que eles fizeram essa dragagem e nunca mais fizeram mais nada (a).** Então, o que acontece: assoreou a lama fina. Hoje tu não consegue nem sair com o barco. **Onde eles dragraram criou a lama fina por cima (b).** Se tu sair do barco, tu se afunda na lama. Então **tem dia que tu vai sair pra pescar, chega aqui tu não consegue, porque tu não consegue empurrar**

pra sair com o barco, é só lama, quando é maré baixa. Outro dia tu tá lá fora, tu não consegue voltar, tens que esperar a maré subir pra poder chegar aqui, porque tu não pode saltar na lama (c), porque se tu saltar tu afunda, então já é uma coisa difícil (SOUZA, entrevista realizada em 06/02/2021, grifos nossos).

Figura 7: Região dos ranchos, dia de maré baixa.



Foto: Morgani Guzzo/Artes de Pesca (08/04/2021).
Fonte: Portal Catarinas (2021).

A fala de Neri corrobora com o exposto por Dote. Além de apontar o descaso do Estado no caso dos trapiches (a), o pescador artesanal também indica que há uma diferença de tratamento entre o pescador industrial e o artesanal pelo próprio Estado (b), e que há necessidade de políticas públicas que cuidem do espaço aquático da Resex, afetado pela intervenção humana na construção da Via Expressa (c).

O que está prejudicado aqui é que desprezaram a gente, né. Desprezaram… vê só esse trapiche aí. O trapiche está todo quebrado (a). A gente não tem condições de chegar ali e arrumar aqueles trapiches ali. A gente não tem esse dinheiro. Para ganhar para sobreviver já é difícil (d). A pescaria hoje em dia… hoje para pescador é só para sobreviver. **Quem é empresário grande de pesca é outra coisa. Abandonaram a gente. Tá tudo quebrado. A gente fala com eles, mas não adianta (b).** Aquela vala que deixaram ali atrás, está tudo entulhado. Tá

> tudo assoreado. Uma lama preta, coisa de louco. [Os trapiches] é uma das coisas mais urgentes. **É urgente também trazer uma draga e cavar aqui. Cavar aqui, cavar a boca do rio. Fizeram ali uma poça d'água e vai assoreando e trazendo sujeira (c). Só fizeram aquilo e abandonaram. E faz tempo (a).** Uns 20 anos, 18, não me recordo bem se é isso (MARTINS, entrevista realizada em 18/02/2021, grifos nossos).

Chama atenção na fala de Neri a afirmativa que se os pescadores tivessem condições financeiras, se fosse possível que a pesca rendesse mais que somente para a sobrevivência, eles mesmos fariam o conserto dos trapiches, o que evidencia a tamanha importância dessa estrutura para a sua atividade econômica (d). De acordo com Spínola, Teixeira e Andriguetto-Filho (2018), a produção extrativista da Resex caracteriza-se como pequena produção mercantil e a população da comunidade é constituída por um grupo caracterizado por baixos indicadores socioeconômicos e educacionais.

Ainda sobre o trapiche, Dote analisa que as dificuldades de manter a tradição da pesca se relacionam com a falta de condições estruturais. Para ele, é evidente que o abandono do Estado em relação à atividade da pesca é responsável pelo fim da existência desses sujeitos do campo enquanto população tradicional. “Eles pelo menos deveriam manter para poder dar continuidade porque, na realidade, a população tradicional tá se acabando” (SOUZA, entrevista realizada em 06/02/2021).

Tanto o conserto de quatro trapiches quanto a melhoria da navegabilidade na região, com uma nova dragagem, seriam investimentos (possivelmente de baixo custo se comparado com a construção de grandes obras) que colaborariam não apenas para a conservação ambiental da Resex, mas para a própria existência dos modos de reproduzir a vida da comunidade de pescadores artesanais da Costeira do Pirajubaé. Por isso, o descaso com a manutenção do local evidencia que existe, sim, um desprezo pela população tradicional, e que a construção da Via Expressa seguiu a lógica da expansão urbana capitalista, ou seja, a primazia dos interesses privados e empresariais sobre qualquer remanescente de cultura pesqueira tradicional da região da Costeira.

Outro impacto ambiental decorrente da construção da Via Expressa, e que também evidencia o descaso público, é o aumento da poluição, conforme já previa estudo do Ibama de 1996 (apud *SPÍNOLA; TEIXEIRA; ANDRIGUETTO-FILHO*, 2018), que relacionou a poluição dos cursos de água que desembocam na baía à falta de saneamento básico e à ocupação desordenada de seu entorno, que aumentou com a construção da Via. Essa denúncia também foi apontada nas falas dos pescadores durante as entrevistas.

> **Poluição, né, sempre tem. Antigamente era uma casa aqui outra lá. Só mangue. Hoje em dia é casa para tudo quanto é lugar (a). Esgoto tudo quanto é lugar (b).** Aquela ponte ali, aquele rio ali do Rio Tavares. Ali vem muita coisa lá de cima, pelo amor de Deus. Então, é onde acaba. **Esses postos de gasolina também, vai muita coisa para dentro de óleo (c)**. Vai mesmo, queira ou não queira. Tá lavando um carro ali. Aquela água ali vai. Então, é isso, né. Um pouco vai acabando, né. Por causa da poluição. **Muita poluição de tudo quanto é lugar** [no mangue]**. Sacola, pneu, madeira, garrafa (d).** É da Ilha ou é da humanidade ou é da natureza. Da natureza não é. A natureza não vai jogar o lixo. Quem joga é o ser humano (MARTINS, entrevista realizada em 18/02/2021, grifos nossos).

As situações narradas por Neri evidenciam que o aumento da poluição está associado com a necessidade de políticas públicas habitacionais e de saneamento básico (a) (b), de fiscalização dos postos de gasolina (c) e de educação ambiental para parte da população que mora no entorno da Resex (d). Durante o trabalho de campo, tivemos a oportunidade de adentrar as águas da Resex do Pirajubaé guiadas pelo pescador Rodolfo Dote. Infelizmente, o acúmulo de lixo próximo ao novo elevado do Rio Tavares (que desemboca dentro da área de mangue da Resex) contrasta com a beleza natural exuberante do território. É importante ressaltar que, do barco, observamos a situação de pobreza e de vulnerabilidade social da população situada nesse espaço, que vive em barracos improvisados. Isso escancara mais uma negação, pelo Estado, de direitos mínimos a essa população: o direito à moradia.

Alana Casagrande (2019), em sua tese de doutoramento, estabelece a relação direito à moradia *versus* descaso do Estado ao trazer que, em 2013, em decorrência das obras de duplicação da Av. Diomício Freitas e do novo acesso ao aeroporto, houve alagamento das casas de moradores próximos à Foz do Rio Tavares e remoção de famílias de beneficiários/as da Resex do Pirajubaé, cujas casas foram diretamente impactadas pela obra. Ela relata também que houve obstrução da Foz do Rio Tavares, o que impediu a pesca e causou danos materiais em embarcações e redes.

Figura 8: Acúmulo de lixo nos entornos da Resex.



Foto: Viviane Rocha/Artes de Pesca (07/02/2021).
Fonte: Portal Catarinas (2021).

Atualmente, segue em curso o conflito ambiental entre instituições do Estado e os pescadores artesanais. Em 2009, a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) lançou o projeto de construção da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), que prevê o lançamento dos efluentes no Rio Tavares, o qual deságua na área da Resex. A disputa jurídica segue em andamento. Além dos pescadores artesanais, se somaram à luta a Fundação de Meio Ambiente de SC (FATMA, atual Instituto do Meio Ambiente – IMA) e ICMBio, que, com parecer técnicos, tentam evidenciar sobre os impactos sociais e ambientais ignorados pela CASAN. Se aprovada, a ETE tende a se tornar outro caso de injustiça ambiental.

4 – Considerações finais

Este trabalho procurou evidenciar algumas das situações significativas levantadas pelos pescadores artesanais da Resex do Pirajubaé – uma UC de uso sustentável – durante visitas de campo realizadas entre fevereiro e abril de 2021, no contexto do projeto Artes de Pesca: saberes e fazeres dos pescadores tradicionais da Costeira do Pirajubaé.

As falas evidenciam o descaso do Poder Público com essa comunidade tradicional. O conflito ambiental em decorrência da construção da Via Expressa Sul, empreendimento do Estado de Santa Catarina em prol do "desenvolvimento" capitalista, denunciou um caso de injustiça ambiental, o qual resultou em expansão urbana e grandes impactos ambientais e socioeconômicos para a Resex e as famílias de pescadores que tiram da pesca seu sustento.

Através das entrevistas, fica evidente que a relação que essa comunidade pesqueira estabelece com as águas dos rios, dos mares e dos manguezais que compõem a Resex do Pirajubaé é de convivência e respeito, o que contribui para a conservação do meio ambiente e a manutenção da riqueza dos recursos naturais. A comunidade também é exemplo de resistência ao etnocídio dos sujeitos do campo (os quais geralmente pertencem a comunidades tradicionais), isto é, as injustiças ambientais narradas são violações de direitos que afetam as manifestações visíveis e invisíveis da cultura dessa população tradicional em prol do "desenvolvimentismo" e do avanço das cidades. Em suma, as injustiças ambientais ameaçam a própria existência da comunidade de pescadores artesanais da Costeira.

O contato com a experiência de vida dos pescadores é inspirador e um aprendizado. Revisitar a história oficial de Florianópolis, a partir da perspectiva deles, tem nos ensinado sobre as contradições da cidade em seu processo de urbanização. Aprendemos, também, sobre o vento, o mar, os peixes, os crustáceos, as ilhas, ou seja, a comunidade de pescadores artesanais tem nos ensinado outras maneiras de ser e estar no mundo, o que deu outro sentido ao nosso olhar e ao nosso estar nesse território.

Ao mesmo tempo, conhecer as dificuldades enfrentadas por eles, que ameaçam seus modos de ser e de fazer, nos move em direção à denúncia, visando colaborar com a visibilidade das situações e a solução dos problemas. Se o modo de vida e a própria existência dessas comunidades estão em risco devido à degradação ambiental, à expansão urbana, à destruição dos espaços costeiros, do avanço de projetos de empreendimento para turismo ou grandes conjuntos residenciais de forma desordenada, além da exploração dos mares pela pesca industrial, enxergamos os pescadores artesanais como sujeitos de luta e de resistência.

Embora existam muitas pesquisas que evidenciem os impactos da expansão urbana em comunidades tradicionais, o princípio norteador de nosso trabalho está no protagonismo dos pescadores artesanais. Assim, realizamos uma pesquisa engajada, na qual compartilhamos com a comunidade nossos processos, assim como os produtos finais, que devem servir à comunidade.

No contexto da pandemia, que exige cuidados extremos e isolamento social, enfrentamos inúmeros desafios para mantermos o trabalho de campo e as entrevistas. O receio da contaminação e da proliferação do vírus da covid-19 foi potencializado devido aos nossos entrevistados serem, majoritariamente, idosos, o que os coloca no grupo de risco. Assim, tivemos como impactos da pandemia sobre o trabalho alguns atrasos na execução de entrevistas, a necessidade de pausa das atividades de campo por dois meses, entre outros.

O período de pandemia também dificultou o contato com os órgãos ambientais e de gestão tanto do Estado de Santa Catarina, responsáveis pela construção da Via Expressa Sul, quanto da Prefeitura de Florianópolis, responsáveis pela manutenção dos trapiches e o cadastramento e a fiscalização dos ranchos de pesca.

Além disso, sentimos que a conjuntura federal impacta diretamente na ausência de políticas públicas direcionadas a essa população e a seus modos de vida. A proteção da Resex do Pirajubaé depende da gestão compartilhada entre o Conselho Deliberativo composto por pescadores e extrativistas da Costeira e o ICMBio, que tem sido sistematicamente desmontado, a partir do ataque à sua autonomia e da redução dos recursos humanos e materiais do órgão ambiental pelo governo de Jair Bolsonaro.

Apesar dos limites, esperamos que nossa atuação e produção enquanto pesquisadoras possam contribuir para a visibilidade dessa população, a valorização de seus modos de vida e o fortalecimento tanto dos órgãos ambientais quanto da resistência comunitária que caracteriza a existência dos pescadores da Resex do Pirajubaé.

5 - REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Justiça ambiental e construção social do risco. **Desenvolvimento e meio ambiente**, [*s. l.*], v. 5, 2002.

ASSOCIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DO PIRAJUBAÉ (AREMAPI). **Extração do berbigão *Anomalocardia brasiliana* (Gmelin, 1791) na Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé**. Parte I – Documento Técnico e Parte II – Plano de Manejo). [*S. l.*]: AREMAPI, 2001.

BRASIL. **Decreto nº 533, de 20 de maio de 1992**. Cria a Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé. Brasília, DF: Planalto, 1992. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0533.htm. Acesso em: 14 out. 2021.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 fev. 2007.

BRASIL. **Decreto 7.352 de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2010. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7352-4-novembro-2010-609343-norma-pe.html. Acesso em: 7 jun. 2021.

BRASIL. Lei n° 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2000.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Petição de Ação Civil Pública**: Processo nº 2002.72.007815-6. Florianópolis, 2002.

CASAGRANDE, A. **Pertencimento e uso comum na cogestão da Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé - Florianópolis - SC**. Tese (Doutorado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Florianópolis, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 40. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO). **Documento consolidado da caracterização da Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé com indicação de estudos prioritários e subsídios para construção do plano de utilização e programas de sustentabilidade**: Produto nº 4. Florianópolis: ICMBio/MMA, 2009.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO). **Portaria nº 532, de 15 de agosto de 2017**. Institui o Perfil da Família Beneficiária da Reserva Extrativista do Pirajubaé. [Brasília, DF]: ICMBio, 2017. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/portarias/Portaria_532_de_15_de_agosto_de_2017.pdf . Acesso em: 7 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). Situação da pesca artesanal em Santa Catarina (Relatório Final). *In*: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Projeto de Conscientização e divulgação das medidas de administração pesqueira**. Itajaí: Ibama, 1992. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/biblioteca/download/trabalhos_tecnicos/pub_1992_pesca_artesa_sc.pdf . Acesso em 13 ago. 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Ação Civil Pública com pedido de Liminar nº 2002.72.00.007815-6**. [*S. l.*], 2002.

MONTYSUMA, M.; MOSER, G. A História Oral em diálogos interdisciplinares: algumas reflexões sobre memória e narrativas de problemas contemporâneos. *In*: ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA ORAL, 11., 2015, Niterói. **Anais** [...]. Niterói:

Universidade Federal Fluminense, 8-10 jul. 2015. Disponível em: https://www.sudeste2015.historiaoral.org.br/resources/anais/9/1432132090_ARQUIVO_ABHO-Sudeste-ArtigoHistoriaOraleInterdisciplinaridade_1.pdf. Acesso em: 14 jun. 2021.

PISANI, O. **Raízes D'Além Mar**. [*S. l.*]: Fundação Aníbal Pires. Ilha de Santa Catarina, 2004. Disponível em: http://www.verasabino.com.br/raizes-dalem-mar/. Acesso em: 6 jun. 2021.

PORTAL CATARINAS. **Ilha Invisível**: os desafios dos pescadores tradicionais da Costeira, em Florianópolis. Florianópolis, 23 mar. 2021. Disponível em: https://catarinas.info/ilha-invisivel-os-desafios-dos-pescadores-tradicionais-da-costeira-em-florianopolis/. Acesso em: 31 maio 2021.

PROCHNOW, R. M.; SANTO, M. A. D.; AMEY, R. A expansão das cidades sobre a Zona Costeira: Estudo de Caso de Florianópolis, BR, e Boston, USA. *In*: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12. Montevidéu, 3-7 abr. 2009. **Anais** [...]. Montevidéu: FAED, 2009. Disponível em: http://www.geolab.faed.udesc.br/publicacoes/Artigos_Egal/Prochnow_Egal.pdf. Acesso em: 31 maio 2021.

RIBAS, L. C. C. (org.). A Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé: sujeitos, memórias e saberes etnobiológicos. **Publicações do IFSC**, Florianópolis, 2014.

SEVERO, C. M. **Pesca artesanal em Santa Catarina**: evolução e diferenciação dos pescadores da Praia da Pinheira. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/15012. Acesso em: 13 ago. 2020.

SPÍNOLA, J. L.; TEIXEIRA, C.; ANDRIGUETTO-FILHO, J. M. Conflito territorial e (in)justiça ambiental: o caso da construção da Via Expressa Sul na Resex Marinha do Pirajubaé, Santa Catarina, Brasil. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, DF, v. 9, n. 2, p. 58-71, ago. 2018.

SPÍNOLA, J. L.; TEIXEIRA, C.; ANDRIGUETTO-FILHO, J. M. Desafios à cogestão: os impactos da Via Expressa Sul sobre o extrativismo na RESEX Marinha do Pirajubaé. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [*s. l.*], v. 32, p. 139-150, dez. 2014.

VIDAL RAMOS NO CENTRO DO DEBATE: UMA PROPOSTA DE ATUAÇÃO ALICERÇADA NOS ANSEIOS DA COMUNIDADE COM BASE NA RECICLAGEM

Eduarda Boing Pinheiro
Professora de química da rede estadual de Santa Catarina e mestranda em Educação Científica e Tecnológica na Universidade Federal de Santa Catarina
eduardaboingpinheiro@gmail.com

Resumo
Vidal Ramos é um município de extensão considerável, mas de baixo número populacional – conta com pouco mais de 6 mil habitantes –, localizado em Santa Catarina. Apenas em 1957 Vidal Ramos se instituiu como município, mas a sua colonização se deu entre as décadas de 1910 e 1920, por cidadãos de ascendência europeia de outras localidades do estado, a qual apresenta grandes marcas na organização e cultura do povo vidal-ramense. Atualmente, os setores que mais influenciam na economia da cidade são os setores industrial, devido à instalação recente da empresa Votorantim na cidade, e agropecuário, que se sustenta sobretudo a partir do plantio de tabaco. No município está a nascente do Rio Itajaí-Mirim, um dos rios mais importantes do estado, pertencente à Bacia do Rio Itajaí-Açú. Consciente da necessidade de gerar maior visibilidade para o município, sua história e saberes, dialogou-se com integrantes da comunidade, a fim de investigar possíveis formas de atuação. Dona Cleusa e seu Arnito são um casal de professores aposentados que dedicaram grande parte de sua vida não apenas à educação, mas também à vida em comunidade. Em sua fala, mostram preocupação com relação à preservação ambiental, bem como com a perda das tradições do município, tendo em vista a falta de engajamento da comunidade em muitas atividades. Com base em seus depoimentos, que, dentre tantos aspectos, também incidiram sobre a reciclagem, elaborou-se uma proposta de atuação, iniciada como um trabalho interdisciplinar em uma escola da cidade, mas que tem intenção de se tornar algo perene e que mobilize toda a comunidade.

Palavras-Chave: Vidal Ramos, comunidade, reciclagem.

1 O MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS

O município hoje conhecido por Vidal Ramos era, inicialmente, um distrito pertencente a Brusque, de colonização alemã característica, a qual propagou o campesinato alemão, a adequação de novas técnicas agrícolas e um novo tipo de comércio. Imhof (1976) conta que em Brusque, no início do Século XX (quando Vidal Ramos ainda era distrito de Brusque), se produzia milho, mandioca, cana-de-açúcar e tabaco para o consumo e a venda dos excedentes e, também, feijão-preto, taiá, batata-doce, amendoim, aipim, legumes e árvores frutíferas para a subsistência. Era irrelevante a criação de animais. Em contrapartida, apresentavam significativa produção de açúcar e cachaça, de fubá e farinha de mandioca nos engenhos, de charutos, vinhos, banha, derivados de leite e do famoso "mus" (doce de frutas pastoso).

Na vila havia as igrejas, escolas, sociedades, cemitério, ou seja, era onde aconteciam a maior parte da interação entre os habitantes brusquenses. Os vendeiros eram os indivíduos

que monopolizavam o transporte e o comércio da região, os quais guardavam o dinheiro dos colonos, que, ao invés de serem recompensados, precisavam pagar uma quantia devido ao depósito. Da mesma forma, os colonos não tinham outra opção se não aceitar os serviços dos vendeiros, tendo em vista a necessidade de colocação de seus produtos no mercado, bem como de consumo de outros produtos. Mais tarde surgiram as indústrias, entre as quais se destacou a indústria têxtil, cujo rendimento econômico se sobressaiu ao da agricultura após o período da Segunda Guerra Mundial (IMHOF, 1976).

No dia 17 de fevereiro de 1957, Vidal Ramos se torna emancipado de Brusque e passa a compor a sua própria história. No último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a população correspondia a 6290 pessoas, as quais se distribuem em uma área territorial de 346,932 km2. Dessas, 1560 se localizam em zona urbana e 3769 em zona rural (são contabilizadas apenas pessoas acima de 10 anos). A Figura 1 mostra uma visão aérea da região central do município.

Figura 1 – Visão aérea da região central do município de Vidal Ramos



Fonte: Hagite Fest (s.d.).

Segundo Adami e Rosa (2004), os colonizadores de Vidal Ramos – que iniciaram a ocupação do território entre as décadas de 1910 e 1920 – têm ascendência principalmente alemã, italiana e polonesa. Em geral, essas populações chegavam à região deslocadas de

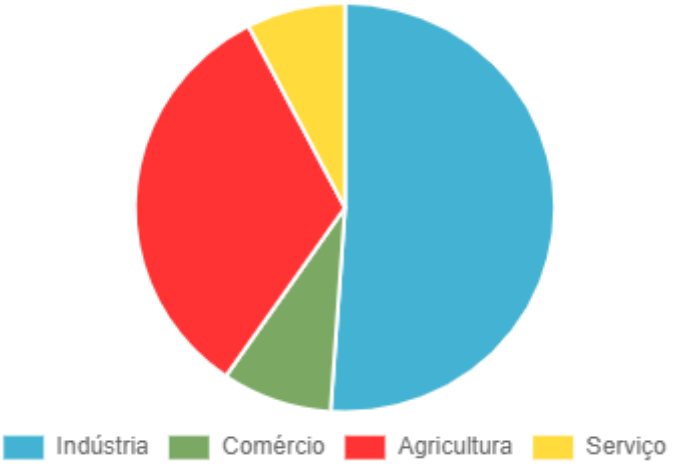
outros municípios próximos, como Alfredo Wagner (antigamente chamado de Barracão), Angelina, Botuverá, Biguaçú, Tubarão, São José, Nova Trento, Criciúma, entre outras.

Mais especificamente, no fim da década de 1910 e início de 1920, chegaram na comunidade do Salseiro as famílias Böing, Ern, Back, Vanderlinde, Kemper, Rocha, Helmann; no Mulungu, as famílias Petry, Back, Buss; na Santa Luiza, as famílias Küster, Johanson; e no centro, as famílias Böing, Rocha, Weber, Prim, Petry e, ainda, outras que fogem à memória das pessoas que nos concederam essa informação (as quais serão apresentadas muito em breve, neste mesmo texto). Vindos da região de Palhoça, ao longo do rio Cubatão e Capivari, hoje Tubarão, Imaruí, Santa Maria, São Martinho e Vargem dos Cedros, em 1923, vierem os Stoltenberg de Boitexburgo, e, mais tarde um pouco, várias famílias se deslocaram principalmente para o centro, que na época se chamava de Santa Cruz. Vieram também algumas famílias de São Pedro de Alcântara, de Angelina e, na parte baixa do município, algumas famílias de origem italiana de Porto Franco, hoje Botuverá. Outra grande migração ocorreu na década de 40 (DEPOIMENTOS PESSOAIS).

No entanto, engana-se quem acredita que esses foram os primeiros moradores da região. As terras que hoje são contempladas por Vidal Ramos abrigaram algumas comunidades indígenas, principalmente coletores do povo Xokleng, que foram intensamente perseguidos e violentados no período de colonização do município, por bugreiros (liderados por Martin Bugreiro) de outras cidades, pagos pelo governo de Santa Catarina (ADAMI; ROSA, 2004).

Por um tempo, no início da colonização, a maior parte da economia da cidade se movimentava a partir da extração de madeira, porque, devido à declividade dos terrenos da região, acreditava-se que não seria possível um desenvolvimento agrícola eficaz (ADAMI; ROSA, 2004). O extrativismo de madeira e as serrarias compõem parte importante da economia do município até hoje (DEPOIMENTO PESSOAL). Após uma ocupação populacional mais perene, no entanto, a agricultura se tornou a atividade econômica basilar do município. Tal realidade se modificou apenas depois da instalação da empresa Votorantim no município, a partir de 2010 (VIDAL RAMOS, 2014). No último ano, a economia da cidade se organizou, conforme o gráfico mostrado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Distribuição econômica dos setores de serviço de Vidal Ramos em 2020



Fonte: Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI, 2020).

Nos dias de hoje, no município, predomina a agricultura familiar. Esses agricultores obtêm a maior parte do seu sustento a partir do plantio e venda do fumo (em folhas), mas também apresentam comercialização considerável de milho, feijão e cebola. Ademais, produzem hortaliças, árvores frutíferas, batata, aipim, repolho, feijão e abóbora para consumo próprio, de acordo com Kuneski e Gaia (2020).

As autoras (KUNESKI; GAIA, 2020) entrevistaram alguns agricultores da região, abordando sobretudo as dificuldades que esses produtores enfrentam. Para uma grande parte deles, o maior desafio da agricultura se relaciona ao alto custo de produção e dependência dos fatores climáticos, além da falta de mão-de-obra. Alguns deles também demonstraram interesse em diversificar os materiais que produzem, tornando-se menos dependentes da plantação de fumo. No entanto, muitos se veem sem alternativa, principalmente devido à insegurança ocasionada pela possibilidade de distanciamento de um dos maiores costumes da região, que é a plantação de fumo. A Figura 2 mostra dois agricultores na lida com o fumo.

Figura 2 – Agricultores trabalhando em roça de fumo



Fonte: Thiesen (2020).

Durante a seleção dos entrevistados, Kuneski e Gaia (2020) evidenciam como a agricultura de Vidal Ramos ainda é um espaço predominantemente masculino, já que a maioria dos protagonistas da pesquisa eram homens. Com relação às faixas etárias das populações camponesas do município, as autoras mostraram que há uma quantidade significativa de jovens, apesar de que, das 33 famílias que participaram da entrevista, apenas 9 acreditam que terão sucessores no trabalho realizado pela família. Com a Figura 3 é possível ver um pouco de um dos interiores de Vidal Ramos.

Figura 3 – Visual de uma das comunidades interioranas de Vidal Ramos



Fonte: Back (2021).

Questão bastante presente também quando se fala na agricultura em Vidal Ramos é a vasta utilização de agrotóxicos (KUNESKI; GAIA, 2020). Interessadas em identificar os impactos desses produtos à saúde da população, Ceci, Jesus e Rocha (2020) concluem que a taxa dos moradores de Vidal Ramos que apresentam câncer no fígado e nas vias biliares intra-hepáticas (localizações tumorais comuns para pessoas que fazem uso intensivo de agrotóxicos) está acima da taxa do estado e do país.

Uma possível forma de contaminação de uma comunidade é através da poluição de seus recursos hídricos. Por toda a extensão de Vidal Ramos passa um dos principais rios da Bacia do Rio Itajaí-Açú em Santa Catarina, o rio Itajaí-Mirim. Outras fontes indicam que a bacia que contempla o Rio Itajaí-Mirim chama-se Itajaí. Uma das cachoeiras do município pode ser visualizada na Figura 4. Segundo depoimentos pessoais, o rio Itajaí-Mirim atravessa todo o município, desde o ponto mais sul ao mais norte, e sua nascente principal está localizada no município de Alfredo Wagner, num chapadão chamado de Mangueirão (BOING, 1990).

Homechin e Beaumord (2007) investigaram a qualidade desse rio, desde a sua fonte até o desaguamento no rio Itajaí-Açú. Os resultados dessa pesquisa mostram que a qualidade ambiental do rio está mais afetada nos trechos inferiores do rio, o que se credita à ocupação

urbana da região e, também, às atividades agrícolas, industriais e mineradoras desenvolvidas próximas ao rio, sobretudo em Brusque e Itajaí.

Figura 4 – Uma das muitas cachoeiras que tornam Vidal Ramos um município muito bonito



Fonte: Back (2021).

Mais próximo a Botuverá e Vidal Ramos, o que os autores observaram é que a qualidade da água é afetada em condições mais específicas, por exemplo com chuvas aumentando a turbidez das águas devido à atividade mineradora, ou em épocas de preparação do terreno para a plantação de fumo, em que são carregados sedimentos para o rio.

Adami e Rosa (2004) também afirmam que, da mesma forma que em Brusque, em Vidal Ramos também se constituiu um comércio a partir de vendeiros (chamados “mascates”, o mais conhecido deles era o “Seu Malusche”, conforme depoimento pessoal), que se iniciou na casa da família Stoltenberg, no ano de 1932, na localização da comunidade do Salseiro,

antes mesmo da instituição de Vidal Ramos como município. Iniciou como uma loja de comércio, açougue e serraria. Nesse caso, no entanto, em depoimento pessoal, é possível concluir que o depósito de dinheiro na casa de comércio Stoltenberg era pago pelos vendeiros aos moradores, e não o contrário, como Imhof (1976) afirma que acontecia em Brusque.

Nas décadas de 30 e 40, a criação de suínos, tipo "macau", na região era considerada grande para a época. Havia criadores que vendiam mais de 100 porcos por safra para a produção de banha, que era levado a Brusque e até exportado por Stoltenberg Irmãos. Esses porcos eram criados soltos e, quando grandes, eram engordados em chiqueiros ou soltos nas roças de milho (DEPOIMENTO PESSOAL).

No comércio Stoltenberg, compravam todos os produtos advindos do trabalho dos moradores da região e vendiam outros produtos a eles, que precisavam ter grande disposição para chegar até a venda, tendo em vista a dificuldade de acesso (em 1935, o caminho podia ser feito com carros de boi e, apenas em 1948, com veículos leves). Atualmente, a casa Stoltenberg ainda funciona como serraria, e a população busca no centro de Vidal Ramos, ou em Brusque, as mercadorias de que necessitam (ADAMI; ROSA, 2004). Conforme depoimento pessoal, o comércio já perpassa também as cidades de Imbuia, Ituporanga, Rio do Sul e até Florianópolis.

Nota-se que o comércio e o empreendedorismo vêm se assentando na cidade. Ventura, Fuchter e Munzlinger (2015) conceberam que a propaganda que acontece "boca a boca" na comunidade é uma das características mais comuns e eficientes para o crescimento desses estabelecimentos. Da mesma forma, com o advento da internet, a comercialização via mídias sociais se torna um impulsionador da atração por clientes. Outra especificidade de algumas lojas da cidade, principalmente de roupas, é a venda através de veículos, os quais levam os produtos até outras cidades ou a comunidades mais longínquas do centro. Parcerias com a prefeitura ou a empresa de cimentos Votorantim, que tem uma filial localizada na comunidade do Salseiro, é a estratégia que uma das padarias da cidade também disse adotar para chamar a atenção de novos clientes, organizando cafés para os funcionários, por exemplo. Algo muito comum no município como forma de divulgação das lojas e outros empreendimentos é também o carro de som, que passa pelo centro e pelas comunidades fazendo propagandas desses comércios (DEPOIMENTO PESSOAL).

O município apresenta grande potencial para a mineração de calcário, e, desde 1910, empresários intentam explorar esse recurso na região (ADAMI; ROSA, 2004). No entanto, foi em 2010 que efetivamente a empresa Votorantim se instalou no município (VIDAL

RAMOS, 2014), e, conforme denunciam Klueger e Fraga (2011), as intenções e preparativos já estão muito tempo a frente disso: plantações de pinus e eucaliptos foram plantados na região há décadas para que nas explorações realizadas atualmente sustentem os detritos que implodem morro abaixo. Ademais, muitas famílias que moravam na região do Salseiro, onde a fábrica se localiza (ver Figura 5), tiveram de deixar seus terrenos para a edificação da empresa.

Com relação às plantações de pinus e eucalipto, nossos participantes de pesquisa e de escrita dizem desconhecer essa prática antecipada da Votorantim. Segundo eles, o pinus foi incentivado pelas madeireiras, especialmente, na parte alta, pela Olinkraft, de Otacílio Costa, e o eucalipto pelas fumageiras e Afubra, para a secagem do fumo. O plantio de árvores nativas foi estimulado em atividades escolares, tendo em vista a necessidade de proteção ambiental.

Atualmente, a empresa Votorantim é a maior geradora de lucro para a região (contemplou 51,1% da distribuição econômica da cidade no ano de 2020, segundo a Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí), mas o que Klueger e Fraga (2011) muito conscientemente questionam é a validade desse fato, principalmente considerando a licença de 100 anos de exploração da empresa na região.

Figura 5 – Vista aérea da empresa Votorantim e de parte do território de exploração de calcário



Fonte: Alto Vale Online (2017).

A comunidade de Vidal Ramos costuma se organizar a partir de diversos eventos que acontecem no município. Dentre eles está a Doce Festa, um evento que recebe milhares de pessoas e que tem o intuito de "[...] divulgar o potencial turístico do município de Vidal Ramos e as delícias de sua cozinha." (ADAMI; ROSA, 2004, p. 237). A Figura 6 mostra uma lagoa presente no espaço do Parque da Doce Festa, um dos principais pontos turísticos da cidade. A comunidade, majoritariamente católica, também organiza e participa de muitos eventos religiosos.

Figura 6 – Lagoa dentro do Parque da Doce Festa, o maior evento da cidade de Vidal Ramos



Fonte: Back (2021).

O envolvimento com o futebol e a música na cidade também é expressivo, conforme Adami e Rosa (2004). A cidade apresenta muitas associações de futebol, as quais são bastante frequentadas (hoje não mais, conforme depoimento pessoal). Os grupos de estudo de música acontecem nas igrejas, como os corais, mas a cidade também conta com uma escola de música, que atende integrantes de toda a comunidade e que nasceu do interesse de algumas lideranças do município, como será comentado a seguir. Além disso, há as bandas da cidade, as quais se apresentam nos bailes, muito comuns em Vidal Ramos.

2 VIDAL RAMOS PELO OLHAR DA COMUNIDADE: COM A FALA, DONA CLEUSA E SEU ARNITO

Estar em Vidal Ramos é sinônimo de rodas de conversa e contação de histórias. As referências aos acontecimentos passados, principalmente da infância, são sempre recordadas, ocasionando reflexões, saudades e boas risadas. Nesse prosear, muito comumente são citados os professores de escola que tanto marcaram a vida dos vidal-ramenses: dona Cleusa foi professora de Educação Artística, Ciências e Programas de Saúde e Biologia, e seu Arnito lecionava Matemática.

Tendo em vista as práticas pioneiras que são sempre descritas por seus ex-alunos, como professora de Química interessada em revolucionar a escola a partir de ações libertadoras, ficava sempre instigada por esses depoimentos. A escrita deste capítulo de livro surgiu como um incentivo para esse contato com a dona Cleusa e com o seu Arnito, que muito prontamente aceitaram participar do processo de escrita desse trabalho, como relatores e protagonistas dessas histórias que serão contadas a seguir.

Nosso diálogo ocorreu por meio de uma videoconferência, com um aplicativo de conversas, para nos protegermos do vírus da Covid-19, e algumas perguntas orientadoras sobre o assunto de nosso diálogo haviam sido previamente encaminhadas. Ademais, após a elaboração de uma primeira versão deste capítulo, ele foi encaminhado aos protagonistas dessa história, os quais contribuíram sobremaneira também com a escrita crítica e informativa do trabalho. Foi a partir desse momento também que se incluíram os dados oriundos de depoimentos pessoais, todos fruto de uma memória admirável do(a)s participantes!

Desde o início de sua fala, dona Cleusa levanta um aspecto muito importante: já está aposentada há muito tempo (atuou como professora no Colégio Cacilda Guimarães de 1970 a 1995), e muitas das percepções que traz estão mais relacionadas a sua visão externa, como parte da comunidade, e não mais como professora atuante. Essa justificativa ocorreu porque em uma das questões iniciais que enviei a eles, perguntei sua opinião sobre o funcionamento da escola atualmente.

O que os professores aposentados contam é que, nos tempos que davam aula, havia uma tríplice bastante comprometida com o desenvolvimento escolar das crianças e adolescentes (a maioria), que envolvia a escola, a comunidade e a igreja. Atualmente, no entanto, o que nossos protagonistas percebem é que a escola está bastante fechada para a continuidade e pouco se faz nesse ambiente que repercuta fora dele. Acreditam que tal fato possa se explicar pela vinda de professores de fora, de outros ambientes e não conscientes para essa prática. Inclusive, relatam que as festas que antigamente eram organizadas pela escola já não acontecem mais e, quando acontecem, não têm mais uma participação massiva

da comunidade, e acreditam que tal situação seja decisiva no caminho para o desaparecimento de algumas práticas folclóricas, por exemplo.

Nesse sentido, dona Cleusa e seu Arnito comentam também que a cidade, juntamente com a escola, se envolvia com muitas questões artísticas e culturais, como o estudo de música e a organização de peças de teatro e danças também. Eles citam a participação em gincanas municipais e intermunicipais, como o IMBOPREVI, que envolvia as comunidades de Imbuia, Botuverá, Presidente Nereu e Vidal Ramos, e depois IMPREVILE, de Imbuia, Presidente Nereu, Vidal Ramos e Leoberto Leal. Também tiveram várias (07) participações no Encontro Mobral Cultural de Santa Catarina (EMOBRESC), que era estadual. Hoje, entretanto, nota-se que a fanfarra, que ainda se mantém, não se modernizou com o passar do tempo e carrega fortes traços da fanfarra militar, inclusive.

Com seus estudantes, gostavam muito de realizar viagens de estudos com recursos da venda de coleta seletiva de lixo. Projeto que mereceu, alguns anos mais tarde, atenção especial da Câmara de Vereadores, cujo prefeito criou a Lei sobre Separação do Lixo, em 18/02/2003. Nessas viagens, incentivavam os estudantes a conhecerem melhor o estado e a observarem a diversidade de opções de futuro, mas com vista na interdisciplinaridade e em busca dos conhecimentos, enaltecendo principalmente a compreensão da Ciência. Hoje, percebem que há um avanço tecnológico no município, mas é notável a falta de conhecimento científico de boa parte da população, principalmente as crianças e jovens que ainda estão na escola. Dona Cleusa ressalta, ainda, que falta cultura literária, a qual não se constituiu como um costume da comunidade desde o seu início, mas com o passar do tempo vem se tornando ainda mais ausente.

Em sua fala, aparecem muitas das práticas que realizaram enquanto professores, e é muito bonito ver o orgulho que têm desse trabalho incrível realizado, o qual deixou marcas significativas até hoje. Alguns desses casos envolvem a criação de uma horta comunitária para o hospital local, em 1982, a qual motivou toda a comunidade, mesmo nos fins de semana, a realizar algo grandioso e que geraria frutos (literalmente). Também fizeram projetos de investigação da mata nativa da região, com os estudantes e seus pais, coletaram sementes, estudaram sobre o assunto e replantaram algumas delas.

Um projeto, “Projeto VIVE – Viver Intensamente, Vivendo Ecologicamente”, foi realizado nos anos de 1991 e 1992 com apoio da Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida (APREMAVI) de Rio do Sul, da qual dona Cleusa é sócia. Conseguiu-se dinheiro do fundo SOLMAD, uma entidade da África do Sul, que possibilitou a plantação de

inúmeros pés de ipê amarelo pela região. Hoje, em todas as comunidades, se veem vários pés de ipê amarelo, inclusive no Mirante do Ipê Amarelo ao lado da rodovia SC, com uma bonita visão da cidade, feito pela professora Cleusa com os alunos.

Uma prática comum para esse casal – até recentemente, mas que vem se tornando mais dificultosa, segundo eles – era, em viagens, carregar algumas sementes no carro e distribuí-las por alguns locais por onde passavam, onde percebiam que havia condições para o crescimento e desenvolvimento dessas árvores. Contam que muitos desses lugares por onde espalharam sementes, há alguns anos, têm árvores lindíssimas atualmente.

Um dia memorável para o casal se refere à data em que foram avaliadores de uma Feira Estadual de Ciências e Matemática em Canoinhas:

> "Colocamos um saco de sementes de ipê amarelo no carro. A partir do trevo dos Bertuci, encontro da BR 470 e a BR 116 começamos a jogar sementes (com o carro andando) que eram empurrados para a margem pelo vento produzido pelos caminhões. Uns quinze anos mais tarde passando por lá, indo para Caçador contamos 43 ipês amarelos carregados de flores até na entrada de Caçador." (DEPOIMENTO PESSOAL DE ARNITO, 2021).

Com relação aos dias de hoje, no entanto, veem que cresceu no seio das famílias o senso de individualidade e, ao mesmo tempo, que os jovens se reúnem em bares e festas nos fins d e semana, e que faltam locais voltados ao lazer e ao turismo no município.

Pensando no aspecto político, o que se vê é que tem se valorizado muito o centro de Vidal Ramos e das cidades vizinhas. Um exemplo disso é o fato de a prefeitura estar investindo na construção de estradas de ligação com as cidades vizinhas, enquanto as estradas para as comunidades de Vidal Ramos se mantêm precárias. Esses espaços, além de abrigarem moradores que precisam de acesso livre dentro do município, apresentam paisagens incríveis, as quais, segundo dona Cleusa e seu Arnito, serviriam como ótimos espaços de lazer e de acolhida a turistas.

Todavia, o que se observa é que a presença da empresa Votorantim no município gera dinheiro, o qual não é utilizado para a valorização do que é próprio do município. Inclusive, dona Cleusa lembra da possibilidade de utilização do resíduo de cimento produzido pela própria Votorantim para a construção dos trechos mais íngremes dessas estradas, como acontece com as estradas da Serra do Rio do Rastro, que apresentam partes feitas de concreto para garantir mais segurança aos veículos.

A vinda da Votorantim para a cidade divide opiniões, porque, apesar de gerar empregos e trazer mais pessoas para o município, comprou as terras de muitas pessoas e do próprio local do Parque da Doce Festa, que tinha o formato de um enorme anfiteatro e onde antigamente acontecia a Doce Festa. Além disso, para a dona Cleusa e o seu Arnito, falta um maior investimento da empresa no município.

Outro acontecimento que dona Cleusa e seu Arnito observaram foi o fechamento de muitas escolas das comunidades e, hoje, os estudantes precisam se deslocar – em estradas precárias – até o centro para estudarem. Tal situação impacta em diversos setores do município. Um deles envolve a desvalorização do saber dessas próprias comunidades, visto que na escola do centro da cidade não será realizada a abordagem específica de cada comunidade. Nota-se que os estudantes das comunidades acabam criando muitos laços com o centro, distanciando-se cada vez mais de sua comunidade.

Um problema que também é ocasionado a partir dessa realidade é que esses mesmos estudantes, ou ex-estudantes, nos fins de semana, deslocam-se até o centro para se encontrar com os amigos, gerando grandes ruídos à população do centro. Os professores acreditam que essa seja uma consequência da falta de ocupações para o lazer na comunidade, as quais também poderiam mobilizar os jovens a fazerem outras atividades, principalmente valorizando as suas comunidades.

Em anos anteriores, praticamente cada uma das 25 comunidades tinha o seu time de futebol, com forte concorrência entre elas, mas hoje não existem mais. Só ficou o futebol de salão, que é praticado no ginásio do centro ou onde existe um espaço para esse fim. Nesse caso, o que dona Cleusa e seu Arnito conclamam não é um isolamento por parte desses jovens das comunidades, porque eles precisam criar laços e estabelecer relacionamentos. Sem as escolas nas comunidades, é fundamental que o centro os atenda. Ainda assim, o que questionam é a importância do desenvolvimento de atividades nas comunidades do município, visando à participação e à criação de vínculos entre a juventude.

Um assunto que também preocupa no município são as práticas ambientais. A vasta utilização de agrotóxico nas lavouras gera vários impactos para a região (repercutindo na qualidade de vida, na saúde, na economia). O município de Vidal Ramos é um grande produtor de mel, mas hoje os apicultores criam as abelhas nos faxinais ou bem no interior, onde não existem plantações, principalmente de fumo, e, no centro, fazem o beneficiamento do mel. As águas também são um problema, nesse caso, porque podem ser ou estar

contaminadas pelos agrotóxicos, além de serem utilizadas sem muita consciência pela população.

Falando em causas ambientais, dona Cleusa e seu Arnito veem que a reciclagem é uma grande problemática para a região, pois o lixo, embora separado por muitos, acaba quase que totalmente destinado a Brusque para o aterro, como rejeito. Segundo eles, é necessária a construção de uma usina de reciclagem na região, e há várias alternativas. Mas para isso, é fundamental o envolvimento político e da universidade. Aliada a essa ideia, cabe também a mobilização para a elaboração de espaços de compostagem no município.

Outras possibilidades de atuação, tendo em vista a transformação de Vidal Ramos em um município mais sustentável, na visão do casal de professores aposentados, é a implantação de dois canais de água: um para a água tratada, visando um consumo mais direto, e outro para a água não tratada, para usos gerais. Acreditam ainda que a coleta particular de água da chuva também seja uma boa alternativa para um município mais sustentável. A perspectiva da energia fotovoltaica é algo que está ganhando espaço no município, mas que caminha a passos lentos. Ademais, há alguns produtores que já iniciaram a produção de alimentos orgânicos, mas são pessoas pioneiras e que têm dificuldade de instituírem essa prática na comunidade, a qual (a comunidade) se consolidou com a concepção de produção em larga escala a partir do uso de agrotóxicos.

Na fala dos ex-professores, é notável a dedicação extrema que tiveram e ainda têm perante à comunidade. Enquanto professores, além da formação inicial, realizaram muitos cursos, como estudantes e também como docentes. Visitaram muitas cidades e se envolveram em muitos projetos, sempre que possível, relacionando-os com os trabalhos que desenvolviam com os alunos.

Durante a nossa conversa, contaram sobre o tempo que fizeram pós-graduação em Blumenau, com outra professora do município: três horas de viagem, por quase três anos, os quais permitiram idealizar a transformação de suas salas de aula em laboratórios. Os professores dessas matérias teriam suas salas fixas, e quem mudava de sala eram os alunos. Assim, cada professor fazia o seu material didático e reunia na sala tudo o que necessitava para facilitar o entendimento dos conceitos das matérias com material didático próprio. Seu Arnito construiu seus aparelhos didáticos de madeira, como um teodolito com restos de forro e um transferidor, para medir altura de árvores, nas aulas de Trigonometria. Todos os alunos aprenderam a jogar xadrez (uma aula por semana). Dona Cleusa montou seu laboratório de Biologia, e, com vaquinhas, conseguiu comprar microscópio e TV com aparelho de

videocassete. O mais difícil foi conseguir as carteiras, pois as salas precisavam de tantas carteiras quanto a turma de maior número, que, posteriormente, foram também conseguidas por seu Arnito.

Na opinião de seu Arnito, cada professor ter sua sala própria era uma boa estratégia, porque facilitava a organização de cada professor conforme o espaço que já conhecia, e, nas trocas de salas, os estudantes podiam interagir, espairecer e fazer as brincadeiras tão comuns aos jovens. A escola sentiu logo a diferença e começou a receber muitos professores de outras regiões, que tinham interesse de conhecer o funcionamento da escola.

No entanto, esse engajamento também se deu e se dá fora do contexto escolar. Dona Cleusa e seu Arnito são apaixonados por música. Ela teve contato com a música teórica no currículo normal quando foi bolsista interna de um colégio particular em Blumenau, e, apesar de não poder participar das aulas particulares de música devido à falta de dinheiro, sempre que limpava as salas de piano e outros instrumentos, conseguia dicas dos estudantes que lhe permitiam tocar. Seu Arnito estudou em seminário de padres por 8 anos, e, lá, teve como professor o padre Germano Better SCJ, que antes de ser padre foi trompetista da Orquestra de Berlim. Em Corupá, seu Arnito teve acesso a aulas de instrumentos, que serviram de inspiração para que se mantivesse aprendendo posteriormente, como autodidata. Um dos filhos do casal também estudou três anos de Música na Faculdade de Música da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e ensinou muitas coisas novas sobre o assunto aos pais.

Tendo em vista os seus conhecimentos na área, bem como o desejo de compartilhá-los com a comunidade, em 1973, dona Cleusa e seu Arnito passaram a receber integrantes da população de Vidal Ramos em sua casa, depois das aulas, para ensinar sobre música. Inclusive, ensaiou na casa por alguns anos o Grupo Orfeônico Vibra Coração, do qual dona Cleusa se orgulha de ser fundadora.

Eles reiteram que não se aprendia “apenas” a tocar instrumentos, mas também a parte teórica que envolve o assunto. Os instrumentos usados eram de propriedade do casal, como violão, piano, clarinete, trompete, trombone, saxofone, bandolim, cavaquinho, flauta doce e gaitinha de boca. Em 1977, a prefeitura comprou alguns instrumentos e os doou para a escola familiar. Também os alunos aos poucos iam comprando os seus. Em 1998, já aposentados, conseguiram, através de um projeto mandado pela prefeitura municipal, uma banda com 22 instrumentos de sopro do Ministério da Cultura. Por falta de espaço, passaram a ensaiar na antiga casa paroquial que estava vaga. Então, a prefeitura resolveu criar a escola municipal de

música. E assim aconteceu. Hoje a escola municipal de música é denominada Evaldo Böing, onde seu Arnito ainda trabalhou por nove anos. A escola tem prédio e quadro de professores próprios, e vários grupos se formaram e se apresentam todos os anos nos vários pontos da Ecocaminhada, um dos eventos que ocorrem no município.

Muitas bandas foram criadas na cidade (algumas permanecem até hoje), além de corais e fanfarras, e uma das maiores riquezas da cidade é a Escola de música, que atende principalmente as crianças da cidade e que tem uma boa parte dos professores iniciados por dona Cleusa e seu Arnito, que se formaram posteriormente em Faculdades de Música.

3 UMA PROPOSTA DE ATUAÇÃO A PARTIR DA PROBLEMÁTICA DA RECICLAGEM EM VIDAL RAMOS

Meu intuito com essa conversa, além de conhecer mais da história da cidade e desses professores que tanto por ela fizeram, era compreender as contradições sociais estabelecidas em Vidal Ramos, a fim de criar uma proposta de atuação com a comunidade. Compreendendo essa intenção, dona Cleusa muito sabiamente me indicou as duas perspectivas que considera mais necessárias e próximas a minha área de atuação (Química): a investigação das opções de calçamento das estradas que ligam as comunidades ao centro do município (pensando na utilização dos resíduos do cimento produzido pela Votorantim) e/ou o estudo das possibilidades de implantação de uma usina de reciclagem no município.

Uma vez que as falas da comunidade precisam ser ouvidas, acatei a sugestão de dona Cleusa. Assim, dentre as opções que ela mesma me sugeriu, acredito que a ideia voltada à reciclagem pode ser significativa. Nesse caso, não fomentei a criação de uma usina, visto que esse projeto demandaria o envolvimento de outras esferas da sociedade, com as quais muitas vezes não é possível contar, mas pensei em algo focado nas escolas da cidade.

Acredito que essa abordagem pode ser relevante por compreender, influenciada por Freire (2013), que a escola é um espaço de convicções, de entendimento de mundo e de compreensão de aspectos científicos que se desvelam nas vivências da sociedade. Estudar conceitos submetendo-se exclusivamente ao que sugere o currículo encerra por pragmatizar o ensino, o qual, pelo contrário, necessita de um viés libertador e dialógico. Só dessa forma poderemos pensar na revolução e na transformação. Ademais, a escola, como um dos eixos da comunidade, como muito bem nos lembra o seu Arnito e a dona Cleusa, não pode se fechar a ela. Nesse sentido, torna-se uma exigência que qualquer atividade que na escola se desenvolva esteja de alguma forma gerando impactos relevantes para a sua comunidade.

Assim, surge o desígnio de criação de uma oficina de construção de artefatos artísticos a partir de materiais reciclados, a ser desenvolvida com as escolas de Vidal Ramos. A partir dessa ideia é possível contemplar muitas das aspirações de dona Cleusa e de seu Arnito, pensando na oficina como algo aberto à participação não apenas da população diretamente envolvida com o contexto escolar, mas de toda a comunidade.

Inicialmente, o projeto pode despertar nas escolas, a partir do diálogo com os professores. O tema reciclagem é de interesse de todas as áreas de estudo, se pensarmos na quantidade de lixo produzida (Matemática), nas transformações que ocorrem com o lixo e em seus impactos ambientais (Ciências da Natureza), na dimensão social e econômica do contexto de produção do lixo, como por exemplo o fato de as populações mais afetadas pelo lixo serem aquelas que menos têm condições de produzi-lo (Ciências Humanas) e na necessidade de diálogo, reflexão e conscientização sobre o assunto (Linguagens).

O tema reciclagem intercruza com vários outros assuntos que podem ser alinhados com as abordagens. Dentre eles, destacam-se o consumismo, a obsolescência programada, a redução e a reutilização, o destino do lixo além da reciclagem, entre muitas outras possibilidades que podem ser enunciadas a partir da criatividade dos professores. Para o trabalho com a comunidade de Vidal Ramos, vale também investigar o tipo de lixo que é produzido pela população: garrafas de agrotóxico, lixo hospitalar, lixo eletrônico, matéria orgânica, recicláveis e, ainda, outras possibilidades.

Focando no ensino de Química, que está relacionado com as minhas possibilidades de argumentação, tendo em vista minha atuação e formação, sabe-se que o ensino da química ambiental já é um dos conceitos fundamentais de serem interpelados durante a disciplina. Além disso, é possível relacionar a temática da reciclagem com os mais variados conteúdos que já são comumente abordados na disciplina de Química durante o Ensino Médio.

Ao refletir sobre a composição dos materiais que se tornam lixo, pode-se dialogar com a construção dos modelos atômicos e da tabela periódica e com a explicação acerca das ligações químicas. Estevão (2017) elaborou, com seus estudantes, histórias em quadrinhos com a temática central do lixo eletrônico e sugeriu que, relacionando o tema com a tabela periódica,

> [...] é possível abordar as propriedades dos metais que constituem o lixo eletrônico, como se dá o processo de extração, energia gasta, quem são os trabalhadores que realizam esse tipo de atividade, o metal mais abundante no Brasil, em que região se encontra e as condições socioeconômicas dessa região. (ESTEVÃO, 2017, p. 149).

Sobre a temática específica dos lixos eletrônicos, também vejo grandes possibilidades de conexão com os conceitos da eletroquímica, enaltecendo os processos que ocorrem com as pilhas e a eletrólise, por exemplo. O mesmo conteúdo também pode ser apresentado em discussões sobre o lixo hospitalar, como Ventura (2018) ilustrou em seu trabalho, ressaltando as reações de oxirredução que acontecem com os resíduos de materiais odontológicos.

Ainda com relação aos materiais que se transformam em lixo, é plausível relacioná-los com o conteúdo de química orgânica e inorgânica, avaliando a composição dos plásticos, papéis, vidros, metais, bem como do lixo popularmente conhecido como orgânico. Mury, Cantanhede e Cantanhede (2015) criaram uma proposta de aula, conceituando a química orgânica relacionada aos polímeros, constituintes sobretudo dos plásticos.

Maria e colaboradoras (2003) também tratam sobre os polímeros e sua associação com a reciclagem: realizaram atividades experimentais com seus estudantes a fim de compreender como se dá a identificação de polímeros que os estudantes encontraram em algumas embalagens. Os experimentos sugeridos possibilitam o trabalho com a teorização das propriedades dos materiais (ponto de fusão e ebulição, densidade e solubilidade). Ademais, ao falar do processo de reciclagem é também muito coerente a abordagem das separações de misturas.

Tendo em vista a proposição da importância da reciclagem, remetemo-nos, muito comumente, ao tempo de degradação dos materiais. Nesse caso, o aprofundamento acerca das reações químicas, da cinética química, da termoquímica e dos estudos dos gases insurgem como uma perspectiva. No trabalho de Costa (2014) vemos a realização de experimentos que mostram a influência da superfície de contato no tempo de degradação de alguns restos de alimentos. Esse trabalho com a cinética química também pode ser feito identificando a divergência no tempo de degradação de diferentes materiais: restos de alimento, papel, plástico, vidro...

A elucubração da termoquímica pode ocorrer aliada ao estudo dos gases, os quais são produzidos em processos de incineração do lixo, por exemplo. A termoquímica está envolvida nos procedimentos que ocorrem quando alguns desses gases são utilizados para gerar biogás, o qual pode ser utilizado como combustível (FERREIRA, 2013). Também pode-se pensar na produção de gases na decomposição do lixo em lixões, aterros e compostagens.

Nesse sentido, vemos que a mobilização surgiria nas escolas, partindo desse trabalho interdisciplinar por parte dos professores, os quais planejariam suas aulas com base na temática da reciclagem. Posteriormente, poderia ser concebida a coleta de materiais recicláveis, por parte dos próprios estudantes, que precisariam de um espaço na escola para deixá-los. Tendo em vista a construção dos conhecimentos que forem sendo construídos, os estudantes podem pensar no manuseio dos materiais recicláveis que vão sendo coletados, pensando principalmente na confecção de artefatos artesanais. Essa ideia também está em consonância com as frustrações de seu Arnito e dona Cleusa, os quais percebem que a cidade tem abandonado algumas práticas artísticas que eram tão comuns em tempos anteriores. Além disso, nota-se que essa é uma possibilidade de envolvimento da escola com o contexto da comunidade.

Notando o interesse dos estudantes, é possível que a oficina se perpetue, mais tarde, como uma atividade extracurricular, recebendo os estudantes no contraturno para continuarem criando obras artesanais com materiais reciclados. Caso isso ocorra, o envolvimento também de outros setores da comunidade seria de valor inestimável. Nessa etapa, poderiam ocorrer cursos com pessoas que já trabalham com artesanato a partir de materiais recicláveis há mais tempo, as quais podem ensinar técnicas e formas de trabalho inovadoras.

Expandindo esse projeto dessa forma, haveria a possibilidade de comprometer as crianças, os jovens e, ainda, algumas outras pessoas da comunidade (como o grupo de idosos[12]) com uma atividade que, além de dar um destino diferente ao lixo produzido pelos moradores, envolverá a construção de novos aprendizados. Com a produção de materiais de qualidade, será possível até que sejam comercializados, e o dinheiro arrecadado pode ser utilizado em viagens do grupo de trabalho para conhecer mais sobre o assunto, por exemplo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vidal Ramos é uma cidade que tem como uma de suas características principais a vida em comunidade. No entanto, observa-se que algumas de suas tradições vêm sendo cada vez mais desvalorizadas. Essa é uma das principais preocupações de dona Cleusa e seu Arnito, além da proteção ambiental.

[12]Dona Cleusa acrescenta que podemos conseguir grande apoio do Clube das Mães (maioria idosas), que contribui com a Pastoral Familiar há aproximadamente 10 anos com uma lembrancinha para os noivos (um peso para a porta) produzido com lixo. Ela também acredita que o Centro de Recuperação à Vida (CERVIDA) pode ser um espaço aberto a essa atividade.

Especificamente, a reciclagem é um dos problemas suscitados em seu depoimento, tendo em vista a potencialidade que veem com relação à criação de uma usina de reciclagem no município. Em notícias no site do município (VIDAL RAMOS, 2016), fala-se na coleta de lixo reciclável, mostrando que ela já acontece na cidade e nas comunidades. Resta saber para onde esses materiais são encaminhados e se de fato a população se mobiliza na separação desses materiais, o que, conforme dona Cleusa ouviu na Rádio Mirim, tem sido movimentado pela atual Câmara dos Vereadores.

Assim, envolver o trabalho acerca da reciclagem com a escola surge como uma possibilidade de trabalho interdisciplinar e engajado com a comunidade, a qual pode ser diretamente impactada pelo projeto. Segundo dona Cleusa, a ideia é consoante com o que se recorda do programa de Ciências da 5ª série, que estuda o ambiente (ar, água e solo) e também do currículo do 3º ano em Biologia, quando estuda Ecologia. Sugere que a turma do 3º ano do Ensino Médio monitore ou apadrinhe os pré-adolescentes do 5º ano. De fato, vemos o pioneirismo da professora com essa ideia, que pode gerar resultados grandiosos.

Tornando-se perene, o projeto pode ser aberto também à participação da comunidade. Com relação à disciplina de Química, existem inúmeros conteúdos que já são tradicionalmente abordados que podem ser relacionados à temática da reciclagem. Da mesma forma, esse tema se aproxima de todas as outras disciplinas presentes no contexto escolar.

No entanto, para a efetiva aplicação do projeto, é necessário expandir esse diálogo com mais setores da comunidade, a fim de identificar se essa é uma contradição social também para outras pessoas de Vidal Ramos. Por fim, é fundamental fazer contato com a escola e verificar se esse é um projeto possível de ser ali desenvolvido, visto que conhecemos os desafios da rotina escolar e não desejamos que o projeto acabe se tornando mais um deles, sobretudo no contexto de pandemia, ainda que o intuito seja ultrapassá-la.

REFERÊNCIAS

ADAMI, L. S.; ROSA, T. **Paisagens da Memória:** A criação do município de Vidal Ramos. 1. ed. Itajaí: ST Editores, 2004. 256 p.

ALTO VALE ONLINE. Feliz 60 anos Vidal Ramos. Publicação de 14 de fevereiro de 2017. Disponível em: https://www.jav.inf.br/2017/02/14/feliz-60-anos-vidal-ramos/. Acesso em: 6 nov. 2021.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO ITAJAÍ (AMAVI). Vidal Ramos. **AMAVI**, Rio do Sul, [202-?]. Disponível em:

https://www.amavi.org.br/municipios-associados/perfil/vidal-ramos. Acesso em: 9 jun. 2021.

BACK, N. Facebook, publicação de 6 jan. 2021. Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=1576751935850070&set=a.611469185711688. Acesso em: 6 nov. 2021.

BACK, N. Facebook, publicação de 4 maio 2021. Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=1658594647665798&set=a.611469185711688. Acesso em: 6 nov. 2021.

BACK, N. Facebook, publicação de 15 maio 2021. Disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=1666405463551383&set=pcb.1666405613551368. Acesso em: 6 nov. 2021.

BOING, C. M. K.; NUNES, E. R. M. **Conhecimento da Reserva Biológica Estadual da Canela-Preta, pela comunidade escolar de Vidal Ramos**. 1990. 54 f. Monografia (especialização) – Universidade Regional de Blumenau 1990.

CECI, L. JESUS, G. V. de; ROCHA, I. O. Exposição ao agrotóxico e incidência de câncer na população dos municípios de Imbuia e Vidal Ramos (SC). *In*: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 30., 2020, Florianópolis. Seminário de Iniciação Científica – Universidade do Estado de Santa Catarina, 30º, 2020. **Anais** [...]. Florianópolis: UDESC, 2020. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/2433/17__L_cia_Ceci_1602271092701_2433.pdf. Acesso em: 9 jun. 2021.

COSTA, S. E. L. **Aplicação da cinética química no lixo orgânico**. 2014. 22 f. Monografia de Curso (Especialização em Ensino de Ciências por Investigação) – Faculdade de Educação CECIMIG, Universidade Federal de Minas Gerais, Sete Lagoas, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-AL7QN8/1/monografia_sandra.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.

ESTEVÃO, A. P. S. S. **História em quadrinhos no ensino de química como estratégia didática para abordagem do tema "lixo eletrônico"**. 2017. 225 f. Tese (Doutorado em Ensino de Biociências e Saúde) – Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/26323/2/ana_estevao_ioc_dout_2017.pdf. Acesso em: 10 jun 2021.

FERREIRA, J. **Produção de biogás e funcionamento de biodigestores no ensino de ciências**. 2013. Monografia de Curso (Especialização em Ensino de Ciências) – Departamento de Ciências, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/21986/3/MD_ENSCIE_III_2012_35.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

HAGITE FEST. Vidal Ramos. Disponível em: https://www.hagitefest.com/cidades/vidal-ramos-3. Acesso em: 6 nov. 2021.

HOMECHIN, M.; BEAUMORD, A. C. Caracterização da qualidade das águas do trecho médio do rio Itajaí-Mirim, Santa Catarina. *In:* CONGRESSO DE ECOLOGIA DO BRASIL, 8., 2007, Caxambu, MG. **Anais** [...]. Caxambu, MG: Sociedade de Ecologia do Brasil, 2007. Disponível em: http://www.seb-ecologia.org.br/revistas/indexar/anais/viiiceb/pdf/1740.pdf. Acesso em: 9 jun. 2021.

IMHOF, A.; SEYFERTH, G. A colonização alemã do Vale do Itajaí-Mirim: (um estudo de desenvolvimento econômico). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 18, p. 106-108, 1976. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/69942/72594. Acesso em: 9 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Vidal Ramos. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/vidal-ramos/panorama. Acesso em: 11 jun. 2021.

KLUEGER, U. A.; FRAGA, N. C. Capitalismo e território, um olhar de aproximação entre o teórico e o empírico: observações *in loco* do avanço do capital para a produção de cimento no Vale do Itajaí, SC. **Blumenau em Cadernos**, Florianópolis, v. 52, n. 2, p. 58-78, 2011. Disponível em: http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/blumenau%20em%20cadernos/2011/BLU2011003.pdf. Acesso em: 9 jun. 2021.

KUNESKI, A. C.; GAIA, M. C. de M. Agricultura familiar em Vidal Ramos (Santa Catarina): condições e perspectivas. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, Málaga, Espanha, 2020. Disponível em: https://www.eumed.net/rev/caribe/2020/09/agricultura-familiar.pdf. Acesso em: 9 jun. 2021.

MARIA, L. C. S. *et al*. Coleta Seletiva e Separação de Plásticos. **Química Nova na Escola**, [s. l.], n. 17, 2003. Disponível em: http://qnesc.sbq.org.br/online/qnesc17/a08.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.

MURY, D. F. T.; CATANHEDE, L. B.; CATANHEDE, S. C. S. Abordagem do conteúdo polímeros sintéticos a partir da temática lixo e reciclagem nas aulas de química do ensino médio: uma proposta didática. **Conexões – Ciência e Tecnologia**, Fortaleza, v. 9, n. 4, p. 37-47, 2015. Disponível em: http://conexoes.ifce.edu.br/index.php/conexoes/article/view/861/687. Acesso em: 6 nov. 2021.

THIESEN, F. S. Facebook, publicação de 24 jul. 2020. Disponível em: https://www.facebook.com/photo?fbid=3148699431913053&set=pb.100003190802576.-2207520000. Acesso em: 6 nov. 2021.

VENTURA, E.; FUCHTER, M. MUNZLINGER, A. Do Marketing Tradicional ao Marketing Empreendedor: A Realidade do Micro e Pequeno Empresário da Cidade de Vidal Ramos/SC. In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 14., 2015, Joinville. **Anais** [...]. Joinville: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação,

2015. Disponível em: https://www.portalintercom.org.br/anais/sul2015/resumos/R45-0432-1.pdf. Acesso em: 9 jun. 2021.

VENTURA, L. A. **A reciclagem de diferentes materiais como tema gerador**: Uma revisão bibliográfica e uma proposta para o ensino de Química. 2018. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Química) – Departamento de Ciências Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, São Mateus, 2018. Disponível em: https://quimica.saomateus.ufes.br/sites/quimica.saomateus.ufes.br/files/field/anexo/a_reciclagem_de_diferentes_materiais_como_tema_gerador_uma_revisao_bibliografica_e_uma_proposta_para_o_ensino_de_quimica_lorena_ventura.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.

VIDAL RAMOS (Município). Votorantim Cimentos presenteia a cidade de Vidal Ramos com a construção de um anfiteatro. Vidal Ramos, 2009. Disponível em: https://prefeituravidalramos.com.br/noticias/index/ver/codMapaItem/20222/codNoticia/19781. Acesso em: 9 jun. 2021.

VIDAL RAMOS (Município). Coleta de lixo passa a ter dia específico para recicláveis. Vidal Ramos, 2016. Disponível em: https://www.prefeituravidalramos.com.br/noticias/index/ver/codMapaItem/20222/codNoticia/360103. Acesso em: 11 jun. 2021.

PARTE 2

A MONITORIA COMO EXPERIÊNCIA DOCENTE-DISCENTE DE ACOLHIMENTO: NARRATIVA *CRÍTICA-SENSÍVEL* DE UMA VIVÊNCIA NA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DA UFSC DURANTE A SUSPENSÃO DAS AULAS PRESENCIAIS

Adriana Angelita da Conceição
Professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
adriana.a@ufsc.br

Eduardo Felipe Perini
Estudante da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
eduardofelipeperini@gmail.com

Resumo:
Este texto apresenta um relato crítico-sensível de uma experiência de monitoria vivida durante o período de suspensão das aulas presenciais na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em função da pandemia da covid-19. Em março de 2020, a disciplina EDC 1473 – Apoio Pedagógico I foi contemplada com uma bolsa monitoria e seria ministrada para a turma ingressante daquele ano. Após duas semanas de aula, as atividades presenciais na UFSC foram suspensas, mas, como as atividades da monitoria já tinham iniciadas, o plano de trabalho foi ajustado e a bolsa foi mantida. Com isso, a monitoria reforçou sua função de acolhimento e traçou um plano de atividades que pudesse manter os ingressantes em contato entre si, com o curso e com a universidade. Deste modo, de abril a agosto de 2020 aconteceu a Maratona Circular, que se configurou como uma proposta de acolhimento – discente/docente – com o objetivo de acolher e de refletir sobre os desafios socioculturais da pandemia, sobre as vulnerabilidades, as perdas, sobre o que representa uma educação como proposta emancipatória, sobre sonhos, sobre acreditar no poder da transformação. Com a Maratona, nasceu também um *blog* que serviu como janela, na qual a turma e os/as docentes da fase puderam expressar as visibilidades e as invisibilidades decorrentes da pandemia e seus desdobramentos sociais. Com criticidade e com muita poesia, a experiência se revelou um espaço de crescimento coletivo. Este texto, escrito pela professora e pelo monitor, reúne um relato crítico-sensível dessa enriquecedora experiência ocorrida na Licenciatura em Educação do Campo da UFSC.

Palavras-Chave: Licenciatura em Educação do Campo; Monitoria; Pandemia.

Ao narrarmos acontecimentos passados: revivemos. Reviver é sentir novamente, é se aproximar, é a possibilidade de olhar com outros olhos. Com a perspectiva de reviver criticamente uma experiência pedagógica de monitoria apresentamos este texto. A escrita que seguirá é uma narrativa crítica e sensível da abrangência de uma prática de monitoria desenvolvida durante a suspensão das atividades de ensino, diante da pandemia da covid-19. A monitoria foi para nós – professora supervisora e monitor –, para os e as estudantes da Turma Girassol e para os docentes da fase um espaço de *acolhimento*[13].

[13] Agradecemos aos/às organizadores/as deste livro pelo convite. Nos sentimos lisonjeados, pois retomar a maratona e percorrer esse caminho novamente foi muito satisfatório e nos permitiu a possibilidade de continuar acreditando no poder da transformação social pela Educação.

Em 24 de outubro de 2019, a Comissão Permanente do Vestibular (Coperve) publicou o edital 26/2019, para atender à Resolução nº 69/CGRAD/2019, de 23 de outubro de 2019, abrindo as inscrições para o Concurso Vestibular UFSC/2020 – Educação do Campo. A cada vestibular aberto, abrem-se caminhos, oportunidades e espaços. Nosso vestibular não pertence ao processo seletivo principal da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Nosso vestibular carrega especificidades e é desenhado dentro dos espaços colegiados do curso, alcançando a cada ano diferentes territorialidades do estado de Santa Catarina. A divulgação, muitas vezes, é pessoal, é por telefone, é por panfleto, é pelas rádios, nos sindicatos, nas escolas, nos espaços coletivos de fortalecimento das comunidades do campo. Em 2019, o processo de divulgação não foi diferente e foi permeado por constantes desafios. A notícia do vestibular chegou de distintas formas para aqueles e aquelas que hoje formam a Turma 2020.

Depois do processo de matrícula, em março de 2020, começamos as aulas. No primeiro dia, com um café da manhã generosamente preparado pela coordenação do curso, docentes da fase aguardamos a chegada da turma. Cada um e cada uma em seu passo e em seu ritmo. Sonhos e expectativas variadas permearam as apresentações e, para muitos e muitas, sentar em uma cadeira dentro da universidade federal não parecia uma realidade. Mas, era! Estávamos ali dando os primeiros passos de uma jornada de formação acadêmica e humana.

Mas, quando o ano de 2020 começou, talvez, não tínhamos a compreensão do que estava para acontecer. Talvez não tivéssemos a dimensão de que seria o ano mais impactante globalmente do século XXI até aqui. Mas será que esses *talvezes* foram realmente *talvezes*? Um vírus – o vírus da covid-19 já vinha se alastrando pelo mundo. Diversos cientistas já anunciavam a imensa probabilidade de uma pandemia. Inúmeros ambientalistas já anunciavam e anunciam que se não mudarmos nossos hábitos enquanto habitantes da Terra logo estaremos inundados em diferentes proporções de doenças dificilmente controláveis. Povos originários já falavam há décadas das consequências de padrões de vida humana que excluem e não se conectam com a mãe Terra. Mas, então, por que tudo pareceu que nos pegou de surpresa?

Após duas semanas de aula, em 16 de março de 2020, a UFSC fechou. Era difícil dimensionar o que estava por vir. Presenciar uma pandemia era (é) algo novo para as gerações atualmente presentes na Terra. Era difícil vislumbrar a semana seguinte. Incertezas. Medo. Angústia. Distintos sentimentos foram despertados e não imaginávamos que meses

depois íamos alcançar a revoltante e dolorosa marca de 500.000 pessoas mortas, apenas no Brasil, ou seja, "de cada 425 brasileiros, um foi levado pela pandemia"[14].

Com a UFSC fechada e com a suspensão das aulas, o que seria da Turma 2020? Foram apenas duas semanas de aula. Foram apenas alguns encontros. Foram apenas momentos. No entanto, os *apenas* foram o suficiente para que a Turma 2020 se transformasse na Turma Girassol. Os *apenas* foram o suficiente para que a resistência fosse uma das marcas desta turma. Como professora de três disciplinas na fase, me envolvi inteiramente com a ideia de que o *"ninguém solta a mão de ninguém*" seria nossa marca com essa turma. Mas como agir?

Antes da suspensão das aulas, na disciplina EDC 1473 – Apoio Pedagógico I – eu já tinha feito a seleção do processo de monitoria e o estudante Eduardo Perini – da Turma *Griô de Meiembipe* foi selecionado. Porém, sem aulas seria possível manter a monitoria? Neste sentido, a Coordenadoria de Apoio Pedagógico (CAAP), que atua dentro da Pró-Reitoria de Graduação, soube conduzir *com sentido* o Programa de Monitoria, mantendo as bolsas efetivadas que já tinham se iniciado antes do fechamento, caso a disciplina apresentasse justificativas para a permanência da bolsa, mesmo sabendo que atividades compartilhadas com os estudantes não poderiam ser consideradas no processo avaliativo, já que as atividades de ensino estavam suspensas na universidade. Desta forma, a CAAP estava mantendo um dos objetivos do Programa de Monitoria: "Desenvolver ações específicas de acolhimento aos estudantes ingressantes, proporcionando-lhes espaços de formação sobre organização dos estudos e sobre os recursos disponíveis na Universidade [...][15]. Então, o que fizemos? O monitor Eduardo e eu?

Eis o objetivo deste texto: apresentar uma narrativa crítica e sensível da monitoria durante a suspensão das atividades de ensino. Deste modo, reiteramos, a monitoria foi para nós, para os e as estudantes da Turma *Girassol* e para os docentes da fase um espaço de *acolhimento*. Portanto, este texto está sendo pensado por duas cabeças e dois corações. A partir daqui, o texto seguirá na primeira pessoa do plural, nós – eu e o Eduardo – mas, quando for necessário, em alguns momentos específicos, a primeira pessoa do singular será usada. Então, leitoras e leitores, fazemos um convite: nos acompanhem neste relato com o coração aberto. Sim, o coração pensa e avalia, afinal de contas, milhões de células neurais habitam no

---

[14] Disponível em: https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/06/20/500-mil-mortos-por-covid-de-cada-425-brasileiros-um-foi-levado-pela-pandemia.ghtml. Acesso em 16 de julho de 2021.

[15] Disponível em: https://caap.prograd.ufsc.br/apoio-pedagogico/cap/. Acesso em: 16 jul. 2021.

coração e nos permitem uma extraordinária possibilidade de conexão com tudo ao nosso redor[16].

Com a suspensão das aulas e um horizonte obscuro pela frente, diante do cenário da pandemia, tivemos que refazer nosso plano de trabalho e o objetivo da monitoria concentrou-se em traçar *metas de aproximação*. Mas como fazer isso a distância? Como aproximar colegas que tinham pouquíssimo tempo de relação entre eles e com a universidade? As respostas não vieram imediatamente e essas questões se tornaram pertinentes para os professores da fase e para a coordenação do curso. Neste sentido, ressaltamos que a Turma Girassol contou com o apoio dos docentes da fase, em especial, do coordenador de turma, professor Silvio D. M. da Silva, e da coordenação do curso, no entanto, neste relato, temos como foco compartilhar as ações da monitoria e da disciplina de Apoio Pedagógico I. Assim, quando falamos em nós e em monitoria estamos nos referindo à professora Adriana e ao estudante Eduardo.

Primeiramente, começamos a nos reunir virtualmente, trocando muitos e-mails, lançando ideias, trocando longos áudios via WhatsApp, nos ajustando ao novo cenário, buscando compreensão para agirmos de modo a contribuir com a permanência dos ingressantes de forma conectada ao curso e à universidade, sem esquecer que estávamos em uma pandemia. Após esses primeiros momentos de planejamento que foram compartilhados com a turma Griô de Meiembipe, que, de alguma forma, estava acolhendo a nova turma, conseguimos traçar e enviar o primeiro e-mail aos estudantes informando que a monitoria seria mantida e que estávamos estudando uma comunicação que se manteria por todo o período de suspensão das aulas presenciais – ainda não sabíamos que o retorno se daria de modo remoto. Nesse período inicial, aos poucos os distintos estudantes foram formando a turma, dando força para essa composição, deixando de ser um agrupamento de estudantes aprovados em um processo seletivo de vestibular para se tornarem a Turma Girassol.

Nascia, então, a Maratona Circular da Educação do Campo. Sabemos que para encarar uma maratona é preciso resistência. As maratonas são “provas” longas e que demandam total inteireza de quem se arrisca. A Maratona Circular buscou a ideia de integração, em círculo, em roda, de mãos dadas, seguindo juntos e resistindo ao que viesse pela frente – a pandemia nos exigia, e continua exigindo, um profundo sentimento de percepção do outro ao nosso lado, seja para temer ou para acolher. Nossa ideia era acolher, nos acolhermos em nossa

[16] Mais informações, conferir: https://blog.biologicus.com.br/coracao-um-terceiro-cerebro/.

“prova de resistência” diante do vírus, das vulnerabilidades, das perdas, dos ataques à universidade, do racismo que se tornou mais e mais revelado. Em 18 de abril de 2020, anunciamos a Maratona Circular. Entre idas e vindas, o texto ia sendo pedagogicamente e amorosamente constituído, a mensagem foi aberta com as inspirações do poema *Educa-ção do Campo,* do poeta e agricultor cearense Zé Santana, do Movimento Pequenos Agricultores: “[...] O projeto pedagógico / Que sonhamos e queremos / E que junto descrevemos / Vai além do ensinar / É mais do que estudar / É uma troca de saber / [...] / É nossa contrapartida / Para resistirmos na roça / A conquista será nossa / E de nossa terra querida”.

> Olá educampos!!
> Neste momento de Covid-19, turma Griô de Meiembipe e a disciplina de Apoio Pedagógico vem dar as boas-vindas a Turma 11 com a Maratona Circular da Educação do Campo.
> Com o objetivo de inspirar e instigar vocês à educação do campo, e cada vez mais criar um espaço de liberdade em que se pode sonhar e criar diálogos críticos.
> Selecionamos alguns materiais audiovisuais, reflexões e poesias sobre educação do campo que vamos disponibilizar para vocês durante a quarentena.
> Será um filme/vídeo por semana, todas as segundas-feiras, neste mesmo e-mail e no grupo da turma.
> Para iniciar nosso diálogo aqui, e para nos conhecermos melhor, pensei em quem se sentir a vontade de responder este e-mail, que responda junto com algum poema, reflexão, texto, canção que marca sua vida. Sei que não nos conhecemos muito bem, mas acredito que aos poucos, e espero que pela arte, possamos construir melhor nosso caminhar[17].

No início, pensamos que a/o troca/envio de materiais audiovisuais voltados às temáticas da Educação do Campo era o melhor caminho, para que os/as estudantes pudessem aprofundar seu conhecimento sobre os sentidos pedagógicos e políticos que perpassam a Educação do Campo, como luta por educação de qualidade aos povos do campo, das águas e das florestas. Neste sentido, os primeiros vídeos enviados abordaram a temática das escolas itinerantes e da pedagogia da alternância envolvendo povos do campo da região do Paraná e do Espírito Santo. Na primeira mensagem, compartilhamos materiais para serem vistos/ouvidos/sentidos, as sugestões foram acompanhadas pelo poema *Tudo serve de aprendizado*, de autoria do egresso do curso, Julio Henrique Karpen. Eis um pequeno trecho:

> A vida é tão engraçada, muitas coisas aprendemos! Diante desta grande jornada vamos valorizar o conhecimento que temos? Andando por este mundo afora, em busca de informação. Percebe que está chegando a hora, de resgatar os saberes populares desta nação... [...] Muitas coisas que eu conto, foi tudo aprendizado. Através do saber popular, junto com a complexidade da ciência... Muitas coisas

[17] A citação apresenta o e-mail que foi enviado aos estudantes da turma, ou seja, a primeira comunicação sobre a ideia da Maratona Circular.

> podemos ensinar, todo conhecimento serve de experiência. Não há saberes superior ao outro e sim uma complementação... Respeitando o conhecimento do povo, em busca de uma nova educação[18].

Assim como quem planta, lançamos as sementes. Mas quais seriam os retornos? Quais seriam as reverberações? Após o envio da primeira maratona passamos a aguardar as respostas. As mensagens/sementes seguiam por e-mail e por WhatsApp, para o grupo da turma, no qual faziam parte estudantes e docentes. Depois de aguardar, recebemos um único retorno, contemplando a iniciativa. Outras respostas não chegaram. Desanimamos? Sinceramente, não. Aliás, esse assunto foi recorrente entre nós. Nosso acordo foi que não nos balizaríamos pelos retornos para avaliar se a proposta estava alcançando seu objetivo. Mas, então, qual seria a baliza? A paciência e a confiança. Assim como quem planta, é preciso ter paciência e confiar, é preciso deixar fluir. Muitos componentes são movidos até que uma semente brote, até que a coragem de abandonar o conforto do interior da semente seja tão intensa que nada mais pode conter a força da vida. Essa foi a tonalidade de nossa proposta: confiar com paciência. Nos diferentes tipos de processos educacionais, a avaliação é um aspecto complexo, difícil de mensurar, já que o sentido, a tomada de consciência, a compreensão do aprendizado nem sempre vem no tempo da aula (ou do retorno da mensagem), mas pode vir ao longo da vida, no momento certo, na ocasião ideal do despertar de uma consciência crítica e emancipatória.

A maratona continuou circulando, mais materiais foram enviados, novos retornos apareceram e a esperança foi mantida. Os retornos recebidos indicavam que a circulação de ideias estava sendo mantida. Mesmo diante da pandemia que avançava a passos longos e velozes, eram possíveis momentos de reflexão crítica e sonhadora. Em uma das primeiras maratonas, eu, Eduardo, escolhi finalizar dizendo: “Há braços. Nós que amamos a revolução, resistiremos”. Mas, muitas vezes, para resistir é preciso ter acesso, e passamos a refletir que, para alguns e algumas estudantes da turma, o acesso à internet não era algo simples. Existia falta de equipamentos. Existia falta de rede. Existia inexperiência com tecnologias digitais. Mas havia a vontade de permanecer na universidade que tinha aberto as portas – ou que as portas tinham sido empurradas pela luta por acesso à educação superior pública e de qualidade para todas e todos. Nesse aspecto do acesso às ferramentas digitais, a monitoria auxiliou a coordenação do curso no contato com os/as estudantes, visando mapear a situação

[18] O poema do Júlio foi publicado em Magnus, Brick e Fonseca (2019, p. 16).

da turma e preparar os levantamentos recolhidos pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) que iniciava os estudos para avaliar as condições do possível ensino remoto.

Em meados de maio de 2020 iniciamos a terceira Maratona Circular, desta vez, sugerimos uma leitura, do livro *A Cruel Pedagogia do Vírus*, do sociólogo português Boaventura de Souza Santos, no qual o autor elucida questões sobre a pandemia em um panorama mundial. Nossa sugestão foi a leitura do primeiro capítulo: *Vírus: tudo o que é sólido se desfaz no ar*. Após o envio da Maratona, eu, Adriana, como professora da disciplina, encaminhei uma mensagem de *reforço*, dando mais detalhes sobre o sentido do trabalho da monitoria e o que pretendíamos com a sugestão de leitura. Essa mensagem foi pensada dentro do envio da maratona, já que carregaria uma "pergunta/pensamento pimenta" que seria o ponto de reflexão para a tarefa proposta. Os pensamentos pimenta são aqueles que nos agitam, que nos fazem ter vontade de falar, de expressar, que nos movem, que nos tiram do conforto. Afinal de contas, ninguém consome uma dose de pimenta e se mantém imóvel, já dizia o escritor Rubens Alves.

Com a indicação de que iríamos apimentar a maratona, prosseguimos sinalizando que, na oitava página do livro, Boaventura destacou que a pandemia vinha (e vem) provocando visibilidades, ao mostrar questões que antes passavam despercebidas com as propostas neoliberais, que buscam esconder o caos social do sistema capitalista, por exemplo. Por outro lado, Boaventura indica que, ao mesmo tempo em que as visibilidades estão aparecendo, elas apresentam sombras e outras questões acabam sendo *escondidas* pelos/pelas desafios/dores da pandemia, fazendo referência à situação dos refugiados/imigrantes na Grécia. A partir dessa exposição, lançamos as seguintes questões: e no Brasil? No jogo das visibilidades e das sombras o que estamos vendo ou escondendo com a pandemia? Pretendíamos manter o debate, após a *apimentada* leitura, considerando que seria difícil ler as ponderações de Boaventura sem que sentíssemos indignação e revolta. Ao sugerirmos a atividade, comunicamos que a proposta não se tratava de um exercício avaliativo da disciplina de Apoio Pedagógico I, mas sim de uma oportunidade para que a turma se mantivesse unida e praticando coletivamente momentos de reflexão sobre o contexto que os mantinha distante fisicamente da universidade que tinham acabado de ingressar.

A resposta dessa maratona foi avassaladora. Recebemos, mais uma vez, um único retorno, mas que fortaleceu nossa insistência em permanecer com a maratona, mesmo diante dos aparentes silêncios. A ausência de respostas não significava para nós que os e as estudantes não estivessem tendo contato com a proposta, mas muitos fatores poderiam

justificar esses silêncios. A estudante Cristiane Fernandes teve a coragem de ver, de expor as invisibilidades visíveis em seu contexto de vida que se tornaram mais latentes em meio à pandemia. Alguns trechos de seu retorno:

> Me pergunto: o que esperar de um país que corta bolsas de pesquisas da universidade pública em meio a uma pandemia? onde o serviço público de saúde não está preparado, tendo única medida de segurança o isolamento, onde não se vê manifestação de apoio aos moradores de rua em um momento como este, onde as medidas de apoio emergencial são feitas através de aplicativos, onde quem mais precisa não tem acesso. [...] A sombra de tudo está a população de rua, a população periférica, que tem passado a quarentena sem trabalho, sem transporte, sem perspectiva e com as contas se acumulando, a sombra de tudo isso também estão as mulheres, que vem sofrendo ainda mais violência doméstica. Para que lado vai pender esta balança, ainda não sabemos, mas sendo um país capitalista que executa projetos Neoliberais, já podemos imaginar e nos preparar para o pior. Pare o mundo que eu quero descer.

A estudante compreendeu a atividade e realizou o exercício reflexivo de se dispor a ver o que a pandemia insiste (insistia) em não visualizar. Trechos do retorno da estudante, com sua autorização, foram compartilhados na maratona seguinte de modo a provocar a ampliação do debate e buscando inspirar novos retornos.

Na sequência, a repercussão da maratona e dos pontuais retornos foram ponto de pauta em reunião dos docentes da fase, chamada pelo prof. Silvio, coordenador da turma. Nessa reunião, apresentamos o trabalho que estávamos desenvolvendo e propusemos que os docentes da fase também se envolvessem com as maratonas, sugerindo temáticas e referências. Mas, mais do que isso, evidenciamos a ideia de criarmos um *blog* – uma janela virtual.

A inspiração para o *blog* estava fortemente vinculada às palavras de Boaventura: “e as zonas de invisibilidade poderão multiplicar-se em muitas outras regiões do mundo, e talvez mesmo aqui, bem perto de cada um de nós. Talvez baste abrir a janela” (2020, p. 9). Com isso, na segunda metade de maio de 2020, compartilhamos com os estudantes que iriamos criar um *blog* que seria como uma janela que nos permitiria compartilhar, permitindo que entre nós – e entre quem mais quisesse ver – fosse possível abrir nossas janelas internas e externas em meio ao isolamento social posto pela pandemia. Por meio de uma mensagem inspiradora, lançamos mais uma semente que correria com a maratona: o *blog* janelaturma11 – um espaço virtual para as percepções da turma. Perguntas foram lançadas retomando as palavras de Boaventura e a notícia de criação do *blog*: se abro minhas janelas o que consigo ver, mas a administração pública está ignorando? Se abro minhas janelas também consigo ver

solidariedade? Transformação social? Luta do povo por sobrevivência? O que te inspira e te faz sonhar? Vamos responder a partir de nossas realidades? O que te indigna?!

A proposta de fundir contribuições de docentes e de discentes no *blog* tinha como objetivo principal tecer um aprofundamento sobre as percepções daquele *agora*, sobre aquilo que nos inquietava perante o isolamento e a tudo que a pandemia nos impunha. Então, para mobilizar docentes e discentes, apresentamos um plano de trabalho para a construção coletiva do *blog* que seria alimentado pela monitoria, essa atividade caminharia em paralelo à manutenção da maratona. Como isso seria feito? Através de pontuais registros do cotidiano, fosse ele vivenciado em uma casa, apartamento, aldeia, sítio ou chácara. Os registros poderiam ser enviados de diversas formas, através de uma foto, um pequeno vídeo, um texto, um áudio, um desenho (que seria fotografado), um poema etc. Deste modo, objetivamos criar um *blog* que expressasse as percepções da turma Girassol (que ainda neste momento não tinha essa identidade) e dos/as professores/as da turma. Intencionamos a iniciar reflexões sobre a pandemia a partir das realidades cotidianas, construindo debates, análises e outras ações pedagógicas que pudessem nos manter conectados naquele momento de intenso isolamento social, mas que não representava o apagamento de sonhos.

Até a retomada das aulas remotamente, o *blog* recebeu quase dez contribuições, entre docentes e estudantes. Se avaliarmos de modo qualitativo, pode parecer pouco representativo. Mas, quando consideramos a riqueza do que chegou, foi possível vislumbrar o alcance da proposta e, realmente, as janelas tinham sido abertas com a força e a convicção de que a resistência se dava na partilha. Para dar visibilidade a essas janelas que se abriram, abaixo iremos inserir algumas imagens e pequenos trechos dos textos[19].

Figura 1 – Da janela a natureza que vibra.

[19] As imagens que selecionamos para acompanhar o texto não serão nomeadas, apenas indicadas como figuras e em sequência numérica. Decidimos não nomear, já que, nomear é definir, é indicar, é direcionar. Deste modo, permitimos que os leitores e as leitoras do texto possam se aproximar das imagens e senti-las a partir de suas experiências e não por sua nomeação. Além disso, as referidas imagens não foram nomeadas por seus respectivos autores e autoras. Por fim, ainda destacamos que a fonte de cada imagem faz referência ao arquivo pessoal de docentes/estudantes que contribuíram com o blog, assim como, os trechos dos textos que selecionamos para expor nesta parte do capítulo.



Fonte: Silva, S. D. M.(2020).

"Vejo também a rua, passam muitas pessoas, sempre pedem alguma coisinha para comer; carros, bicicletas e pedestres. Ah! Vejo também o terreno da UDESC (antiga escola Dayse Werner Salles – desativada e demolida) há anos preparado para ampliação do CEFID e que aproveito para plantar abóbora, graviola, chuchu, melancia... Vejo, até o mar, da minha janela!"

Figura 2 – Na varanda a natureza vibra.



Fonte: Del Monaco, G. (2020).

"Fazia anos que não passava tanto tempo em casa... Fazia tempo que os meus dias se passavam diariamente na rua, ao apartamento restavam as noites, algumas manhãs, alguns dias incompletos... a vida era na rua... agora a vida é no apartamento... e no breve espaço ao ar livre ganhei de presente um jardim... [...] A minha janela também é a tela do computador, por ela eu falo com a minha família e outras pessoas queridas da minha vida... é pelo computador que mantenho o contato e o trabalho com as pessoas da universidade… [...] Mas o que tem feito os meus dias ruins de verdade é cada notícia do aumento do número de pessoas mortas pela COVID19... Quantas vidas ainda perderemos? Quantas vidas ainda precisarão ser perdidas para que cada um de nós se indigne com a falta de cuidado desse (des)governo e sua política genocida? O que me dá força é a vontade de

me manter viva e a possibilidade de estar com vocês, estudantes, com minhas e meus companheiros/as de educação do campo pensando em ações tão belas como esta que estamos realizando juntos. E quanto mais podemos fazer juntos? E você, o que está vendo da sua janela?"

Figura 3 – Canteiros em construção.



Fonte: Palharo, Z. (2020).

"Certas coisas chamam sua atenção, mas busque apenas aquelas que chamam seu coração"

Provérbio indígena

Figura 4 – Desenhos



Fonte: Moraes, I. A. (2020).

"Nesta quarentena estou vivenciando muitos sentidos e emoções. Um período difícil com muitas incertezas no mundo e principalmente em nosso país. Por conta do isolamento, meu filho precisa sair para trabalhar com os devidos cuidados e minha nora está trabalhando de casa. Com isso, ajudo a cuidar das crianças que em meio a incerteza que vivemos, nos trazem muitas alegrias e uma forma de ver que vida ainda tem um lado muito lindo e colorido!"

Música Dona Georgina

Música de Dandara Manoela

E essa tal liberdade, aonde é que anda, aonde é que vai?
Pela minha janela vejo que o meu povo é o primeiro que cai
É que agora mudamos, deixa de papo, é pura ilusão
Acabou o racismo, quer conferir? Liga a televisão
(...)
E essa tal liberdade, aonde é que anda, aonde é que vai?
E a democracia, aonde é que anda, aonde é que vai?
E os meus direitos, aonde é que anda, aonde é que vai?
E o teu respeito, aonde é que anda, aonde é que vai?
(...)
Cadê o amor (aonde é que anda, aonde é que vai?)
E a justiça (aonde é que anda, aonde é que vai?)
Aonde é que anda, aonde é que vai?
(Aonde é que anda, aonde é que vai?)
(...)

A música de Dandara descreve bem o que a população negra e periférica tem visto de suas janelas. Após ler a notícia sobre João Pedro de 14 anos, assassinado em casa, por policiais esta semana, paro em frente a janela da vida e me pergunto: E essa tal liberdade? Pra onde é que anda, pra onde é que vai?
Tenho visto de minha janela, que o povo preto continua sendo assassinado, mesmo dentro de suas casas, tenho visto os chegados psicologicamente doentes e sem perspectiva de um futuro menos sofrido e enrijecendo, tenho visto minha Mãe saindo pra trabalhar, nosso sistema político está uma Balbúrdia , a luta de duas grandes potências (China e Estados Unidos), o TikTok viralizando, o sentimento de impotência, a dificuldades dos estudantes de ter um teto saudável pra morar, sobretudo durante esse período que não se tem as Escolas e Universidades para estar durante os dias, tenho visto o álcool e as drogas sendo usados demasiadamente como um refúgio de tudo isso.
[...] . Mas vejo também um movimento de solidariedade de mobilização de alguns grupos, para arrecadar dinheiro para cestas básicas ou para não ser aprovado determinados projetos de lei. Sobre tudo que tenho visto da minha janela, infelizmente o sentimento de descrença é o que tem permanecido.

Fonte: Cristiane Fernandes (2020).

Com a suspensão das aulas e diante do cenário da pandemia, a monitoria foi vislumbrada como um caminho de desafios e, ao mesmo tempo, de possibilidades. Enxergamos nela o caminho para manter a turma ingressante em uma dinâmica de reflexões a partir da presença da universidade – uma presença virtual que buscou estar além de um *contato*, mas permeada pelo intuído de construir vínculos e pertencimento. A maratona circular, como estamos relatando, foi cuidadosamente e criticamente desenhada para atender demandas que, a princípio, até mesmo nós desconhecíamos. Foi construída em terra nova –

pouco conhecíamos a turma e muito menos conhecíamos os desdobramentos que a pandemia iria tomar. A cada dia sabíamos que o vírus avançava e as perdas começaram a se aproximar de nós, não eram números distantes, eram pessoas, conhecidos, amigos e parentes. Os desafios econômicos estavam (e estão) latentes. Diante disso, havia uma responsabilidade social e pedagógica que permeava nosso trabalho. Não podíamos deixar de ver os aspectos da dor e, ao mesmo tempo, não poderíamos desanimar, fosse ante a caótica situação política do Brasil, fosse perante o vírus.

Com o avançar do isolamento e a falta de um horizonte que nos sinalizasse quando poderíamos retornar ao ensino presencial, nossa dinâmica de trabalho manteve um ritmo, manteve uma rotina crítica e acalentadora de trabalho que foi fundamental para nos mantermos vivos como processo pedagógico. Mantivemos a rotina das mensagens semanais e a cada início de semana fazíamos um balanço da maratona enviada na semana anterior para traçarmos a que seria enviada em seguida. Realizávamos pesquisas por novos temas de interesse coletivo, colhendo, muitas vezes, pequenas manifestações que apareciam por e-mail, por mensagens no WhatsApp, por comentários dos professores da fase nas reuniões docentes. Lidamos constantemente com a questão dos retornos, conforme já expusemos acima, trabalhar em meio ao silêncio de alguns e às manifestações de outros foi nosso cotidiano, marcando nossa persistência e confiança no trabalho que estávamos realizando.

Em determinados momentos, a monitoria foi solicitada pela Coordenação do Curso para que contribuísse com o contato com os e as estudantes, diante das demandas que chegavam da PRAE e, nestes momentos, conseguimos visualizar realidades que nos permitiam manter firmes com nosso trabalho e entender que os silêncios não representavam ausência. Existia força de vontade, mas as dificuldades de acesso à internet ou à familiaridade com as tecnologias digitais eram uma realidade para a turma Girassol. Desta forma, ficava latente que as notícias de que era possível um ensino remoto e que “todos” no Brasil tinham acesso à internet dada a quantidade de celulares no Brasil, era mais uma falácia de um (des)governo que não enxerga o País que somos, ou seja, paulatinamente desenhado por desigualdades sociais. Além disso, para que fosse possível manter um ensino remoto de qualidade, não basta apenas computador e acesso à rede, é preciso comida nos pratos, contas pagas, pais com segurança econômica e tempo para auxiliar os filhos, saneamento básico, segurança e, acima de tudo, um Sistema Único de Saúde (SUS) fortalecido e que pudesse distribuir as vacinas de modo eficaz. Com tantas ausências, a complexidade da presença nas aulas remotas da Educação Básica e Superior no Brasil se tornou uma realidade.

As escolhas temáticas que marcaram a Maratona Circular foram diversificadas e buscavam integrar o papel pedagógico da disciplina envolvida na monitoria e, ao mesmo tempo, as necessidades que se apresentavam pela pandemia. No início, circulamos pelas escolas itinerantes e pela pedagogia da alternância, propusemos o filme *Numa escola em Havana*, compartilhamos canções, poemas, inspirações; passamos pelo documentário *As sementes* (2017), que destaca a questão da mulher, da terra, do feminismo, da agroecologia, da conexão com a natureza. Em maratona também assistimos aos documentários *Ilha das Flores* (1989) e *Ilha das Flores: Depois que a sessão acabou* (2011), debatendo os aspectos do desperdício, do lixo, da produção e da distribuição de alimentos, da fome em nosso País que se agravou com a pandemia. As discussões voltadas à formação docente também nos acompanharam com os debates sobre o ensino no Brasil no contexto da pandemia, refletimos com Moacir Gadotti, no livro *A boniteza de um sonho*: *ensinar-e-aprender com sentido* (2003). Esses temas se conectam com a Educação do Campo e carregavam o intuito de apresentá-la como o resultado de lutas e de resistências dos povos do campo, das águas e das florestas por ensino de qualidade em diálogo com a realidade dos sujeitos envolvidos. Afinal de contas, não podíamos esquecer que nosso curso é uma licenciatura e que a Educação é nosso foco de discussão e de análise – sempre acompanhada da questão: que Educação queremos? Assim, também abordamos assuntos voltados às práticas para as atividades pedagógicas não presenciais, considerando a realidade que se alastrava pela educação pública e privada.

O compartilhar do livro de Boaventura – *A cruel pedagogia do vírus* (2020) – marcou nossa imersão no *blog*, como um dos desdobramentos do trabalho da monitoria, fortalecendo a necessidade de discussões políticas e sociais no contexto da pandemia. Desta forma, temas políticos, interligando passado e presente foram pertinentes, tais como: corte de bolsas, ensino remoto, situação dos sujeitos do campo, invisibilidades sociais, editais da UFSC para acolhimento e apoio aos estudantes, parcerias com a Coordenação do Curso, envolvimento com os docentes da fase, todos estes compuseram um conjunto de partilhas e de reflexões. A questão da tecnologia digital e do acesso ao conhecimento foi profundamente pertinente, considerando que o privado foi *invadindo* o público neste contexto pandêmico, no que se refere à Educação e suas ferramentas, deste modo, compartilhamos o documento *Proposta de*

política de tecnologias da informação para as Instituições Públicas de Ensino Superior brasileiras na condição pandêmica da COVID-19 e para além dela (2020)[20].

Respirar! Sentir o vento na pele. Respirar! A pandemia colocou na ordem do dia o ar. Mas isso parece muito estranho, pois a humanidade não vive sem oxigênio. Para seguirmos com essa reflexão, compartilhamos as palavras do indígena Ailton Krenak:

> Nós, a humanidade, vamos viver em ambientes artificiais produzidos pelas grandes corporações, que são os donos da grana. Agora esse organismo, o vírus, parece ter se cansado da gente, parece querer se divorciar da gente como a humanidade quis se divorciar da natureza. Ele está querendo nos "desligar", tirando o nosso oxigênio. Quando a Covid-19 ataca os pulmões, o doente precisa de um respirador, um aparelho para alimentação de oxigênio, senão ele morre. Quantas máquinas dessas vamos ter de fazer para 7 bilhões de pessoas no planeta? (KRENAK, 2020, p. 52).

Krenak, com toda sua sabedoria, colocou em questão aquilo que é fundamental à vida na Terra, ou seja, oxigênio. O coronavírus nos colocou, enquanto humanidade, o desafio de respirar. Somente no Brasil, repetimos, já nos despedimos de mais de 500.000 vidas, porque foram impedidas de respirar. Mas, outros gritos por oxigênio também foram ouvidos, em 25 de maio de 2020, gritou George Floyd: *I can´t breath* – Eu não consigo respirar. Floyd, um negro estadunidense, foi asfixiado por um policial branco por quase dez minutos em Minneapolis, nos Estados Unidos. O grito de Floyd por oxigênio se une não apenas aos dos milhares que morreram pelo coronavírus, mas, também, aos dos que morrem diretamente vítimas do racismo estrutural que impera em nosso País e que se agravou no contexto de crise sanitária. A pandemia colocou o racismo estrutural em maior visibilidade – mesmo que forças políticas e econômicas insistem em minimizá-la – e diversos foram os casos no Brasil no último ano. Então, a luta por oxigênio – em seus mais distintos significados – também nos acompanhou na maratona – exigindo força e coragem para continuar e encarar os desafios de nosso País e do mundo.

No final de julho de 2020, quando já sabíamos que as atividades de ensino iriam ser retomadas de modo remoto, a Maratona Circular escreveu uma carta à Turma Girassol. Iniciamos a mensagem com a seguinte reflexão, compartilhando pensamentos do Ademar Bogo:

> Carta para a turma Girassol

[20] Disponível em: https://pt.wikiversity.org/wiki/Educa%C3%A7%C3%A3o_Aberta/Uma_proposta_de_Pol%C3%ADtica_de_TI. Acesso em: 16 jul. 2021.

> É necessário acreditar que na consciência histórica se revela o atributo da existência dos movimentos sociais e populares que precisam acreditar, conforme sinaliza Ademar Bogo, que o sujeito que trabalha, convive, luta e transforma tem de compartilhar a dor e o sacrifício e ao mesmo tempo conformar o ânimo, a "alegria e o prazer de fazer o belo e o melhor para a humanidade (BOGO, 2012, p. 477).

A reflexão nos impulsiona ao agir com ânimo, com aquilo que anima a alma, mesmo diante das adversidades, pois só assim a dor não se torna um impeditivo para a luta. A questão central da carta perpassava a certeza de que o ensino remoto seria uma realidade e que precisávamos nos preparar com criticidade e união. Na maratona anterior, a estudante Marcela de Jesus, compartilhou: “Podemos sair do imediatismo para a emancipação ajudando a construir ferramentas para a educação do campo. Ferramentas que levem em consideração a realidade vivenciada no campo, suas questões culturais, econômicas, sociais e ambientais”. Deste modo, instigamos a recapitulação da maratona como um espaço que foi permitindo o aprofundamento da criação de laços de companheirismo. Mas, o que vale o companheirismo sem ação? O momento da retomada do ensino exigia ação, nos permitindo sair da aceitação e do imobilismo e nos projetando ao agir de modo articulado.

Uma questão que eu, Eduardo, precisava fomentar ainda mais nos estudantes, como monitor, mas, também, como companheiro de curso era a necessidade de a turma refletir sobre a auto-organização estudantil. Deste modo, dialogamos como essa força impulsionadora podia alcançar mais e mais a turma. Para isso, passamos a refletir com os pensamentos do educador Moacir Gadotti:

> A noção de qualidade precisa mudar profundamente: a competência profissional deve ser medida muito mais pela capacidade do docente estabelecer relações com seus alunos e seus pares, pelo exercício da liderança profissional e pela atuação comunitária, do que na sua capacidade de "passar conteúdos". Nesse sentido, no contexto atual, podemos identificar e confrontar duas concepções opostas da profissão docente: a concepção neoliberal e a concepção emancipadora. A primeira, amplamente dominante hoje, concebe o professor como um profissional lecionador, avaliado individualmente e isolado na profissão (visão individualista); a segunda considera o docente como um profissional do sentido, um organizador da aprendizagem (visão social), uma liderança, um sujeito político. (GADOTTI, 2003, p. 26).

Refletir com Gadotti nos colocava na dimensão da formação docente e de como os estudantes podiam se ver, mesmo que na primeira fase do curso, como futuros professores e professoras e que a auto-organização estudantil é um processo balizador para essa formação emancipatória. Desta forma, a *cor* dessa maratona passou pelo exercício de reafirmar a permanência da monitoria, mesmo com o ensino suspenso, como uma conquista política

dentro da universidade e que isso representou o fortalecimento e a manutenção das conexões sensíveis dos estudantes com a universidade. A monitoria possibilitou mais do que contato: informou, colaborou, acrescentou, coloriu, cantou, declamou, compartilhou emoções. Após a carta destinada à turma, chegaram sugestões de como a monitoria poderia atuar com a realidade do ensino remoto – questões que seriam agregadas ao plano de trabalho que fazia parte da disciplina de Apoio Pedagógico I. Recebemos as seguintes sugestões e as partilhamos com os demais professores da fase:

- Organização de textos junto com 'áudios reflexões' pelo whatsApp.
- Criação de um *drive* para compartilhar livros e materiais pedagógicos.
- Realização de pesquisas na comunidade (prática) com embasamento teórico para formulação de trabalhos.

Os apontamentos se integravam ao plano de trabalho e poderiam então ser executados em parceria com a turma e os professores. Nossa questão central era colaborar criticamente para que pudéssemos ver que o ensino remoto, embora intermediado por telas, não significava que seria isolado, frio e vazio de sentido. Assim, compartilhamos mais uma vez o pensamento de Gadotti, "[...] não é um coletivo que aprende. Mas é no coletivo que se aprende" (GADOTTI, 2003, p. 48).

Durante o mês de agosto de 2020, passamos a colaborar novamente com a Coordenação do Curso, visando auxiliar os estudantes nas burocracias que marcavam a retomada do ensino: matrículas, rematrículas, preenchimento de formulários, cadastros – uma infinidade de ações que se tornavam incompreensíveis para muitos estudantes que tinham dificuldades de lidar com as tecnologias ou que os acessos eram mais restritos, no entanto, eram procedimentos que a universidade precisava manter para garantir a retomada de modo menos excludente possível. A leitura e a compreensão da Resolução Normativa nº 140/2020/CUn[21] tornou-se basicamente obrigatória para a comunidade universitária. Sabemos que os esforços foram gigantes, mas não foram o suficiente para garantir uma qualidade de acesso ao ensino remoto e vimos, com tristeza, na universidade como um todo, muitos trancamentos de matrícula.

Na penúltima maratona, compartilhamos que, em meados de agosto de 2020, continuávamos acordando com nosso País seguindo desgovernadamente a pandemia da

[21] Resolução Normativa nº 140/2020/CUn, de 21 de julho de 2020: Dispõe sobre o redimensionamento de atividades acadêmicas da UFSC, suspensas excepcionalmente em função do isolamento social vinculado à pandemia de COVID-19, e sobre o Calendário Suplementar Excepcional referente ao primeiro semestre de 2020.

covid-19, enfrentando crises: sanitária, econômica, política, social e educacional. Resultado de um estado capitalista que fere no coração e na pele sua população: o campo, as periferias, as aldeias, os ribeirinhos, os quilombolas, os rurais, as comunidades tradicionais, todos atingidos mais fortemente pela pandemia. Os despejos não cessaram e na semana dessa maratona tivemos o despejo do quilombo Campo Grande, onde famílias que viviam há 20 anos no local foram violentamente despejadas [22]. Com essa informação, também compartilhamos uma reportagem da maior agência de fomento em pesquisa do Brasil, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), intitulada: *Risco de morrer por Convid-19 em São Paulo é 50% maior em áreas de menor nível socioeconômico*.

A dimensão do saber ver foi contornando o caminho da Maratona. O que vemos? O que vemos ao abrirmos nossas janelas externas e internas? Neste sentido, falar dos despejos e indicar as maiores probabilidades de morte pela covid-19 dentro das periferias era abrir, mais uma vez, as janelas que o sistema capitalista insiste em fechar e esquecer. Ao compartilharmos tais reflexões, trouxemos o alento da transformadora perspectiva de Rubem Alves sobre a educação. Como educadores e educadoras, precisamos aprender a *ver*, buscando enxergar a beleza da vida renovada na resistência de acreditar na mudança.

> Minha estrela é a educação. Educar não é ensinar matemática, física, química, geografia, português. Essas coisas podem ser aprendidas nos livros e nos computadores. Dispensam a presença do educador. Educar é outra coisa. De um educador pode-se dizer o que Cecília Meireles disse de sua avó – que foi quem a educou: 'O seu corpo era um espelho pensante do universo'. O educador é um corpo cheio de mundos... A primeira tarefa da educação é ensinar a ver. O mundo é maravilhoso, está cheio de coisas assombrosas. Zaratustra ria vendo borboletas e bolhas de sabão. A Adélia ria vendo tanajuras em voo e um pé de mato que dava flor amarela. Eu rio vendo conchas, teias de aranha e pipocas estourando... Quem vê bem nunca fica entediado com a vida. O educador aponta e sorri – e contempla os olhos do discípulo. Quando seus olhos sorriem, ele se sente feliz. Estão vendo a mesma coisa. Quando digo que minha paixão é a educação estou dizendo que desejo ter a alegria de ver os olhos dos meus discípulos, especialmente os olhos das crianças (ALVES, 2004, não paginado).

Os momentos finais da Maratona foram intensos e carregados de uma sensibilidade vibrante. Qual realidade buscamos quando enxergamos o mundo que vemos? O que é mais ser-humano do que a percepção da beleza de quem vê uma flor, uma estrela, uma concha, as pipocas estourando ou o olhar de um estudante? Afinal, enxergar a beleza é uma qualidade do ser-humano: é perceber o divino que há no outro sendo o próprio reflexo de sua beleza e imensidão interior. Assim como, nas palavras da querida nona do Eduardo, que também se

[22] Informações disponíveis em: https://mst.org.br/2020/08/14/despejo-ilegal-em-quilombo-campo-grande-segue-parlamentares-acionam-juiz/.

fez presente na maratona, a dona Benvinda Perini: "*Em tudo que observarás encontrarás beleza, porque a beleza é o próprio reflexo da felicidade que cada um trás dentro de si*" logo "*todo gesto de amor é como um desabrochar de flores no jardim da nossa vida*". Buscamos encher as e os estudantes de força, indicando que para sermos construtores de nosso futuro temos que nos compreender como sujeitos históricos e pertencentes a uma realidade na qual nossa luta é por uma educação que seja emancipatória – esse é um dos únicos caminhos que nos resta. A Educação do Campo compreende que para a auto-organização acontecer é necessário aprender a ver e a utilizar a capacidade humana de enxergar os vários lados e as dimensões, pois somente assim poderemos ensinar e aprender, trabalhando nossa capacidade de ver o mundo, de sonhar e unir forças para transformar a realidade. Enquanto querem nos fazer acreditar que sonhar para transformar não é possível, nossa intenção era intensificar o poder dos sonhos: *Enquanto eles capitalizam a realidade, eu socializo meus sonhos*, palavras do poeta paulista Sérgio Vaz.

A última Maratona, enviada no final de agosto de 2020, provocou uma reflexão em relação ao avançar do setor privado na educação pública. Com o ensino remoto, todo pulso criador de uma sala de aula começou a passar pelas telas, sendo filtrado, sendo rastreado e sendo armazenado sem que as próprias instituições públicas tivessem domínio sobre isso. Como reagir? Como "negar" as propostas de gratuidade, visando ao alcance de *todos*? Sugerimos que os e as estudantes passassem a refletir sobre o assunto, começando a ler sobre as políticas de tecnologias da informação para as instituições públicas de ensino, conforme já indicamos anteriormente neste texto. A última Maratona não foi marcada por uma despedida, por entendermos que o processo não estava finalizado e o retorno às aulas poderia indicar as reverberações de nosso trabalho.

No início de setembro, tivemos o primeiro encontro virtual, como sala de aula. Essa aula remota foi a minha, professora Adriana, despedida da turma, já que entraria em licença maternidade para, em breve, receber a Ananda Vitória. A disciplina de Apoio Pedagógico I passou a ser conduzida pela profa. Maria Carolina Magnus, contando com a monitoria. O *blog* permaneceu como ferramenta metodológica da disciplina e foi sendo enriquecido com mais textos e imagens[23]. Nesse encontro, apresentamos uma sistematização do percurso da maratona e do que tinha representado para nós, professora e monitor, esse trabalho. Ouvimos

[23] Com o retorno das aulas e a manutenção do blog como ferramenta para a disciplina, o *blog* mudou de nome, já que a turma tinha decidido por sua identidade como Turma Girassol: https://janelaturmagirassol.blogspot.com/. Embora tivesse mudado de nome, manteve as postagens do período de suspensão das aulas e ficou sendo uma continuidade aos trabalhos desenvolvidos com a turma na disciplina de *Apoio Pedagógico I*.

muito dos estudantes. Os retornos que, muitas vezes, não apareceram em respostas às mensagens, vieram nesse dia, marcados por reflexões, críticas, agradecimentos, satisfação, fortalecimento e alegria. *A maratona tinha feito sentido...* A prova de resistência foi vencida: vencemos o isolamento e a suspensão das aulas. Estávamos ali, em pequenas telas, buscando os olhares e querendo o contato, as aulas estavam sendo retomadas. Valeu a pena e a Turma Girassol segue caminhando, ainda marcada pela pandemia, mas virada para o Sol.

Por fim, concluímos essa narrativa crítica e sensível compartilhando dois pensamentos: o de um português e o de um indígena. Por mais contraditório que isso possa parecer, queremos destacar que a diversidade não significa divisão e/ou separação. Precisamos superar a ausência de unidade na percepção humana sobre a vida planetária. A pandemia exige essa reflexão e nossa experiência com a monitoria também revelou a beleza de se colocar a universidade como espaço de circulação de saberes e de oportunidades de conexão. Nessa vivência crescemos: como docente e como estudante. Crescemos como sujeitos históricos. Segundo o português Boaventura:

> A quarentena provocada pela pandemia é afinal uma quarentena dentro de outra quarentena. Superaremos a quarentena do capitalismo quando formos capazes de imaginar o planeta como a nossa casa comum e a Natureza como a nossa mãe originária a quem devemos amor e respeito. Ela não nos pertence. Nós é que lhe pertencemos. Quando superarmos esta quarentena, estaremos mais livres das quarentenas provocadas por pandemias. (SANTOS, 2020, p. 32)

Para o indígena Ailton Krenak:

> Desde muito tempo, a minha comunhão com tudo o que chamam de natureza é uma experiência que não vejo ser valorizada por muita gente que vive na cidade. Já vi pessoas ridicularizando: “ele conversa com árvore, abraça árvore, conversa com o rio, contempla a montanha”, como se isso fosse uma espécie de alienação. Essa é a minha experiência de vida. Se é alienação, sou alienado. Há muito tempo não programo atividade para ‘depois’. Temos que parar de ser convencidos. Não sabemos se estaremos vivos amanhã. Temos de parar de vender o amanhã. (KRENAK, 2020, p. 80).

Concluímos esse relato crítico-sensível com um poema, como um presente aos companheiros e às companheiras da Turma Girassol:

> *Gira! Sol!*
>
> *por Eduardo Felipe Perini*
>
> *Gira! Sol!*
> *Recentemente vários girassóis vem brotando em diferentes campos.*

Desde a construção da nação brasileira há quem tem chão e há também quem não tem.
De que maneira vamos brotar em uma terra diferente chamada tecnologia e nação?
A nossa comunicação olho no olho será agora através de uma tela.
Mas o que importa é que pisamos na mesma terra.
Proponho dar as mãos à mãe terra, ela é quem nos conecta.

REFERÊNCIAS:

10 ANOS das Escolas Itinerantes do Paraná. [*S. l.: s. n.*], 3 set. 2013. 1 vídeo (13 min 27 s). Publicado pelo canal MST PR. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=R0NCVGDPDyk. Acesso em: 24 set. 2021.

ALVES, R. **Ao professor, com o meu carinho**. Campinas, SP: Verus Editora, 2004.

AS SEMENTES legendas em português. [*S. l.: s. n.*], 5 maio 2016. 1 vídeo (30 min 51 s). Publicado pelo canal Sead. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=CCZcOCcm-9Q&t=903s. Acesso em: 24 set. 2021.

BOGO, A. Mística. *In*: CALDART, R. S. I. B.; PEREIRA, P.; ALENTEJANO e FRIGOTTO, G. (orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: São Paulo: Esc. Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012.

Del Monaco, G (2020). Na varanda a natureza vibra. **Wikimedia Commons**, [*s. l.*], 10 ago. de 2021. CC BY 4.0. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Na_varanda_a_natureza_vibra.jpg. Acesso em: 12 de novembro de 2021.

FANTÁSTICO. 500 mil mortos por Covid: de cada 425 brasileiros, um foi levado pela pandemia. **G1**, [*s. l.*], 20 jun. 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/06/20/500-mil-mortos-por-covid-de-cada-425-brasileiros-um-foi-levado-pela-pandemia.ghtml. Acesso em: 16 jul 2021.

Fernandes, Cristiane. Postagem em 25 de maio de 2020. Disponível em: <https://janelaturmagirassol.blogspot.com/2020_05_24_archive.html>

FONSECA, F. Coração – Um terceiro cérebro? **BioLogicus**, [*s. l.*], 2021. Disponível em: https://blog.biologicus.com.br/coracao-um-terceiro-cerebro/. Acesso em: 23 set. 2021.

GADOTTI, M. **Boniteza de um sonho**: ensinar-e-aprender com sentido. Novo Hamburgo: Feevale, 2003.

ILHA DAS FLORES: depois que a sessão acabou. [*S. l.: s. n.*], 15 dez. 2011. Publicado pelo canal Editorial J. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Ch-LIsnG9Wc. Acesso em: 24 set. 2021.

KRENAK, A. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MAGNUS, M. C. M.; BRICK, E. M.; FONSECA, I. (orgs). **Saberes em movimento**. Florianópolis: UFSC, 2019.

Moraes, I. A. (2020). Imagem_IV. **Wikimedia Commons**, [*s. l.*], 10 ago. de 2021. CC BY 4.0. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Imagem_IV.jpg. Acesso em: 12 de novembro de 2021.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Despejo ilegal em Quilombo Campo Grande segue; parlamentares acionam juiz**. [*S. l.*], 14 ago. 202O. Disponível em: https://mst.org.br/2020/08/14/despejo-ilegal-em-quilombo-campo-grande-segue-parlamentares-acionam-juiz/. Acesso em: 24 set. 2021.

PALHARO, Z. (2020). Canteiros em construção. **Wikimedia Commons**, [*s. l.*], 10 ago. de 2021. CC BY 4.0. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Canteiros_em_constru%C3%A7%C3%A3o.jpg. Acesso em: 12 de novembro de 2021.

PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA - TRABALHO, ESTUDO E LIBERDADE - São Gabriel da Palha 2011. [*S. l.: s. n.*], 31 ago. 2012. 1 vídeo (15 min 52 s). Publicado pelo canal

Instituto Parceiros do Bem. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=RuO7nh-HxqM. Acesso em: 24 set. 2021.

SILVA, S. D. M (2020). Da janela a natureza que vibra. **Wikimedia Commons**, [*s. l.*], 10 ago. de 2021. CC BY 4.0. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Da_janela_a_natureza_que_vibra.jpg. Acesso em: 12 de novembro de 2021.

SANTOS, B. de S. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. [*S. l.*]: Almedina S. A., 2020.

TOLEDO, K. Risco de morrer por COVID-19 em São Paulo é 50% maior em áreas de menor nível socioeconômico. **FAPESP**, São Paulo, 14 ago. 2020. Disponível em: https://agencia.fapesp.br/risco-de-morrer-por-covid-19-em-sao-paulo-e-50-maior-em-areas-de-menor-nivel-socioeconomico/33880/. Acesso em: 24 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). **A Coordenadoria de Avaliação e Apoio Pedagógico – CAAP**. Florianópolis, 5 out. 2020. Disponível em: https://caap.prograd.ufsc.br/apoio-pedagogico/cap/. Acesso em: 23 set. 2021.

WIKIVERSIDADE. **Educação Aberta/Uma proposta de Política de TI**. [*S. l.*], 23 out. 2020. Disponível em: https://pt.wikiversity.org/wiki/Educa%C3%A7%C3%A3o_Aberta/Uma_proposta_de_Pol%C3%ADtica_de_TI. Acesso em: 16 jul. 2021.

TURMA GIRASSOL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE COORDENAÇÃO DE TURMA A PARTIR DE UMA METODOLOGIA PARTICIPATIVA

Sílvio Domingos Mendes da Silva

Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

silvio.mendes@ufsc.br

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar e analisar a concertação à luz de suas raízes, introduzindo-a ao ambiente de coordenação de turma universitária, no curso de Licenciatura em Educação do Campo. Para tanto, optou-se por uma metodologia em que se valorizam as variáveis teóricas associadas às práticas. A concertação, que deve ser entendida como um dispositivo de participação, visa antecipar os conflitos, neste caso, serviu como metodologia aplicada na condução de trabalhos participativos. Essa modalidade de participação, na prática, já existe há mais de 50 anos na Europa, porém em âmbito de planejamento territorial e não em coordenação de turma, ou seja, em ambiente escolar e remotamente. O que se pode apontar como resultado foi um processo dialógico que contribuiu para o crescimento intelectual, crítico e de responsabilidade dos estudantes da Turma Girassol, da Educação do Campo/UFSC 2020 .

Palavras-chaves: Turma Girassol; Concertação; Participação; Pandemia.



Fonte: Janela Turma Girassol (2020).

O Girassol é uma planta. Originária da América do Norte, possui a particularidade de ser heliotrópica, ou seja, busca se posicionar sempre em direção ao sol**,** quando em fase de amadurecimento. De acordo com a sabedoria popular, esta flor traz felicidade. Sua cor amarela simboliza calor**,** fidelidade e vitalidade; reflete energia positiva que emana do sol. E é o símbolo do curso de Educação do Campo.

1. CONTEXTUALIZANDO A QUESTÃO NORTEADORA

Certa vez, em uma dessas conversas de corredores de universidade, em nosso caso da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no prédio do Centro de Ciências da Educação (CED), do Departamento de Educação do Campo (EDC), o qual estou lotado, um colega me perguntou sobre como era que eu procedia com a Turma Girassol[24] para que seus integrantes, ou seja, os estudantes, tivessem o desenvolvimento e o amadurecimento intelectual e político, características dessa turma? Eu, de imediato, não tive reação a não ser lhe responder que não saberia afirmar nenhuma resposta naquele momento.

A pergunta do meu colega mexeu comigo. Mexeu porque não era a primeira vez que estava passando por aquela experiência. Em 2017, cerca de seis meses após ter ingressado na UFSC, assumi a coordenação da Turma Resistência, no território de Alfredo Wagner e, pautado nos comentários de outros colegas, acredito ter desenvolvido um bom trabalho com aquela turma (algumas das ações nessa turma serão tratadas no decorrer deste texto). Mas, como pesquisador e educador, toda pergunta me leva a uma reflexão. O tempo foi passando.... passou e, eis que hoje, ousaria responder que as minhas atitudes e a forma como conduzo e executo os trabalhos, principalmente com a turma Girassol, está baseado naquilo que sempre acreditei, que pesquisei e procuro colocar em prática em minhas ações administrativas: a *concertation*![25].

Pode soar um pouco estranho aos leitores esse breve relato, mas é justamente isso que vem acontecendo nas minhas atitudes ante a empreitada que recebo quando tenho que coordenar uma turma. Estrategicamente, procuro, inicialmente, entrar em contato por meio telefônico com todos os estudantes que comporão a turma, analisar suas gênesis territoriais, educacionais e até de trabalho, para somente então partir ao planejamento. Ou seja, conhecer seu público-alvo é preponderante para que aquilo que você vai planejar possa dar certo.

[24] O curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFSC tem uma característica ímpar em relação aos demais cursos, pelo menos até onde conheço, que é dar um nome para suas turmas, assim como delegar a algum professor o título de Coordenador da Turma. Neste caso, fui nomeado por intermédio da Coordenação do Curso, com Portaria, o Coordenador da Turma ingressante no ano de 2020, na qual os próprios estudantes escolheram o nome de Girassol – essa flor é carregada de simbolismo nos cursos de Educação do Campo de todas as universidades e as faculdades do País.

[25] O termo original em francês *concertation* já foi traduzido em alguns textos em português como *concertação*; isso constitui um neologismo. O termo mais próximo equivalente em língua portuguesa seria *orquestração*. Ambos, no entanto, nos remetem à ideia de concerto de uma orquestra, em que todos os músicos devem estar executando seus instrumentos musicais nas mesmas notas de forma afinada. No planejamento (urbano, ambiental ou em outro tipo), tudo isso nos remete a uma discussão e, de certa forma, ao consenso geral dos participantes do processo.

Como veremos em seguida, a concertação inicia-se com um planejamento prévio, um desenho que deve ser apresentado aos participantes, por parte de quem irá executar o projeto. Através desse esboço que se inicia o diálogo, com voz e vez a todos, de forma equitativa para que ninguém possa se sentir prejudicado. De forma resumida, é ouvindo, dialogando com os atores interessados que a concertação funciona. Na maioria das vezes não é fácil colocar em prática um sistema de diálogo, em um ambiente permeado por hierarquia, disputas de poder e soberba por parte principalmente dos professores.

Gostaria de ressaltar que desconheço alguma experiência de concertação, tal como ela é, que foi aplicada à educação, no sentido administrativo, apesar de nossa legislação ser bem democrática, permeada de conselhos, de comissões. Da mesma forma, deixo claro que não estou aplicando o conceito de concertação na condução das turmas que coordeno, mas apenas alguns princípios que podem favorecer o diálogo, valorizando as opiniões dos principais atores das turmas: os estudantes.

Assim, o principal objetivo deste artigo é responder, de maneira didática e simples, a indagação realizada por meu colega e descrita no início. Além de descrever e de analisar à luz de seus princípios a concertação, colocando as vantagens e as desvantagens, os desafios enfrentados quando se propõe a trabalhar de forma democrática, valorizando as experiências trazidas por estudantes de seus territórios, dando voz, vez àqueles que nem sempre foram valorizados em um processo hierárquico e cheio de disputas e egos profissionais. Para se obter os objetivos almejados no processo de concertação, por vezes deve-se abrir mão de alguns privilégios que a academia nos oferece.

2. A TURMA GIRASSOL E SUAS PECULIARIZAÇÕES

Falar da turma Girassol, principalmente a partir de suas características, é um desafio. Confesso que o desafio se tornou maior ainda quando me deparei com a pluralidade étnica, de nível de graduação dos estudantes e também territorial. É natural que as turmas dos cursos de Educação do Campo sejam formadas por diversidades e isso é maravilhoso, do ponto de vista educacional. As LeDoc lidam com os povos das florestas e das águas e, conforme o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA):

§ 1o Para os efeitos deste Decreto, entende-se por:

> I - populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural [...] (BRASIL, 2010, p. 1).

Então, não é de se estranhar essa pluralidade nas turmas. Mas, geralmente, em nosso curso, optamos por turmas regionalizadas, ou seja, busca-se formar uma turma dentro de um mesmo território ou região geográfica e, na maioria delas, têm-se as mesmas características sócio- territoriais.

A turma Girassol pode ser considerada uma exceção. Tinha-se, no início do ano de 2020, representantes de quilombolas, pescadores, indígenas, negros, entre outros. Territorialmente, a turma deveria ser formada por estudantes da região da Grande Florianópolis, mas não foi bem isso o que aconteceu: tínhamos atores dessa região, além de estudantes da região do Meio Oeste e do Planalto Norte Catarinense. Somados a estes, alunos de outros estados da Unidade Federativa (UF), por exemplo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pará, Ceará e até de outro país, Cabo Verde.

Em relação à formação de cada estudante, havia jovens recém-formados no E nsino M édio, estudantes egressos de vários cursos (da UFSC e outras instituições), que iniciaram outros cursos e pediram transferência para Educação do Campo, gente com pós-graduação, pós-doutorado, mestrado, mestrando, entre outros. Tudo isto somado às diferentes profissões que os estudantes exerciam: agricultores, professores, administradores de propriedades rurais, artistas, educadores ambientais, voluntários em Organização não Governamental (ONG) e servidores públicos (das três esferas de poder).

Ou seja, uma pluralidade, uma riqueza que exigia do coordenador de turma muito "jogo de cintura" para lidar com as diferentes situações, níveis de conduções de reuniões com a turma e ego de seus membros. Fácil? Nunca foi, mas a experiência de outras jornadas aliadas às técnicas democráticas de condução de trabalho coletivo proporcionaram-me momentos de muita aprendizagem, principalmente quando o trabalho passou a ser remoto por causa da pandemia da covid-19.

3. O INÍCIO DA TURMA

A turma 2020 (11ª Turma) do curso de Licenciatura em Educação do Campo, inicialmente, foi pensada para atender um público específico da Região da Grande

Florianópolis, com foco nos quilombos, nos pescadores, nos agricultores e nos professores que gostariam de uma segunda licenciatura.

Como fora definido que eu seria o coordenador dessa turma com antecedência, assim que a Comissão Permanente do Vestibular (Coperve) enviou à coordenação do curso a lista dos aprovados, tomei a iniciativa de ligar para cada um dos aprovados, falando em nome do curso, parabenizando-os e explicando como funciona o curso de Educação do Campo e em especial essa turma. Com essa iniciativa, consegui fazer com que praticamente todos os que passaram no vestibular fizessem sua matrícula, com exceção de um candidato do município de Palhoça, que é professor e o desenho de alternância inviabilizava sua presença no curso.

Este momento foi o primeiro impacto, pois pude perceber a diversidade de sujeitos que formariam a turma. Tinha estudante recém-saído do Ensino Médio, professores aposentados, agricultores, educadores ambientais, donas de casa, idosas, indígenas, quilombolas, pessoas de outras regiões do estado e até do País; dentre outros. Somados a estes, um grupo de candidatos que por meio de edital pediram retorno, transferências de cursos, transferências de universidades; pessoas com pós-doutorado, servidores da própria UFSC. Ou seja, uma turma muito diversificada em sua estrutura formativa, étnica e socialmente. O desafio estava lançado e como não sou de desistir deles, mergulhei de cabeça nessa empreitada acadêmica.

Além da incumbência de capitanear a turma, também estava exercendo a sub coordenação do curso, atividade que me tomava grande parte de meu tempo de dedicação exclusiva na administração do curso. Fiquei nessa função dupla até o final de abril daquele ano, na qual fomos substituídos por outra dupla de colegas professores.

O início não foi nada fácil. Conciliar o calendário escolar com a alternância, sugerida pelo curso; horário de inúmeros estudantes que não moravam em Florianópolis e dependiam de transporte escolar (ou não) especial; alguns colegas professores que trabalhavam em outras turmas e, se fosse modificado o calendário aprovado, teriam problemas de adequação de trabalho… Enfim, a primeira semana foi de muito diálogo com colegas e estudantes até que se chegasse a um consenso sobre o novo horário de aulas da turma. Tudo isto porque, na minha visão de educador do campo, o estudante deve vir como principal sujeito, em primeiro lugar. E quando falo sobre diálogo até se alcançar o consenso, estou me referindo à primeira característica da concertação e que a partir deste momento vai nortear meu trabalho na condução da turma.

Contudo, todas essas dificuldades não seriam nada ao serem comparadas com o que estava por vir: a segunda semana de aulas teve que ser interrompida por causa da pandemia da covid-19, recém-chegada ao Brasil. Estava nos colocado um novo desafio, sem que ninguém soubesse como agir, nem mesmo àqueles ocupantes de postos administrativos da universidade. O que tudo parecia certo era que em poucas semanas ou poucos meses estaríamos de volta. Mas, como todos sabemos, não foi bem isso o que se sucedeu.

A partir desse momento imperaram muitas dúvidas e incertezas: de um lado estavam os professores e os técnicos aguardando as tomadas de decisões daqueles que tinham o poder em mãos de decidir. As primeiras semanas foram angustiantes, com os números de óbitos e de contaminados aumentando alarmantemente, enquanto do Planalto vinham notícias e "chamadas" que ignoravam a realidade. Aos poucos, as diferentes atividades sociais e econômicas foram se esvaecendo e aquilo que de início se parecia "uma gripezinha" foi assolando o País, trazendo novas realidades que afetariam a todos, sem distinção: trabalhadores sendo dispensados de seus postos de serviços; empresários fechando as portas de suas empresas… Enfim, o caos propagou-se pelo território e o País ajoelhou-se aos pés da covid-19, acusando o duro golpe.

De outro lado, em alguns casos, do mesmo lado estavam os estudantes. De forma igual, a maioria deles também achava que esse período seria breve e que logo as coisas voltariam ao normal. No início, foi considerado por todos como uma "folga" no meio do calendário letivo e que seria reposta assim que voltássemos para a normalidade. Com o passar das semanas e as emissões de portarias e de decretos prorrogando a volta, muitos estudantes começaram a se preocupar com o que estaria por vir. Pois estamos tratando de um grupo heterogêneo, com agricultores, professores, pais e mães de famílias, gente de outros estados, cidades e que passariam a repensar sua sobrevivência em Florianópolis ou mesmo em suas comunidades.

Alguns desses estudantes tiveram que rescindir contratos de aluguel e voltar para suas casas; outro ficaram desempregados, perderam bolsas com projetos cancelados ou paralisados[26]. Além desses fatos, tivemos que lidar com a questão de que alguns estudantes começaram a desaparecer das salas de bate papo e grupos de redes sociais.

---

[26] No meu caso, por exemplo, que tinha um projeto de pesquisa com a Secretaria de Educação do Estado, e que precisaria de muito trabalho de campo, foi necessário paralisar os trabalhos, pois a secretaria passou a não mais atender ao público externo. Com isso, o bolsista que iria trabalhar comigo nessa pesquisa ficou sem bolsa e teve que buscar outra fonte de renda para sobreviver em Florianópolis.

Com a decisão da reitoria de que nosso trabalho teria continuidade por meio remoto, deparamo-nos com um problema: parte dos estudantes não tinham nenhum tipo de equipamento (computadores, *notebook, tablet* etc.) para acessar as aulas remotas. Essa questão foi complicada para ser contornada. Estudantes passaram a nos informar que estavam desistindo do curso porque não tinham os equipamentos para acesso às aulas. Foi, então, que a UFSC resolveu emprestar computadores de mesas e *notebooks* para quem não tinha. Mas não estava tudo sanado. Ao contrário, faltava a entrega dos equipamentos aos estudantes e, como disse anteriormente, nossa turma era Torre de Babel em relação a sua constituição. As maiores dificuldades ficaram por conta dos indígenas do Alto Vale do Rio Itajaí e quilombolas de Paulo Lopes, já que alguns deles sumiram sem deixar nenhum vestígio de onde poderíamos encontrá-los.

Foi montada uma força-tarefa para entregar os equipamentos. Colegas professores e membros do Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes (PIAPE) não mediram esforços nesse sentido. A cada estudante encontrado e com equipamento em mãos, uma comemoração. Sempre seguida a entrega, havia uma explicação sobre o funcionamento, acesso ao Moodle ou a outras plataformas. Aqueles que moravam distantes dos centros urbanos, em comunidades, sempre relatavam que não tinham acesso à internet.

De fato, quando iniciaram as aulas remotas, os professores puderam constatar que não bastava entregar os equipamentos, tinham que lidar com dificuldades diversas. Para além dos colegas professores, que não sabiam lidar com as dificuldades das aulas remotas, tinha-se também estudantes que não conseguia dominar minimamente as técnicas das aulas remotas: não conseguiam acessar o ambiente Moodle, e isso limitava bastante o trabalho do professor, porque grande parte das atividades foram planejadas para serem desenvolvidas nessa plataforma; outros tinham dificuldades em acesso aos *e-mails* ou mesmo a outras plataformas mais simples, como o Meet ou o Jitsi.

Decerto é que aquele período sem aulas que deveria ser de estudos e planejamento, na verdade, foi para resolver problemas, apagar incêndios. Exigiu dos coordenadores de turmas, em especial da Turma Girassol, trabalho redobrado na tentativa de resgatar os estudantes que queriam desistir. Infelizmente, não conseguimos lograr sucesso em todos os casos. Cito, aqui, duas alunas quilombolas do município de Paulo Lopes que desistiram do curso por causa das dificuldades que tinham em relação aos domínios das novas tecnologias e aos novos horários que tivemos que fazer. Além dessas dificuldades, a falta de internet no quilombo em que elas residem, dificultou a comunicação com elas.

4. DANDO A VOLTA POR CIMA

Um marco nesse período difícil foi a criação de um *blog* da turma. Iniciativa de uma colega professora e de seu bolsista, o *blog* tinha como objetivo trazer para o seio da turma desafios de leitura e de interpretação de imagem reais, dos estudantes e dos professores e que pudesse resultar em um texto reflexivo. A descrição a seguir, nos traz com exatidão o que se esperava desse novo espaço de interação e de diálogo.

> Vamos aprofundar e ver até onde podemos ir com nossas reflexões?
> Saber montar um texto reflexivo é organizar as ideias, compreender melhor as relações do ser humano, natureza. Vamos refletir a partir do que sentimos?
> O que me mantém forte nesta pandemia? (JANELA TURMA GIRASSOL, 2020, não paginado).

Como se pode observar, o objetivo do *blog* era desafiar os estudantes a se fazerem presente no dia a dia da turma, mesmo sem aulas, sem atividades síncronas ou assíncronas. O início dessa jornada foi com o lançamento da Maratona Circular (maio a setembro de 2020): "A Maratona Circular não se trata de uma atividade avaliativa para nenhuma disciplina, mas de uma proposta coletiva de trabalho, para juntos conhecermos melhor os estudantes e professores neste complexo momento de pandemia" (JANELA TURMA GIRASSOL, 2020, não paginado).

Desta forma, juntos, professores e estudantes começaram a refletir sobre as causas e as consequências e sobre lições que a pandemia poderia nos mostrar, a partir de uma realidade particular de cada um, de seu cotidiano. O resultado desse novo espaço foi uma construção de debates e de análises, entre outras ações didáticas, pedagógicas e que nos mantiveram conectados enquanto turma no momento de isolamento social, "mas não de apagamento de sonhos" (JANELA TURMA GIRASSOL, 2020).

De maio a setembro, quando nesse mês as aulas reiniciaram por meio remoto, o *blog* foi um dos meios que nos manteve ativos. Ele cumpriu seu objetivo e, mais que isso, fortaleceu os laços entre os estudantes. Foram inúmeras postagens com textos reflexivos, fotos, imagens, poemas, entre outros. Em síntese, foi um momento enriquecedor e que os estudantes começaram a se mostrarem e fortalecerem enquanto coletivo.

Outras formas de nos comunicarmos era por meio das reuniões de planejamento, em que os estudantes também participavam, grupos de rede social e *e-mails* e, nesse hiato sem

aulas, pairavam as dúvidas e as incertezas, mas que nos serviu como lição a ser aprendida: retirar o que tinha de bom desse momento extremamente ruim.

Um ponto positivo desse tempo de "inatividade" foi que a turma se fortaleceu e daí surgiram lideranças que exerceram com maestria seu papel perante a comunidade escolar. Essas lideranças, no entanto, não seriam possíveis se não lhes fossem dadas oportunidades de se manifestarem. Esta característica é um ponto importante dentro da pedagogia participativa que resolvemos adotar – a concertação.

Por meio de momentos concertativos, alunas e alunos da primeira fase do curso assumiram a liderança dos discentes de todo o curso. Passaram a assumir a representatividade discente nos colegiados e no centro acadêmico. Nesse processo, se destacaram as vozes femininas, assumindo a representatividade da turma. Soma-se a elas, um grupo de estudantes que ingressaram no curso por meio do reingresso. Grupo que teve um papel preponderante ao não se deixarem levar pela vaidade de já terem uma graduação, alguns com pós-graduação, mas sim de somarem esforços em torno dos problemas, mas, principalmente, das soluções. Imagine essa pluralidade de pessoas, acrescida do fato de não se conhecerem pessoalmente e com uma jornada longa de aulas por meio remoto! Não seria fácil lidar com essa situação. Somente uma metodologia inovadora seria capaz de fazer com que a turma Girassol não se esvaísse.

Mas, ao contrário do que muitos pensavam, todas essas complicações fizeram com que tivéssemos uma turma com alto senso crítico e político da situação. Os mais experientes assumiram a função de dar voz e vez aos mais jovens; de se somar esforços no sentido de coletivamente colaborar com os professores, tecendo reflexões críticas e construtivas para a conjuntura.

E, dessa forma, não foi tão difícil implementar uma metodologia participativa de trabalho, buscando nos diferentes atores material substantivo para sairmos dessa fase. A concertação, que irei discorrer a respeito a seguir, ajudou na substancialidade do grupo, porém não seria possível se não houvesse um grupo de estudantes disposto a colaborar. Uma turma que tinha tudo para dar errado, por várias circunstâncias, mas que por suas características superou todas as adversidades, as dificuldades, que reclamou por seus direitos, mas que em nenhum momento deixou de cumprir com seus deveres.

A parte deste artigo que se segue, evidencia-se uma descrição e uma análise da concertação. Uma ferramenta de participação da sociedade, com alto grau de democracia e não tenho registro de sua empregabilidade em ambiente escolar, mas que decidimos apostar

com a turma Girassol, porque viu-se um ambiente propício para testá-la. E assim decidi trazer à baila.

5. O QUE É CONCERTAÇÃO? POR QUE ELA NORTEIA MEU TRABALHO?

O objetivo ao trazer a concertação[27] para este campo de debate é analisá-la à luz de suas raízes e não de copiar outra realidade de participação estrangeira e tentar implantá-la no território brasileiro, o que seria, nas palavras de Maricato (2001), uma ideia fora do lugar e o lugar fora das ideias. Pelo contrário, é de introduzir seus principais componentes conceituais, mostrando como é que se dá seu funcionamento na Europa, especialmente na França. A concertação é um exemplo da democracia consultiva, embora por tradição, acatada na aplicabilidade de planejamento territorial, mas que também tem seus limites e suas possibilidades.

A concertação é um dispositivo democrático utilizado no planejamento (urbano, ambiental etc.) europeu, e em meu entendimento, também pode ser usada no âmbito da educação, embora ela seja um processo educativo, que deve ser entendida como um ato de participação que visa antecipar os conflitos. Em um ambiente democrático de direito, como em vários países europeu, ela é uma modalidade que tem, na abertura, a participação da sociedade, seu ponto alto, e que, na prática, existente há mais de 50 anos na França. Foi introduzida ainda na década 1960 pela ocasião de construção de grandes obras e que envolvia além do Estado, proprietários de terras e as populações que seriam atingidas por elas.

De forma geral, é um tempo "de" e "para" a informação sobre o projeto a ser desenvolvido. Ou seja, é o momento em que o cidadão se envolve diretamente na elaboração por meio de participação direta e, em alguns casos, até mesmo em sua execução. É um dispositivo legal e obrigatório na França. Toda obra, portanto, tem a obrigatoriedade de se fazer uma consulta à população. Tal obrigatoriedade passou a ser exigida do Estado (como executor, direto ou indireto), a partir de 1996 com a publicação da Carta da Concertação e corroborada pela Lei da Participação Pública, em 2002. Logo, ao tornar-se obrigatória ao Estado, configura-se como um dever e um direito da sociedade em manifestar-se pró ou contra aquilo que será executado em sua comunidade.

---

[27] O termo original em francês *concertation* já foi traduzido em alguns textos em português como *concertação*; isso se constitui em um neologismo. O termo mais próximo equivalente em língua portuguesa seria *orquestração.* Ambos, no entanto, nos remetem à ideia de concerto de uma orquestra.

Todo esse movimento que se transformou em política pública de participação popular teve sua gênese na França. A experiência francesa nos fornece elementos de análise com seu processo de participação direta dos cidadãos nas políticas públicas. Em princípio, a concertação francesa deve ser entendida como um tempo de informação, de troca de experiência entre os três atores do processo: *élus*[28], os técnicos e os habitantes de um determinado território, antes de uma decisão definitiva. Envolve, portanto, associações, profissionais liberais, técnicos, servidores públicos e cidadãos sem vínculos associativos ou partidários, que participam das diversas reuniões e ateliês de trabalho. Ela tem, portanto, um papel decisivo, pois a população torna-se envolvida no projeto pretendido e, sobretudo, através de seu programa de ação. A concertação é necessária para assegurar a informação e a expressão do cidadão ao longo do processo de elaboração e de execução de um projeto.

Sua origem, tal como é concebida atualmente, se deu há mais de 50 anos em grandes projetos de infraestrutura (CHARDONNET, 2003), para, em seguida, se impor aos outros domínios da administração pública francesa. Não se pode entender a concertação como uma moda, pois, ao contrário, ela exprime uma demanda social profunda: construir, paulatina e progressivamente, um interesse geral que não pode ser concedido, mas conquistado. Historicamente, a concertação foi se desenvolvendo em termos de participação da coletividade, acompanhada também por uma evolução da legislação que permitiu atingir um grau elevado no que se refere aos aspectos conceituais.

E quem são esses atores? Como eles agem por dentro do processo?

Descrever e analisar os papéis dos diferentes atores são de fundamental importância para se entender as circunstâncias a que me inseri na Turma Girassol. Assim, falar das representações exercidas pelos estudantes é, em primeiro lugar, poder decodificar e compreender os elementos subjetivos a partir de nossa educação e de nossa cultura, em especial de nossos valores; é poder confrontar as imagens mentais que fazemos de um espaço (micro ou não) e expô-las às expectativas e ao imaginário sobre o futuro da turma, ou seja, do espaço que construímos e vivemos ao longo desses dois semestres de trabalho e de convivência (mesmo que remota) com professores e estudantes. Daí a importância das vozes dos diferentes atores com suas distintas representações dos fenômenos a serem confrontados.

Nesse viés comparativo entre o espaço virtual construído com a Turma Girassol e um espaço físico, construído a partir de um processo sócio territorial, vamos beber em Salamon

[28] Na França, as pessoas que ocupam cargos eletivos são os *élus* (eleitos pelo povo) e, usualmente, não são chamados de políticos. Assim, ao me referir aos políticos franceses, usarei o termo *élus* e não políticos.

(2008, p. 27), em que nos traz o espaço físico vivido e que "[...] corresponde à realidade cotidiana e ao uso do lugar ou de uma parte dele, assim como as percepções que cada usuário pode ter sobre um determinado território". Ao mesmo tempo, é importante compreender a maneira como os espaços descritos pelo autor, como os lugares são percebidos, por meio de consultas, bem como pelos indicadores e os valores culturais próprios a cada grupo de indivíduo. E foi nessa sintonia que construímos o espaço da Turma Girassol. Na prática, cada um dos atores utilizava de suas palavras-chave e falavam de seu cotidiano de forma sinonímia, mobilizando suas próprias competências.

De tal modo que cada estudante utilizava suas "palavras" com as representações que lhes interessavam e eram ouvidos e respeitados: expressões com relação a suas competências e às expectativas segundo seu posicionamento, assim como a representatividade que ocupava na turma. Para tanto, esse exercício não era fácil, precisou-se de um constante "aprender a dialogar" e compreender as palavras um do outro, mesmo na discordância, a qual se entendia como normal.

A questão fundamental desses atores era debater o cotidiano da turma e os *experts* (professores e estudantes) desse debate tinham papel essencial no conhecimento e das necessidades da classe estudantil como um todo, a partir de uma visão aberta para o debate. Nesse diálogo, sempre foi importante saber algumas funções, como quem elabora e quem decide o projeto de turma; e quem dirige o debate – sem quebrar hierarquia, mas apenas respeitando-as. Nesse processo, implicava participação e embate de ideias, o que requeria outros elementos como informação, consulta e co-decisão.

Para Salamon (2005) e Alban (2004), esses momentos de debates sobre o território (que em nosso caso entende-se Turma Girassol) e suas transformações acontecem em quatro níveis diferentes de participação, que são:

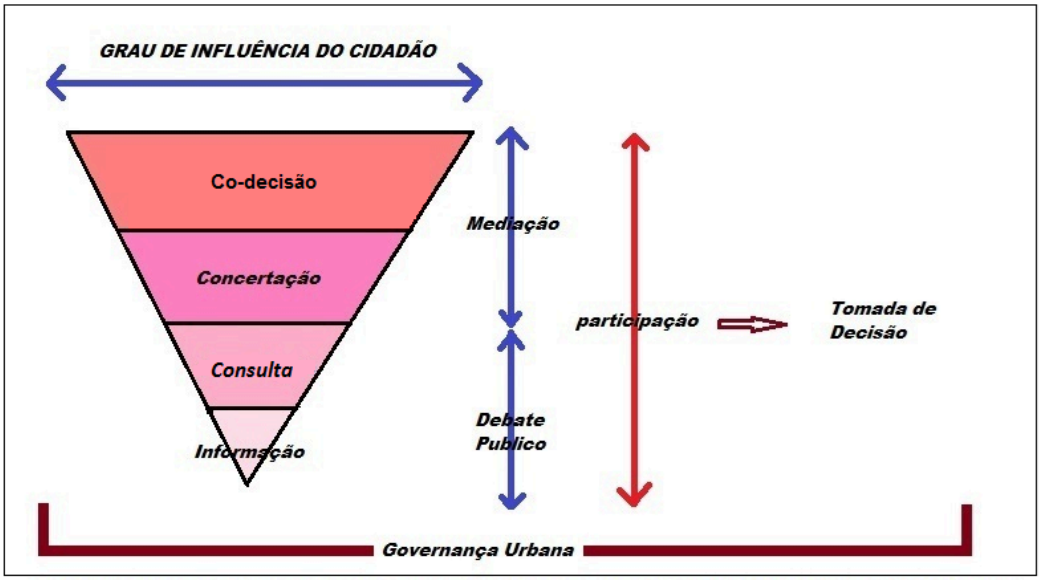
1. Informação: é o primeiro nível de participação cidadã, e se resume por simples informações ascendentes ou descendentes. Nesse nível, não existem trocas de ideias, opiniões ou negociações, apenas informações que são repassadas.
2. Consulta: é o segundo nível de participação cidadã, que tem como objetivo colher opiniões da população sem que haja uma possibilidade de ter negociação ou de debate sobre o projeto. A consulta implica em uma informação e um conjunto de opiniões que poderá ou não ser considerado por quem coordena o projeto. Ou seja, a opinião e a ideia da população não têm caráter deliberativo, apenas consultivo.

3. Concertação: é o terceiro nível de participação cidadã. Consiste em debater com os diferentes atores seus contextos, suas ideias e suas opiniões; cabe a cada um a defesa de seus argumentos. Uma concertação, portanto, implica em uma informação, uma consulta e uma ponderação no sentido de debate público, no nível da esfera pública.
4. Co-decisão: é o quarto nível de participação cidadã e tem o objetivo de partilhar a decisão com a população de diferentes maneiras. Este nível implica em informação, consulta, concertação e em uma partilha de decisão em co-elaboração de um projeto urbanístico ou de uma decisão pública.

Em nosso caso, ficamos no nível três, ou seja, de concertação, que, em meu entendimento, pode ser considerado um grande avanço, dado o ambiente acadêmico ser permeado de hierarquia e, sobretudo, de disputas políticas. O nível quatro (co-decisão) é quando aqueles que estão no poder, neste caso (chefia de departamento e coordenação de curso), resolvem deliberar e partilhar com toda comunidade acadêmica as decisões do departamento e do curso, o que não estariam ao nosso alcance enquanto coordenador de turma.

A figura a seguir, produzida a partir da análise dos autores citados, nos dá uma visão real de como funcionam o grau de participação e a influência dos cidadãos (estudantes).

Figura 1: Representação gráfica da definição e classificação das terminologias participativas.



Fonte: Alban (2004). Elaboração própria (2021).

O esquema apresentado pode ser lido e analisado em duas vertentes diferentes: a primeira de forma vertical e a segunda horizontal. Na primeira, a figura permite uma leitura

de uma hierarquia de participação que vai de uma situação simples e não participativa até um grau pleno de participação, em que o cidadão toma partilha desde a elaboração a co-decisão do projeto. Por fim, ressalta-se que a soma dos primeiros níveis (debate público) com o segundo (mediação) é que leva a um grau completo de participação.

Já a segunda análise nos dá uma ampla ideia de como a governança se alastra: desde a formação da esfera de debate, em seus quatro níveis de terminologias participativas, até a tomada de decisão final por quem tem esse poder (lembrando que dependendo de quem está à frente dessa decisão, ela pode se tornar autoritária ou amplamente democrática).

Deste modo, gostaria de frisar que elas se traduzem por ações concretas, organizadas pelos professores que devem tomar as decisões em conformidade com as necessidades dos estudantes, destinatário final. Este caráter concreto está presente no termo "concertação": a ideia de "concerto" (agir em concerto, ir ao concerto) designa uma ação que é operacional e material. O juízo de concerto ou de "concertar"[29] evoca também, espontaneamente, o fato de agir juntos, um concerto não pode ser uma ação solitária, mas sim coletiva, isto é, uma ação que não pode ser concebida nem executada sem o esforço de várias pessoas.

Nesse sentido, corroboro a ideia exposta por Gardère *et* Gardère (2008), ao se referirem à democracia representativa, de que a concertação é um instrumento de correção de alguns vícios apresentados por ela, pois, mesmo àqueles que são eleitos pelo voto do povo, e não tem a obrigação de acatar as opiniões dos eleitores, numa tomada de decisão, na concertação essa consulta é válida.

Gardère *et* Gardère (2008) nos apresentam como forma de fortalecer essa ferramenta o processo *bottom-up* na construção da representatividade. Sua maior referência foi Barão de Tocqueville, a partir da obra *A Democracia na América*, na qual é desenvolvida a tese da consciência democrática que se afirma nos municípios. Este, por sinal, é o elemento principal do qual vai se construir o sistema político de baixo para cima e não como nas nações monárquicas europeias, de cima para baixo. O espírito da descentralização, da liberdade local, é, indubitavelmente, um dos componentes mais originais do sistema político americano e constitui uma fonte de inspiração positiva para Tocqueville (2000) e Gardère *et* Gardère (2008).

Baseado nessa teoria (que é posta em prática através da concertação) é que desenvolvi a prática de coordenação de turma de forma aberta, democrática, dando voz e vez a todos os estudantes, principalmente, pois, na minha visão, eles são os principais atores ou sujeitos do

[29] Expressão usada em Portugal.

processo e, portanto, temos que fazer valer essa máxima que "o estudante é o principal sujeito da educação do campo".

E, finalmente, encerrando essa reflexão à luz da concertação, nosso modelo inspirador e, pautados em Sandrine (2004), como forma de justificar o "conserto" da democracia representativa mediante concertação, apontamos sete pontos básicos que, se usados de forma coerente, terão sua finalidade instituída – a formação de um ambiente de debates entre todos os atores, conformando, assim, uma esfera pública:

1º – a população (neste caso, os estudantes) tem o direito de poder opinar naquilo que lhe interessa: se o Estado ou qualquer outra instituição emprega o artifício de participação, essa política deve ser aplicada a todas as decisões que lhe afeta no decorrer de todo processo. Tal critério é empregado, por exemplo, nas decisões de alto impacto. Não se concerta sobre uma área de lazer, sem se discutir o plano de desenvolvimento territorial local; assim como não se concerta sobre o andamento de uma turma de estudante, sem que se discuta o desenvolvimento das ações propostas por eles.

2º – um processo participativo deve permitir a contribuição de todos os participantes nas tomadas de decisões: o aluno deve ser consultado antes que a decisão seja tomada definitivamente ou em outros casos quando ela ainda puder ser influenciada. Não se pode discutir o semestre seguinte, depois de uma decisão ser adotada definitivamente.

3º – ao longo do processo participativo, as necessidades e os interesses de todos os atores devem ser sempre comunicados e considerados: uma participação de qualidade não é apenas uma justaposição de opiniões. Deve ser um verdadeiro diálogo, em que cada ator tenha não somente os mesmos meios e direitos de expressão, mas também de ser compreendido e ouvido. O articulador de uma concertação deve ter cuidado ao fazer uso da palavra, particularmente quando participa de grupos diferentes ou pouco familiarizados. Aliás, essa regra do jogo também se aplica aos estudantes, o aluno tem o direito de pedir a palavra e de se expressar, mas também tem o dever de ouvir e de considerar o que pensam os demais participantes.

4º – o processo deve facilitar a participação de todos aqueles susceptíveis de serem afetados: não se conduz uma concertação com algumas pessoas selecionadas entre seus partidários. A existência de um dispositivo participativo deve ser o objeto de uma comunicação e permitir a participação efetiva de todos os interessados e sectários. Isto requer o uso de múltiplos meios de comunicação (internet, televisão, rádios, jornais, panfletos, entre outros), além do encontro direto com o usuário – seja presencial ou remotamente, com mensagens

explicativas, a fim de poder convencer verdadeiramente cada participante de diferentes ideologias ou pensamento de sua importância no processo.

5º – os participantes devem contribuir na definição das modalidades de sua participação: a melhor opção é sempre organizar um desenho que permita a participação do público-alvo. Mesmo assim, os participantes devem alterá-lo quantas vezes forem necessárias, pois é no conflito que cidadãos se opõem não somente sobre a matéria em discussão, mas também sobre um procedimento da concertação que consideram inapropriado. Assim, o "debate sobre o debate" é um componente a ser considerado, pois permite um refinamento do discurso.

6º – os participantes devem receber todas as informações necessárias para que suas contribuições possam ser significativas: manter os participantes sempre informados, de forma equilibrada e compreensiva, é um dos desafios recorrentes dos animadores do processo de participação. Isso, contudo, é uma obrigação exclusiva do professor coordenador, pois toda a responsabilidade sobre a incompreensão ou sobre a falta de informação recai sobre ele. Por mais *expert* que seja o participante, se não lhe for repassada todas as informações necessárias, ele provavelmente não poderá contribuir de forma adequada.

7º – o participante deve ser informado de intercorrências que sua contribuição sofreu na tomada de decisão: a discussão não termina na última reunião da turma. Assim, é essencial manter os participantes informados durante a evolução da execução daquilo que foi decidido pelo grupo, a fim de provar que o processo tem efeitos práticos e verificáveis.

Essa reflexão foi uma tentativa de adaptação do que penso sobre a concertação, um dispositivo democrático, utilizado na Europa no planejamento, em relação à educação. Obviamente que não tratei de organismos coletivos, por exemplo, os conselhos e as comissões, tão amplamente difundidos no meio educacional. Apenas e somente tentei descrever e analisar como alguns requisitos da concertação podem contribuir para a formação de um ambiente de debates entre diferentes atores, mesmo numa condução de coordenação de trabalho de uma turma de acadêmicos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pôde perceber, a concertação é um processo que gera dinâmica e interações entre grupos de atores. Aqui, especificamente, tentei adaptá-la ao âmbito escolar (universitário) para poder desenvolver uma metodologia participativa no gerenciamento de

uma turma universitária. Coube a mim exercer o papel que seria do Estado dentro da concertação, ou seja, o de organizador do diálogo que em nenhum momento deve ser entendido como o "dono" do processo.

Minha primeira função nessa empreitada no processo de concertação com a turma foi fazer gerar trocas de opiniões, ideias, reflexões e críticas dos atores que pudessem municiar as decisões, através de um desenho participativo viável. Do ponto de vista político, o desenho participativo é importante para a credibilidade e para o sucesso no campo da legitimidade do processo. Os estudantes, de maneira geral, esperavam de minha parte muito mais do que uma simples atitude burocrática de coordenador de turma, mas sim um *feedback* pedagógico que possibilitasse uma contribuição para o enriquecimento do processo.

Outro aspecto a ser considerado de cunho relevante na condução dos trabalhos, como ficou evidente, foi a comunicação entre professores, coordenação do curso e estudantes, e, neste sentido, a função de buscar o diálogo deveria sempre partir do coordenador da turma. Com essa atitude, pude contribuir, de forma direta, para desenvolver um processo de aproximação com os estudantes e apropriação dos meios pedagógicos, a fim de sustentar a perenidade das decisões tomadas em coletivo, estando, contudo, sua ação baseada principalmente em dois *modus operandis* que ocorrem em paralelo: a cooperação, saber ouvir, muito mais do que falar. De forma que foi, neste momento, que se pôde observar o desenho participativo[30] disponibilizado. Coube, no entanto, a mim, enquanto coordenador da Turma Girassol, fomentar meios e técnicas capazes de proporcionar um processo interativo, no qual as trocas puderam ocorrer ao longo de todo o ano letivo.

Em uma análise preliminar e não conclusiva da experiência com a Turma Girassol, destaco que o Coordenador de Turma, no âmbito do curso de Educação do Campo, deve transcender a vontade política ou meramente burocrática de cumprir uma certa carga horária de trabalho na coordenação, mas sim de suscitar um debate a respeito de qual tipo de desenho de participação dos estudantes pode ser disponibilizado no intuito de fazê-los sujeitos do processo. Dessa forma, à luz dessa apreciação, o papel do coordenador de turma é fazer com que os estudantes participem e, para tanto, fazem-se necessários técnicas pedagógicas e meios comunicativos que fomentem o processo de chegar mais próximo possível de quem mais interessa o planejamento da turma: o estudante. Tal forma que o desenho deve ser proposto e ir ao encontro dos anseios dos alunos, dialogando diretamente com eles, com premissas democráticas para que todos possam ter acesso, voz e vez na condução da turma.

---

[30] Sobre Desenho Participativo, ver Silva (2014) e Lüchmann (2002).

Destaco a concertação como uma ferramenta democrática, com possibilidades e limites de acrescentar elementos pertinentes à coordenação de uma turma universitária. Ela se apresenta como um instrumento legítimo, no qual o estudante tem a possibilidade de interferir diretamente no processo a partir de sua atuação, de sua opinião.

Finalmente, não como justificativa, mas como ratificação do processo, ao trazer a concertação para esta seara de debate, minha intenção é provar que planejamento participativo não deve ser discutido de forma monocrática, no estilo de cima para baixo, no qual somente um ator diz como deve ser o processo. Planejar o processo quer dizer dialogar, debater com outros numa esfera pública, ambiente de democracia. Portanto, democracia e planejamento da turma devem caminhar juntos, lado a lado, e neste sentido a concertação nos dá essa oportunidade de aprendermos.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBAN, N. Concertation environnementale et développement du territoire sur le littoral aquitain, Mémoire de DEA Environnement. **Milieu, Technique et Société, Museum National d'Histoire Naturelle**, [*s. l.*], 2004. 83p.

BRASIL. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file. Acesso em: 15 de jun. 2021.

CHARDONNET, C. Les démarches de concertation : un contexte porteur, des enjeux majeurs, des repères pour l'amélioration des pratiques actuelles. *In*: **Les journées techniques de l'ARENE**: LA CONCERTATION: OUTILS ET PRATIQUES DANS LES PROJETS DE TERRITOIRE. Paris: Journées Techniques, 9 oct. 2003.

GARDÈRE, E.; GARDÈRE, J.-P.. **Démocratie Paticipative et Communication Territoriale**: vers la micro-représentativité. Paris: L'Harmattan, 2008. 255p.

JANELA TURMA GIRASSOL. **Percepções Turma Girassol e Educação do Campo**. Florianópolis, 2020. Disponível em: https://janelaturmagirassol.blogspot.com/?m=0**.** Acesso em: 20 de jun. 2021.

LÜCHMANN, L. H. H. **Possibilidades e limites da democracia deliberativa**: a experiência do Orçamento Participativo de Porto Alegre. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Campinas, São Paulo, 2002. 215p.

MARICATO, E.. **Brasil Cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

SALAMON, J. Construire le paysage avec les habitants. *In*: **Colloque International "Vivre et habiter les paysages au Moyen Orient"**. Beyrouth: 28-29 nov. 2005.

SALAMON, J. **Pédagogie de la ville**: les mots des acteurs dans le projet urbain. Lyon: CERTU, 2008.

SANDRINE, R. **La démocratie en débat**: Les citoyens face à l'action publique. Paris: Armand Colin, 2004.

SILVA, D. M. S. **O papel do Poder Público Local nos processos participativos de Planos Diretores em Santa Catarina**. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2014.

TOCQUEVILLE, A. de. **A democracia na América**: sentimentos e opiniões: de uma profusão de sentimentos e opiniões que o estado social democrático fez nascer entre os americanos. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Disponível em: http://pensamentosnomadas.wordpress.com/2012/11/13/democracia-na-america-de-alexis-de-tocqueville-em-portugues-pdf/. Acesso em: 13 de jun. 2021.

DIÁLOGO DE SABERES E ENSINO DE CIÊNCIAS: um horizonte a ser comunicativamente construído

Eduarda Boing Pinheiro
Professora de química do estado de Santa Catarina e mestranda em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina
eduardaboingpinheiro@gmail.com

Resumo
É comum ouvirmos discussões acerca do que de fato é cultura: apenas determinados tipos de música, de pintura, de expressão são consideradas como cultura, enquanto outras são formas de rebeldia, mas não construções culturais. Essa forma de pensar privilegia as elites, que determinam o que é consumível ou não e convence uma parte das massas a rechaçar as produções das classes mais próximas a elas, fazendo-as crer que fazem parte dessa classe tida como superior. Nesse ínterim, a construção do conhecimento científico faz parte dessa bolha hegemônica, quando ignora ou repudia outras formas de conhecimento (ainda que tenham sido importantes para que cheguemos ao nível atual de conhecimentos científicos) ou quando não serve para aliviar as situações de sofrimento que povos oprimidos vivenciam, mas acaba reforçando-nas. Nesse sentido, o ensino de ciências parece ter papel crucial para desconstruir tais barreiras, bem como para aproximar as pessoas das ciências, fundamental para o rompimento com o negacionismo científico tão em voga nos últimos tempos. Assim, sugere-se que haja um diálogo de saberes, que valorize todas as formas de conhecimento, que permita entender os momentos em que cada saber pode ser utilizado, e de modo a potencializar todas as maneiras de interpretar o mundo.

Palavras-Chave: Cultura; Conhecimentos científicos; Conhecimentos populares; Diálogo de saberes; Ensino de ciências.

1. INTRODUÇÃO

Existe uma concepção de que algumas produções culturais são mais importantes do que outras. Dessa forma, tentam nos dizer que música ouvir, quais obras ler ou apreciar e em que conhecimentos acreditar. Ocorre que uma análise superficial dessa cultura dita superior torna explícita a sua origem colonizadora, a qual hoje se sustenta a partir dos ideais das classes dominantes. Assim, essa cultura superior é acessível apenas a essas classes tidas como dominantes e permite a manutenção das formas hierárquicas socialmente estabelecidas. Além disso, vê-se que muitos dos produtos culturais aos quais as classes trabalhadoras têm acesso se referem à produção das elites, com a intenção de manter os povos oprimidos alienados e gerando lucro para quem já está no poder.

O diálogo de saberes, o qual converge também com o que Santos (2007) denomina ecologia de saberes, ou com o que Walsh (2019) e Fleuri (2003) chamam de interculturalidade, parece-nos uma alternativa para rompermos com esse paradigma cultural que se impõe, visando à valorização das formas de pensar até então invisibilizadas. Com base nisso, é fundamental que se compreenda a imprescindibilidade de que essa troca de conhecimentos seja comunicativa, isto é, que seja possível a expressão dos inúmeros saberes que se desenvolvem acerca dos objetos do mundo. A partir dessa premissa, potencializamos todas as formas de conhecer e nos permitimos desabrochar olhares, políticas, sociedades e vivências outras.

Tendo em vista a prerrogativa do desenvolvimento científico visando à explicação dos fenômenos mundanos, entende-se que esta seja uma das formas de conhecimento, dentre tantas outras que existem. Nesse sentido, é inquestionável a relevância da ciência, a qual precisa ser salientada, considerando as inúmeras tentativas atuais de depreciar ou contradizer as suas mais do que significativas contribuições. Ainda assim, conscientes da necessidade de reiterar o papel da ciência para o mundo, mas também sabendo da imposição de tratar os fatos como eles são, argumentamos a favor de enaltecer também os processos de opressão a mulheres, negro(a)s, indígenas, membros da comunidade LGBTQIA+, intrínsecos à história da ciência, bem como a apropriação e posterior silenciamento de seus conhecimentos.

Assim, surge a potência de pensar uma educação científica que considere a complexidade da construção científica, e que não a institua como única forma de pensar e conhecer o mundo. Essa construção necessita de muita dedicação, considerando a realidade colonizadora e não dialógica com a qual se costuma trabalhar nas escolas. Em contrapartida, nota-se, por meio de referências sobre cursos de formação para a educação no campo, que muito já se tem feito nesse sentido e que é possível esperançar uma educação libertadora e crítica com relação ao diálogo de saberes.

2. A LÓGICA SEGREGACIONISTA DOS “CULTOS” *vs.* “INCULTOS”

> Já passou da hora de todo mundo entender que cultura não é adjetivo, cultura é substantivo, ou seja, que cultura não é uma qualidade, você não tem que chamar de cultura aquilo que você gosta, aquilo que você acha bom. Cultura é tudo aquilo que é produzido pelo ser humano, todos os tipos de conhecimento produzidos pelo ser humano, e todos os seus conjuntos de hábitos, costumes, tradições, leis. Tudo isso é cultura. E esses hábitos e costumes, obviamente eles não surgem do nada, ta ligado? Essas coisas são reflexo das condições de vida de um povo. (CHAVOSO DA USP, 2020).

Essa fala de Thiago Torres, conhecido por Chavoso da USP, em um dos vídeos ("O funk consciente e as políticas econômicas brasileiras") de seu canal no YouTube, enaltece a fundamentalidade de nos desvincularmos da ilusão que paira sob o imaginário de boa parte da população, a qual julga ser cultura aquilo que é produzido pela classe dominante. É com base nessa pressuposição que se discrimina o funk e o rap, silenciam-se as falas da comunidade LGBTQIA+ e continua-se apagando os saberes de povos pretos e indígenas.

De acordo com Pinto (2020), a cultura se origina da necessidade humana de se manter viva e insurge como resultado da coletividade, em prol da manutenção das formas de controle sobre a natureza. Nesse sentido, é possível distinguir dois componentes no processo cultural: um de apropriação e criação de instrumentos visando à superação das condições hostis de vida; e outro que se ampara a partir das idealizações, que envolvem também reflexões que visam à superação e modificação – ou manutenção, no caso das classes dominantes – das condições de vida existentes.

Nessa contradição que se desvela entre classe dominante e classe trabalhadora com relação às suas formas de cultura, identificamos duas formas de interpretação para a sua ocorrência. Uma delas condiz com a produção de meios de cultura por conta das elites, as quais atuam como forma de alienação da classe trabalhadora, em seu tempo livre. Assim, a população pobre trabalha para se sustentar, ao mesmo tempo que enriquece a classe dominante, e, nas horas de lazer, consome produtos selecionados e imaginados pela elite a fim de ilustrar padrões que seduzem as populações em geral. É o que se vê com os noticiários, novelas, redes sociais e muitas outras mídias que nos dizem o que consumir e como fazê-lo. (CHAVOSO DA USP, 2020; TEMPERO DRAG, 2019).

Sobre esse assunto, em seu vídeo "Adorno e a indústria da cultura", a drag queen Rita Von Hunty alude que:

> Ter uma classe, que sempre foi a maior parte da população, as classes médias e as classes mais baixas trabalhadoras, alienada, não envolvida no processo histórico, nas lutas, nas notícias, nas decisões é interessantíssimo pra quem controla essas classes. (TEMPERO DRAG, 2019).

A partir dessa indústria da cultura, as elites convencem as classes populares de suas ideias meritocráticas e de culto ao consumo, enquanto as mantêm gerando lucros para si mesmas.

Além das tentativas de alienação da classe trabalhadora, Pinto (2020) constata que a cultura, sendo esta construção coletiva de instrumentos e conhecimentos para a abstração e dominação do mundo, apresenta-se de forma desigual entre ricos e pobres também com

relação ao acesso às formas de cultura. Assim, existe um grupo minoritário detentor da cultura (nesse caso, pensando na possibilidade de acesso a teatros, museus, cinemas, universidades) que se considera “culto” por poder participar de tais meios culturais e um grupo que maneja os bens de produção sem os consumir, que são os ditos “incultos”.

3. DIÁLOGO DE SABERES COMO UMA PREMISSA

É sob essa perspectiva que Santos (2007) alude à existência de uma linha abissal que separa as vivências e experiências de colonizados e de colonizadores, ainda que ambas se estabeleçam a partir das dicotomias existentes em suas realidades. Enquanto as sociedades metropolitanas se orientam a partir do paradigma regulação/emancipação, as colônias enfrentam o dilema da apropriação/violência.

Tendo em vista essas dicotomias que Santos (2007) aborda, visualiza-se que há contradições que são explícitas, mas que se mantêm no estrato das discussões balizadas por colonizadores. O conflito que se observa entre conhecimentos científicos, a filosofia e a religião (principalmente religiões cristãs) é um exemplo de desacordos aceitáveis para os próprios paradigmas colonizadores, tendo em vista que essas três formas de conhecimento/crença são produzidas pelo norte global. Entretanto, os conhecimentos populares, pretos, campesinos, indígenas nem entram nesse debate, porque são inexistentes para uma boa parcela da população, visto que há um silenciamento destas relações de conhecimento construídas pelos indivíduos do sul global.

Sabendo dessa supremacia branca e elitista que sustenta os conhecimentos acadêmicos e científicos, nota-se a relevância do trabalho de Thiago Torres (citado no início do capítulo), ao transpor esses conhecimentos a fim de dialogar sobre eles com outras comunidades. Além do Chavoso da USP, enalteço o trabalho da drag queen Rita Von Hunty em seu canal Tempero Drag, a qual também já foi citada e que tem papel fundamental no sentido de conscientização das massas quanto ao seu lugar no mundo. Considero que essa tenha sido uma das figuras mais importantes, inclusive, para o meu despertar quanto ao que escrevo agora.

A abordagem desses importantes agentes sociais se relaciona com a proposta do giro colonial, suscitada por Castro-Gómez e Grosfoguel (2007), que pretende romper com as barreiras modernistas e colonialistas fundamentadas no eurocentrismo, a fim de construir uma interculturalidade, colocando em diálogo os conhecimentos, valores, políticas e culturas outras. Essa é uma premissa necessária, posto que as regiões do mundo se constituem a partir de histórias únicas e singulares, ainda que se acredite na superioridade da Europa. Por isso, é

incumbida na visão de países periféricos a ideia de modernidade e de desenvolvimento, utilizando a realidade europeia como exemplo. Esquece-se, nesse caso, que a riqueza e a supremacia da Europa, à qual atualmente soma-se os Estados Unidos, é resultado da exploração dos outros povos.

Para isso, é fundamental superarmos as estruturas que perduram desde a colonização e criarmos uma nova forma de linguagem, a qual instaure as potencialidades do pensamento heterárquico (CASTRO-GÓMEZ; GROSFOGUEL, 2007). Só assim compreenderemos e poderemos integrar as complexidades abarcadas pelas relações de gênero, classe, sexualidade, conhecimento e espiritualidade. Essa luta, no entanto, está travada desde o período da colonização por parte dos povos mais oprimidos, como menciona Walsh (2019):

> […] fue con la invasión colonial-imperial de estas tierras de Abya Yala - las que fueron renombradas "América" por los invasores como acto político, epistémico, colonial - que este enlace empezó tomar forma y sentido. Se podía observar claramente en las estrategias, prácticas y metodologías - las pedagogías - de lucha, rebeldía, cimarronaje, insurgencia, organización y acción que los pueblos originarios primero, y luego los africanos y las africanas secuestradxs, emplearon para resistir, transgredir y subvertir la dominación, para seguir siendo, sintiendo, haciendo, pensando y viviendo - decolonialmente - a pesar del poder colonial. (WALSH, 2019, p. 25).

É inegável que a conservação da história, valores e saberes desses povos seja resultado de um processo atemporal de construção e manutenção de conhecimentos. Conhecimentos estes que transcendem os impedimentos opressores justamente porque são estabelecidos dialogicamente e coletivamente. Busca-se, então, um engajamento com essas lutas, visando à composição intercultural de caminhos que possibilitam formas outras de ser e estar no mundo e de se relacionar com as demais experiências. (WALSH, 2019).

Tendo em vista a resiliência dos povos originários, Krenak (2019) sabiamente ilustra as possibilidades de mudança de mundo a partir das concepções dos povos indígenas. Com base nessa ideia, ampliamos nossas subjetividades e especificidades, vivendo-as com liberdade e compartilhamento, ao invés de mercantilizá-las. No entanto, viver as individualidades é compreender a essência dessa potencialidade, e para isso é preciso uma conscientização para que não sejamos seduzido(a)s pela ideia que paira sobre o assunto nesse sistema capitalista. A ideia de diversidade que nos é vendida não contempla a grandiosidade da vida singular amparada pela coletividade e em confraternização com a natureza.

Essa conscientização é também sugerida por Freire (2013), que lembra da fundamentalidade de criarmos diálogos que potencializem a nossa identificação quanto ao nosso papel no mundo e nos incentivem a criar mecanismos de mudança a partir da

coletividade. No entanto, é muito comum que olhares colonizadores quanto a essa ideia acreditem que essa sugestão de diálogo se relaciona ao ensinar o(a) outro(a) sobre os seus conhecimentos, os quais são superiores. Como já discutimos, essa é uma visão muito presente nas concepções das classes dominantes, sobretudo quando se pensa na atribuição da ciência, por exemplo.

Contrário a esse viés colonizador e elitista, Freire (2013) compreende que cada ser humano tem sua forma de estar no mundo e, a partir disso, apresenta uma concepção de mundo e, consequentemente, saberes particulares. Com base em tal perspectiva, não é possível que se viva em harmonia e diversidade ao mesmo tempo que uma forma de pensar se sobrepuja a outras. Assim, Freire (2013) afirma:

> [...] educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem — por isso sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais — em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais. (FREIRE, 2013, p. 18).

Ainda conforme os ensinamentos de Freire (2013), nenhum processo de construção de conhecimento pode ser concebido a partir de sua "extensão", porque não há um ser detentor de conhecimento que ensina, nem um ser desprovido de vivências que aprende. Ao naturalizarmos situações em que se pretende estender o conhecimento, estamos aceitando que existem conhecimentos que são superiores, e que simplesmente apresentá-los a pessoas que pensam diferente é suficiente para que mudem suas próprias convicções.

Em contrapartida, essa atitude é apenas uma continuação da invasão cultural iniciada desde o período da colonização e nunca extinta. Para que seja possível a construção de pensamentos outros, é imprescindível que ela aconteça de forma dialógica, comunicativa. Desse modo, compreende-se que não há seres iluminados por seus conhecimentos e seres que estão à espera da iluminação. O que há é um objeto de conhecimento, que só pode ser conhecido pelo diálogo entre dois ou mais sujeitos, que comunicam aquilo que conhecem e, a partir disso, permitem-se conhecer mais e melhor (FREIRE, 2013).

Ainda assim, não podemos esquecer ou ignorar o fato de que todas as nossas experiências têm como base um cenário capitalista opressor e hierarquizante. Essa realidade nos faz, mesmo que com uma intenção dialógica, olhar para contextos diferentes dos nossos, com opiniões e saberes que só fazem sentido tendo em vista as nossas próprias vivências. Nesses casos, criamos a ilusão de um trabalho dialógico, o qual continua perpetuando atitudes colonizadoras.

4. CIÊNCIA: UMA, DENTRE TANTAS, FORMA DE CONHECIMENTO

A situação suscitada acima é melhor elucidada por Valla (2000). O autor mostra que, quando a classe média tenta dialogar com a classe popular, é comum que se perceba uma resistência à idealização de novas condições de vida. Pelo olhar da classe média, esse fato pode parecer comodismo ou aceitação das subalternidades que são impostas a essas pessoas. Ocorre, todavia, que essas pessoas têm suas vidas marcadas pela pobreza, sofrimento e opressão, e a resistência à luta por mudanças pode simbolizar uma tentativa de proteção contra mais decepções e ilusões.

Ademais, outra forma de pensar com relação a essas exigências de que as classes populares se tornem mais conscientes de seus direitos e de suas lutas refere-se também à consideração de que elas têm as suas próprias formas de se manifestar. A sua cultura é uma forma de se manifestar quanto às suas vivências, as quais a própria ciência pode estar longe de explicar, visto que é produzida pelas classes dominantes (VALLA, 2000).

Um aspecto bastante elucidativo do caráter hierárquico e sobrepujante do desenvolvimento científico é citado por Harding (1994). A autora apresenta inúmeros exemplos de casos de apropriação europeia de conhecimentos científicos produzidos pelas culturas não dominantes. Por isso, talvez seja incoerente afirmar que a ciência seja um produto europeu, como se faz perceber. Fato é que esse silenciamento das outras formas de conhecer surge também como um apagamento da história opressora da construção da ciência.

Partindo dessa análise, Harding (1994) explica a necessidade da existência dessas contradições e desse descrédito às outras formas de pensar justamente para justificar a exploração dos colonizados. Sabendo disso, pode-se inclusive indagar sobre a ideia benevolente que muitos têm da ciência. Assim, cabe questionar para quem o desenvolvimento científico é proveitoso e a quem ele serve. A resposta a essas questões não é muito difícil, mas pode contemplar mais de uma possibilidade, basta pensar nas relações ambientais, de gênero, de raça, de sexualidade, de colonialidade...

Nesse sentido, Santos (2007) mostra que a ciência é uma das formas de conhecimento existentes e que, por meio do que denomina ecologia de saberes, torna-se potente a consideração de diferentes formas de conhecimento e saberes em ocasiões específicas. Para citar um exemplo, pode-se pensar em uma questão de saúde que precisa ser resolvida. Em um caso dessa natureza, o conhecimento científico precisa ser considerado. Ainda assim, os procedimentos médicos podem ser potencializados pelas questões espirituais, que são

importantes para alguns grupos de pessoas. Assim, percebemos como os conhecimentos e crenças não são excludentes e, se aliados, podem gerar mais ganhos do que perdas.

Partindo de tal ponto de vista, podemos considerar que muito do negacionismo científico que, assustadoramente, vem se tornando cada vez mais impetuoso, origina-se dessa falta de diálogo que cerca o desenvolvimento da ciência. Refletindo sobre o cenário que permite a reverberação de ideias negacionistas, admite-se que há indivíduos que se beneficiam com a falta de conhecimento científico pelas massas e, por isso, criam concepções alternativas sobre fatos que há muito tempo, com muito esforço e trabalho, já foram compreendidos e explicados. Todavia, voltando nosso olhar para as massas, não é incoerente pensar que a sua crença nessas abstrações seja fruto desse distanciamento entre ciência e população.

Sobre o assunto, recordo-me de um exemplo citado por French (2009), enquanto relata a influência dos conhecimentos prévios para a realização de observações científicas. Galileu Galilei tentava convencer seus colegas acerca da existência de luas orbitando Júpiter, bem como da existência de crateras na lua da Terra, mas não obteve êxito, ainda que suas observações fossem bastante significativas. Pelo contrário, o que obteve como resposta foi uma descrença generalizada por parte de seus colegas.

Assim, French (2009) argumenta que a visão que Galileu tinha com relação aos astros não era a mesma da de seus colegas, visto que não apresentavam o mesmo objeto de estudo. Ademais, como poderiam assumir que o funcionamento do telescópio utilizado era confiável? Por fim, o autor ainda lembra que as descobertas de Galileu não coincidiam com a visão da época de que as leis que explicavam os sistemas terrestres não poderiam ser aplicadas aos céus. Nesse sentido, podemos perceber que a recusa dos colegas de Galileu em aceitar os novos fatos que se originavam da sua observação deriva *1)* da falta de conhecimento das teorias científicas que se relacionavam ao fenômeno observado; *2)* da inexperiência quanto ao instrumento utilizado; e *3)* do choque de ideias que essa descoberta propunha.

Com base nesse exemplo trazido por French (2009), podemos nos questionar quanto à sua similaridade com o contexto atual. Ainda que tentemos explicar para a população sobre a eficácia e a importância dos feitos científicos, boa parte dela não será convencida, porque não apresenta uma bagagem conceitual suficiente para isso, além de não conhecer as ferramentas disponíveis. Por fim, e sobretudo, para fazer relação com o que viemos dispondo até então, é evidente que a forma em que a ciência se coloca, como um conhecimento superior e absoluto,

gera um conflito na população, que se divide em acreditar nisso ou naquilo, visto que parecem formas de pensar muito diferentes e que, portanto, são excludentes.

Tendo em vista esses aspectos, nota-se a relevância desse diálogo de saberes ao qual viemos aludindo desde o início deste capítulo. Apenas fundamentando-se em uma comunicação dialógica é que conseguiremos superar o negacionismo científico, bem como conceber práticas menos hierárquicas entre as diversas formas de pensar existentes. Com relação ao exposto até então, é inquestionável o papel das escolas como formadoras (ou não) de sujeitos críticos e conscientes acerca da construção científica. Por isso, seguiremos nossa discussão agora direcionando nossa análise para a educação científica.

5. POTENCIALIDADES DO DIÁLOGO DE SABERES NA EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS

Iniciando esta seção, consideramos imprescindível reiterar a ideia de Freire (2013) de que qualquer processo de construção de conhecimento precisa ser dialógico e comunicativo, para que alcance o objetivo de se tornar libertador. Atribuímos, nesse caso, essa visão de construção de conhecimentos também tendo em vista a educação em ciências, entendendo a sua potencialidade enquanto formadora de sujeitos críticos e conscientes de seu estar no mundo.

Fleuri (2003) afirma que desde 1997, quando foram lançados os Parâmetros Curriculares Nacionais e se instituiu a pluralidade cultural como um tema transversal, vem crescendo a perspectiva de uma educação intercultural no Brasil. Apesar de haver muitas possibilidades de interpretação e denominação quanto à interculturalidade, o autor afirma que o paradigma basilar desse campo se resume à "[...] possibilidade de *respeitar as diferenças* e de *integrá-las em uma unidade que não as anule.*" (FLEURI, 2003, p. 17, grifo do autor).

No Brasil, uma educação que legitime as múltiplas etnias aqui presentes é, no mínimo, urgente. Ademais, o(a)s jovens necessitam se sentir acolhido(a)s em sua complexidade pela escola. Por isso, o contexto escolar deve estar apto a dialogar e permitir uma socialização entre as formas de ser e estar no mundo do(a)s estudantes, fomentando a construção desta riqueza de identidades. Nessa perspectiva, poderemos corroborar para práticas também de alteridade, em que a comunidade escolar se veja como um espaço de liberdade e de possibilidades de aprendizado não apenas conceitual, mas de vivências e de criação de laços. Mas para isso, é imprescindível "[...] a renovação dos paradigmas científicos e metodológicos." (FLEURI, 2003, p. 16).

Além do trabalho intercultural visando à valorização das diversas formas de cultura, Chassot (2008) defende que a consideração dos saberes populares no ensino também se refere à resistência de se permitir que esses saberes sejam apagados e/ou esquecidos. Voltando-se a conhecimentos populares que se relacionam aos conceitos relativos às ciências da natureza, o autor cita as técnicas de plantação e de construção, o controle de pragas, as estratégias antepassadas de conservação de alimentos e de produção de energia, a prevenção e tratamento de doenças, entre outros.

Nesse trabalho, em que considerou sobretudo os saberes de pessoas idosas, Chassot (2008) comenta sobre a satisfação das pessoas da comunidade em poderem compartilhar um pouco do que sabem, saberes estes que permaneceram invisibilizados por tanto tempo. Promover o diálogo entre esses saberes e os conhecimentos científicos pode gerar impactos tanto com essas comunidades com as quais se está dialogando quanto para a problematização e descentralização da ciência.

A ciência abordada na escola é tratada como uma verdade absoluta, linear e ahistórica. As relações de poder que envolvem as diversas formas de cultura – inclusive o desenvolvimento científico – são excluídas das aulas de ciências. Entendendo o livro didático como uma importante ferramenta para o ensino, mas também como um resultado de interesses políticos e econômicos, Macedo (2004) analisa um dos livros didáticos mais utilizados na década de 1970 e início de 1980, que ainda está presente em muitas bibliotecas escolares. A autora afirma que essa é a única obra referente a este marco temporal que trata a ciência como uma produção cultural, mas que, mesmo assim, a coloca como forma de conhecimento superior e absoluto.

Em um primeiro momento parece incoerente estarmos nos debruçando em entender a abordagem dos livros didáticos que repercutiam em décadas já bem distantes. Entretanto, é importante destacar o questionamento de como a visão de ciência desse e de outros livros didáticos da época reverberou nas aulas de ciências da natureza. Ademais, é imperativo refletir sobre até que ponto esse fato pode ter corroborado para que tenhamos essas ideias deturpadas com relação às ciências sobre as quais viemos discutindo neste capítulo.

Voltando ao livro didático, ele é estruturado, sobretudo, com histórias em quadrinhos, as quais deixam bastante explícitas a ideia de ciências que era abordada nas escolas na época. Durante a análise da obra, são percebidas concepções da ciência como puramente experimental, além de enaltecer a figura de um estudante principal, curioso com os aprendizados sobre as ciências da natureza, e seu professor, como homens brancos, bem

vestidos e aparentemente de classe média. Outros grupos sociais são também representados, aparecendo, em sua maior parte, como selvagens, de conhecimento inferior e hábitos incomuns. Dessa forma, fica evidente a tentativa de apagamento das relações colonialistas, racistas e sexistas inerentes ao contexto científico (MACEDO, 2004).

Quanto aos currículos atuais, a autora afirma que ainda há muito o que se adaptar para que os livros didáticos contemplem essa ideia de ciência como construção coletiva, histórica, não exclusivamente empírica, mas também hierárquica e supremacista. Esses aspectos devem ser evidenciados não apenas objetivando o diálogo de saberes, mas também visando à exploração do conhecimento científico como ele de fato acontece, em toda a sua complexidade.

Nota-se que o ensino de ciências na educação do campo surge como um novo horizonte para a área. Com relação à educação do campo, é de total coerência a abertura ao diálogo de saberes, visto que, nesse contexto, é fundamental que a construção de conhecimentos esteja relacionada a um processo que considere os conhecimentos já existentes nas relações dos povos com o campo e que esses sejam ampliados e intensificados com os conhecimentos científicos. Britto e Silva (2015) salientam que as dinâmicas que se estabelecem em contextos campesinos são inalienáveis, tornando impossível falar sobre produção sem falar de cultura, educação ou, ainda, outras atividades desenvolvidas pelos povos do campo.

Compreende-se, então, que seja imprescindível um trabalho que articule as diversas formas de conhecimento, considerando as interações possíveis entre os conhecimentos científicos (segmentados pela lógica de produção capitalista), mas também os saberes da comunidade, os quais não podem mais ser invisibilizados. Para isso, uma prerrogativa basilar é que os cursos de formação de professores da educação do campo levem em conta essa imposição de trabalho interdisciplinar e heterárquico, a partir da seleção de objetos de estudo coerentes com o contexto dos povos de campo. Com base nessa premissa, entende-se que a alternância entre Tempo Universidade e Tempo Comunidade seja significativa para o estabelecimento dessas relações necessárias entre as diversas formas de conhecimento (BRITTO; SILVA, 2015).

A partir dessas relações engajadas que o(a)s licenciando(a)s estabelecem com os povos do campo, dialogicamente, é possível que se dimensione um objeto de interesse e que sejam considerados os vários olhares e conhecimentos que a ele se relacionam. Dessa forma, como sugere Freire (2013), é possível que mutuamente os conhecimentos sejam construídos e

valorizados, sem a imposição de valores ou certezas, como vemos nas práticas descritas durante os capítulos deste livro.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendendo que a ciência se constitui como umas das possíveis formas de pensar e sabendo da relevância de suas contribuições, enaltecemos a primordialidade de priorizar um diálogo entre os diversos saberes, incluindo os saberes científicos. Dessa forma, podemos aproximar de nossos estudos pessoas que não comumente se identificam com a construção da ciência, ao mesmo tempo que nos permitimos construir novos conhecimentos. No entanto, como discutimos, só podemos vislumbrar esse panorama comunicativamente.

O diálogo de saberes se coloca como uma perspectiva para a criação de conhecimentos, políticas, organizações sociais outras não mais respaldados por uma única visão de mundo, eurocêntrica e colonial, mas por uma heterarquia que possibilite reverberar as diversas formas de ser e estar. Um dos principais alicerces nessa luta é a educação, e é imperativo potencializar nas práticas escolares a liberdade de dialogar sobre os conhecimentos, compreendendo que o conhecimento científico não é o único possível e que as pessoas que estudam a ciência não são os únicos seres que conhecem.

Assim, a educação científica torna-se um dos pilares de conhecimentos que podem ser articulados na escola, suscitando todos os percursos percorridos para que a ciência tenha se instituído como é hoje – incluindo as discussões sobre as suas omissões quanto às relações de gênero, raça e classe social –, dialogando com as outras formas de saber e constituindo novos aprendizados em todas as áreas.

Referências:

ADORNO e a indústria da cultura. [*S. l.: s. n.*], 2019. 1 vídeo (12 min 58 s). Publicado pelo canal Tempero Drag. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=F98LqQt0Rd8. Acesso em: 6 jul. 2021.

BRITTO, N. S.; SILVA, T. G. R. da. Educação do Campo: formação em ciências da natureza e o estudo da realidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 763-784, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/vwzqfhSrZZTwZrbZGQFqMQS/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 9 jul. 2021.

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. Prólogo: Giro decolonial, teoria crítica y pensamiento heterárquico. *In*: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. (org.). **El giro decolonial**: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global.

Bogotá: Siglo del Hombre Editores: Universidad Central: Instituo de Estudios Sociales Contemporáneos: Pontifícia Universid Javeriana: Instituto Pensar, 2007. Disponível em: http://www.unsa.edu.ar/histocat/hamoderna/grosfoguelcastrogomez.pdf. Acesso em: 6 jul. 2021.

CHASSOT, A. Fazendo Educação em Ciências em um Curso de Pedagogia com Inclusão de Saberes Populares no Currículo. **Química Nova na Escola**, [*s. l.*], n. 27, 2008. Disponível em: http://webeduc.mec.gov.br/portaldoprofessor/quimica/sbq/QNEsc27/03-ibero-2.pdf. Acesso em: 9 jul. 2021.

FLEURI, R. M. Intercultura e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 23, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/SvJ7yB6GvRhMgcZQW7WDHsx/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 9 jul. 2021.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FRENCH, S. **Ciência**: conceitos-chave em filosofia. Porto Alegre: Artmed, 2009.

HARDING, S. Is Science Multicultural? Challenges, Resources, Opportunities, Uncertainties. **Project MUSE**, Baltimore, EUA, v. 2, n. 2, 1994. Disponível em: https://muse.jhu.edu/article/8039#info_wrap. Acesso em: 9 jul. 2021.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2019.

MACEDO, E. A imagem da ciência: folheando um livro didático. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 25, n. 86, p. 103-129, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/Ngxp4HwXpmpG7b87N7rmyFB/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 9 jul. 2021.

O FUNK consciente e as políticas econômicas brasileiras. [*S. l.: s. n.*], 2020. 1 vídeo (35 min 36 s). Publicado pelo canal Chavoso da USP. 20 set. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=y8vs5FrpMww. Acesso em: 6 jul. 2021.

PINTO, A. V. **Ciência e existência**: problemas filosóficos da pesquisa científica. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos**, vol. 79, nov. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/nec/a/ytPjkXXYbTRxnJ7THFDBrgc/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 28 jun. 2021.

VALLA, V. V. Procurando compreender a fala das classes populares. *In*: VALLA, V. V. **Saúde e Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

WALSH, C. Lo pedagógico y lo decolonial: Entretejiendo caminos. *In*: WALSH, C. **Pedagogías decoloniales**: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. 1. ed. Ecuador: Editorial Abya-Yala, 2019.

A EQUIPE WIKI E O LIVRO SEMEANDO GIRASSÓIS: CONTRIBUIÇÕES À PRODUÇÃO E À DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, O TRABALHO COLETIVO EDIFICANDO DESENLACES DE CONSCIÊNCIA

Xochilt Ibarra Goulart
Mestranda PPGSP - UFSC
xochiltgoulart@gmail.com

Yannick Monteiro Silves Frederico,
Licenciando em Educação do Campo - UFSC
yannickfrederico15@gmail.com

Felipe Ramos Lima
Mestrando PPGECT - UFSC
lima.felipe.r@gmail.com

Resumo

Este capítulo narra um pouco da trajetória da Equipe Wiki ao realizar o cadastramento de mídias nas plataformas Wikimedia. Por meio do conhecimento livre e colaborativo, construímos cadastros de mídias de autoria dos estudantes da turma Girassol do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Santa Catarina, a serem consumidas na elaboração do presente livro. Por meio desse trabalho coletivo, contribuímos com esse ecossistema de produção de conhecimento e, no decorrer desse processo, desenvolvemos uma reflexão crítica acerca do exercício de poder nesses ambientes. Essa tarefa foi permeada por compreender um pouco das dinâmicas das relações de poder que são conformadas nas plataformas Wikimedia, em especial no Wikimedia Commons. Apresentamos a possibilidade do encontro nessas plataformas e, consequentemente, elencamos questões histórico-culturais que permearam nossas experiências. Assim, procuramos analisar as implicações dessas questões em relação ao processo de produção do conhecimento coletivo e colaborativo, campo que está sempre em disputa, tanto na esfera intelectual quanto na esfera política e cultural. Após essas reflexões, concluímos este trabalho com uma asserção sobre a importância que o trabalho coletivo tem em prol da aprendizagem em direção à consciência de que o compartilhamento e o conhecimento livre são necessários para a democratização do saber e a liberdade de pensar .

Palavras-Chave: Wikimedia; Licenças Livres; Produção de Conhecimento; Trabalho Coletivo; Relações de Poder

1. A EQUIPE WIKI E AS LICENÇAS DE CONTEÚDO

A equipe Wiki foi formada a partir de vários encontros fortuitos que culminaram na organização de um trabalho desenvolvido no território das plataformas Wikimedia. Especificamente nesse projeto de desenvolvimento do livro, a equipe contribuiu com a organização e cadastramento das mídias, desenvolvidas pelos autores deste livro – a turma Girassol – e pela equipe de Design do Prosa, como um projeto de extensão na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Esses encontros aconteceram pelos interesses e necessidades que envolvem o desenvolvimento das atividades acadêmicas e, também, na busca por superar desafios da vida, como as discussões em torno do conhecimento livre e as questões de ensino-aprendizagem no contexto da pandemia da covid-19.

Uma das motivações que indiretamente interferiram para que essa equipe fosse formada é a existência da portaria do Ministério da Educação (MEC) nº 451/2018 (BRASIL, 2018), a qual versa sobre o licenciamento de conteúdo que materiais subsidiados com recurso público são orientados a possuir. Nesse sentido, o primeiro encontro fortuito aconteceu na busca por qualificar os licenciamentos de conteúdo e a compreensão de como esse licenciamento interferiria na confecção de materiais de trabalho. Como os projetos subsidiados pela Wikimedia Foundation utilizam licenças livres, todos os materiais devem ser publicados seguindo regras e políticas que não entrem em contradição com esse ecossistema de produção de conteúdo. Assim, segundo a definição original da Open Knowledge Foundation:

> *O conhecimento é aberto se qualquer pessoa está livre para acessá-lo, utilizá-lo, modificá-lo, e compartilhá-lo — restrito, no máximo, a medidas que preservam a proveniência e abertura.*
> Este significado essencial de “aberto” toma parte na definição Definição de Código Aberto, e é sinônimo de “livre” como na Definição de Software Livre e como na Definição de Obras Culturais Livres. (OPEN KNOWLEDGE FOUNDATION, [2021]).

Por sua vez, nos alinhamos com a definição de obras culturais livres, isto é, “[...] obras ou expressões que possam ser livremente estudadas, aplicadas, copiadas e/ou modificadas, por qualquer um, para qualquer finalidade.” (DEFINITION/PT - DEFINITION OF FREE CULTURAL WORKS, [*s. d.*]). Nessa linha de raciocínio, são definidos modelos de licenças que resguardem o direito e o estatuto de obra cultural livre. Essas liberdades essenciais são citadas a seguir:

> De modo a ser reconhecida como "livre" sob esta definição, uma licença deve dar as seguintes liberdades sem limitação:

> - **A liberdade de usar e executar a obra:** O licenciado poderá fazer qualquer uso, privado ou público, da obra. Para tipos de obra onde seja relevante, esta liberdade deve incluir todos os usos derivados ("direitos relacionados") tais como executar ou interpretar a obra. Não devem haver exceções relativas a, por exemplo, considerações políticas ou religiosas.
> - **A liberdade de estudar a obra e aplicar a informação:** O licenciado poderá examinar a obra e usar o conhecimento adquirido da obra de qualquer maneira que deseje. A licença não pode, por exemplo, restringir a "engenharia reversa".
> - **A liberdade de distribuir cópias:** As cópias podem ser vendidas, trocadas, ou distribuídas gratuitamente, como parte de uma obra maior, uma coleção, ou de forma independente. Não deve haver limites na quantidade de informação que poderá ser copiada. Também não deve haver nenhum limite em relação a quem poderá copiar a informação ou onde a informação poderá ser copiada.
> - **A liberdade de distribuir obras derivados:** De modo a permitir que qualquer um possa melhorar uma obra, a licença não deve limitar a liberdade de distribuir uma versão modificada (ou, para obras palpáveis, uma obra de alguma maneira derivado do original), independente da intenção ou propósito de tais modificações. Contudo, algumas restrições podem ser aplicadas para proteger essas liberdades essenciais ou a atribuição de autores [...] (DEFINITION/PT - DEFINITION OF FREE CULTURAL WORKS, [*s. d.*])

Há ainda restrições que uma licença pode estabelecer e, mesmo assim, a obra que receber tal licença continua a ser considerada uma obra cultural aberta. Essas restrições são de dois tipos: a **atribuição de autoria (BY)** e o **compartilha igual (Share-Alike);** elas são descritas da seguinte maneira:

> **Atribuição dos autores**
>
> A atribuição protege a integridade de uma obra original e fornece crédito e reconhecimento aos autores. Uma licença pode, portanto, exigir a atribuição do autor ou autores, desde que tal atribuição não impeça o uso normal da obra. Por exemplo, não seria aceitável para a licença exigir um método de atribuição significativamente mais complicado quando uma versão modificada do texto licenciado é distribuída.
>
> **Transmissão das liberdades**
>
> A licença pode incluir uma cláusula, muitas vezes chamada de ***copyleft*** ou ***share-alike***, que garante que os próprios trabalhos derivados continuem sendo trabalhos livres. Para este efeito, pode, por exemplo, exigir que todos os trabalhos derivados sejam disponibilizados sob a mesma licença livre do original. (RESTRIÇÕES PERMISSÍVEIS - DEFINITION OF FREE CULTURAL WORKS, [*s. d.*], grifos e tradução nossa)

Uma das licenças públicas mais utilizadas atualmente são as licenças *Creative Commons*:

> A iniciativa Creative Commons (CC), tem por objetivo fornecer licenças públicas, isto é, permissões jurídicas para que obras de diferentes naturezas possam ser disponibilizadas e utilizadas por qualquer indivíduo. Essas licenças criam uma alternativa ao direito de propriedade intelectual tradicional, justificada pelo exercício das prerrogativas que cada autor possui, pela própria legislação, de permitir o acesso, a cópia e a distribuição de suas obras. Trata-se de um deslocamento do eixo de "todos os direitos reservados" para "alguns direitos reservados" ("all rights reserved" para "some rights reserved") (FERES *et al*., 2021, p. 6).

Os mesmos autores pontuam a vantagem do uso das licenças *Creative Commons*:

> A vantagem das licenças Creative Commons é que elas já existem, são conhecidas e utilizadas por um número crescente de usuários, e são compatíveis com o regime de direito autoral de grande parte das jurisdições. Além disso, cada uma está disponível em três versões: (1) compreensível para leigos, pessoas que não têm formação jurídica; (2) para advogados, utilizando termos próprios do campo jurídico; e (3) legível por máquinas, transcritas em linguagem de programação permite que as obras sob ela autorizadas no formato digital sejam "marcadas" com os termos da licença, facilitando a identificação por um computador. (FERES *et al*., 2021, p. 17).

É importante salientar aqui que, para que os conteúdos possam circular, ser remixados e alcançar um acesso amplo, não basta que nos utilizemos de licenças *Creative Commons*, ou outra licença pública qualquer, é preciso que essas licenças sejam aquelas que se alinhem às liberdades essenciais pontuadas anteriormente. Em síntese: **não basta ser uma licença *Creative Commons*, é preciso usar uma licença livre.**[31]

Munidos dessa compreensão, licenciamos nossas mídias com uma licença CC-BY (CREATIVE COMMONS — ATTRIBUTION 4.0 INTERNATIONAL — CC BY 4.0, [*s. d.*])e o livro todo em uma licença mais restrita, porém, ainda assim, livre, isto é, CC-BY-SA (CREATIVE COMMONS — ATTRIBUTION-SHAREALIKE 4.0 INTERNATIONAL — CC BY-SA 4.0, [*s. d.*]).

A partir dessa problematização no entorno das licenças e produção de conteúdo, houve a demanda de uma pessoa dedicada ao cadastro dessas mídias em formato livre, e o segundo encontro se deu a partir daí.

O terceiro encontro se deu a partir do contexto de uma turma da Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Santa Catarina, no qual um dos estudantes demonstrou uma capacidade de síntese e articulação de ideias que possibilitou o terceiro encontro. Era necessária uma pessoa dentro do contexto da turma para organizar os processos e conversar com as pessoas sobre os temas do trabalho, articulando todo o processo editorial.

---

[31] Para mais informações, consultar a cartilha desenvolvida pela *Creative Commons* Brasil (VALENTE; HOUANG, 2021).

As plataformas Wikimedia possibilitam esses tipos de encontros. A maneira como a informação vai circular e se conformar nesses espaços vai depender muito das pessoas que vão se debruçar sobre a tarefa de sistematizar os conteúdos nos ambientes. Nossa tarefa na escrita deste livro consistiu em colaborar com os estudantes para que os conteúdos e as mídias que eles produziram fossem cadastrados e consumidos na elaboração deste livro. E, para além do consumo de conteúdo local, que essas mídias integrassem o ecossistema de conteúdos livres disponíveis na internet. Assim, esses saberes poderiam contribuir nessas plataformas a partir das vivências locais, potencializando esse ecossistema do conhecimento livre.

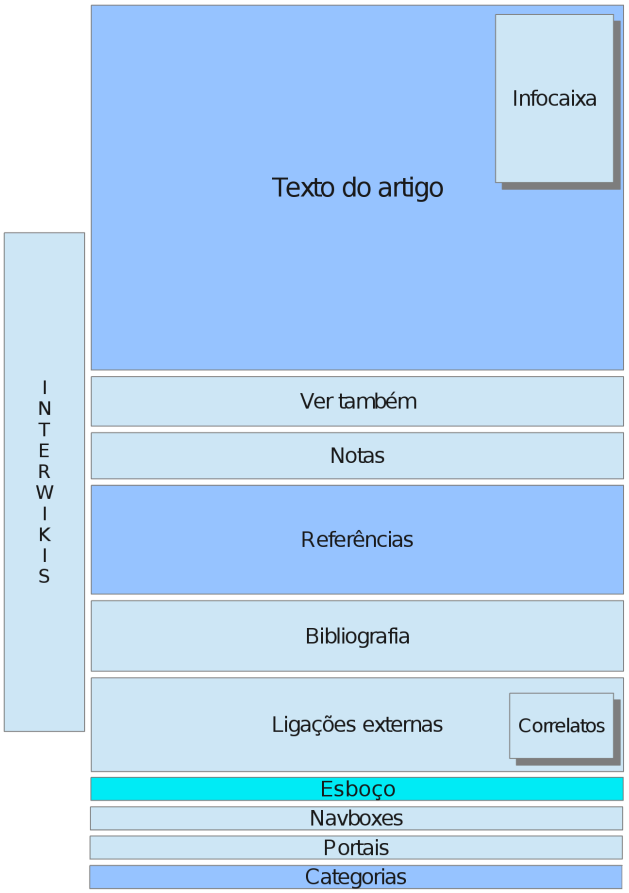
As plataformas Wikimedia podem ser concebidas como sistemas de atividades humanas em interação. O exemplo mais clássico é a Wikipédia, com a produção de seus artigos (SLATTERY, 2009)**.** Nessa enciclopédia on-line, o critério de validação da informação presente em cada verbete se dá a partir da informação em alguma outra fonte considerada fiável[32], construindo, utilizando e aperfeiçoando um critério de verdade para a informação sistematizada em cada verbete (GARCIA *et al*., 2020)**.**

Os critérios editoriais da Wikipédia moldam todo um processo coletivo de desenvolvimento em que na ponta final há uma sistematização histórica da informação materializada em cada verbete[33]. Em contínuo processo de revisão por pares, essa informação vai sendo atualizada e melhorada, algo como um *palimpsesto infinito* (WYATT, 2020). Na Wikipédia, em português, um verbete precisa estar adequado ao livro de estilo[34]:

---

[32] Para mais informações, consultar:
Fontes confiáveis – Wikipédia, a enciclopédia livre (WIKIPÉDIA:FONTES CONFIÁVEIS, 2020)
[33] Consultar os 5 pilares fundamentais da Wikipédia:
https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Wikip%C3%A9dia:Cinco_pilares&oldid=58746259
(WIKIPÉDIA:CINCO PILARES, 2020)
[34] Consultar o texto completo sobre o livro de estilo:
https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Wikip%C3%A9dia:Livro_de_estilo&oldid=60786907
(WIKIPÉDIA:LIVRO DE ESTILO, 2021)

Figura 1 – Seções padrão de um verbete da Wikipédia



Fonte: (THEVULCAN, 2013)

A prática e na prática

No que tange a nossas experiências e trabalhos, estamos mais conectados a dois projetos, o Wikicommons[35] e a Wikipédia. Essas duas plataformas são as que mais utilizamos no processo de licenciamento de imagens, ilustrações e infográficos.

Diferente do que se pensa, cada projeto Wikimedia tem um conjunto de regras, podendo ser mais ou menos rígidas quanto ao que se escreve e às alterações feitas. Para isso, tem-se uma comunidade de editores extensa e ativa, que estão sempre em contato e monitorando suas "páginas vigiadas"[36]. Assim, em nossa compreensão atual, surge uma bifurcação: por um lado, uma divisão do trabalho de maneira hierárquica dos poderes de edição pelo exercício de poder calcado no lastro de participação e antiguidade; por outro lado, surge uma divisão hierárquica que emerge da complexificação na divisão do trabalho dos sujeitos colaboradores. No Wikimedia Commons, mais conhecido como Wikicommons, há usuários que podem apenas criar ou melhorar mídias e outros que podem fazer alterações nas páginas, de acordo com a demanda[37] específica do usuário que pretende fazer as alterações. Assim, surgem divergências, atritos e tensões num ambiente heterogêneo entre os sujeitos editores e as regras da Wikimedia, espaço de exercício de poder. Um exemplo típico é a tentativa de censura por parte de agentes do governo brasileiro aos verbetes da Wikipédia (GARCIA *et al*., 2020).

2. QUEM SÃO OS DONOS DO CONHECIMENTO? TENSIONAMENTOS E RELAÇÕES DE PODER

A produção do conhecimento e do aprendizado coletivo

Estamos perante a um contexto em que três autores, uma nicaraguense, um cabo-verdiano e um brasileiro, com vivências, países e, portanto, peculiaridades diferentes, concretizaram por meio do aprendizado coletivo uma unidade que visa não uniformizar ou suprimir as diversidades da equipe, mas que, pelo contrário, procura florescê-las. De modo que a conduta dessa equipe não é velar os diferenciais individuais, mas, precisamente, agregá-los como materiais analíticos para a melhor compreensão da realidade tratada, que

---

[35] O Wikimedia Commons (PÁGINA PRINCIPAL - WIKIMEDIA COMMONS, [*s. d.*]) é um repositório de mídias. O Wikidata (WIKIDATA, [*s. d.*]) é um repositório de dados estruturados. A Wikipédia lusófona (WIKIPÉDIA, 2021) é a enciclopédia on-line que todos podem editar. Todos os projetos Wikimedia utilizam licenças livres em diversos formatos.

[36] Páginas Vigiadas: lista de alterações nas páginas em que o usuário está monitorando.

[37] Por exemplo, deletar um infográfico que esteja com o título errado ou com a gramática incorreta.

neste momento é, essencialmente, a Wikimedia. Sendo assim, a equipe se torna um fator de unidade da diversidade, convergindo qualificações diversas para o ponto de problematizar, criticar, produzir, desenvolver e democratizar o conhecimento. Nesse sentido, é possível constatar um ambiente de aprendizagem coletiva e horizontal, forjando o berço da produção de conhecimento, direcionada a fins coletivos, sem o prejuízo das idiossincrasias dos membros individuais da equipe.

Nesse concerto de autores, congregam-se análises oriundas de diferentes áreas do saber, que se complementam na medida em que procuramos obter um panorama orgânico e holístico desse objeto de trabalho.

As articulações exercidas pelos seus membros, no âmbito de compilar e cadastrar materiais, possibilitam o acesso e a aprendizagem de novas plataformas digitais para além da Wikimedia, tais como o Slack, o Trello e o Telegram. Posto isso, analisando esse processo com o devido rigor, notar-se-á que os membros, embora com faculdades distintas no início do projeto, munem-se de novos diferenciais – por intermédio do trabalho coletivo – no decorrer e na processualidade do projeto. Esse acréscimo qualitativo de novos atributos permite o incremento da desenvoltura e autonomia do indivíduo no seu trabalho.

Para penetrar esse conceito de modo mais concreto, daremos os seguintes relatos: estando inseridos no projeto; inevitavelmente, entramos em contato com as formas burocráticas de obter permissão do uso e cadastramento das mídias do livro. Assinados e adquiridos os modelos de permissão, faz-se necessário cadastrar as mídias, com as respectivas designações, descrições, atribuições e autorias, na plataforma Wikimedia Commons. Ao realizar isso, cruzamos três fronteiras do conhecimento, ainda que de modo inconsciente. Em primeiro lugar, transitamos nos trabalhos reflexivos – que, apesar de terem fundamentos na realidade, são de domínio intelectual, com substanciais números de abstrações –, o que nos permitiu recolher e selecionar as mídias para o uso e o cadastramento. Segundo, ingressamos no domínio técnico-burocrático, elaborando modelos de permissão, pesquisando os autores das mídias via redes sociais, como o Facebook e o Instagram. E, finalmente, adquirido o consentimento do(a) autor(a) das mídias, mergulhamos incisivamente no domínio da tecnologia, conhecendo-lhe os contornos, para que se possa realizar o derradeiro objetivo de cadastrar adequadamente as mídias.

A Wikimedia, apesar de constituir um universo à parte, repleto de personas e sujeitos laboriosos, não está isento das influências e imposições da realidade social hegemônica. De modo que a própria Wikimedia é resultado e está em última instância subordinada a essa

realidade social. As implicações que gravitam desta relação despertam-se diante do nosso exame no quesito da credibilidade dos verbetes disponibilizados.

Ao produzir conhecimento, resta ainda criticar minuciosamente o conhecimento obtido. O que significa questionar, no nosso caso específico, o modelo de produção e consumação do conhecimento na Wikimedia. Porém, criticar é superar; por conseguinte, não bastará somente indicar os efeitos deletérios do processo, caso hajam, mas superá-los ou propor os caminhos para tal.

Os verbetes que gozam de credibilidade geralmente são os que se fazem valer do seu caráter científico e imparcial.Esse caráter científico é sobretudo elaborado religiosamente sob os ditames da intelectualidade ocidental europeia e norte-americana. Leia-se, os verbetes que ofendam, seja pela forma, seja pelo conteúdo, os requisitos desses ditames são desprovidos de credibilidade. O que implica dizer que esse modelo de produção de verbetes é na sua maioria vetado aos povos periféricos, onde, predominantemente, não se comungam nem se identificam com essa tipologia de normas para apresentar o conhecimento. Por exemplo, o conhecimento oral ou transmitido por relatos orais.

É necessário afirmarmos de modo cristalino que não antagonizamos com o caráter científico dos verbetes, pelo contrário, é de nosso entendimento que a humanidade muito tem a se beneficiar com esse modelo. Porém, advogamos que um repositório que exprime um acervo que se ufana de ser Universal ignore conhecimentos de povos marginalizados, entregando ao esquecimento o seu aporte cultural, constituindo uma omissão nociva. Pois essa é a verdadeira definição de epistemicídio (SANTOS; MENESES, 2009).

O silêncio de uma cultura são histórias não contadas de um povo. E histórias não contadas de um povo são o segredo de toda uma civilização por descobrir. Advertimos e tomamos partido contra o epistemicídio porque é do nosso entender que os detentores dos aparelhos ideológicos do Estado vigente – aqui estamos usando a definição de Gramsci (GRAMSCI, 1999)– subordinados ao Capital (a grande imprensa, cinema, escolas, igrejas etc.) operam e propagam o conhecimento predominante que percorre e molda o nosso cotidiano. Estando nesse mesmo cotidiano conhecimentos indígenas, africanos e asiáticos invisibilizados ou desvalorizados, com precárias possibilidades de disseminação frente ao poderio hegemônico ocidental (Europa e América do Norte).

O nosso alerta possui raízes nos anais da história, onde por diversas vezes se testemunhou conhecimentos de povos periféricos serem destruídos, subtraídos ou apropriados de maneira conveniente pela ordem vigente. A título de exemplo, relataremos o seguinte fato:

Se recuarmos no tempo, é notório que o Egito legou à humanidade particular esplendor, no que diz respeito a artes, filosofia, arquitetura, matemática e ritos religiosos.

Por essas excelências, o Egito atraiu várias personalidades do mundo antigo. No entanto, devido ao senso comum que impera desde o sequestro e a escravidão dos povos africanos, atribuindo a esses povos o estigma de serem incivilizados, desprovidos de cultura ou de conhecimento, com o passar dos séculos, o Egito, essa nação africana, foi paulatinamente surrupiada da sua origem negra, tendo chegado ao cúmulo de ter de provar a sua negritude ancestral (DIOP, 1989). Nos anos compreendidos entre 1783 e 1785, o Conde de Constantin Volney, um nobre da monarquia francesa, repleto dos preconceitos acima citados, esteve no lar dos Faraós e observou pasmado que a civilização que havia construído as Pirâmides descendia de negros africanos:

> Mas voltando ao Egito, a lição que ela ensina para a história contém muitas reflexões para a filosofia. Mas que assunto para meditação! Ver a atual barbárie e ignorância dos Coptas, descendentes da aliança entre o profundo gênio dos egípcios e a mente brilhante dos Gregos! Só de pensar que essa raça de homens pretos, hoje nossos escravos e o objeto de nosso desprezo, é a própria raça à qual devemos as nossas artes, ciências e até mesmo o uso da fala! Imaginem, finalmente, que é do meio de povos que se dizem os maiores amigos da liberdade e da humanidade que se aprovou a mais bárbara escravidão e questionou-se se os homens pretos têm o mesmo tipo de inteligência que os Brancos! (VOLNEY, 1807, I, 74-77, tradução nossa)

Apesar dessa declaração explícita, no ano de 1799, Napoleão lança a sua Campanha ao fruto do Nilo, onde se encontrará a pedra Rosetta, que terá os hieróglifos decifrados por Champollion, o Jovem. O qual escreveu várias cartas ao seu irmão Champollion-Figeac, durante sua estadia no Egito, onde ele procura negar a participação da negritude africana na ribalta da civilização egípcia, promovendo sutilmente o epistemicídio, malogrando o relato do Conde que o precedeu:

> Para sustentar sua opinião, Volney invoca que Heródoto, que, a propósito dos Cólquidas, lembra que os egípcios tinham a pele preta e cabelo lanoso. No entanto, essas duas qualidades físicas não são suficientes para caracterizar a raça Negra e a conclusão de Volney quanto à origem Negra da antiga civilização Egípcia é evidentemente forçada e inadmissível.

Entretanto, o senhor Champollion nos confessa frustrado e já conformado que:

> Eu certamente não esperava que, ao entrar em Biban-El-Moluk (Vale dos Reis), encontrar esculturas que poderiam servir como vinhetas para a história dos Europeus primitivos, se alguma vez alguém tiver a coragem de tentar fazê-lo. No entanto, há algo lisonjeiro e consolador em vê-los, já que eles nos fazem apreciar o progresso que nós temos subseqüentemente alcançado. (CHAMPOLLION-FIGEAC, 1876, pp. 30-31, tradução nossa)

Mesmo esse evento sendo uma ocorrência secular, as suas repercussões são enormes. Caso os donos dos aparelhos ideológicos do Estado fizessem uma errata sobre a sua conduta – e alguma vez alguém tiver a coragem de tentar fazê-lo – veriam que os seus impactos deixam sequelas profundas.

Não obstante a essas confissões, a atualidade reproduz cegamente, atrelada ao conhecimento hegemônico, um Egito de conhecimentos e pessoas pautadas pela branquitude. É o que se constata no filme hollywoodiano Deuses do Egito (2016), onde se apresentou aos egípcios que a maioria das suas divindades provinham de um elenco caucasiano.

Enganar-se-á quem considerar esse episódio como um caso isolado. As produções de conhecimento de povos, classes e gêneros oprimidos estão frequentemente sob ameaça do silencioso apagamento ou da apropriação ofuscante, que eclipsa desonrosamente a gênese de tal saber.

Ilustra bem esse ponto uma composição do saudoso Nelson Sargento, que conhecendo a origem do samba, produto de escravizados libertos e seus descendentes, inicialmente mal visto por "cidadãos de bem", denunciou a sua perda de identidade e compromisso à medida que penetrava as altas esferas sociais:

Samba,
Negro, forte, destemido,
Foi duramente perseguido,
Na esquina, no botequim, no terreiro.
Samba,
Inocente, pé-no-chão,
A fidalguia do salão,
Te abraçou, te envolveu,
Mudaram toda a sua estrutura,
Te impuseram outra cultura,

E você não percebeu […] (NELSON SARGENTO, 1978).

A Wikimedia tem, portanto, a potencialidade de se constituir como um elemento mediador, favorecendo um possível trânsito de uma consciência ingênua para uma consciência crítica dos sujeitos pensantes – aqui usamos essa modalidade de consciência conforme referida por Álvaro Vieira Pinto em *Consciência e Realidade Nacional* (PINTO, 2021) –, ou vice-versa, posto que é predominante e gratuita, se adquirido os meios necessários para acessá-la.

Retornando especificamente à dinâmica laboral da nossa equipe, torna-se, assim, imperativo observar que a aquisição de novos saberes sobre a Wikimedia, o intercâmbio de ideias e o auxílio nas tarefas diárias entre os membros dessa equipe evidenciam insumos para uma produção de conhecimento com fins coletivos, que, no entanto, enriqueçam e desenvolvam igualmente os produtores desse conhecimento.

É importante também salientar que esse processo – abundante de trocas, repleto de personas e comunidades virtuais – não se dá de modo mecânico, e sim dialético. Embora exista um plano de ação previamente definido, são os desafios quotidianos, os obstáculos intrínsecos à realidade do nosso objeto de estudo e a envergadura da sinergia da equipe que ditam as prioridades para as quais convergimos e atendemos.

A própria construção coletiva deste texto é a expressão patente e concreta da abstração acima explicitada.

3. O CAMPO DO CONHECIMENTO EM TENSÃO

Há uma relação bastante clara entre os estabelecidos e os *outsiders* (ELIAS, 2000), principalmente no domínio do Wikicommons, onde se "[...] mostra uma clara divisão, em seu interior, entre um grupo estabelecido desde longa data e um grupo mais novo de residentes." (ELIAS, 2000, p. 19); auxiliando na manutenção da legitimidade através da categoria de antiguidade – eu estava aqui antes e sei como realmente funciona – que pode vir a dificultar a incorporação de novos sujeitos(a) editores.

O Telegram da Wikicommons é em inglês, assim entra-se logo em contato com a comunidade anglófona, e pelo que se pode entender pelas narrativas da comunidade da Wikimedia, a comunidade do Commons é uma das mais difíceis e com maiores restrições. Dessa forma, existe o enfrentamento entre sujeitos que estão na comunidade há muito tempo

e aqueles que estão entrando agora; e, ainda, existe uma terceira categoria de sujeitos: aqueles que editam nos projetos da Wikimedia, trabalhando para organizações fora da Wikimedia.

Utilizando Elias (2000) e a relação de estabelecidos e *outsiders*, onde a categoria "antiguidade" auxilia nas manutenções de relações de poder, o que está sempre sendo discutido aqui é que a noção de poder está relacionada a quem detém o conhecimento, assim há também uma manutenção de quem sabe utilizar as ferramentas nas plataformas Wikimedia e quem não sabe.

Outra face do debate é "quem sabe escrever o que sobre determinado assunto", por exemplo o verbete Circuito Elétrico[38], que é vigiado e cuidado por um professor de física. Como estabelecer um processo de reconhecimento entre pares na própria edição dos verbetes e outros espaços das plataformas Wikimedia. Em contrapartida, há aquelas pessoas que não consideram como "conhecimento" o que está sendo colocado na Wikimedia.

Já quanto à relação entre os editores, há os editores mais antigos, que já são conhecidos, mas ainda não tem total poder de edição, e tem os que estão entrando – como no caso do primeiro e do segundo autores deste capítulo. Então, se houver um deslize, as advertências são rápidas e contundentes. No caso do terceiro autor, esse já é mais íntimo da comunidade, mas não tem totais poderes de edição. E, finalmente, há dois usuários (re)conhecidos que possuem um poder de edição maior, logo existe ali uma relação de poder em que eles podem declarar se o sujeito está errado ou não. Uma quarta e última categoria de editores é a daqueles que trabalham para instituições[39].

Como descrito até o momento, conseguimos detalhar um pouco mais as relações desse campo do conhecimento que está em disputa. Assim, recorremos a Bourdieu e sua compreensão sobre a noção de campo: um "[...] microcosmo autônomo no interior do macrocosmo social [...]" (BOURDIEU, 2011, p. 195); sendo um universo que possui suas próprias regras de funcionamento, leis próprias e determinadas disposições duráveis (habitus) para a interação social entre os agentes dentro do campo.

O campo é um microcosmo separado da sociedade, no qual operam critérios de avaliação diferentes do macrocosmo social, como podemos observar nesse caso da Wikimedia, onde constantemente há disputa e tensões pela legitimidade do campo do conhecimento, mobilizando o capital intelectual e político.

---

[38] Para mais informações, acesso ao link: https://pt.wikipedia.org/wiki/Circuito_el%C3%A9trico (CIRCUITO ELÉTRICO, 2021)

[39] A categoria de editores que trabalham para instituições é uma ótima pista de pesquisa. Contribuições são bem-vindas.

De acordo com Bourdieu, os capitais sociais são importantíssimos para pensar os sujeitos que têm determinados habitus, disposições econômicas, financeiras e intelectuais de se manter em determinado campo. Portanto, há uma disputa muito grande pelo campo da Wikimedia, já que há o tensionamento entre a total desclassificação daquilo enquanto um produto do conhecimento coletivo em relação a um conhecimento tradicional ligado à academia[40].

Para tanto, mobilizamos Bourdieu(2013), autor que debate a relação disputas do campo do conhecimento, mais especificamente entre a perspectivas subjetiva que abarca o indivíduo e suas ações em relação à Estrutura, as regras e normas do campo de disputas da produção de conhecimento. Assim é a estrutura e a sociedade, o que existe são regras e comportamentos predispostos pela Estrutura. Por essa razão é tão importante o debate e análise do que significa "produzir conhecimento", sendo as plataformas Wikimedia adequadas para tal análise.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da escrita coletiva

A escrita coletiva por si só é um desafio, mas que casa muito bem com as experiências vivenciadas por muitas comunidades e usuários dentro da Wikimedia. Para isso, tivemos que ser apresentados ao que era esse espaço, e a primeira pergunta realizada foi: o que é a Wikimedia Foundation?

> A Fundação Wikimedia é uma organização sem fins lucrativos que hospeda a Wikipédia e nossos outros projetos de conhecimento livre. Queremos facilitar o compartilhamento de conhecimento para todos. Para isso, mantemos a Wikipédia e os sites da Wikimedia rápidos, confiáveis e disponíveis para todos. Protegemos os valores e as políticas que permitem o desenvolvimento do conhecimento livre. Criamos novos recursos e ferramentas para facilitar a leitura, a edição e o compartilhamento nos sites da Wikimedia. Acima de tudo, apoiamos as comunidades de voluntários em todo o mundo que editam, melhoram e adicionam conhecimento aos projetos da Wikimedia.
> (ABOUT, 2018, tradução nossa)[41]

[40] Na academia, existem disputas constantes de capital social, intelectual, financeiro e mesmo político. Para mais informações, recomendamos a leitura de Homo Academicus, de Pierre Bourdieu (2013).

[41] "The Wikimedia Foundation is the nonprofit that hosts Wikipedia and our other free knowledge projects. We want to make it easier for everyone to share what they know. To do this, we keep Wikipedia and Wikimedia sites fast, reliable, and available to all. We protect the values and policies that allow free knowledge to thrive. We build new features and tools to make it easy to read, edit, and share from the Wikimedia sites. Above all, we support the communities of volunteers around the world who edit, improve, and add knowledge across Wikimedia projects."

A Wikipédia e a Wikimedia são a mesma coisa? Essa era uma perspectiva baseada no senso comum, porém, ao começar a trabalhar dentro do projeto de licenciamento, aprendemos que a Wikipédia é só um dos projetos da Fundação Wikimedia. A Wikimedia mantém vários projetos a partir da contribuição de voluntários no mundo todo; os mais conhecidos são a Wikimedia Commons, a Wikidata e a mais conhecida do público, a Wikipédia.

O conhecimento conectado e as relações sociais

Como debater as relações sociais dentro desse ambiente virtual, desse domínio on-line chamado Wikimedia? Para isso, elencamos alguns prós e contras que surgiram a partir da nossa prática. E como vemos isso? Como bolsistas de extensão, saímos do zero, sabíamos pouquíssima coisa, mas chegamos a algumas questões.

Uma delas é a constatação do nível de engajamento da comunidade da Wikimedia. Em nossas experiências, sempre estivemos e estamos em contato com outros usuários para debater temas, confrontar conhecimentos, vigiar e ser vigiado sob as regras de edição da Wikipédia e Wikicommons. Ali, além da categoria de "antiguidade", há um processo de autorregulação entre os usuários editores, uma área do campo do conhecimento constantemente em disputa que acarreta em um processo colaborativo e intenso de todas as partes – "[...] o panóptico com suas torres de controle e com os internos que nunca podiam contar com eventuais lapsos de vigilância dos supervisores, o Grande Irmão, que nunca cochila, sempre atento, rápido e expedito em premiar os fiéis e punir os infiéis." (BAUMAN, 2001, p. 37).

Além do nível de engajamento, constatamos outras questões que permeiam as comunidades da Wikimedia. São muitas comunidades e todas têm sua forma particular de interação, o que as conecta não é o país de origem, mas sim a língua: português, inglês, francês etc. A partir da nossa perspectiva e experiência, conhecemos a comunidade Lusófona da Wikipédia.

Livre: democratização do conhecimento

Deve a crítica, neste ponto, ter o direito de afirmar que a Wikimedia e os seus colaboradores têm a capacidade necessária para balancear e dar um novo alento à democratização rigorosa do conhecimento universal, ao invés de consumar a democratização plena de um conhecimento parcial, alienante e acrítico. À plenitude do incompleto, preferimos a completude do diverso. Para tanto, os colaboradores dessas plataformas não podem ficar omissos a essa demanda epistemológica, cultural e social.

Uma das primeiras atividades que realizamos foi a criação de um texto ratificando a disponibilização do acervo de mídias que os estudantes e outros colaboradores elaboraram no contexto de levantamento de dados sobre as comunidades. Esse processo foi interessante para problematizar as noções de participação e autoria no projeto, pois mesmo pessoas que não estavam formalmente vinculadas ao projeto ajudaram na captação de imagens nos territórios. Esse modelo é a expressão do desejo de democratizar o conhecimento, é fazer uma justiça histórica e dar o que é devido às pessoas que registraram as mídias, e não omitir esses sujeitos.

Nesse sentido, a possibilidade de comunicação de longa distância via internet facilitou a transmissão de mídias dos territórios para que pudéssemos cadastrar essas mídias como uma obra independente e, posteriormente, inserir a citação dentro do livro que estava em produção. Assim, o processo editorial passava por diferentes atividades que se coordenam, mas que podem ser separadas em partes distintas.

Para o cadastramento das mídias foi necessário elaborar um documento ratificando o licenciamento do acervo de cada pessoa. Foi necessário utilizar a página do grupo Prosa para explicitar o texto da permissão[42], o que foi feito com alguma dificuldade, pois era necessário trabalhar com o Wordpress e nenhum de nós tinha muita habilidade, fato que nos deu algum trabalho.

Nesse sentido, talvez seja interessante perceber como o conhecimento construído de maneira coletiva pode ser percebido como parte intrinsecamente conectada com o desenvolvimento humano – tema chave para o debate sobre produção e desenvolvimento do conhecimento. Neste trabalho, buscamos enfatizar o trânsito e a aprendizagem dos membros da equipe Wiki, a partir dos trabalhos reflexivos, do campo técnico-burocrático e do domínio próprio da tecnologia, ao aprendemos a cadastrar e conhecer os contornos das plataformas e sua relação com os sujeitos autores das mídias.

[42] Para saber mais consulte o link: https://prosa.ufsc.br/semeando-girassois-midias/

E ao permear por esses três campos, cada membro da equipe acresce, de acordo com as suas peculiaridades, novos conhecimentos acerca desses universos. Na medida em que esse trânsito torna-se frequente, os procedimentos e as práticas de cada esfera são assimilados, oferecendo, por esse fato, maior liberdade, autonomia e desenvoltura aos membros da equipe. Pois assimilar é conhecer, conhecer é ser consciente e ser consciente é ser livre. Quanto mais consciente, mais livre se é, ou, pelo menos, aumenta-se a possibilidade de o ser.

REFERÊNCIAS

ABOUT. *In*: WIKIMEDIA FOUNDATION. 30 maio 2018. Disponível em: https://wikimediafoundation.org/about/. Acesso em: 12 nov. 2021.

AGONIZA Mas Não Morre. Compositor: Nelson Sargento. *1978.*

BRASIL. **PORTARIA Nº 451, DE 16 DE MAIO DE 2018**. Define critérios e procedimentos para a produção, recepção, avaliação e distribuição de recursos educacionais abertos ou gratuitos voltados para a educação básica em programas e plataformas oficiais do Ministério da Educação. 16 maio 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/14729210/do1-2018-05-17-portaria-n-451-de-16-de-maio-de-2018-14729206.

CIRCUITO ELÉTRICO. *In*: WIKIPÉDIA, A ENCICLOPÉDIA LIVRE. [*S. l.: s. n.*], 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Circuito_el%C3%A9trico&oldid=62220024. Acesso em: 12 nov. 2021.

CREATIVE COMMONS — ATTRIBUTION 4.0 INTERNATIONAL — CC BY 4.0. [*S. l.*], [*s. d.*]. Disponível em: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/. Acesso em: 12 nov. 2021.

CREATIVE COMMONS — ATTRIBUTION-SHAREALIKE 4.0 INTERNATIONAL — CC BY-SA 4.0. [*S. l.*], [*s. d.*]. Disponível em: https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/. Acesso em: 12 nov. 2021.

VALENTE, Mariana G.; HOUANG, André. **O que você precisa saber sobre Licenças CC**. [*S. l.: s. n.*], 2021. v. 6 *E-book*. Disponível em: https://econtents.bc.unicamp.br/boletins/index.php/ppec/article/view/9423. Acesso em: 10 novembro 2021.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre; COLLIER, Peter. **Homo Academicus**. 2ª edição ed. Florianópolis, SC: Ed. da UFSC, 2013.

BOURDIEU, P. O campo econômico. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 4, n. 6, p. 15-57, 2005. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1930. Acesso em: 28 set. 2021.

BOURDIEU, P. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 5, p. 193-216, jan./jul. 2011. Disponível: https://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n5/a08n5.pdf. Acesso em: 28 set. 2021.

DEFINITION/PT - DEFINITION OF FREE CULTURAL WORKS. [*S. l.*], [*s. d.*]. Disponível em: https://freedomdefined.org/Definition/Pt. Acesso em: 12 nov. 2021.

DEUSES DO EGITO. Direção: Alex Proyas, 2016. Disponível em: https://www.adorocinema.com/filmes/filme-207730/. Acesso em: 12 nov. 2021.

DIOP, C. A. **The African Origin of Civilization: Myth or Reality**. Chicago: Chicago Review Press, 1989.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FERES, M. V. C. *et al*. Para além do acesso ao conhecimento: Licenças Creative Commons e políticas editoriais dos periódicos científicos. **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**, Marília, v. 15, p. 1-23, 2021.

GARCIA, J. O. et al. Contribuições para o debate sobre verdade como atividade humana na Educação em Ciências. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, Florianópolis, v. 37, n. 3, p. 1355-1373, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/74997. Acesso em: 24 set. 2021.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 10ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

PÁGINA PRINCIPAL - WIKIMEDIA COMMONS. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/P%C3%A1gina_principal. Acesso em: 12 nov. 2021.

PINTO, Álvaro Vieira. **Consciência e Realidade Nacional. Volume II. A Consciência Crítica**. 1ª edição ed. [*S. l.*]: Contraponto, 2021.

PROSA. *In*: [*s. d.*]. Disponível em: https://prosa.ufsc.br/recursos-educacionais-abertos/. Acesso em: 12 nov. 2021.

RESTRIÇÕES PERMISSÍVEIS - DEFINITION OF FREE CULTURAL WORKS. [*S. l.*], [*s. d.*]. Disponível em: https://freedomdefined.org/index.php?title=Restri%C3%A7%C3%B5es_permiss%C3%ADveis&oldid=14329. Acesso em: 12 nov. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. [*S. l.*]: Almedina, 2009.

SLATTERY, S. "edit this page": The socio-technological infrastructure of a wikipedia article. In: SIGDOC'09 - Proceedings of the 27th ACM International Conference on Design of Communication, 2009, Bloomington, EUA. **Anais**: Bloomington, EUA: Association for Computing Machinery, 2009.

THEVULCAN. **Componentes de um artigo da Wikipédia**. [*S. l.*], 2013. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Componentes_de_um_artigo_da_Wikip%C3%A9dia.svg. Acesso em: 13 nov. 2021.

VALENTE, M. G.; HOUANG, A. O que você precisa saber sobre Licenças CC. **Boletim Técnico do PPEC**, Campinas, SP, v. 6, p. 1-33, 2021. Disponível em: https://econtents.bc.unicamp.br/boletins/index.php/ppec/article/view/9423. Acesso em: 24 set. 2021.

VOLNEY, C.-F. (Constantin-François). Voyage en Syrie et en Égypte, pendant les années 1783, 84 et 85 ... [S. l.]: Paris : Chez Courcier, imprimeur-libraire, 1807. E-book. Disponível em: http://archive.org/details/voyageensyrieete01voln. Acesso em: 12 nov. 2021.

WYATT, L. Endless Palimpsest: Wikipedia and the Future's Historian. **Studies in Higher Education**, [s. l.], v. 45, n. 5, p. 963-971, 2020.

WIKIPÉDIA:CINCO PILARES. *In*: WIKIPÉDIA, A ENCICLOPÉDIA LIVRE. [*S. l.: s. n.*], 2020. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Wikip%C3%A9dia:Cinco_pilares&oldid=58746259. Acesso em: 28 jul. 2020.

WIKIPÉDIA:FONTES CONFIÁVEIS. *In*: WIKIPÉDIA, A ENCICLOPÉDIA LIVRE. [*S. l.: s. n.*], 2020. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Wikip%C3%A9dia:Fontes_confi%C3%A1veis&oldid=59530005. Acesso em: 29 out. 2020.

WIKIPÉDIA:LIVRO DE ESTILO. *In*: WIKIPÉDIA, A ENCICLOPÉDIA LIVRE. [*S. l.: s. n.*], 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Wikip%C3%A9dia:Livro_de_estilo&oldid=60786907. Acesso em: 13 nov. 2021.

WIKIPÉDIA:PÁGINA PRINCIPAL. *In*: WIKIPEDIA, THE FREE ENCYCLOPEDIA. [*S. l.: s. n.*],

2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Wikip%C3%A9dia:P%C3%A1gina_principal&oldid=62110235. Acesso em: 13 nov. 2021.

A INICIATIVA DO ESPAÇO ECOQUILOMBO NO MORRO DO QUILOMBO EM FLORIANÓPOLIS COMO SITUAÇÃO SIGNIFICATIVA DA REALIDADE LOCAL

Juliana Rezende Torres
Estagiária Pós-doutoral no PPGECT/UFSC, Docente da graduação e da pós-graduação na UFSCar campus Sorocaba
julianart@ufscar.br

Resumo
Este trabalho objetivou apresentar a produção acadêmica de licenciandos do curso de Educação do Campo – área de Ciências da Natureza e Matemática da UFSC – para as disciplinas Fundamentos da Física e Fundamentos da Química, no semestre 2020.2. Trata-se de um relato de experiência cujas fontes consultadas para sua elaboração foram trabalhos acadêmicos, como monografias e dissertações de mestrado, e, basicamente, o relatório final de atividades produzido pelos licenciandos. Os principais resultados apontam para o cumprimento dos encaminhamentos teórico-metodológicos das disciplinas, pelos licenciandos, mediante a efetivação de cinco fases, a saber: na *fase 1: definição de grupos, contexto local e povos do campo envolvidos,* foi eleita a comunidade do Morro do Quilombo, de modo que, na *fase 2: definição das situações significativas,* foram identificadas situações referentes à comunidade em geral, como a existência de tráfico na comunidade e comunidade violenta x polícia violenta com a comunidade, entre outras, bem como, mais especificamente, a situação significativa gestão e manejo do espaço comunitário EcoQuilombo x envolvimento da comunidade do entorno; na *fase 3: estudo preliminar da situação significativa identificada,* foi destacada pelos licenciandos a situação de crise alimentar e sanitária no Morro do Quilombo, de modo que, para a efetivação da *fase 4: aprofundamento conceitual,* foi construída por eles uma rede temática, a fim de caracterizar aspectos naturais, como um sistema físico-químico-biológico, sob a ótica dos fundamentos da física e da química – o que se deu em torno das questões relativas à captação da água da chuva em caixas d'água e da produção de sabão para amenizar a crise sanitária e gerar fonte de renda alternativa; por fim, a *fase 5: comunicação dos achados tendo em vista o público-alvo* ocorreu com a turma Girassol, docentes e estagiários envolvidos.
Palavras-Chave: Educação do Campo; Formação Inicial; Ensino de Ciências da Natureza; Situação Significativa; Educação Crítica.

1. INTRODUÇÃO

O relato da experiência em torno da temática que compõe o presente trabalho resulta da minha atuação como estagiária pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica da UFSC, na linha de pesquisa Formação de Professores, sob supervisão da Profa. Dra. Néli Suzana Quadros Britto. Um dos objetivos desse estágio foi a observação participante em turmas da Licenciatura em Educação do Campo – área Ciências da Natureza e Matemática –, tendo em vista investigar a presença ou não de elementos da concepção educacional e curricular freireana, na formação inicial de educadores do campo.

Nesse contexto, se dá minha inserção nas disciplinas *Fundamentos de Física* e *Fundamentos de Química,* ministradas, respectivamente, pelos docentes Prof. Dr. Elizandro Maurício Brick e Profa. Me. Kátia Costa, os quais, visando o processo de ensino-aprendizagem dos licenciandos em torno dos fundamentos de física e de química,

solicitaram-lhes como ponto de partida a escolha de comunidades do campo e/ou periféricas e o levantamento de situações significativas daí advindas.

Segundo Brasil (2010), os povos do campo são os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural.

A referida turma de licenciandos, denominada Turma Girassol, cursou remotamente tais disciplinas, entre janeiro e abril de 2021, referente ao semestre 2020.2, sendo-lhes inicialmente solicitada a formação de grupos de trabalho, a escolha de uma comunidade a ser considerada como *povos do campo* e o levantamento e a identificação de situações significativas na comunidade a serem problematizadas e enfrentadas mediante o ensino de conhecimentos sistematizados das áreas da Física e da Química. Para tal, foram constituídos grupos de trabalho em torno de cinco comunidades, a partir de uma metodologia orientada, sendo os licenciandos acompanhados pelos docentes, estagiários de docência no ensino superior e de estágio pós-doutoral. Com efeito, as orientações teórico-metodológicas aos licenciandos da turma Girassol, para a elaboração da atividade final das disciplinas, pautaram-se em cinco momentos, descritos a seguir:

Fase 1: *definição de grupos, contexto local e povos do campo envolvidos.* As principais atividades que incorporam essa fase são: a) definição de grupos de trabalho com no mínimo 2 pessoas e no máximo 3 pessoas; b) definição do contexto local (pode ser um bairro/comunidade a critério do grupo, desde que participem desse contexto os povos do campo); e c) caracterização sucinta do/s povo/s do campo que constituem aquela realidade local (considerar a definição do decreto como um ponto de partida, mas não precisa se restringir apenas àquela definição).

Fase 2: *definição das situações significativas*. Essa fase é constituída pelas seguintes atividades: a) levantamento exploratório de possíveis situações significativas do ponto de vista dos povos do campo (por exemplo, problemas, conflitos e percepções fatalistas ou culpabilização de terceiros podem ajudar a identificar essas situações); b) apreciação pelo grupo (que inclui o/a professor/a) de cada uma das situações levantadas considerando os seguintes critérios: (1) Se trata de situações significativas para a população local (significativo aqui se refere ao que é reconhecido pela população como um problema, seja como objeto de conflito, seja como situações que não teriam solução ou nas quais há um

ambiente de culpabilização que desmobiliza o coletivo); (2) A população local fala sobre essa situação? Como explica a situação? Quais soluções são propostas?; e (3) Há fontes secundárias sobre a situação? (notícias de jornal, estudos). Além de c) Identificação de registros sobre a situação escolhida (fotos, gravações em áudio ou vídeo, jornais locais, trabalhos acadêmicos sobre a situação ou a comunidade local) e produção desses registros (principalmente no caso de não serem localizadas fontes existentes).

Fase 3: *estudo preliminar da situação significativa identificada.* Essa fase tem como objetivo identificar aspectos do ponto de vista natural para aprofundamento, caracterização como um sistema físico-químico-biológico, entre outros. Dentre as principais atividades sugeridas, destaca-se: a) leitura minuciosa de fontes primárias e secundárias sobre a situação significativa (buscando identificar aspectos-chave a serem aprofundados); b) caracterização dos aspectos-chave; e c) levantamento de referências pelo coletivo e seleção de referências para estudo dos aspectos-chave.

Fase 4: *aprofundamento conceitual.* As principais atividades sugeridas nessa fase são: a) planejamento do estudo dos aspectos-chave da situação significativa a partir das referências selecionadas (divisão de tarefas, dinâmica de socialização interna, planejamento da sistematização dos estudos, entre outros); b) socialização e debates internos acerca dos estudos realizados; e c) sistematização dos resultados dos estudos.

Fase 5: *comunicação dos achados tendo em vista o público-alvo.* São sugeridas as seguintes atividades nessa fase: a) planejamento de estratégias de socialização do resultado dos estudos (Para quem socializar? O que exatamente socializar? Por qual veículo? Quais produtos?); e b) organização da produção e publicação das comunicações.

Todas as fases ocorreram a partir de reuniões e demais formas de trocas síncronas realizadas remotamente, assim como trocas assíncronas por meio de plataformas, como o Google Drive, WhatsApp, Moodle e demais já usadas pelos participantes. Todos os trabalhos foram apresentados e discutidos ao término das disciplinas com os docentes responsáveis e os/as estagiários/as (dois de Estágio Docência e uma de Pós-doutorado).

Dessa forma, o presente trabalho teve como objetivo apresentar a produção acadêmica de licenciandos do curso de Educação do Campo – área de Ciências da Natureza e Matemática da UFSC –, que expressa uma trajetória processual formativa nas disciplinas de Fundamentos da Física e Fundamentos da Química, no semestre 2020.2, durante o ensino não presencial emergencial (ENPE).

Pelo fato de eu ter acompanhado mais pontualmente parte da construção da atividade do grupo dos licenciandos Danielle Moreira e Victor Campos, que estudaram o Morro do Quilombo, mais especificamente a iniciativa do EcoQuilombo, passo a descrevê-la. Cabe ressaltar que as fontes consultadas para a elaboração desse relato foram trabalhos acadêmicos, como monografias e dissertações sobre o tema e, basicamente, o relatório final de atividades das referidas disciplinas (MOREIRA; CAMPOS, 2021), elaborado pelos licenciandos acima mencionados.

2. O CASO ECOQUILOMBO NO MORRO DO QUILOMBO, ITACORUBI – FLORIANÓPOLIS/SC

O Itacorubi é um bairro de Florianópolis/SC. A origem do termo “Itacorubi” é controversa. Uns acreditam que Itacorubi é a versão aportuguesada de "itakuru-í", nome de um pássaro que habitava a região e de um grupo indígena que ali vivia. Outros defendem que ela veio de “ita-kurubi”, que significa "pedregulho" e faria referência à nascente do rio que corta a região, cheia de pedras e rochas. Há ainda os que associam “itacorubi” a “itacolomy”, cujo significado, em tupi, é “menino de pedra” (GUIA FLORIPA, s/d apud MOREIRA; CAMPOS, 2021).

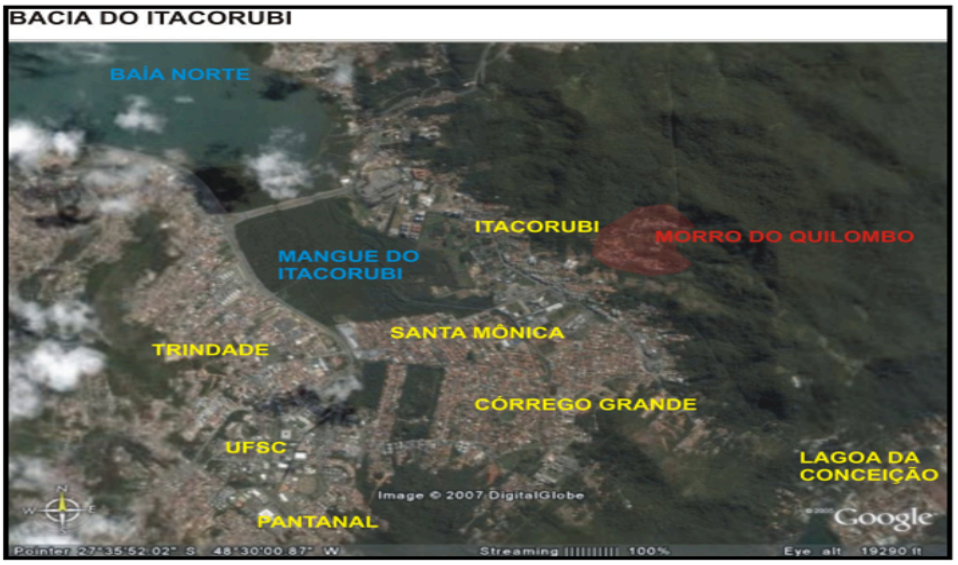
Segundo Santos (2003), o Itacorubi, até o início do século XX, era considerado como região rural, cujas terras de transição entre o manguezal e a floresta tropical eram usadas para a agricultura, cujo parcelamento do solo para tal atividade não tinha regulamentação urbanística. Segundo Cravo, Rossetto e Storch (2016), em 1910, ocorreu a primeira intervenção pública na região, com a construção da primeira adutora de água da cidade, o manancial Ana D’Ávila, conhecido como manancial do Quilombo, onde, atualmente, se localiza o Morro do Quilombo.

De acordo com Cravo (2017), a partir da década de 1960, ocorreu um intenso processo de urbanização no Itacorubi devido principalmente à construção de companhia de energia, companhia de tecnologias da informação e governança eletrônica, de universidades federal e estadual e, de órgãos ligados ao setor agrícola, de modo que, a implantação de tais órgãos públicos contribuíram para o crescimento da região, bem como para a gradativa mudança da paisagem. Nesse contexto, com o deslocamento da malha urbana para a Bacia do Itacorubi (vide Figura 1), houve uma valorização fundiária local, inaugurando uma nova dinâmica junto ao setor imobiliário e ao desenvolvimento de atividades comerciais, intensificando o processo de ocupação da Bacia do Itacorubi, implicando em aprovação de

loteamentos, em construção de conjuntos habitacionais e em investimentos na infraestrutura e no sistema viário.

Com efeito, assim como novas áreas para a população das classes média e alta começaram a ser criadas, ao mesmo tempo, se expandiram os loteamentos informais e a grilagem por áreas de cota mais elevada, como no caso do Morro do Quilombo.

Figura 1 – Bacia do Itacorubi, Morro do Quilombo



Fonte: Santos (2007 apud MOREIRA; CAMPOS, 2021, p. 4). ©

De acordo com Cravo, Rossetto e Storch (2016), o Morro do Quilombo cresceu, estruturou-se e foi reconhecido pelo Estado como parte da cidade, sendo que, atualmente, é considerado como zona urbanizada, caracterizado como uma antiga área de favela, cuja ocupação irregular continua, principalmente, nas extremidades, que configuram áreas legalmente protegidas e distantes dos interesses do mercado imobiliário (vide Figura2). Ainda de acordo com os autores, a partir de 1970, a prefeitura de Florianópolis interveio no Morro do Quilombo com a instalação da rede elétrica, mediante a lei municipal n° 2.265/1985, que oficializou como via pública a rua Quilombo, regularizando a servidão Caminho do Engenho (lei municipal n° 2.706/87) e a servidão Altino Gomes Padilha (lei municipal n° 3.162/88), bem como reconheceu a rua da Represa, mediante a lei n° 4.065/93. Já, o sistema de drenagem, abastecimento de água e coleta de resíduos sólidos foram posteriormente implantados. Com isso, a partir da década de 1990, o Morro do Quilombo passou a ser

intensamente ocupado e, consequentemente, surge um histórico de vulnerabilidade social na comunidade.

Figura 2 – Vista do Morro do Quilombo - Florianópolis



Fonte: Moreira e Campos (2021, p. 2). ©[43]

De acordo com Santos:

> A população em vulnerabilidade social do Morro do Quilombo é constituída em sua maioria por famílias provenientes do interior, principalmente da região do planalto de Santa Catarina e da região oeste do Paraná, além de

[43] Foto disponível no link: https://www.google.com/imgres?imgurl=https%3A%2F%2Fmapio.net%2Fimages-p%2F2986140.jpg&imgrefurl=https%3A%2F%2Fmapio.net%2Fpic%2Fp-2986140%2F&tbnid=sCAxXKPZyeXqQM&vet=12ahUKEwilrezUu_vvAhW6BLkGHaa1BXsQMygNegUIARDGAQ..i&docid=pq6VACeWjXWYTM&w=1024&h=768&q=morro%20do%20quilombo%20florian%C3%B3polis&ved=2ahUKEwilrezUu_vvAhW6BLkGHaa1BXsQMygNegUIARDGAQ

> alguns moradores do Rio Grande do Sul. As diferenças culturais entre estes moradores e os mais antigos, que habitam a região desde a década de 1960, além dos descendentes de escravos (que foram os primeiros moradores do local), são muito grandes, muitas vezes gerando conflitos na comunidade.
> Os moradores mais antigos possuem condições de vida um pouco melhores, e atribuem aos novos moradores o aumento da violência no local, além dos problemas ambientais causados na região.
> Muitas casas, recentemente instaladas, não possuem tratamento de seus resíduos e os moradores acabam jogando seus dejetos e lixos no Rio Itacorubi. A água que abastece essas residências advém de tubulações clandestinas ligadas à tubulação da CASAN (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento). (SANTOS, 2007, p. 29).

Santos (2007) destaca que a população em estado de vulnerabilidade social no Morro do Quilombo é composta por dois grupos, sendo o primeiro constituído por uma população envolvida na atividade de reciclagem de lixo, em que o processo de armazenamento e seleção do lixo reciclável se dava dentro das próprias casas; e o segundo grupo constituído por moradores que trabalham na construção civil ou como motoristas e vigilantes (no caso dos homens) ou como empregadas domésticas (no caso das mulheres), cuja renda média dessa população atinge até três salários mínimos.

Se trata ainda de uma comunidade que tem realizado a instauração de práticas de agricultura urbana, em um contexto que historicamente se constituiu por famílias provenientes do interior que migraram em meados do século passado, refugiados e descendentes de escravos (que foram os primeiros moradores). Ou seja, embora seja uma população urbana, ela guarda relações socioculturais com as populações do campo.

Nesse contexto do Morro do Quilombo, se situa a iniciativa do EcoQuilombo (vide Figura 3), que, segundo Moreira e Campos (2021), consiste em uma organização voltada para a preservação ambiental, oriunda de um trabalho coletivo comunitário, inspirado em uma monografia defendida no curso de Administração da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), em 2018, pela estudante e moradora local Emanuella Machado. O trabalho foi orientado pela professora Graziela Dias Alperstedt, resultando em um plano de gerenciamento comunitário de resíduos orgânicos, com sistema de compostagem e horta, a partir do qual nasceu o projeto EcoQuilombo – hoje, uma referência em Florianópolis.

Figura 3 – Terreno no Morro do Quilombo que abriga atualmente a iniciativa EcoQuilombo



Fonte: Santos (2007 apud MOREIRA; CAMPOS, 2021, p. 3). ©

Conforme Moreira e Campos (2021), no espaço EcoQuilombo são feitas práticas de agricultura urbana, organizadas majoritariamente por escalas de trabalho. Durante a pandemia, grupos de até cinco pessoas estão se reunindo para fazer a gestão do espaço e manutenção das atividades, conforme pode ser visualizado na foto abaixo.

Figura 4 – O espaço EcoQuilombo é abraçado pela comunidade

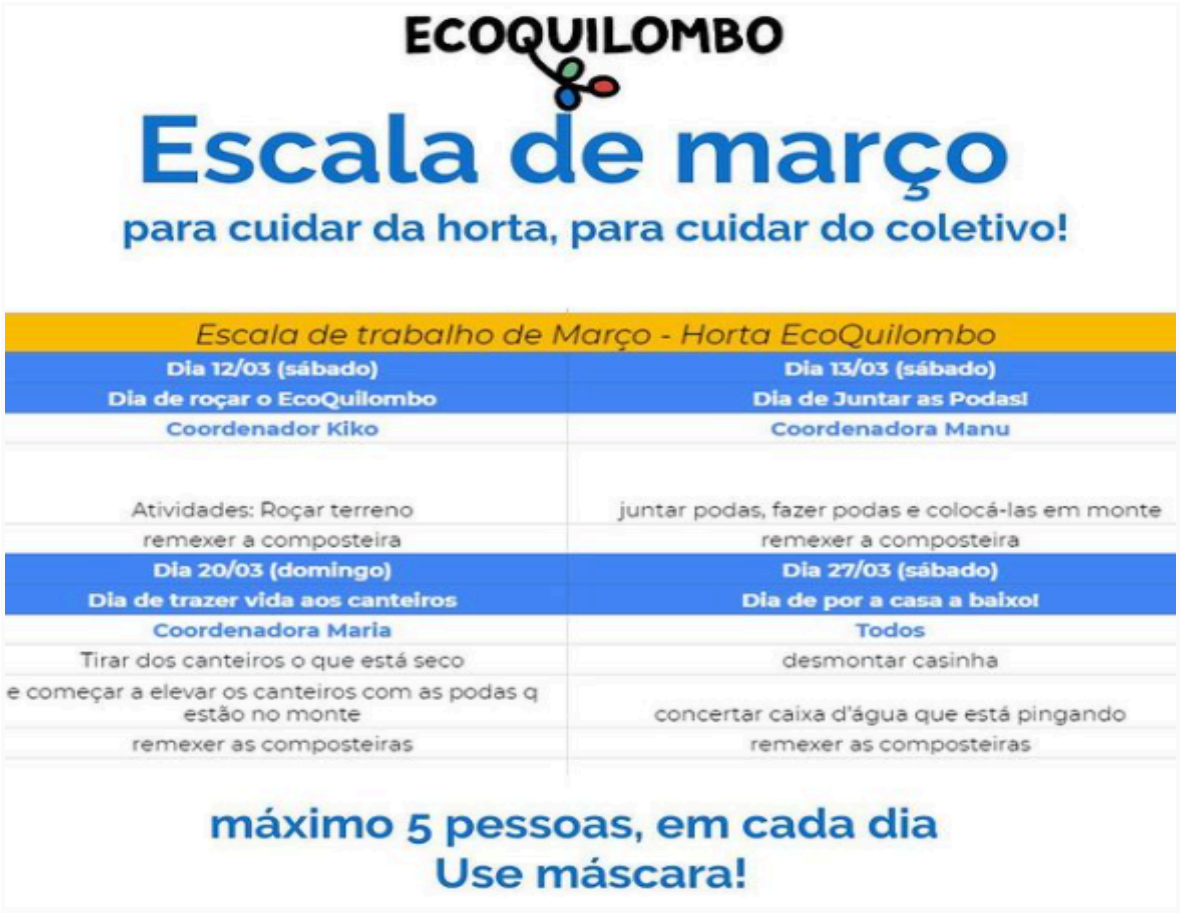


Fonte: Instagram EcoQuilombo apud Moreira e Campos (2021, p. 4). ©

Segundo Costa (2020), a iniciativa do espaço EcoQuilombo se configurou em projeto, selecionado em edital da Comcap (Autarquia de Melhoramentos da Capital), para receber R$ 30 mil reais provenientes de recursos federais. O programa municipal prevê investimentos de R$ 987 mil reais em 13 pátios de compostagem, sendo dois já consolidados (o Pacuca, no Campeche, e a Revolução dos Baldinhos, no Continente), com ações de fortalecimento em seis unidades já existentes e com a implantação de cinco novos pátios comunitários (dentre eles, o espaço EcoQuilombo).

Abaixo, seguem algumas ilustrações que ajudam a compreender a dinâmica adotada pelos moradores envolvidos no manejo do espaço EcoQuilombo, durante a pandemia.

Figura 5 – Escala de trabalho no espaço EcoQuilombo





Fonte: Instagram EcoQuilombo apud Moreira e Campos (2021, p. 6). ©

Após essa caracterização inicial da comunidade do Morro do Quilombo e da iniciativa do espaço EcoQuilombo, no próximo item, são apresentados os resultados do trabalho de caracterização de *situações significativas* enfrentadas pela comunidade do Morro do Quilombo, particularmente no espaço EcoQuilombo, realizado por Moreira e Campos (2021).

3. CARACTERIZAÇÃO DE SITUAÇÕES SIGNIFICATIVAS IDENTIFICADAS: LEVANTAMENTO DE DESAFIOS ENFRENTADOS PELA COMUNIDADE DO MORRO DO QUILOMBO E SUA RELAÇÃO COM O ECOQUILOMBO

De acordo com Moreira e Campos (2021), para a identificação de situações significativas no contexto do Morro do Quilombo, foram realizadas conversas informais com moradores e levantamento de dados a partir de fontes secundárias referentes à localidade, como artigos acadêmicos, TCC, dissertação, jornais e redes sociais. Seguem algumas falas/trechos identificadas por Moreira e Campos (2021), durante o momento de *levantamento preliminar de situações significativas* no Morro do Quilombo:

"Eles [os jovens da comunidade Morro do Quilombo] serviam de mão de obra para os traficantes do Saco Grande, no Norte da Ilha. O traficante foragido [...] líder do tráfico no Morro da Pedra de Listra, no Saco Grande, estaria escondido no Quilombo". (fala da PM segundo o jornal NSC)[44] (REDACÃO NSC, 2011 apud MOREIRA; CAMPOS, 2021, p. 9).

De acordo com Moreira e Campos (2021, p. 9), essa notícia retirada de um jornal digital "[...] traz informações que permitem identificar a existência de conflito entre polícia e comunidade local, de relações entre traficantes de outras comunidades, um contexto de violência na comunidade que acarretou no assassinato de um jovem morador".

Fica explícita na fala acima uma situação significativa que expressa a relação de existência de tráfico na comunidade.

Outra fala apresentada pelos autores, no contexto da comunidade do Morro do Quilombo:

> Um dia após a morte de um adolescente de 15 anos, que foi baleado durante confronto entre polícia militar e traficantes no Itacorubi, em Florianópolis, na madrugada de sábado (24), moradores do Morro do Quilombo protestaram contra a violência policial. Houve barricadas com queima de

[44] Disponível em: https://www.nsctotal.com.br/noticias/viatura-da-pm-e-atingida-por-tiros-neste-domingo-no-morro-do-quilombo-em-florianopolis

> pneus. (trecho de manchete de jornal)[45]. (BATTISTELLA, 2020 apud MOREIRA; CAMPOS, 2021, p. 12).

Para Moreira e Campos (2021, p. 12), o trecho acima expressa uma situação significativa vivida na comunidade em torno da violência, na relação "Comunidade violenta x polícia violenta com a comunidade".

Outras falas apresentadas pelos autores, no contexto da iniciativa do espaço EcoQuilombo:

> Hoje à tarde chegou um monte de resíduo da feira para ser compostado. Deu umas 7 bombonas de uma vez, tinha uns 10 sacos de lixo cheios de resíduo orgânico, plástico e isopor misturado na verdade.. tiramos três horas pra fazer o manejo... fazer esse trabalho debaixo de chuva foi desafiador. Só um adendo: geralmente fazemos compostagem apenas de resíduos orgânicos domiciliares, mas um morador do bairro perguntou se poderia deixar com a gente os resíduos que havia coletado da feira. Ele geralmente dá para os animais, mas já tava (sic) em decomposição o material, e não servia como alimento. O Kiko falou com ele, e disse que poderia deixar no Eco. Quando vimos a quantidade nós surtamos porque era muita coisa. E tinha muito plástico também. Respiramos fundo, e eu (Manu) e Kiko decidimos tirar esse final de tarde pra fazer o manejo porque a chuva tinha diminuído. Abrimos um saco de cada vez, e fomos inseri-lo na composteira. Tivemos que ativar 2 caixas d'água novas (bem pequenas). Usamos caixas d'água para compostar. Ainda bem que tinha material estruturante que o vizinho deixou, se não, não daríamos conta. Aceitamos o desafio de tratar o resíduo porque queríamos sentir como seria tratar uma quantidade maior. Até porque é isso que nos espera, uma vez que fomos escolhidos pelo edital da Comcap como pátio que vai ser beneficiado pelo FNNA. Chegamos a conclusão que esse trabalho precisa ser mais valorizado, o trabalho de devolver a fertilidade aos solos! e o pagamento por serviços ambientais é importante, necessário e urgente. Nós estamos fazendo esse trabalho a 1 ano e meio, mas a Revolução dos Baldinhos está aí a mais de 12 anos..agora estamos de banho tomado mas o cheiro forte do resíduo orgânico ainda está nas nossas mãos, mesmo nós tendo usado luvas. Você está disposto a sujar as suas mãos para devolver a fertilidade aos solos urbanos? Você está disposto a lutar para que as pessoas que fazem a gestão do resíduo orgânico comunitário recebam por isso? Viva a compostagem, viva a floresta e todo o nosso respeito a todos os projetos de compostagem que fazem um trabalho tão importante sem receber nada do município. (Texto: @emanuellacmachado #compostagem #agriculturaurbana[46]) (MOREIRA; CAMPOS, 2021, p. 9-10).

> Tem pouca participação [o projeto] do pessoal do CCA [Centro de Ciências Agrárias da UFSC] que teria como contribuir com a parte técnica. (fala da gestora do projeto) (MOREIRA; CAMPOS, 2021, p. 9).

---

[45] Disponível em: https://www.nsctotal.com.br/noticias/apos-morte-de-adolescente-moradores-do-morro-do-quilombo-protestam-por-fim-de-violencia

[46] https://www.instagram.com/ecoquilombo/

As falas acima destacadas por Moreira e Campos (2021) dizem respeito ao espaço EcoQuilombo, em uma perspectiva de desenvolvimento e efetivação da agricultura urbana em espaços comunitários via manejo de resíduos orgânicos. A primeira ilustra a dinâmica que envolve a gestão desses resíduos para compostagem, tendo em vista a adubação do solo para a produção de alimentos orgânicos via hortas comunitárias. Nessa fala, uma situação a ser destacada consiste no manejo de uma quantidade de resíduos muito maior do que aquela comumente advinda dos domicílios, evidenciando a iniciativa da equipe em se autodesafiar com o manejo de resíduos provenientes de uma feira, considerando que o espaço EcoQuilombo, ao ser contemplado com o financiamento de recursos federais via edital da Comcap, se tornará um dos pátios de compostagem do município de Florianópolis, dentre outros 12. Já a segunda fala expressa a necessidade de maior envolvimento da comunidade local do entorno, a exemplo da universidade, mediante contribuição com conhecimentos técnicos para a potencialização do manejo do espaço EcoQuilombo.

De forma geral, as falas elencadas por Moreira e Campos (2021) acerca do *levantamento preliminar da realidade local* apontam para a caracterização das seguintes *situações significativas* na comunidade Morro do Quilombo: *existência de tráfico na comunidade; comunidade violenta x polícia violenta com a comunidade; e gestão e manejo do espaço comunitário EcoQuilombo x envolvimento da comunidade do entorno*.

Moreira e Campos (2021) citam em seu relatório de atividade final outras situações e desafios vivenciados pela comunidade do Morro do Quilombo e, particularmente, pelo espaço EcoQuilombo, que foram identificados através de conversas informais com a população e pesquisas em fontes secundárias, a saber:

> - Conflitos (racismo, preconceitos, divergências de ideias - religião/classe)
> - Vulnerabilidade/desigualdade social
> - Políticas públicas não chegam;
> - Problemas sanitários (poluição cachoeiras) Obs: o projeto já fez algumas ações locais de mutirão para limpar cachoeiras, tirar o entulho presente no ambiente.
> - Crise fundiária
> - Crise alimentar
> - Violência policial
> - Poucas oportunidades para os jovens
>
> **Desafios vivenciados pelo EcoQuilombo:**
> - Falta de um galpão para guardar os materiais
> - Ainda não há a concessão do terreno pela prefeitura

- Dificuldade para conseguir energia elétrica para o local. (MOREIRA; CAMPOS, 2021, p. 8, grifo nosso).

Após a identificação de situações significativas no Morro do Quilombo e dos desafios vivenciados pelo projeto EcoQuilombo, no próximo item é apresentado o estudo exploratório da situação significativa no Morro do Quilombo, a qual foi elencada por Moreira e Campos (2021).

4. ESTUDO EXPLORATÓRIO DA SITUAÇÃO SIGNIFICATIVA IDENTIFICADA NO MORRO DO QUILOMBO: A CRISE ALIMENTAR E SANITÁRIA

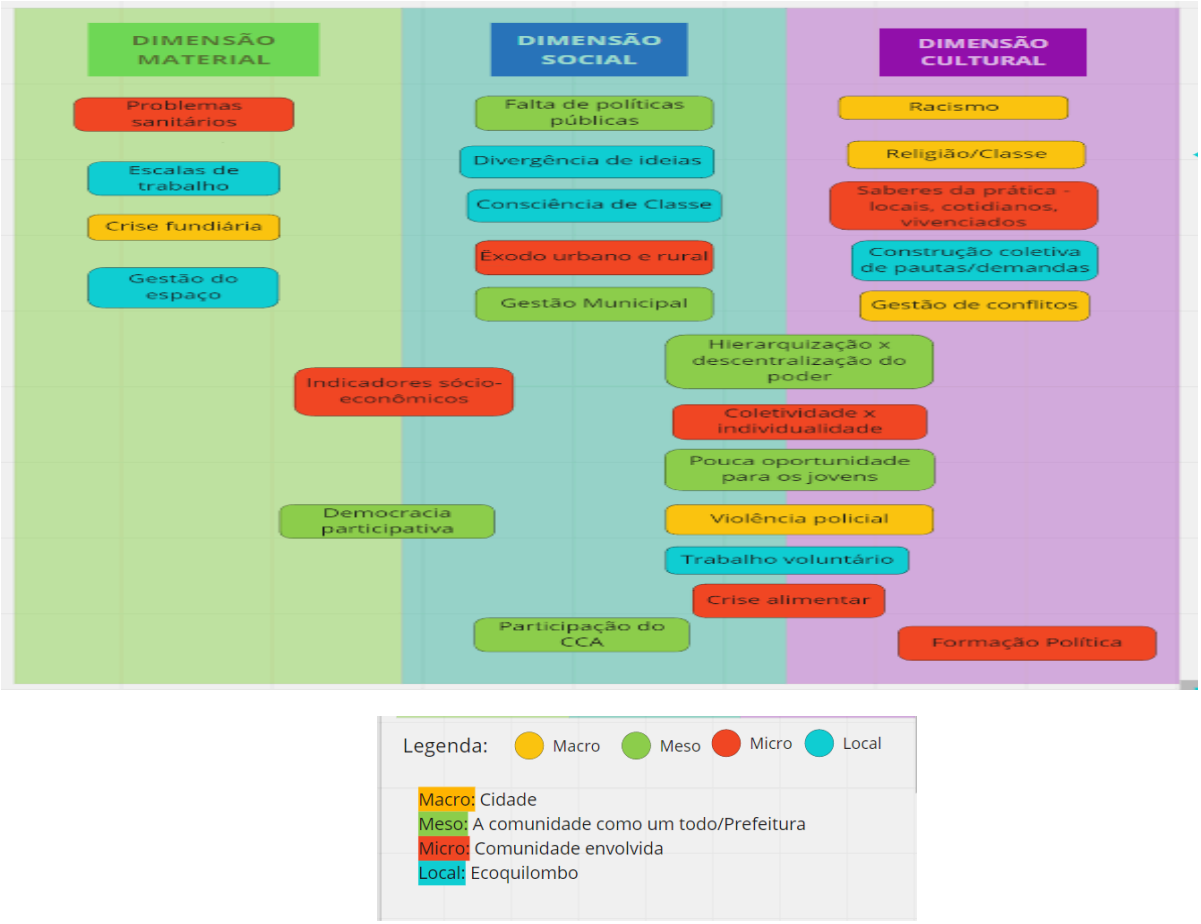
O estudo exploratório de uma situação significativa no contexto deste trabalho diz respeito à escolha pelos licenciandos em Educação do Campo – área Ciências Naturais e Matemática – daquela situação significativa mais representativa da comunidade estudada, de modo que essa sintetize as demais situações, desafios, conflitos e tensões vivenciadas, tendo em vista, de acordo com o objetivo das disciplinas, identificar aspectos do ponto de vista natural caracterizados como um sistema físico-químico-biológico para seu aprofundamento conceitual e comunicação dos achados ao público-alvo.

Com efeito, a *crise alimentar e sanitária* no Morro do Quilombo foi identificada por Moreira e Campos (2021) como *situação significativa* representativa da comunidade, considerando o olhar voltado para os aspectos do ponto de vista natural caracterizados como um sistema físico-químico-biológico para seu aprofundamento conceitual, justificando-se o fato de a iniciativa do espaço EcoQuilombo surgir como possibilidade de gerenciamento comunitário de resíduos orgânicos, com sistema de compostagem e horta, em cujo espaço são feitas práticas de agricultura urbana, organizadas por escalas de trabalho. Nesse contexto, Moreira e Campos (2021) apresentam uma questão problematizadora acerca da situação significativa identificada, pensando o aprofundamento conceitual a ser feito, no âmbito das Ciências da Natureza, a saber: *Como o EcoQuilombo pode contribuir com o enfrentamento aos desafios alimentares e sanitários da comunidade local?*

Nesse processo de busca da identificação da situação significativa para o aprofundamento conceitual de conhecimentos sistematizados das áreas da Física e da Química que melhor a expliquem, os licenciandos (MOREIRA; CAMPOS, 2021) foram orientados pelo docente de Fundamentos de Física e por esta estagiária de pós-doutoramento a construírem uma *rede temática* (vide Figura 6), a qual, segundo Silva (2004, p. 220),

consiste em uma forma de "[...] sistematização dos discursos, um esquema provisório que cumpre a função pedagógica de estabelecer possibilidades e critérios para a seleção de conhecimentos programáticos interdisciplinares e atividades pedagógicas dialógicas."

Figura 6 – Rede temática em torno das situações significativas identificadas no Morro do Quilombo



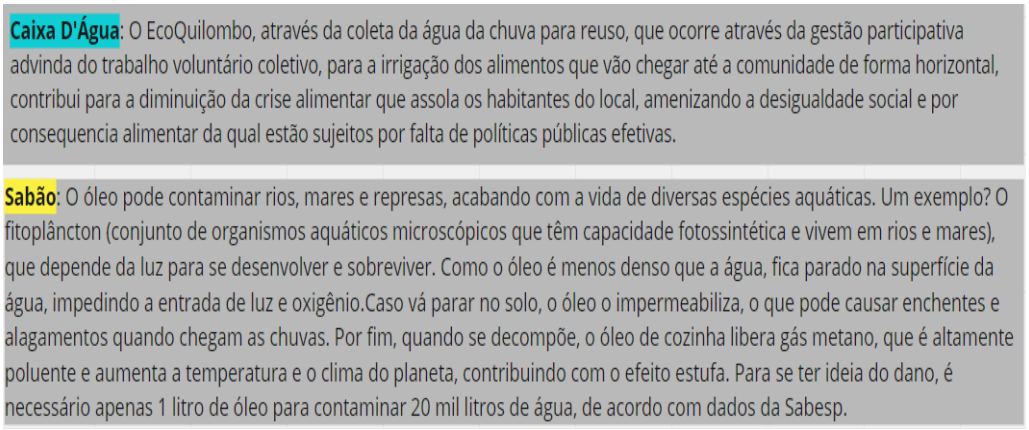
Fonte: Moreira e Campos (2021, p. 15). ©

De modo geral, a rede temática sistematiza as situações significativas identificadas localmente em suas relações com a macroestrutura sociocultural e material, considerando que a realidade concreta é síntese de múltiplas determinações, sob a ótica materialista histórico-dialética. Ou seja, o que temos é a realidade concreta, que é multidimensional, e as situações significativas identificadas localmente são parte dessa totalidade, caracterizando uma totalização. Nesse contexto, a construção de uma rede temática nos permite identificar pedagogicamente as partes (situações significativas) de um determinado contexto

(comunidade local) que se relacionam entre si e configuram a totalidade (macroestrutura sociocultural e material – a realidade concreta).

Moreira e Campos (2021), ao construírem a rede temática acima, buscaram contemplar as distintas dimensões da realidade concreta (material, social e cultural) em seus diferentes contextos (local, micro, meso e macro), dimensionando as situações significativas do Morro do Quilombo e do espaço EcoQuilombo na relação partes-totalidade. A partir daí, os licenciandos analisaram a situação significativa *crise alimentar e sanitária*, buscando caracterizar os aspectos do ponto de vista natural caracterizados como um sistema físico-químico-biológico para seu aprofundamento conceitual, sob a ótica dos fundamentos da física e da química. Para tal, eles elencaram os seguintes aspectos do ponto de vista natural (dimensão material da realidade concreta expressa na rede temática), os quais podem ser visualizados na Figura 7:

Figura 7 – Aspectos naturais da realidade concreta do Morro do Quilombo no âmbito do espaço EcoQuilombo



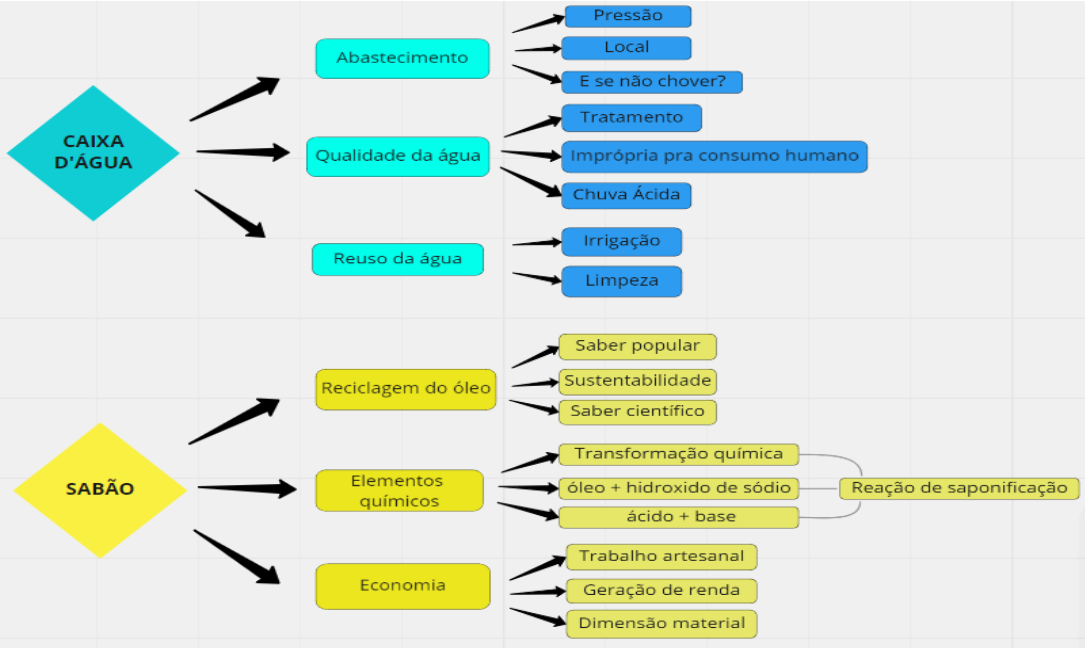
Fonte: Moreira e Campos (2021, p. 15). ©

Com o olhar voltado aos aspectos naturais relacionados à situação significava que envolve a crise alimentar e sanitária no espaço EcoQuilombo, os licenciandos destacaram a necessidade de aprofundamentos conceituais que giram em torno das seguintes questões: 1) *caixa d'água* para a coleta da água da chuva e seu posterior reuso para a irrigação dos alimentos da horta comunitária, visando a diminuição da crise alimentar que assola os moradores da comunidade, agravada pela falta de políticas públicas; 2) *produção de sabão* a partir da coleta de óleo de cozinha, a fim de minimizar a contaminação da água e do solo na localidade, devido ao manejo inapropriado do óleo de cozinha – o que poderá ainda

beneficiar a comunidade mediante a minimização da crise sanitária local e da geração de uma fonte alternativa de renda.

Nesse contexto, os licenciandos elencaram os seguintes conteúdos escolares da área das Ciências da Natureza, os quais podem ser abordados durante processos educacionais (vide Figura 8):

Figura 8 – Caracterização de aspectos naturais da situação significativa identificada no espaço EcoQuilombo e seus respectivos aprofundamentos conceituais na área de Ciências da Natureza



Fonte: Moreira e Campos (2021, p. 15). ©

Cabe destacar que a escolha desses conteúdos ocorreu a partir da identificação de situações significativas representativas da comunidade local, tendo em vista a contextualização da realidade concreta, considerando sua dimensionalidade entre as partes e a totalidade, de modo a propiciar um processo de ensino-aprendizagem significativo, crítico e potencializador de transformações concretas na realidade local/global.

Considerações Finais

Após apresentar a produção acadêmica de dois licenciandos em Educação do Campo – área de Ciências da Natureza e Matemática da UFSC – para as disciplinas Fundamentos de

Física e Fundamentos de Química, ministradas no semestre 2020.2, na modalidade ENPE, à luz dos fundamentos educacionais freireanos, considero que os encaminhamentos teórico-metodológicos propostos pelos docentes, ao longo das fases de 1 a 5, para o desenvolvimento do trabalho final das disciplinas foram, na medida do possível, contemplados pelos licenciandos, de modo a ressignificar criticamente seus processos formativos como futuros educadores do campo.

No trabalho final de Moreira e Campos (2021), na *fase 1: definição de grupos, contexto local e povos do campo envolvidos,* foi eleita a comunidade do Morro do Quilombo, de modo que, na *fase 2: definição das situações significativas,* foram identificadas situações referentes à comunidade em geral, como a *existência de tráfico na comunidade* e *comunidade violenta x polícia violenta com a comunidade*, entre outras, bem como, mais especificamente, a situação significativa *gestão e manejo do espaço comunitário EcoQuilombo x envolvimento da comunidade do entorno*. Para a *fase 3: estudo preliminar da situação significativa identificada,* foi destacada pelos licenciandos a situação de *crise alimentar e sanitária* no Morro do Quilombo, de modo que, para a efetivação da *fase 4: aprofundamento conceitual,* foi construída por eles uma rede temática (SILVA, 2004), considerando-se as dimensões da realidade concreta (material, social e cultural) e seus respectivos contextos (local, micro, meso e macroestrutural), a fim de caracterizar os aspectos do ponto de vista natural caracterizados como um sistema físico-químico-biológico para seu aprofundamento conceitual, sob a ótica dos fundamentos da física e da química – o que se deu em torno das questões relativas à captação da água da chuva em *caixas d'água* para irrigação da horta comunitária, visando amenizar a crise alimentar local, e da *produção de sabão,* para amenizar a crise sanitária e gerar fonte de renda alternativa. A *fase 5: comunicação dos achados tendo em vista o público-alvo* ocorreu com a turma Girassol, em aula síncrona no mês de abril de 2021, em que estavam presentes todos os licenciandos, os dois docentes das disciplinas, os dois estagiários de docência no ensino superior e a presente estagiária de pós-doutoramento.

Considero que a concepção de educação considerada neste processo formativo de educadores do campo se aproxima, em alguma medida, daquela defendida por Delizoicov, Angotti e Pernambuco (2002), a qual busca parâmetros epistemológicos e pedagógicos para a estruturação de currículos voltados ao ensino de Ciências da Natureza, cujas situações significativas, sintetizadas em temas geradores, servem de critério para a seleção de conhecimentos sistematizados, visando tornar o processo ensino-aprendizagem significativo,

crítico e transformador de visões de mundo ingênuas, tendo em vista a transformação da realidade concreta.

Com efeito, a concepção de *situação significativa* a ser identificada e adotada pelos licenciandos para a elaboração da atividade final das referidas disciplinas se aproxima, em alguma medida, daquela defendida no contexto da *Abordagem Temática Freireana* (DELIZOICOV; ANGOTTI; PERNAMBUCO, 2002), assim como os encaminhamentos teórico-metodológicos das fases 1 a 5 apresentam alguma sintonia com os processos de *investigação e redução temática* de Freire (1987), mesmo que tais referenciais não tenham sido mencionados ou solicitados pelos docentes das disciplinas.

Portanto, destaco algumas aproximações da atividade formativa proposta pelos docentes das disciplinas mencionadas, no curso de Educação do Campo da UFSC, em sua relação com o desenvolvimento da dinâmica de ATF, a saber: definição e estudo de contexto local e povos do campo envolvidos; definição e estudo preliminar de situações significativas; elaboração de rede temática; e, aprofundamento conceitual (da área de Ciências da Natureza). Por outro lado, alguns limites também podem ser destacados: ausência do processo *codificação-problematização-descodificação* na busca pelo tema gerador - (de modo que, os licenciandos trabalharam com situações significativas e não temas geradores) -; elaboração de programas de ensino de Ciências, a partir do tema gerador e dos momentos pedagógicos.

No contexto educacional e curricular freireano, uma situação significativa representativa de uma dada comunidade passa a ser tomada como uma *situação-limite*, ou seja, como uma barreira intransponível, uma vez que as pessoas que as vivenciam passam a naturalizá-la como uma situação dada (em si), e não como uma situação passível de transformação (sendo, em constante devir). Nesse sentido, a situação é considerada limite porque é representativa de contradições sociais vividas/percebidas desumanizadoras e está envolta em/de visões de mundo ingênuas e acríticas que necessitam ser enfrentadas e superadas. Aí entra o papel do conhecimento sistematizado como possibilidade de construção de outro nível de consciência em torno dessa *situação-limite* (situação significativa representativa de contradições sociais), a fim de permitir que as pessoas, ao conhecerem criticamente tais situações, sejam impelidas a buscarem transformar sua realidade concreta, em busca de sua própria humanização. Nesse contexto, a construção de conhecimentos críticos efetivada mediante o trabalho educativo escolar é compreendida como <u>meio</u> para a transformação da realidade concreta.

Por fim, destaco a importância e a necessidade de cada vez mais serem desencadeados processos de formação inicial de educadores alinhados a uma perspectiva crítico-transformadora, a fim de que esses venham a desenvolver sua docência na mesma perspectiva com os educandos da educação básica, na área de Ciências da Natureza, cujo ensino da área é predominantemente de caráter propedêutico e tecnicista – o que requer ser enfrentado e superado. Nessa direção, o processo formativo inicial desenvolvido com os licenciandos em Educação do Campo da UFSC, nas referidas disciplinas, apresenta potencialidades para a efetivação de uma formação de professores na perspectiva crítico-transformadora da Abordagem Temática Freireana via temas geradores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 7.352, de 04 de dezembro de 2010**. Dispõe sobre a Política de Educação
do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file. Acesso em: 7 ago. 2021.

COSTA, C. Projeto de gestão de resíduos orgânicos nascido de TCC na Udesc Esag transforma comunidade. **UDESC Notícias**, Florianópolis, 2020. Disponível em: https://www.udesc.br/noticia/projeto_de_gestao_de_residuos_organicos_nascido_de_tcc_na udesc_esag_transforma_comunidade. Acesso em: 3 ago. 2021

CRAVO, L. J. A. **Políticas Públicas de uso e ocupação do solo urbano**: os planos diretores e a estruturação do bairro do Itacorubi, em Florianópolis/SC. 2017. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Transportes e Gestão Territorial) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

CRAVO, L. J. A.; ROSSETTO, A. M.; STORCH, A. C. S. Perspectivas de uma comunidade: o Morro do Quilombo, em Florianópolis, Brasil. *In*: URBFAVELAS: SEMINÁRIO NACIONAL URBANIZAÇÃO DE FAVELAS, 2., 2016, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

DELIZOICOV, D; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. C. A. **Ensino de Ciências**: Fundamentos e Métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

MOREIRA, D.; CAMPOS, V. Projeto EcoQuilombo no Morro do Quilombo em Florianópolis. *In*: Relatório Final de Atividades das disciplinas Fundamentos de Física e Fundamentos de Química no curso de Licenciatura em Educação do Campo – área Ciências da Natureza e Matemática. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina: Departamento de Educação do Campo, 2021.

SANTOS, C. C. **O processo de urbanização da Bacia do Itacorubi**: a influência da UFSC. 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/86115. Acesso em: 30 jul. 2021.

SANTOS, J. C. dos. **Morro do Quilombo**: escola ambiental comunitária. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/220859/TCC1_2007_1_Josiani_C_dos_Santos.pdf?sequence=1. Acesso em: 25 jul. 2021.

SILVA, A. F. G. da. **A construção do currículo na perspectiva Popular Crítica**: das falas significativas às práticas contextualizadas. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

POSFÁCIO